

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

PEDRO BARRETO PEREIRA

NARRATIVAS DE LEI E ORDEM: uma análise da cobertura de *O Globo* sobre as Unidades
de Polícia Pacificadora

RIO DE JANEIRO

2017

Pedro Barreto Pereira

NARRATIVAS DE LEI E ORDEM: uma análise da cobertura de *O Globo* sobre as Unidades
de Polícia Pacificadora

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: prof. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro

2017

P436 Pereira, Pedro Barreto.

Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora / Pedro Barreto Pereira. Rio de Janeiro, 2017.

307f. : il.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2017.

1. Unidade de polícia pacificadora – Rio de Janeiro (RJ). 2. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) 3. Violência na comunicação de massa. I. Vaz, Paulo Roberto Gibaldi. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 302.23



**ATA DA 424ª SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO
DEFENDIDA POR PEDRO BARRETO PEREIRA NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

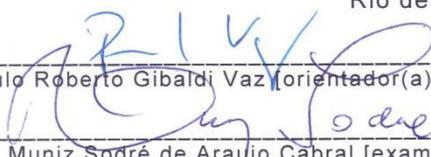
Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala 140 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Pedro Barreto Pereira**, intitulada: "**Narrativas de Lei e Ordem: uma análise da cobertura de 'O Globo' sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**" perante a banca examinadora composta por: **Paulo Roberto Gibaldi Vaz** [orientador(a) e presidente], **Muniz Sodré de Araujo Cabral**, **Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista**, **Danielle Ramos Brasiliense** e **Marcio de Souza Castilho**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

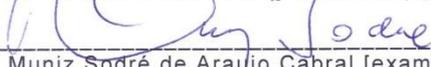
aprovada reprovada aprovada mediante alterações

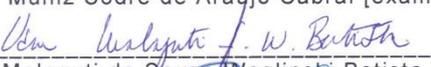
A BANCA REALÇA A QUALIDADE DA PESQUISA
E INDICA A SUA PUBLICAÇÃO

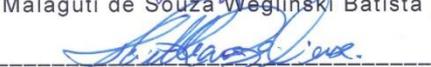
E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

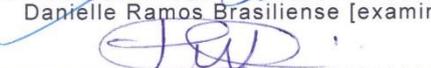
Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

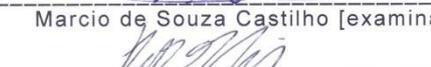

Paulo Roberto Gibaldi Vaz [orientador(a) e presidente]


Muniz Sodré de Araujo Cabral [examinador(a)]


Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista [examinador(a)]


Danielle Ramos Brasiliense [examinador(a)]


Marcio de Souza Castilho [examinador(a)]


Pedro Barreto Pereira [candidato(a)]

DEDICATÓRIA

Dedico todo o esforço para a produção deste trabalho:
às memórias de meu avô Luiz e de minha irmã Paula;
aos meus pais, Celina e Francisco, que, cada um à sua maneira, me levaram a escrever e a indagar;

às memórias de Acássio Silva Ferreira, 20 anos, morto no Morro do Juramento; Adson da Conceição Figueiredo, 24 anos, baleado na Rocinha; Alan de Souza Lima, 15 anos, morto na Favela da Palmeirinha; Amarildo Dias de Souza, 47 anos, torturado e morto na Rocinha; Ana Cláudia Germano Coutinho, 29 anos, morta na Favela de Acari; Arlinda Bezerra das Chagas, 72 anos, morta no Complexo do Alemão; Breno Souza Gomes, 15 anos, morto na Cidade de Deus; Carlos Henrique Benjamin dos Santos, 24 anos, morto no Morro do Juramento; Caio Daniel Faria, 14 anos, morto na Favela de Manguinhos; Caio de Moraes da Silva, 21 anos, morto na favela Nova Brasília; Célia Maria Santos Peixoto, 59 anos, morta na Favela do Caju; Christian Soares Andrade, 13 anos, morto na Favela de Manguinhos; Cláudia Silva Ferreira, 38 anos, morta no Morro da Congonha¹; David Pereira Santos, 24 anos, morto no Morro do Juramento; David Soares, 11 anos, baleado no Complexo do Alemão; Douglas Rafael Pereira da Silva, o DG, 25 anos, morto no Pavão-Pavãozinho; Diego da Costa Algarves, 22 anos, morto na Vila Cruzeiro; Edílson Silva dos Santos, 27 anos, morto no Pavão-Pavãozinho; Eduardo de Jesus Ferreira, 10 anos, morto no Complexo do Alemão; Eduardo Felipe Santos, 17 anos, morto no Morro da Providência; Elizabeth Alves de Moura, 41 anos, morta no Complexo do Alemão; Fernando dos Santos, 24 anos, morto na Rocinha; Francisco José Correia Silva, 21 anos, morto no Morro do Juramento; Herinaldo Vinícius Santana, 11 anos, morto na Favela do Caju; João Carlos Geraldo Martins, 39 anos, morto na Favela de Acari; Johnatha de Oliveira Lima, 19 anos, morto na Favela de Manguinhos; Jorge Lucas Martins Paes, 17 anos, morto na Pavuna; José Auri Carlos, 53 anos, morto na Rocinha; Josiel Rafael Silva, 43 anos, morto na Rocinha; Lucas², 12 anos, morto na Cidade de Deus; Marcos Vinícius dos Santos, 11 anos, morto na Cidade de Deus; Patrick Ferreira de Queiroz, 11 anos, morto na Favela Camarista Meier; Rafael de Sousa Zebinato, 23 anos, morto no Morro do Fogueteiro; Reinaldo Thomaz da Silva, 19 anos, morador do Morro do Juramento; Ryan Gabriel, 4 anos, morto em Madureira; Shayene Santos, 14 anos, morta no Morro do São Carlos; Tiago da Silva Batista, 15 anos, baleado na Cidade de Deus; Thiago Porto Gonçalves,

¹ Seu corpo foi arrastado depois de cair de dentro da caçamba de um camburão da Polícia Militar.

² Sobrenome não divulgado.

26 anos, morador do Morro do Juramento; Victor Gomes Bento, 8 anos, morto no Morro dos Macacos; Vitor Luiz Rodrigues, 40 anos, morto no Morro do Fogueteiro; Wesley Barbosa, 13 anos, morto na Rocinha;

e a tantos outros mortos e feridos em ações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, que me fizeram chegar até aqui.

À Patrícia, minha companheira de todas as horas, pessoa que acompanhou desde o início a confecção deste trabalho, dividiu comigo as angústias, dúvidas, percalços e contribuiu com reflexões fundamentais, sem as quais não seria possível a conclusão desta obra.

À minha avó Neuza, pelo amor incondicional.

À Sônia, pelo fundamental amparo psicológico.

Ao meu orientador Paulo Vaz, meu orientador desde o mestrado, que soube confiar e ter paciência na medida certa, sempre com muita tranquilidade, respeito e sabedoria.

À professora Raquel Paiva, atenta e perspicaz, autora de uma das perguntas mais importantes para que este trabalho fosse desenvolvido: “por que o discurso importa?”.

Ao professor Muniz Sodré, uma inspiração para todo jornalista e pesquisador de Comunicação.

Aos queridos amigos Márcio Castilho, Antônio Carlos Moreira, Rodrigo Ricardo, Coryntho Baldez, Fernando Pedro Lopes, que acompanharam e estimularam desde o início meu ingresso na vida acadêmica.

À professora Vera Malaguti Batista, pela gentileza e sabedoria.

À amiga Danielle Brasileira pela disponibilidade em todas as horas.

À Mariléa Venâncio Porfírio, mestra e amiga, que sempre me incentivou a pesquisar e a lecionar.

À Lília Guimarães Pougy, pela generosidade e estímulo.

Aos amigos, professores e alunos das três edições do curso de extensão “Mídia, Violência e Direitos Humanos”, pela troca de saberes e experiências sobre o tema.

Aos professores Maria Celeste Marques, Vantuil Pereira e a toda a direção do Nepp-DH, por abrir as portas a este jovem pesquisador.

À Erica Resende, pela generosidade e disponibilidade na formatação deste trabalho e a todos os colegas da Decania do CFCH, pelos momentos compartilhados ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Ao amigo Guilherme Curi pela ajuda na revisão do *Abstract* e a todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECO-UFRJ pelo companheirismo durante todos esses anos de aprendizagem.

Ao amigo Zeh Gustavo pelos sambas, poesias e pela revisão deste trabalho.

Ao Inácio, pelos inúmeros chopes gelados servidos após os intensos dias de trabalho.

A todas e todos servidores técnico-administrativos da Escola de Comunicação da UFRJ.
Aos mestres Eduardo Granja Coutinho, Márcio Tavares d´Amaral, Mohammed ElHajji,
professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECO-UFRJ.

“Iram-se os homens virtuosos pelas injustiças contra os seus.” Quando dizes isso, Teofrasto, buscas malevolência para com preceitos de maior vigor e abandonas o juiz voltando-te para a audiência: como toda gente se enfurece com os infortúnios desse tipo que ocorrem aos seus, pensas que as pessoas julgarão que esse é o comportamento que se deve adotar. [...] Iram-se pelos seus não é próprio de uma alma afetuosa, mas da que é fraca. O que é belo e digno é apresentar-se como defensor de seus pais, filhos, amigos, concidadãos, conduzido pelo próprio dever, benévolo, ponderado, prudente, não impulsivo e raivoso.

Sêneca

RESUMO

PEREIRA, Pedro Barreto. *Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora*. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a cobertura jornalística de *O Globo* sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), publicada entre janeiro de 2014 e agosto de 2016, contribui para a construção, legitimação e consolidação de uma política de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro. Para realizar esta pesquisa quantitativa, é utilizado o método da *frame analysis* (GOFFMAN, 2012), aplicado aos *pacotes interpretativos* (BECKETT, 1997) acerca do crime e da violência. Com isso, busca-se compreender de que maneira, ao eleger uma determinada agenda, dados enquadramentos e ao dar voz a determinados atores sociais, ao invés de a outros, aquele periódico oculta ou reduz outros tantos aspectos possíveis. Desta forma, procuramos investigar, entre outras questões, quais são os mecanismos narrativos por meio dos quais esse processo é realizado, qual público é priorizado e qual é relegado e, em alguma medida, quais os resultados dessa escolha narrativa.

Palavras-chave: Mídia. Discurso. Medo. Favela. Crime.

ABSTRACT

PEREIRA, Pedro Barreto. *Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora*. 2017. 316 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This research aims to analyze how *O Globo's* newspaper journalistic coverage about the Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), published between January 2014 and August 2016, contributes to the construction, legitimation and consolidation of a policy of Public Security in the state of Rio de Janeiro, Brazil. In order to do this quantitative research, it is used the *frame analysis* method (GOFFMAN, 2012) applied to the *interpretative packages* (BECKETT, 1997) on crime and violence. In this way, the aim is to understand how, by choosing a particular agenda, given frameworks and giving voice to certain social actors, instead of others, this newspaper hides or reduces as many other aspects as possible. Therefore, we seek to investigate, among other issues, what are the narrative mechanisms through which this process is carried out, which audience is prioritized and which is relegated, and, to some extent, the results of this narrative choice.

Keywords: Media. Discourse. Fear. Slums. Crime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – A representação do “bandido”	38
Imagem 2 – Reprodução de foto com o resultado do chamado “programa preditivo”	40
Imagem 3 – Exemplo de agendamento em uma capa do jornal <i>O Globo</i>	72
Imagem 4 – Reprodução de matéria com a manchete “O medo se espalha”	80
Imagem 5 – Cobertura do assassinato de Nazareth Cerqueira	90
Imagem 6 – Reprodução fotográfica do painel “Viva a carioquice!” ..	100
Imagem 7 – Imagens do Maracanã ontem e hoje	106
Imagem 8 – A Gentrificação, para <i>O Globo</i>	109
Imagem 9 – Reprodução da primeira notícia sobre as UPPs em <i>O Globo</i>	135
Imagem 10 – Matéria d’ <i>O Globo</i> pede mais rigor contra a morte de policiais	165
Imagem 11 – Cobertura d’ <i>O Globo</i> à morte de Eduardo de Jesus	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo pesquisa 2014-2016: Borel	116
Quadro 2 – Resumo pesquisa 2014-2016: Cidade de Deus	120
Quadro 3 – Resumo pesquisa 2014-2016: Complexo do Alemão	125
Quadro 4 – Resumo pesquisa 2014-2016: Complexo do Caju.....	127
Quadro 5 – Resumo pesquisa 2014-2016: Rocinha.....	132
Quadro 6 – Resumo pesquisa 2014-2016: Santa Marta	139
Quadro 7 – Resumo pesquisa 2014-2016: São Carlos	145
Quadro 8 – Resumo pesquisa 2014-2016: Vidigal	147
Quadro 9 – Resumo da análise quantitativa 2014-2016	153
Quadro 10 – Resumo relação com a temporalidade	156
Quadro 11 – Resumo análise quantitativa 2008- 2011	158
Quadro 12 – Resumo análise quantitativa: UPPs 2008-2016.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
QUESTÕES PRELIMINARES.....	16
OBJETO DE PESQUISA.....	17
JUSTIFICATIVA	18
OBJETIVOS	18
HIPÓTESE	19
PERCURSO DA TESE	19
METODOLOGIA DE PESQUISA	23
1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	29
1.1 MEDO BRANCO	29
1.2 LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DE UM PROJETO DE ESTADO	32
1.3 O BANDIDO	35
1.4 A FAVELA	41
1.5 VÍTIMAS VIRTUAIS	45
1.6 POLÍTICAS PENAS.....	47
1.6.1 Breves dados sobre o encarceramento no Brasil	52
2 PRODUÇÃO DE NARRATIVAS	54
2.1 POR QUE O DISCURSO IMPORTA?	54
2.2 <i>FRAME ANALYSIS</i>	60
2.3 <i>GATEKEEPERS</i>	64
2.3.1 O Grupo Globo	66
2.4 <i>AGENDA SETTING</i>	70
2.5 NARRATIVAS DO MEDO.....	73
2.5.1 Quem são de fato as vítimas da violência?	78
2.6 O MEDO SE ESPALHA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	79
3 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA	84
3.1 ANTECEDENTES.....	85
3.1.1 Polícia comunitária: o sonho do coronel Nazareth Cerqueira	85
3.1.2 GPAEs	91
3.2 OBJETIVOS DAS UPPs	93
3.3 CRIME E DESORDEM URBANA.....	94

3.4	MEGAEVENTOS.....	97
3.4.1	Construindo o imaginário da Cidade Maravilhosa	99
3.4.2	O direito à cidade	102
3.4.3	Celebração midiática	108
3.4.4	Integração favela-asfalto	110
4	ESTUDOS DE CASOS.....	113
4.1	ANÁLISE QUANTITATIVA 2014-2016	113
4.1.1	Borel	113
4.1.2	Cidade de Deus	117
4.1.3	Complexo do Alemão	121
4.1.4	Complexo do Caju.....	125
4.1.5	Rocinha	128
4.1.6	Santa Marta	133
4.1.7	São Carlos	139
4.1.8	Vidigal	145
4.2	PACOTES INTERPRETATIVOS.....	148
4.3	PERSPECTIVAS NARRATIVAS	149
4.4	FONTES.....	149
4.5	CLIVAGENS IDEOLÓGICAS	152
4.6	RELAÇÃO COM A TEMPORALIDADE.....	155
4.7	ANÁLISE QUANTITATIVA 2008-2016	157
4.8	CASOS EDUARDO X UANDERSON: UMA BREVE ANÁLISE QUALITATIVA.....	162
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
	POSFÁCIO: UM RELATO PESSOAL	177
	REFERÊNCIAS	181
	ANEXO A – RELAÇÃO DAS MATÉRIAS SOBRE AS UPPS NO JORNAL <i>O GLOBO</i> (DE 18 DE JANEIRO DE 2014 A 21 DE AGOSTO DE 2016).....	200
	ANEXO B – RELAÇÃO COM A TEMPORALIDADE: UPPS E A COPA DO MUNDO (DE 2 DE MAIO A 11 DE JULHO DE 2014).....	298

ANEXO C – RELAÇÃO COM A TEMPORALIDADE: UPPS E OS JOGOS OLÍMPICOS (DE 1º DE JULHO A 31 DE AGOSTO DE 2016)	
.....	304

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2008, o governo do estado do Rio de Janeiro, então sob a gestão de Sérgio Cabral Filho, cria, no Morro Santa Marta, em Botafogo, bairro da zona sul da capital fluminense, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Antes de falarmos mais detidamente a respeito desta política a cargo da Secretaria de Segurança Pública – então sob o comando do delegado da Polícia Federal José Mariano Beltrame – podemos defini-la, a grosso modo, como a ocupação permanente das favelas por agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)³.

Temido pelos moradores do “asfalto” pelos frequentes tiroteios, o Santa Marta foi escolhido para a experiência pioneira devido: à sua geografia, que facilita o policiamento sem que grupos criminosos entrem ou saiam da favela; à população reduzida – se comparada à de outras morros –; e aos projetos sociais já ali realizados pelo governo e por entidades da sociedade civil. Por esses motivos, a favela foi considerada por Beltrame como de “policiamento-modelo” (ARAÚJO, 2008, p. 15) a ser seguido nas ocupações seguintes. A notícia da instalação da UPP é publicada pelo jornal *O Globo* precedida da seguinte manchete: “Dona Marta livre dos bandidos” (WERNECK, DAMASCENO & AUTRAN, 2008, p. 12).

Assim como também detalharemos mais adiante, é preciso dizer que, naquele momento, a cidade do Rio de Janeiro se preparava para sediar dois dos maiores eventos esportivos organizados por entidades internacionais de direito privado: a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. As UPPs, portanto, tinham como objetivo não apenas solucionar os frequentes conflitos ocorridos entre policiais e grupos armados de comerciantes varejistas de entorpecentes⁴, que vitimam milhares de pessoas por ano no estado, como também garantir a segurança dos turistas em visita à capital fluminense durante os megaeventos.

Até julho de 2015, 38 favelas receberam UPPs. Em grande parte delas, as ocupações estão localizadas nas zonas sul, norte e centro da cidade, e/ou próximas a equipamentos esportivos utilizados nos megaeventos, e/ou em áreas próximas de vias de grande tráfego⁵.

³ Além da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), em casos como o do Complexo do Alemão e o da Maré, tropas do Exército, da Marinha e da Força Nacional foram utilizadas para acabar com a resistência de grupos armados que detinham o controle dessas comunidades através do poderio bélico.

⁴ Popularmente chamados de tráfico de drogas. Neste trabalho, contudo, optaremos pelo uso daquela denominação por acreditar que assim falaremos de maneira mais específica sobre uma atividade muito mais abrangente, que envolve um comércio internacional de escala planetária, valores incalculáveis e que atravessa todas as formas de comércio possíveis, e cuja repressão parece acontecer de maneira mais tolerante no atacado do que no varejo.

⁵ As 38 UPPs estão localizadas nas seguintes comunidades: zona sul: Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Tabajaras e Cabritos, Escondidinho e Prazeres, Rocinha, Vidigal, Cerro-Corá; zona norte: Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, São João, Matriz e Quietinho, Macacos, Mangueira, Nova Brasília, Fazendinha, Adeus e Baianinha, Alemão, Chatuba, Fé e Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro,

Inicialmente, as ocupações obtêm resultados favoráveis, tanto do ponto de vista estatístico como da aprovação popular, por terem alcançado a redução de índices de violência, devido ao desarmamento dos grupos de comerciantes varejistas de entorpecentes e da consequente redução de confrontos entre estes e agentes policiais. Além de diminuir o número de vítimas decorrentes desses confrontos e de criarem uma interlocução estatal para a mediação de conflitos, as UPPs possibilitam ainda que moradores do “asfalto” passem a frequentar as favelas ocupadas em busca de entretenimento, moradias a preços mais razoáveis e mesmo oportunidades de negócio.

Se, por um lado, as ocupações policiais permitem a entrada de um novo perfil de visitantes, moradores e investidores, um resultado possível deste processo é a saída dos antigos habitantes, já que, em algumas favelas, o aumento do custo de vida inviabiliza a continuidade destes em uma região agora inflacionada. O destino dessas pessoas passa a ser, então, bairros mais afastados de sua origem, suas famílias, círculo de amizades, oportunidades de trabalho e onde, não raro, as ofertas de serviços de saúde, educação, transporte e comércio são mais deficientes. Além disso, a concorrência entre pequenos e grandes comerciantes mostra-se desigual e tem como consequência a presumível falência dos primeiros. Outro fator que tem levado ao questionamento das UPPs é que, se, em um primeiro momento, as ocupações obtiveram êxito em acabar com os conflitos entre policiais e grupos armados de comerciantes varejistas de entorpecentes, pouco mais de oito anos após a implantação da primeira UPP, os índices de violência voltaram a subir em algumas favelas. Já em outras, como o Complexo do Alemão, jamais a tão aguardada *pacificação* se mostrou de fato realizável. Ademais, a convivência entre agentes da Polícia e moradores nunca foi, por assim dizer, pacífica. Os casos do pedreiro Amarildo de Souza, na Rocinha, do dançarino DG, no Pavão-Pavãozinho, e do menino Eduardo de Jesus, no Alemão, são os mais conhecidos, mas não os únicos.

Este trabalho é resultado de seis anos de pesquisa acerca da cobertura do jornal *O Globo* sobre as UPPs. Entre 2010 e 2012, investigamos o discurso deste periódico no início da implantação dessa política de segurança pública, em novembro de 2008, durante os seus primeiros anos. O resultado parcial está na dissertação “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012). Naquela ocasião, optamos por analisar quantitativamente a cobertura jornalística acerca de quatro das 17 UPPs então instaladas até a conclusão daquela pesquisa, em março de 2012. No presente trabalho,

Jacarezinho, Manguinhos, Barreira do Vasco e Tuiuti, Caju, Arará e Mandela, Lins, Camarista Meier; zona oeste: Cidade de Deus, Batan, Vila Kennedy; Centro: Providência, Coroa, Fallet e Fogueteiro, São Carlos; Baixada Fluminense: Mangueirinha (Duque de Caxias) (UPP, 2017a).

procuramos dar continuidade, não apenas temporal e geograficamente, mas também buscando considerar outros aspectos de análise. Foram analisadas oito das 38 ocupações policiais instaladas nas favelas cariocas. Com isso, foi possível constatar que algumas tendências foram confirmadas e outras se alteraram.

QUESTÕES PRELIMINARES

Algumas perguntas foram fundamentais para o processo aqui desenvolvido. Essas questões não surgiram como que em uma geração espontânea. Elas têm origem em reflexões pessoais que acompanham este jornalista/pesquisador ao longo de toda a sua vida, e são fruto de suas relações sociais e de sua formação familiar, política, escolar, universitária, profissional etc. Por este motivo, não é possível afirmar que este trabalho seja imparcial, isento, objetivo. Ele é o resultado de observações sobre um determinado objeto empírico submetido a uma dada metodologia de pesquisa, delimitadas a um período de tempo e espaço. As circunstâncias em que esta pesquisa foi realizada certamente interferiram nos resultados encontrados. Por isso, é importante reafirmar, sempre que possível, que os resultados aqui expostos têm em sua singularidade e em seu relativismo a sua maior riqueza. Por motivos que veremos ao final deste trabalho, alguns questionamentos acerca do *risco* foram basilares para todo o processo de confecção – no sentido artesanal, manual, têxtil – desta pesquisa. Não necessariamente procuramos responder a todos, mas certamente eles serviram como ponto de partida deste trabalho. Eis alguns deles:

- a) É possível evitar o risco?
- b) Até que ponto temos controle sobre nossas vidas e as de quem amamos?
- c) Quando estamos totalmente seguros?
- d) Por que a segurança passou a ser uma questão tão fundamental?
- e) Por que sentimos medo?
- f) Por qual motivo o medo não apenas influencia, como se torna um sentimento que norteia toda a nossa existência?
- g) A segurança, a ordem e o controle são valores absolutos, direitos universais aos quais devemos nos dedicar?
- h) O quanto abrimos mão de nossas liberdades em nome desses valores?

OBJETO DE PESQUISA

A proposta da presente pesquisa é realizar a análise da cobertura jornalística do jornal *O Globo* acerca de oito favelas que receberam Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): Borel, Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Complexo do Caju, Rocinha, Santa Marta, São Carlos e Vidigal. Conforme detalharemos mais adiante no item “Metodologia de pesquisa”, foram selecionadas matérias das editoriais “Rio”, “Opinião” (apenas os editoriais) e dos suplementos de bairros publicados entre os anos 2014 e 2016.

Na análise quantitativa, investigamos os seguintes aspectos: a) dentre as quatro formas de enquadramento, ou, como definiremos, os *pacotes interpretativos* verificados em reportagens sobre crime e violência, quais foram os mais utilizados: *Lei e ordem na favela*, *Extensão da cidade formal*, *Liberdades civis sob ataque*, ou *Pobreza causa crime*; b) qual a *perspectiva narrativa* predominante: as notícias sobre as UPPs teriam como foco alertar para a ocorrência do conflito/crime ou a normalidade/integração?; c) quais os tipos de fontes mais utilizados: estatais ou não estatais; e, dentre as fontes não estatais: c1) quais categorias mais vezes têm declarações publicadas: moradores, especialistas, turistas, entidades do “asfalto”, jornalistas etc.?; c2) qual o percentual de críticas às UPPs? e c3) qual a natureza dessas críticas: reivindicam mais lei e ordem, denunciam violações de direitos e liberdades, criticam a ausência de políticas públicas e sociais ou alertam quanto aos efeitos nocivos da “gentrificação”? d) quais as *clivagens ideológicas* predominantes: seriam as UPPs promotoras de um Estado democrático de direito ou de um Estado policialesco; beneficiariam em primeiro lugar os moradores da favela ou os do “asfalto”; seriam parte de uma política permanente e consolidada ou de uma política efêmera?; e e) qual o percentual das notícias sobre as UPPs que estabelecem relações com os megaeventos em curso na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2014 e 2016, respectivamente a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos? Ao fim da análise quantitativa, colocamos em relevo os resultados da análise 2014-2016 aos da análise 2008-2011, realizada na pesquisa de mestrado supracitada (PEREIRA, 2012). Realizamos também uma breve análise qualitativa de dois casos de mortes ocorridos no Complexo do Alemão no ano de 2015: o do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, e o do capitão da Polícia Militar Uanderson Manoel da Silva.

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica pelo fato de as UPPs se apresentarem como a principal política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro – elaborada e mantida nos últimos oito anos –, receberem vultosos recursos anualmente para a sua execução⁶ e terem inspirado iniciativas semelhantes em outros estados da federação⁷. Ademais, a partir do entendimento do *discurso* como elemento por meio do qual “se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (FOUCAULT, 2008, p. 70), julgamos ser relevante investigar de que maneira o jornal *O Globo* – principal periódico impresso do estado e da cidade do Rio de Janeiro, e um dos mais vendidos do país⁸ – representa, por meio de suas matérias noticiosas e editoriais, os atores sociais retratados nessa cobertura, contribuindo ou não para a sua legitimação discursiva e apoio por parte do seu público, como veículo.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral investigar de que maneira acontecem a seleção e a produção de notícias acerca das UPPs no jornal *O Globo*, entre 2014 e 2016, de forma a representar os atores sociais envolvidos nesta cobertura, atuando discursivamente no processo de legitimação de uma política de segurança pública elaborada e administrada pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

Entre os objetivos específicos desta pesquisa estão:

- a) identificar quais os enquadramentos, entre todos os possíveis, predominam na cobertura de *O Globo* acerca das UPPs, entre os anos de 2014 e 2016, e o que eles reivindicam;
- b) verificar quais os atores sociais têm mais e quais possuem menos voz nessa cobertura;
- c) investigar o que reivindicam as declarações de fontes não estatais publicadas;
- d) analisar de que maneira as UPPs são representadas quanto: ao modelo de Estado, ao público preferencial a ser, em tese, beneficiado pela sua implantação, à sua duração e à sua consolidação enquanto uma política pública;

⁶ O orçamento previsto para a Secretaria de Segurança Pública no ano de 2016, apenas por parte do governo do estado, era de mais de R\$ 10 bilhões. No entanto, com a crise financeira do governo do estado, este investimento foi cortado em cerca de um terço do valor inicialmente estimado. Ver em Barreira (2016) e As UPPs (2017).

⁷ Há notícias de que o modelo de policiamento do Rio de Janeiro tenha inspirado iniciativas semelhantes na Bahia e no Maranhão, pelo menos. Ver mais em UPPs do Rio (2013).

⁸ De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ, 2017), no ano de 2015, *O Globo* foi o segundo jornal mais vendido do país, com média de 193.079 exemplares por dia, ficando atrás apenas do *Super Notícia*, de Minas Gerais, com média de 249.297 vendidos diariamente.

- e) qual relação as matérias sobre as UPPs estabelecem com os megaeventos esportivos internacionais realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2014 e 2016;
- f) como são representados os atores sociais retratados na cobertura sobre as UPPs;
- g) quais os efeitos da cobertura de *O Globo* sobre as UPPs na elaboração e consolidação de uma política de segurança pública.

HIPÓTESE

A hipótese central deste trabalho é a de que o principal jornal impresso da cidade e do estado do Rio de Janeiro e um dos mais vendidos do país atua de maneira decisiva para a legitimação discursiva de uma política de segurança pública, em específico, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Para isto, as matérias jornalísticas publicadas em *O Globo* privilegiam um determinado *agendamento* e um ou mais *enquadramentos*, de modo que direcionem a atenção de seu público leitor para observar os fatos selecionados através de um ou mais pontos de vista e não através de outros tantos possíveis. Isto é feito por meio do acúmulo de notícias, publicadas ao longo de décadas, em que a representação dos atores sociais retratados na cobertura daquele veículo sobre o crime e a violência resulte na produção de sentido de forma a determinar a percepção de seu público acerca daquela e de outras políticas na área da segurança pública.

PERCURSO DA TESE

No capítulo 1 deste trabalho, procuraremos compreender o processo de construção das representações sociais dos atores retratados nas notícias sobre crime e violência. Começamos investigando o fenômeno denominado “medo branco” (BATISTA, 2003), que tem como marco histórico a Revolução Haitiana, entre 1791 e 1804, e que influenciou decisivamente a elite brasileira anos mais tarde, quando um grupo de escravos de origem muçulmana se rebelou contra as autoridades da cidade de Salvador, Bahia, resultando no episódio que passou à história como a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835. Ainda que rapidamente sufocada, a revolta criou no imaginário das elites de todo o país o temor de uma insurreição escrava contra a classe senhorial. A partir deste episódio, o aparato repressivo do Estado recrudescer sua atuação em favor das classes dominantes, de forma a conservar a ordem social estabelecida. Assim, os guardas civis e, posteriormente, os militares, não mediam esforços na captura e na punição de escravos fugidos e revoltos. De forma a se organizarem contra a repressão, estes passaram a se

reunir em grupos, para a prática da capoeira. Utilizando técnicas sofisticadas que mesclavam dança e luta, os negros *capoeiras*, como eram chamados os praticantes desta modalidade, provocavam ainda mais temor às elites da época. Teve início então não apenas uma repressão vigorosa e violenta, como também a representação social daquele indivíduo que impunha o risco ao cidadão de *alta classe*.

Com a passagem do modo de produção escravista ao capitalista, era preciso construir discursiva e juridicamente a ordem burguesa que emergia (NEDER, 1995). Para isto, era importante constituir a identidade do *trabalhador* – aquele que contribui para a produção e o consumo, fazendo rodar a máquina capitalista – e o seu *outro* – aquele relegado a uma condição subalterna ou mesmo alijado do modo de produção. Após saírem de cena os *capoeiras*, surgem então os *malandros*, aqueles que, segundo o discurso vigente, são percebidos como vigaristas, marginais, trapaceiros, ardilosos que levam a vida a aplicar golpes, não têm compromissos profissionais formais, desprezam as famílias e desrespeitam as jovens e castas moças da alta sociedade. As obras de autores que retrataram a pobreza no século XIX, o cotidiano dos cortiços e favelas, como Lima Barreto, João do Rio, entre outros, contribuíram para a consolidação e a legitimação discursiva dessa representação, de acordo com Neder (1995).

Já no século XX, sai de cena o malandro e ganha vida como o *outro* do trabalhador, do *cidadão de bem*, do *contribuinte de impostos ao Estado*, o *bandido* (MISSE, 2008), ou aquele sujeito “matável”, cujo crime está inscrito de maneira indelével em sua alma (MISSE, 2008). Com o crescimento do comércio varejista de entorpecentes, o dito *traficante*, ou o comerciante varejista, surge no imaginário como aquele que poderá causar risco às “vítimas virtuais” (VAZ, 2009), quais sejam, aquelas que têm medo de sofrer danos em sua integridade física. Elas se consideram passíveis ao risco de que o crime ocorra em qualquer local e em qualquer momento e vitime alguém que supostamente “não merece” sofrer tal violência. Para preveni-las de todo o mal e punir aqueles que, de acordo com a lógica que legitima este discurso, estão propensos a causar-lhes sofrimento, as vítimas reivindicam proteção e sanções cada vez mais severas àqueles identificados como indivíduos perigosos. Na representação da cobertura jornalística sobre o crime e a violência na cidade do Rio de Janeiro, esse indivíduo é representado pelo jovem negro e morador das favelas. Contra ele será aplicada toda sorte de punições por parte do Estado, desde a privação de liberdades até a tortura e o extermínio, executados de maneira legal ou ilegal, discricionária e arbitrária por agentes da lei e da ordem, não obstante a proibição da pena capital nos códigos penais vigentes.

No capítulo 2, investigaremos como se dá o processo de seleção e produção de notícias sobre crime e violência. Iniciaremos buscando compreender os conceitos de *texto*, *enunciado*, *palavra* e *discurso* para, a partir de então, avançarmos no entendimento acerca da importância da análise sobre a cobertura jornalística. Seguiremos este percurso passando pela exposição do conceito de *frame analysis* (GOFFMAN, 2012) ou enquadramento, aquilo que, a grosso modo, nos diz *como pensar*, selecionando, entre tantos outros possíveis, o quadro ou o recorte dos fatos a serem publicados nos veículos de imprensa.

Aqueles que executam o trabalho de filtragem dos eventos que serão transformados em notícias e demais produtos jornalísticos são denominados *gatekeepers* (LEWIN, 1947 *apud* WOLF, 2009), quais sejam, editores, diretores e demais profissionais que definem, a partir de critérios nem sempre claros ou transparentes, o que será levado a público. Nesse tópico, verificaremos quais são os “Princípios editoriais do Grupo Globo” (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011), uma série de diretrizes publicadas em 2011, pelos acionistas da empresa, que buscam explicar quais valores norteiam a sua produção jornalística. Não menos importante é compreender como ocorre a construção da *agenda setting* ou aquilo que nos diz *em que pensar*. Chamaremos também de *agendamento* este mecanismo por meio do qual determinados temas são apresentados e postos em discussão pública, enquanto outros tantos são reduzidos, relegados a um espaço secundário ou simplesmente silenciados, apagados.

Falando mais particularmente acerca do noticiário sobre o crime e a violência, as “narrativas do medo” (MATHEUS, 2011) são aquelas em que, por meio de uma construção narrativa que relaciona crimes em tempos e espaços diversos, cria-se uma sensação de sequencialidade que tem como resultado uma “memória do medo” (MATHEUS, 2011), em que o passado é percebido como um lugar idílico, o presente, como perigoso e o futuro, ainda pior. Tais notícias são construídas através de recursos como o *exagero* e o *melodrama*, em que as emoções são estimuladas com frequência. A autora questiona se essa narrativa é utilizada apenas pelos veículos ditos populares ou também por aqueles autoproclamados “sérios”.

Já no capítulo 3, analisaremos mais detidamente o processo que levou à criação das UPPs, seus antecessores, conceitos, estratégias de implantação, estatísticas e estudo de casos. Antes da instalação da primeira UPP – como já dito, em novembro de 2008 – outras tentativas de policiamento permanente em favelas já haviam sido planejadas. Durante os anos 1980 e 1990, nas gestões do então governador Leonel Brizolla (1983-1986 e 1991-1994), o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira comandou a Polícia Militar com o objetivo de implantar um modelo de policiamento comunitário na cidade, em que fossem respeitados os princípios dos

direitos humanos, do diálogo com a comunidade⁹ e da integração entre outras instituições públicas e a sociedade civil, na qual a força policial não fosse o único braço do Estado a fazer a mediação com a favela. Em 2000, já sob a gestão do então governador Anthony Garotinho, foram criados os Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs), nas favelas do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca, na Tijuca, Vila Cruzeiro, na Penha, e Cavalão, em Niterói. Mais uma vez a tentativa fracassou. Em ambos os casos, em episódios com suas respectivas peculiaridades, as práticas de violência e corrupção da corporação policial foram determinantes para o fracasso dessas experiências.

No momento em que as UPPs foram criadas, a cidade do Rio de Janeiro concorria aos pleitos para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, nos quais se saiu vitoriosa. De forma a atrair visitantes, patrocinadores e organizadores desses megaeventos, era preciso recriar a identidade de “Cidade Maravilhosa”, há muito arranhada devido às décadas de imagens de violência que eram veiculadas país e mundo afora quando o assunto era o Rio de Janeiro. Com este objetivo, todo um aparato governamental e midiático foi utilizado. As intervenções exigidas pelas entidades internacionais que organizavam tais megaeventos, contudo, foram aplicadas pelas três esferas governamentais, em muitos casos, sem considerar o direito à moradia de grande parte da população. Dezenas de milhares de pessoas foram afetadas em locais por onde passariam os novos meios de transporte e onde seria erguida parte dos equipamentos esportivos em que se realizariam as competições esportivas. Estima-se que cerca de 67 mil pessoas foram removidas de suas casas entre os anos de 2009 e 2013, quando dos preparativos para ambos os jogos (BETIM, 2015).

Desatenção com os moradores ainda maior pode ser observada quando das ocupações policiais nas favelas, por parte das UPPs. Se, num primeiro momento, a aprovação popular e a redução dos índices de criminalidade corroboraram a nova política, com o tempo, as antigas e históricas práticas de violência e corrupção policial levaram as UPPs ao descrédito junto aos moradores das favelas. No entanto, o discurso midiático acerca desta política busca apresentá-la como único caminho para a tão aguardada *pacificação* das favelas e sua integração com o *asfalto*. Integração esta, muitas vezes, ressaltada pelas autoridades governamentais, enfatizando

⁹ Utilizaremos o termo comunidade como sinônimo de conjunto de moradores, seguindo o conceito aplicado por Cardoso (2010) ao analisar os Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs), no Cantagalo e Pavão-Pavãozinho: “Da forma que o uso, não se trata do uso conceitual tal como presente na literatura antropológica clássica como o oposto dicotômico do termo ‘sociedade’, ou seja, de uma organização social supostamente homogênea que se distingue do que seria a ‘sociedade’, pensada como heterogênea e complexa. Utilizo o termo ‘comunidade’ pois permite fazer a referência ao uso do ‘nós’, tal como utilizado pelos moradores das favelas que analisei. Distinguem o ‘nós’, favelados, face aos outros, os do ‘asfalto’, pensados como preferencialmente, membros das camadas médias”.

as oportunidades que se abrem a partir dessas ocupações. Veremos adiante como todo este processo tem acontecido. O capítulo 4 é aquele em que serão analisados os estudos de caso a partir dos preceitos metodológicos explicitados no item a seguir.

METODOLOGIA DE PESQUISA

No presente trabalho, foram analisadas 377 reportagens, notas de colunas, artiguetes e editoriais publicados no jornal *O Globo*, entre janeiro de 2014 e agosto de 2016, sobre as UPPs localizadas nas seguintes favelas: Complexo do Alemão (Morros do Adeus, Alemão, Baiana, Fazendinha e Nova Brasília), Borel, Caju, Cidade de Deus, Rocinha, Santa Marta, São Carlos e Vidigal. Conforme já exposto, esta pesquisa dá continuidade, de forma ampliada e atualizada, à dissertação de mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012), em que foram analisadas 180 matérias publicadas, naquele mesmo periódico, entre 2008 e 2011, sobre as UPPs localizadas nas favelas do Borel, Cidade de Deus, Santa Marta e São Carlos. A escolha entre as então 17 favelas ocupadas se deu por, entre outros, critérios geográficos: Borel, na zona norte; Cidade de Deus, zona oeste; Santa Marta, zona sul; e São Carlos, centro da cidade¹⁰. Na presente pesquisa, incluímos o Complexo do Alemão e outras três favelas: Rocinha, pelo emblemático assassinato do pedreiro Amarildo de Souza, ocorrido em julho de 2013¹¹; Vidigal, por ser um destino muito procurado por turistas brasileiros e estrangeiros¹²; e o complexo de favelas do Caju, localizado às margens da Avenida Brasil, da Linha Vermelha e próxima ao Complexo da Maré.

O período escolhido para a análise foi entre janeiro de 2014 e agosto de 2016. Deu-se desta maneira para contemplar os anos de realização da Copa do Mundo (entre junho e julho de 2014) e dos Jogos Olímpicos (agosto de 2016), na cidade do Rio de Janeiro. Foram consideradas analisáveis todas aquelas matérias que tinham como tema ou publicavam informações sobre uma ou mais das oito UPPs supracitadas. Ainda que o foco fosse sobre as reportagens

¹⁰ À época, o complexo de favelas do Alemão ainda não contava com UPPs instaladas. Por esta razão, não foi possível realizar uma análise quantitativa, mas sim, qualitativa da ocupação militar daquela localidade.

¹¹ Após o pedreiro ser levado para averiguação para a sede da UPP daquela localidade, sua família denunciou o desaparecimento. Investigações policiais, iniciadas após constantes protestos nas ruas e nas redes sociais, concluíram que Amarildo fora torturado e morto por policiais militares da UPP da Rocinha. Em fevereiro de 2016, 12 dos 25 PMs acusados foram condenados por envolvimento na morte do pedreiro.

¹² A grande procura de visitantes pelo Vidigal resulta na especulação imobiliária e no aumento do valor dos terrenos e imóveis na favela. O comércio local foi tomado por pequenos e médios empresários *do asfalto*, que passaram a explorar pousadas, *hostels*, bares, restaurantes e outras atividades comerciais das mais diversas. Se, por um lado, o Vidigal atrai investidores, por outro, muitos moradores tiveram de deixar a localidade, devido ao rápido aumento de custo de vida e à especulação imobiliária locais.

publicadas na editoria Rio, também consideramos válidas aquelas presentes nos suplementos/jornais de bairro e no caderno Revista O Globo, além de notas publicadas na coluna de Ancelmo Gois, que contivessem informação e não apenas a opinião do colunista. Por outro lado, consideramos os editoriais publicados na editoria Opinião e os chamados artiguetes¹³, por estes conterem declaradamente a opinião da empresa jornalística. Ao contrário, não consideramos analisáveis o conteúdo de articulistas, por representar a opinião de um indivíduo e não necessariamente da empresa, e da seção Carta dos Leitores, por este estudo se aproximar mais da análise discursiva do que de uma análise de recepção¹⁴.

Para fins metodológicos, optamos por seguir a proposta da socióloga norte-americana Katherine Beckett (1997), que aplica o conceito dos *pacotes interpretativos* de Gamson (1989) para investigar quais enquadramentos pode-se discernir do discurso da imprensa daquele país nas notícias sobre crime e drogas, nas décadas de 1950 e 1960. Beckett classifica os tipos de pacotes interpretativos (livre tradução para *interpretative packages*) a partir da observação de seus elementos de assinatura:

No centro de cada “pacote” há um enquadramento central – uma ideia organizativa central que dá sentido a uma série de eventos ou fenômenos relacionados ao tema em questão. Os pacotes são também caracterizados por uma lista de “elementos assinados” que sugerem um enquadramento central e servem como “símbolos condensados” para o pacote inteiro. É importante notar que esses pacotes são descrições de “tipos puros”; eles não aparecem tipicamente nos produtos da mídia em sua inteireza, mas são enquadramentos conceituais para analisar o conteúdo muitas vezes mesclado e significado dos produtos da mídia (BECKETT, 1997, p. 65-66).

O primeiro pacote interpretativo das notícias sobre crime analisado por Beckett é o *Respeito pela autoridade*, que tem como dispositivo retórico o combate à ideia de se buscar causas para o crime, pois, desta forma, negligencia-se o objetivo principal que é o de conter os atos criminosos. A consequência disso, segundo esse modelo narrativo, seria a leniência, a permissividade e a desobediência civil. A solução então seria “fazer do respeito à lei e à ordem a prioridade” (BECKETT, 1997). Beckett (1997) reconhece como frases feitas, ou ideias centrais daquele pacote “tratar com paternalismo ou excessiva proteção”, permissividade, responsabilidade, parasitismo e lei e ordem. A autora reconhece o pacote nas falas do candidato republicano Barry Goldwater, nas eleições norte-americanas de 1964. Adaptando esse modelo

13 Pequenos editoriais publicados, geralmente sob o título “Opinião”, ao lado de uma reportagem de mesmo tema.

14 Isto ainda que tenhamos a clareza de que as cartas publicadas passam por uma seleção de dirigentes e funcionários de *O Globo*, que atuam como *gatekeepers*, realizando o filtro que resultará no produto final à disposição dos leitores.

às notícias sobre crime no Rio de Janeiro, neste início de século XXI, renomearemos aquele pacote de *Lei e ordem na favela*. Nele, podemos observar que as reportagens tendem a reivindicar maior rigor à aplicação da lei no combate ao crime, em especial ao tráfico de drogas, percebido como o principal causador da violência urbana no Rio de Janeiro. A favela tende a ser vista como um território “sem controle”, onde imperam as ordens de traficantes armados que não respeitam a autoridade do Estado. De acordo com este enquadramento, as UPPs são a única saída e as ações violentas praticadas pelos agentes policiais são justificadas como um “mal necessário” com o objetivo da “pacificação” de determinadas áreas da cidade. Entre as expressões mais utilizadas neste discurso estão “ocupação”, “poder paralelo”, “monopólio da força”, “dano/efeito colateral”, entre outras similares. No que se refere à separação “nós” e “eles” entre os quatro atores sociais comumente presentes nessas reportagens (o morador da cidade “formal”, o morador da favela, os comerciantes varejistas de entorpecentes – ou traficantes – e o policial), este pacote não distingue moradores da favela e traficantes e coloca a polícia como a instituição a proteger o morador da cidade “formal” (que é também o leitor a quem o jornal se dirige) desses “eles”.

Em seguida, Beckett identifica o discurso *Necessidade de equilíbrio*, como uma tendência um pouco mais branda em relação à primeira. Este pacote reivindica que haja um meio-termo entre a necessidade de responder ao medo do crime, ao mesmo tempo em que se apontam suas causas. De acordo com este dispositivo retórico, deve-se ter um foco a curto prazo, de modo a se empreenderem recursos para a aplicação da lei, sem, no entanto, deixar de buscar soluções a longo prazo para combater as causas mais profundas do crime. Equilíbrio é o termo mais utilizado como elemento de assinatura desse pacote, que foi a alternativa democrata ao *Respeito pela autoridade*, após 1965, nos Estados Unidos. Transpondo esse modelo para a realidade das páginas cariocas, rebatizaremos esse pacote de *Extensão da cidade formal*. Segundo este modelo discursivo, os moradores da favela são vistos como cidadãos merecedores de acesso a serviços já presentes e garantidos aos moradores da cidade “formal”, entre eles, a segurança pública. Esses direitos são ameaçados pelos traficantes armados e a UPP surge, novamente, como a única solução possível para garantir tais direitos. Na análise “nós” x “eles”, esse pacote inclui os moradores da favela no “nós”; contudo, como a ação policial rigorosa contra os traficantes se dá na favela, danos colaterais são percebidos como inevitáveis. Isto é, no interior do “nós” há o privilégio dos moradores da cidade “formal”. Para torná-los iguais, deve-se normalizar a vida da favela para deixá-la o mais próxima possível da cidade “formal”,

aquela regida pelos ditames e leis do Estado instituído. “Legalizar”, “regularizar”, “acesso a serviços” são alguns dos termos comumente utilizados.

O terceiro modelo de discurso analisado é o *Liberdades civis sob ataque*, pacote interpretativo utilizado por organizações de direitos civis como a American Civil Liberties Union (Aclu) e alguns congressistas progressistas. “A questão central deste pacote é a necessidade de desenvolver políticas de crime que sejam coerentes com os princípios de democracia e proteção das liberdades civis” (BECKETT, 1997, p. 67). Termos utilizados neste discurso incluem processo justo, direitos civis e direitos dos acusados. Manteremos a mesma denominação desse pacote que, em sua versão atualizada e adaptada para o contexto atual, reconhece a privação das liberdades dos moradores e denuncia as medidas de segurança mais duras. Entre essas medidas, a proibição de bailes *funk* nas favelas onde há a presença de UPPs, sob a argumentação de que tais eventos são realizados com fins de promover o tráfico de drogas. Estão entre as expressões frequentemente utilizadas “violência/truculência policial”, “proibição”, “Estado policial”, “direitos civis”, entre outras. Quanto à representação “nós” x “eles”, a polícia passa para o “eles” e os moradores da favela reivindicam uma igualdade de direitos civis como a supostamente vivenciada pelos moradores da cidade “formal”. Conforme esse pacote, ainda que seja preciso combater a atividade da venda de entorpecentes, a violência policial não é admitida. Os traficantes ainda são parte do “eles”.

Beckett denomina *Pobreza causa crime* (manteremos a mesma denominação na atualização para a presente pesquisa) como o quarto pacote interpretativo, cuja questão central é apontar as causas estruturais do crime, tais como desemprego, má educação, má higiene, má habitação, entre outras. *Causa-raiz* é o elemento de assinatura apontado pela autora nesse tipo de dispositivo retórico, apoiado por Lyndon Johnson, outros políticos democratas, em 1965, movimentos sociais, escritores e jornais tidos como progressistas, como *The Nation*. Esse modelo discursivo identifica o argumento utilizado pelo Partido Democrata nos anos 1950 e 1960, e busca explicar o crime através da má distribuição de renda, da falta de recursos financeiros, econômicos e sociais. Termos comuns nesse tipo de enquadramento são “pobreza”, “delinquência”, “abandono”, “investimentos sociais”, entre outros. Como esse modelo busca explicar as causas que levam ao crime, o “nós” inclui até mesmo os comerciantes varejistas de entorpecentes. O responsável pela situação, de acordo com esse tipo de enquadramento, é a estrutura social.

Para analisar os diversos pacotes interpretativos descritos, Beckett sugere, em primeiro lugar, identificar os elementos de assinatura, considerando que cada notícia pode conter

elementos de mais de um pacote. No entanto, para fins metodológicos, consideramos apenas um modelo predominante, por matéria analisada.

Em seguida, buscamos observar duas formas do que, para fins metodológicos, denominaremos *perspectivas narrativas*: conflito/crime ou normalidade/integração. Esta outra categoria de análise pode reunir pacotes diferentes, e aparentemente antagônicos, sob uma mesma perspectiva. A primeira tem como proposta apresentar ao leitor a compreensão de um determinado evento a partir da perspectiva do conflito urbano, em que o crime e a violência são o tema central da matéria. A segunda propõe o entendimento daquele evento sob a ótica da integração entre favela e cidade, em que os acontecimentos apresentados são de outra ordem que não a do crime e da violência e os problemas existentes fazem parte do cotidiano daquela localidade, como a carência ou ausência de políticas públicas sociais.

Nas matérias analisadas entre maio e julho de 2014 (60, no total) e entre 1º de julho a 31 de agosto de 2016 (30, ao todo), buscamos verificar o que chamaremos de “relação com a temporalidade”, ou seja, quais delas possuem elementos de assinatura que remetem, respectivamente, à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos, megaeventos esportivos realizados na cidade do Rio de Janeiro nesses períodos, que influíram diretamente na criação e concepção das UPPs. Para tanto, foi necessário analisar todas as matérias que relacionavam UPPs a megaeventos e não necessariamente apenas aquelas entre as 377 relacionadas na análise quantitativa acerca das oito UPPs supracitadas, ainda que haja algumas coincidentes entre os dois grupos de análise. Foram incluídas na análise “relação com a temporalidade” matérias publicadas em outras editorias do jornal *O Globo*, como a editoria País e o suplemento especial da Copa.

Posteriormente, analisamos as declarações de fontes publicadas nas matérias em: estatais – no caso de a fonte citada na notícia ser claramente associada ao Estado – ou não estatais, em caso contrário. Entre estas últimas, buscamos dividi-las em cinco grupos, de acordo com o grupo de origem de determinada fala: especialistas (sociólogos, antropólogos, cientistas sociais, historiadores, professores universitários, advogados, médicos, arquitetos, engenheiros, urbanistas etc.), moradores de favelas (ou trabalhadores, vítimas ou parentes de vítimas de violência), representantes de entidades não estatais do “asfalto” (terceiro setor, empresários, investidores, associações), turistas (ou visitantes nacionais ou estrangeiros) e jornalistas de veículos empresariais/corporativos não comunitários. Também observamos se as declarações das fontes não estatais remetem apoio ou crítica às UPPs e, neste último caso, qual o tipo de

crítica: reivindicação por mais lei e ordem, denúncia de violações de direitos humanos, carência/ausência de políticas públicas ou aumento de custo de vida/gentrificação na favela.

Também analisamos o que denominamos *clivagens ideológicas*, ou seja, de acordo com cada matéria, de que forma as UPPs são apresentadas: como parte de um Estado democrático de direito ou como parte de um Estado *policialesco*; se benéficas para os moradores das favelas ou para os do “asfalto”; e como parte de uma política permanente e consolidada, ou efêmera, em vias de declínio ou esgotamento.

Para traçar um panorama mais amplo, desde as primeiras notícias acerca da criação das UPPs, em 2008, até o mês de agosto de 2016 – momento em que: chegam ao fim os Jogos Olímpicos; são anunciados cortes drásticos nos recursos da segurança pública fluminense; e que marca o ocaso do secretário Beltrame à frente da secretaria responsável pela área¹⁵ – optamos por contabilizar conjuntamente os dados coletados na pesquisa 2008-2011 e na de 2014-2016. Para isso, foram postos em relevo os resultados das análises quantitativas de ambas, buscando verificar quais mudanças ocorreram e quais tendências se confirmaram na cobertura de *O Globo* sobre as UPPs durante esses oito anos.

E, finalmente, realizamos uma breve análise qualitativa acerca das coberturas de duas mortes ocorridas no Complexo do Alemão, em um intervalo de cinco meses: a do capitão Uanderson Manoel da Silva, no mês de setembro de 2014, e a do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, ocorrida em abril de 2015. Nesse tópico, recordamos também as reportagens sobre o assassinato do jovem Felipe Santos, de 17, morto no Morro da Providência, e a que relata os casos de arrastões nas praias da orla da zona sul do Rio de Janeiro – ambas realizadas na última dezena de setembro de 2015 (VAZ & PEREIRA, 2016). Em comum, todas elas possuem como característica a possibilidade de serem analisadas a partir dos conceitos de *incidente* e *incidência*, de Comaroff (2006). Sob esta perspectiva, verificamos quais dos casos são representados como eventos comuns, corriqueiros, banais, e quais deles são retratados como fatos incomuns, raros, ocasionais.

Por fim, mas não menos importante, é de extrema relevância afirmar que as observações, considerações, impressões, comentários e resultados expostos ao longo destas páginas não devem ser compreendidas, em nenhum momento, como uma avaliação definitiva a respeito dessa ou de outras políticas públicas afins. Mas, sim, como contribuições deste autor, sempre circunscritas e restritas ao campo comunicacional, a serem incorporadas a outras tantas possíveis acerca de tão relevante e instigante tema.

¹⁵ O secretário José Mariano Beltrame deixaria oficialmente o cargo no mês de outubro de 2016.

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Quando você for convidado pra subir no adro
 Da fundação casa de Jorge Amado
 Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
 Dando porrada na nuca de malandros pretos
 De ladrões mulatos e outros quase brancos
 Tratados como pretos
 Só pra mostrar aos outros quase pretos
 (E são quase todos pretos)
 E aos quase brancos pobres como pretos
 Como é que pretos, pobres e mulatos
 E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados.
Caetano Veloso e Gilberto Gil

No primeiro capítulo deste trabalho procuraremos compreender como são construídas as representações sociais dos atores que participam das narrativas jornalísticas que iremos analisar adiante. Pensamos que devemos iniciar falando sobre o medo, mais especificamente o “medo branco” e suas origens na história do Brasil. A seguir, investigaremos como este medo generalizado das elites em relação a uma eventual revolta da população negra e escravizada criou identidades nacionais, suas alteridades e fundamentou jurídica e discursivamente a constituição do Estado burguês no país. Após a abolição da escravidão, era preciso controlar a imensa população negra e livre que poderia, de alguma forma, abalar a estrutura social vigente. Mas quem são aqueles a quem se pretende proteger? Segundo a representação social, as vítimas virtuais são os indivíduos que devem ter sua segurança garantida contra o seu “outro” que poderá, quiçá um dia, causar-lhe dano. Para isso, desde o período até os dias de hoje é utilizada toda a força do aparato policial e o monopólio da força do Estado em suas formas legais e ilegais.

1.1 MEDO BRANCO

No primeiro tópico deste capítulo nos dedicaremos a um dos temas que motivaram o início da pesquisa aqui presente e que, segundo nosso entendimento, atua como fator motivador preponderante para a construção das representações sociais que veremos a seguir: o medo. Seria biologicamente natural ou filosoficamente explicável sentirmos medo? Restrito ao campo comunicacional, este trabalho não tem a pretensão de responder a essas perguntas. Tampouco poderíamos dizer que é “normal” sentirmos medo, posto que a ideia de *normalidade* nos parece

questionável. No entanto, nas próximas páginas procuraremos investigar de que maneira, na sociedade contemporânea, o medo é massivamente estimulado.

Vera Malaguti Batista (2003) rememora como o medo é historicamente cultivado e tem explicações que remetem à própria história do homem. Desde a Idade Moderna, a humanidade cultiva o medo da peste e das invasões bárbaras. Morrer de fome na Europa do século XIV não era algo incomum. A disputa por alimento e a chegada de “invasores” levou ao medo do outro. É o outro, ou o estranho, aquele que poderá abalar uma sociedade estável. O homem viscoso de Sartre é aquele que “é temido pela sua elasticidade, pela sua capacidade de comprometer, pelo seu poder de arrastar e desagregar, pela encarnação que traz do medo da dissolução da ordem” (BATISTA, 2003, p. 81). Em um contexto de desemprego e escassez de alimentos, a Europa conheceu o “medo dos pobres” (BATISTA, 2003, p. 45), no qual foi percebida uma “necessidade de ordem” (BATISTA, 2003, p. 45) e disciplinamento.

O medo explica a ação persecutória conduzida pelo poder político-religioso. As fórmulas de confinamento ‘saneiam as cidades’, diminuem os ‘perigos de contágio’, têm alcance moral. O sentido geral desta estratégia é disciplinar populações, produzindo alinhamentos. Tudo isso para descobrir-se ao final do século XVII um erro parcial de diagnóstico. O medo fora maior que a ameaça. (BATISTA, 2003, p. 45)

Atualizando Freud, Bauman (1997, p. 9) lembra que “uma civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança” produz diversos mecanismos de disciplinamento da população por meio de um discurso de medo que legitima práticas contra ela mesma. Como veremos adiante, a prisão passa a ser o mais frequente deles. Bauman mostra o motivo pelo qual a repressão ao comércio varejista de entorpecentes tornou-se política de segurança pública prioritária nos chamados “países em desenvolvimento”: “A combinação de estratégias de exclusão, criminalização e brutalização dos pobres impede a condensação de um sentimento de injustiça capaz de rebelar-se contra o sistema” (BAUMAN, 1998 *apud* BATISTA, 2003, p. 84). E, nessa estratégia em que o grande comércio internacional de entorpecentes é convenientemente tolerado, não apenas as camadas economicamente desfavorecidas tornam-se dóceis. “[...] na geopolítica da exclusão global, meninos pobres vendem drogas para meninos ricos. Enquanto anestesiavam-se uns, metralham-se outros; mas ambos os grupos (os ricos e os pobres) estão controlados” (BATISTA, 2003, p. 87).

A importância do discurso para a contaminação pelo medo é uma experiência multissensorial, sinestésica, “um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração” (BATISTA, 2003, p. 75). De acordo com Batista (2003, p. 76-77), este projeto faz parte da estratégia da ordem burguesa, que, a partir do século XVIII, “desmantela o aparato

político centralizador do absolutismo e localiza um sentido de unidade poderoso para se reproduzir. Se na ordem econômica, os sujeitos são autônomos e antagônicos, no estético, eles se harmonizam”. Para o triunfo deste projeto, é fundamental que ele tenha seus pilares enraizados em uma base discursiva. O acúmulo de notícias, no decorrer de décadas, sobre violência urbana consolida na população o sentimento de que se vive em uma sociedade insegura e nas autoridades governamentais, a importância de realizar uma agenda em que a lei e a ordem sejam prioridades.

O importante é que (as notícias) canalizem a raiva e o medo e gerem quadros passageiros e frustrantes que nunca satisfaçam as verdadeiras e reais demandas por segurança coletiva. A transferência das inseguranças globais para o campo da segurança privada tem a vantagem de tornar as ameaças à segurança em seres palpáveis, corporificados. É isto que faz com que sejam muito mais concretas hoje as reivindicações políticas por lei e ordem do que as reivindicações por segurança no emprego ou pela manutenção das leis trabalhistas [...]: só restam os discursos de lei e ordem contra os sinais visíveis do caos e da desordem: camelôs, flanelinhas, prostitutas, corruptos, drogados, pedófilos etc. (BATISTA, 2003, p. 98).

Chegando ao objeto de análise da autora, sua obra discorre acerca da gênese do medo na cidade do Rio de Janeiro. Batista (2003) recorre à Revolta dos Malês, em Salvador, Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, durante a Noite da Glória, quando, segundo a tradição muçulmana, “os anjos e o Espírito têm licença do Senhor para descer com Seus decretos” (BATISTA, 2003, p. 23.). Nesta noite, centenas de africanos em condição de escravidão ocuparam as ruas da capital baiana e enfrentaram as tropas do Império. Amedrontada pelo “espectro da Revolução Haitiana” (BATISTA, 2003, p. 25.), entre 1791 e 1804, as elites europeias e de suas colônias temiam que o mesmo acontecesse em seus territórios. “Talvez o mundo do islã militante, democrático, impregnado de um orgulho ético fosse o que mais apavorasse as elites baianas” (BATISTA, 2003, p. 26). Na Bahia, lugar onde reside a maior população negra fora do continente africano, os brancos precisavam lidar com a realidade de que os escravos eram alfabetizados e dominavam “meios sofisticados de comunicação” (REIS, 1986, p. 138 *apud* BATISTA, 2003, p. 24). Devido à superioridade numérica das tropas oficiais e de seu poderio bélico, a revolta foi rapidamente abafada e seus líderes, punidos exemplarmente. Poucas baixas foram contabilizadas do lado das forças da lei (nove no total), enquanto que, da parte dos escravos, os registros apontam “70 africanos mortos e mais de 500 punidos com penas de deportação, morte, prisão e açoitamento” (BATISTA, 2003, p. 25).

Apesar de derrota militar, a Revolta dos Malês incutiu no imaginário da população negra a esperança de justiça e liberdade. Ademais, o levante perpetuou na elite brasileira o medo das classes populares, negra e pobre, sentimento que mais tarde seria traduzido na frase de Josué

de Castro: “Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come”(CASTRO, 1984, p.14)¹⁶. A própria abolição da escravidão teve como um de seus argumentos o “medo branco”, que levou ao que Vera Malaguti Batista (2003, p. 187) denomina de “aboliconismo de resultados”, ou seja, a noção de que, devido à já imensa população negra em condições de escravidão, o contínuo tráfico de escravos pudesse transformar o Brasil em uma nova África e a elite branca viesse a sofrer com uma eventual violência generalizada imposta por esse enorme contingente de pessoas escravizadas, revoltadas e descontroladas, o que jamais se consumou. A partir de então, além da implantação de medidas que incentivassem a imigração da população branca europeia, de forma a “embranquecer” o país, duras estratégias de controle foram impostas “sobre aqueles setores que estavam potencialmente a ponto de rebelar-se e implantar a ‘desordem e o caos’” (BATISTA, 2003, p. 30).

Com a passagem da monarquia à república, as estratégias repressivas não se alteraram. Pelo contrário, tornou-se ainda mais imprescindível disciplinar e tornar dóceis e previsíveis aqueles que supostamente ameaçariam a estável e desigual estrutura social. E, para isso, os discursos proferidos pelos meios de comunicação tiveram e continuam tendo função estratégica. Não apenas para o disciplinamento dos indivíduos a quem se deseja conter, mas também para justificar medidas, muitas vezes violentas, discricionárias e arbitrárias, contra esses mesmos indivíduos. Como veremos adiante, tais discursos, ao mesmo tempo em que produzem sentido, escondem outras possibilidades de interpretação: “o que nos interessa é o que é encoberto pelos fetiches” (BATISTA, 2003, p. 51-52). Para isso, como veremos adiante, são utilizados recursos narrativos para garantir “uma organização social rígida e hierarquizada; nesta organização, as classes subalternas, mais que compreender, a nível da razão, foram (e seguem sendo) levadas a ver e a sentir seu lugar na estrutura social” (BATISTA, 2003, p. 52).

1. 2 LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DE UM PROJETO DE ESTADO

Gislene Neder escreve acerca da constituição do “Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil” (NEDER, 1995) a partir da perspectiva da história social. De acordo com a autora, o Estado burguês no Brasil foi fundamentado sobre o discurso da “articulação das ideias de nação, indivíduo e de mercado” (NEDER, 1995, p. 11). Seu argumento é o de que a cidade do Rio de

¹⁶ Discurso proferido durante congresso da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e recordado por Alceu Amoroso Lima em “O espectro da fome”, prefácio à 10ª edição de “Geografia da fome” (CASTRO, 1984: p. 14).

Janeiro – capital da colônia portuguesa, do Império Português, do Império do Brasil e, finalmente, da República – serviu como *caixa de ressonância* para a narrativa que, a partir da passagem do modo de produção escravista para o capitalista, estabelece uma relação direta entre a ausência de trabalho formal e a criminalidade.

Segundo Neder (1995, p. 140), havia a necessidade de afirmar a ideologia burguesa e a “dignificação pelo trabalho” e, para isso, eram precisas duas formas de legitimação. A primeira é a jurídica, que se deu por meio de leis, entre outras, que criminalizavam os indivíduos ociosos, como os *capoeiras*, denominação genérica em que poderiam ser enquadrados quaisquer indivíduos, em geral negros, ou grupos que simplesmente fossem flagrados na rua em horário e local não tolerados pelas leis vigentes até as primeiras décadas do século XX¹⁷. Neder (1995, p. 137) recorda que os *capoeiras* representavam “um tipo de organização coletiva de resistência, reprimida violentamente” pelas forças policiais da época. Já a segunda, discursiva, veio através dos textos de Silvio Romero, Euclides da Cunha, João do Rio, Lima Barreto, Aluizio Azevedo e outros autores e jornalistas da época, que, por meio de suas obras, ambientadas na cidade do Rio de Janeiro, difundiam nacionalmente a preocupação com a miséria e a pobreza. Mesmo João do Rio, codinome do jornalista Paulo Barreto, negro e homossexual, se analisado a partir de uma ótica contemporânea, poderemos perceber de que forma contribuiu para esta legitimação:

[...] nomeia ‘pequenas profissões’ de exóticas, produto da miséria; relaciona-as às grandes fábricas e ao baixo comércio. Relata a ‘vida dos desgraçados’, ‘pobres seres tristes’ que vivem do cisco que cai das sarjetas. [...] João do Rio é capaz de nomear a ‘indolência malandra’ dos negros, que é sem dúvida o segmento numericamente mais expressivo da população miserável da cidade no início do século (NEDER, 1995, p. 134).

Em “Clara dos Anjos”, Lima Barreto (1961)¹⁸ cria Cassi Jones, a personificação da figura do “malandro”, que se tornaria uma “categoria social no processo de constituição do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro” (NEDER, 1995, p. 136). Com seu terno branco bem-alinhado e o cabelo engomado, tinha como características a indolência, a astúcia, a sedução e o hábito de ganhar a vida aplicando pequenos golpes em jovens mulheres do subúrbio carioca:

Não exercia nenhum trabalho regular; dedicava-se à criação de galos de briga; era, portanto, na apresentação de Lima Barreto, ‘incapaz para o trabalho assíduo’,

¹⁷ Apenas em agosto de 2012 a Câmara dos Deputados retirou do rol de contravenção penal a prática de vadiagem e mendicância. Até a conclusão desta pesquisa, em fevereiro de 2017, o projeto ainda aguardava votação no Senado para posterior sanção presidencial.

¹⁸ Publicado originalmente em folhetim da *Revista Souza Cruz*, Rio de Janeiro, 1923-1924.

sinônimo de ‘moléstia’, de doença social. Egoísta, busca o prazer (a noção do trabalho não admite a possibilidade do prazer, mas a da disciplina e a da acomodação). Fascinado pelo dinheiro fácil, Cassi Jones era, segundo Lima Barreto, ‘um tipo bem brasileiro’. Está feita a passagem que generaliza a malandragem, criando condições para a formulação do ‘caráter nacional’ (NEDER, 1995, p. 136).

Desta forma, o malandro substitui o *capoeira* no imaginário do não trabalhador. No entanto, há uma diferença importante a ser observada: ao contrário dos *capoeiras*, que andam em grupos, o malandro vaga sozinho pelas ruas da Lapa ou do Estácio. Na passagem para a sociedade capitalista, este detalhe merece atenção, posto que o *individualismo* representa um elemento fundador dessa nova ordem. Antagonista do trabalhador, portanto, o malandro é imediatamente associado à marginalidade, de forma a “normatizar a sociedade de classes que está se estruturando” (NEDER, 1995, p. 136). Ou seja, o trabalho deve ser representado como o único meio possível de se viver na sociedade então em formação. Já o seu oposto, a malandragem, passa a ser percebida como:

[...] a própria expressão da articulação das relações sociais de produção capitalista, pelo menos no eixo Rio-São Paulo, quando a resistência à ‘ordem’ é definitivamente individualizada na figura temida, repudiada e mitificada e até heroica do ‘malandro’ (NEDER, 1995, p. 136).

O resultado deste longo e complexo processo de legitimação jurídica e discursiva foi a marginalização de um determinado perfil de indivíduos, que serviu como regra geral para todo o território nacional. Neder classifica o Rio de Janeiro como o microcosmo do país, onde transparece “toda a complexidade da diversificação histórico-social e ideológica presente na transição ao capitalismo” (NEDER, 1995, p. 139). Na opinião da autora, é a partir do Rio para as demais cidades brasileiras que se realiza “[...] histórica e ideologicamente a construção de tipologias e de classificações que, aqui e acolá, se dirigem para a busca e a definição do chamado ‘caráter nacional-brasileiro’” (NEDER, 1995, p. 139).

Assim, com a abolição da escravidão e a necessidade de lidar com todo o excedente de mulheres e homens livres a partir daquele momento, a ordem burguesa, aquela que exalta a importância do trabalho e da produção capitalista, dá origem ao antagonismo *trabalhador x malandro*, ou suas personificações, que variam de acordo com o tempo: antes, os *capoeiras*, e, posteriormente – quando o modo de produção capitalista aprofunda e aprimora “os mecanismos extraeconômicos que pressionam a reprodução do proletariado” (NEDER, 1995, p. 154) – os *bandidos*.

1.3 O BANDIDO

Para falarmos acerca da categoria *bandido*, pensamos ser útil primeiro recorrer à perspectiva de Howard Becker (2008), herdeiro da corrente do interacionismo simbólico, segundo o qual o conceito de *desvio* significa o “produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento” (BECKER, 2008, p. 26). Ou, dito de outro modo, o desvio e seu exemplar discursivo mais recorrente, o *crime*, não são definidos pelo ato em si, mas sim pela reação de determinado grupo social em relação a um dado evento classificável desta maneira, sob determinadas circunstâncias e em determinada situação.

De acordo com esta linha de pensamento, Michel Misse (2008) utiliza quatro operadores analíticos para analisar o processo que denomina de “construção social do crime”: a) a *criminalização*, ou a inclusão nos códigos legais de um curso de ação típico definido como *crime*, a partir da reação moral generalizada a ele; b) a *criminação*, ou o encaixe de um evento determinado nesse código; c) a *incriminação*, ou a identificação de um determinado indivíduo como autor de evento criminoso; e d) a *sujeição criminal*, “o deslizamento de sentido da punição pelo crime cometido para a punição do sujeito ‘porque’ criminoso ‘contumaz’: para o que seria seu incorrigível ‘mau-caráter’, sua subjetividade essencialmente criminosa, má” (BECKER, 2008, p. 18-19). Dito de outro modo, a *criminalização* é a tipificação, nos termos da lei, de uma ação consagrada socialmente como sendo criminoso, como, por exemplo, o tráfico de drogas; a *criminação* é a identificação de um evento específico e a sua imediata classificação segundo aquela ação já criminalizada, como por exemplo quando um indivíduo é flagrado por um policial portando uma quantidade *x* de entorpecente que, na interpretação desse agente da lei, seja presumível uma futura comercialização; a *incriminação* é a identificação daquele indivíduo e, nesta circunstância específica, na categoria de *traficante*; e a *sujeição criminal* é a estigmatização¹⁹ deste e de outros indivíduos com o mesmo perfil socioeconômico e étnico-racial como *bandido* ou *traficante* hoje, ontem e sempre, independentemente das circunstâncias. Desta forma, confere-se ao autor do evento não apenas a responsabilidade pelo evento, como também a expectativa de seu alijamento social e, ainda, o seu aniquilamento, posto que não seria capaz de se recuperar:

[...] a *sujeição criminal* é um processo de *criminação* de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um *bandido*, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que

¹⁹ No sentido do conceito de “estigma” em Goffman (1980), ou seja, aquilo que é construído nas relações sociais no processo de construção do *normal*.

morra, que pode ser morto, que seja “matável”. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto. (BECKER, 2008, p. 21)

A perspectiva de atribuir toda a carga negativa ao indivíduo e não à ação em si mesma está presente no pensamento de Foucault (1988, p. 43). O pensador francês analisa que, até o século XIX, o ato homossexual era caracterizado como *sodomia* e o seu agente não era classificado ou tinha sua identidade definida por ele. Já a partir do século XIX, passa a ocorrer a “incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos” (FOUCAULT, 1988, p. 43), em que a homossexualidade torna-se uma identidade. Ao conferir a um indivíduo a *personagem* homossexual, nada nele “[...] escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (FOUCAULT, 1988, p. 43). Foucault recorda que a “categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade” foi criada por Westphal, quando descreveu as “sensações sexuais contrárias” (WESTPHAL, 1870 *apud* FOUCAULT, 1988, p. 43) à condição de homossexual, que teria como característica “uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino [...], um hermafroditismo da alma”. Assim, o homossexual torna-se uma *espécie*, um indivíduo cuja homossexualidade está encravada em seu corpo, introduzida de maneira indelével à sua conduta, tornada seu “princípio de classificação e inteligibilidade” (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Tal qual a *personagem* homossexual, segundo o exemplo supracitado, o indivíduo enquadrado no perfil da *sujeição criminal*, propenso a cometer crimes indefinidamente, pode ser rotulado como “bandido”, a quem “restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada” (MISSE, 2008, p. 23). No entanto, é possível que haja *incriminação* sem que ocorra a *sujeição criminal*. Isso irá depender da “maior ou menor socialização do agente criminal numa subcultura representada como, no mínimo, desnormalizada e, como, no máximo, criminal” (MISSE, 2008, p. 29). Por exemplo, como acontece na matéria publicada em 31 de agosto de 2016, que relata: “jovens de classe média são presos por vender drogas num apartamento em Botafogo” (NASCIMENTO, 2016a). No local, os policiais apreenderam 17 quilos de maconha, 52 gramas de *wax*, “uma espécie de concentrado de substâncias encontradas na maconha”, 480 pílulas de ecstasy, duas réplicas de armas, material para a contabilidade de comercialização dos entorpecentes, “além de equipamentos utilizados na manipulação e produção das drogas”. Ainda segundo a reportagem, “os *suspeitos* foram autuados pelos crimes de tráfico de drogas, associação e posse de arma de calibre permitido”. Neste caso, os dois “jovens”, de 21 e 24 anos, brancos e moradores de um

bairro de classe média alta da zona sul do Rio de Janeiro, não se enquadram no perfil da *sujeição criminal*. Apesar de terem sido flagrados em circunstâncias em que – no caso de indivíduos de outro perfil socioeconômico e étnico –, via de regra, provavelmente faria com que fosse empregado o termo *traficante*, na abordagem jornalística, tal denominação não é utilizada. Ademais, não obstante todas as provas que poderiam sugerir uma condenação prévia por parte do discurso, em uma outra situação hipotética, ambos são classificados como *suspeitos*²⁰. Ou seja, na *sujeição criminal* ocorre uma “seleção social”, em que o indivíduo é selecionado e estigmatizado a partir de sua origem, aparência, hábitos etc. (NASCIMENTO, 2016a).

Ao contrário dos dois “jovens de classe média”, um exemplo da redução de um indivíduo à sua condição de *bandido* está na matéria publicada no dia 10 de junho de 2015, em *O Globo* (Imagem 1), e relata a violência cometida contra um homem de 31 anos, suspeito de roubo em Senador Camará, zona oeste do Rio (LADRÃO, 2015). Ainda que o *lead* da reportagem informe que a “Polícia Civil está à procura de um grupo de pessoas que, na noite de anteontem, tentou linchar um homem” encontrado “com as mãos amarradas para trás e com muitos machucados na cabeça”²¹, o título apresenta o referido indivíduo como *ladrão*, o subtítulo como *bandido*, e o primeiro parágrafo como *criminoso*. Além disso, o texto parece justificar as agressões cometidas pelo fato de o homem ter “passagens anteriores por roubo e furto” e estar “em liberdade há 35 dias”. Apenas no quarto parágrafo e na legenda da foto o texto se refere à vítima do linchamento como *suspeito*. Nada mais se sabe a respeito desse homem, resumido à sua ficha criminal pregressa (LADRÃO, 2015).

²⁰ Acertadamente, diga-se de passagem.

²¹ Idem.

Ladrão é capturado, amarrado e espancado

Grupo tentou linchar bandido, solto há 35 dias, que furtou mulher na Zona Oeste

A Polícia Civil está à procura de um grupo de pessoas que, na noite de anteontem, tentou linchar um homem em Senador Camará, na Zona Oeste. Daniel Jesus de Aquino, de 31 anos, foi salvo por policiais militares do 14º BPM (Bangu) que passavam entre as localidades Marco 7 e Pedra Branca. Com as mãos amarradas para trás e com muitos machucados na cabeça, o criminoso estaria cometendo roubos na região.

Os PMs levaram o suspeito para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Senador Camará, onde ele recebeu atendimento médico. Em seguida, foi encaminhado a Bangu 10. Daniel foi autuado em flagrante por tentativa de furto. De acordo com o delegado Renato Bezerra, da 34ª DP (Bangu), responsável pelo caso, Aquino tinha passagens anteriores por roubo e furto. Ele já havia passado pelo Sistema Penitenciário e estava em liberdade há 35 dias.

Fotos no perfil "Realengo News" do Facebook mostram o homem caído na Avenida Santa Cruz, com várias pessoas em volta. Uma outra foto, feita a uma distância maior, mostra o grupo e o carro da



Flagrante. Suspeito foi amarrado e espancado por grupo por praticar furtos

PM parado a poucos metros do local.

INTERNAUTAS COMEMORAM

Segundo pessoas que assistiram às agressões, o suspeito estava cometendo furtos nas redondezas. As vítimas seriam mulheres. A cena atraiu dezenas de curiosos. No perfil "Realengo News", um internauta contou que estava numa academia próxima ao local quando ouviu os gritos de uma mulher e viu quando, logo depois, um grupo de pessoas se aproximou do homem.

Até as 19h30m de ontem, havia mais de 90 comentários na postagem da foto. A maioria defendendo as pessoas que agrediram Daniel, exaltadas como "justiceiras".

"Parabéns aos moradores. O Marco 7 estava precisando de justiceiros. Minha família toda mora aí e, realmente, nosso bairro nunca foi assim. Parabéns a todos que apreenderam esse 'senhor'. 'Senhor' porque a minha educação não permite xingá-lo em rede. Valeu mesmo!", escreveu uma mulher na rede social.

"Quando a pessoa que diz que linchar é crime passar por um assalto, ao chegar cansada do trabalho, a opinião dela vai mudar. Para mim, linchar é pouco. Bando de vagabundos", afirmou outra internauta.

Segundo moradores da região, esta não é a primeira tentativa de linchamento de ladrões este ano. Em entrevista ao RJTV da TV Globo, o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Aderson Bussinger, disse que o justicamento não deve ser tolerado.

— É execrável de todos os pontos de vista. A pessoa que comete um crime deve ser processada. E se ficar comprovada a autoria do crime, deve ser condenada. Atitudes de violência com as próprias mãos só aumentam a truculência e a barbárie — destacou.

No início da semana, o caso de um linchamento no Maranhão causou enorme repercussão. A Delegacia de Homicídios de São Luís abriu inquérito para identificar os responsáveis pela morte de Cledeilson Pereira da Silva, de 29 anos, que foi espancado até a morte após tentar assaltar um bar na última segunda-feira. Um adolescente também participou da tentativa de assalto e foi agredido, mas não chegou a ser morto. Em 2014, um jovem de 15 anos foi amarrado a um poste no Aterro do Flamengo. Ele contou ter sido capturado e agredido por cerca de 15 homens. ●

Imagem 1 – A representação do “bandido”. Fonte: Ladrão (2015). Reprodução diretamente do Facebook.

Acerca das relações sociais em que se constitui o crime, Misse (2002) define como “mercadorias políticas” os produtos de um “mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas”, cujos preços ganham “a autonomia de uma negociação política [...] de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças” (MISSE, 2002, p. 5). Em outras palavras, os agentes públicos da lei e da ordem apropriam-se dos recursos em tese exclusivos do Estado, como a segurança e a violência, não apenas privatizando as prerrogativas estatais, mas também as utilizando como moeda de troca em um mercado de ilegalidade mantido para benefício próprio.

Ainda de acordo com Michel Misse (2002), um dos principais acumuladores sociais da violência é justamente a troca de mercadorias políticas, que expropria do Estado os meios de *incriminação*, com a ilegalidade do comércio de entorpecentes. O fato de os entorpecentes

terem sua comercialização proibida transforma seus operadores em potenciais “mercadorias políticas”, constantemente submetidos a ameaças e à “desconfiança da sujeição criminal” (MISSE, 2002, p. 7), sob o jugo da violência imposta pelos agentes de Segurança. São exatamente esses agentes que “impõem as condições e exigências” (MISSE, 2002, p. 8) às transações com os comerciantes varejistas, e não o contrário. É preciso levarmos em consideração ainda que “a demanda de repressão ao varejo do tráfico pela sociedade e pela mídia aumenta o poder de negociação desses agentes do Estado na exata medida em que produz um aumento da demanda de proteção pelos traficantes” (MISSE, 2002, p. 8). Portanto, nos parece claro supor o motivo pelo qual Misse denomina os agentes de segurança pública de “coadjuvantes principais da reprodução ampliada da violência” (MISSE, 2002, p. 9).

Já para Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2006), aquele que nos coloca em risco indesejável e de quem devemos nos livrar é o nosso “outro monstruoso”. Os autores recordam a lei norte-americana que exige que “um pedófilo recém-saído da prisão registre seu endereço e não more a menos de duzentos metros de nenhuma escola” (VAZ, SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p. 73). O diretor estadunidense Steven Spielberg dirigiu o longa-metragem *Minority Report* (2002), estrelado pelo conhecido ator Tom Cruise, que interpreta um detetive capaz de prever crimes que ainda não ocorreram. Da ficção para o sistema penal britânico do século XXI, reportagem de *O Globo* informa que, na Inglaterra, estão em curso testes de algo semelhante, denominado de “programa preditivo” (JANSEN & MATSUURA, 2014). A partir da análise de informações da internet, checagem de dados em redes sociais e demais dados extraídos da chamada *big data*, um *software* desenvolvido pela empresa Accenture, a serviço da polícia britânica, aponta aqueles indivíduos que “apresentam maior risco” (JANSEN & MATSUURA, 2014) à sociedade. De acordo com a reportagem, o sistema foi testado durante 20 semanas, com base em dados coletados nos últimos cinco anos, para mapear *gangues* de 32 bairros da capital inglesa. O resultado dos indivíduos presos a partir desta análise pode ser verificado na foto da Imagem 2, em que um jovem negro é cercado e imobilizado por sete policiais brancos.



Imagem 2 – Reprodução de foto com o resultado do chamado “programa preditivo”. Fonte: Jansen e Matsuura (2014).

Ainda de acordo com Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2006, p. 72), é o temor do sofrimento futuro que faz com que toleremos “práticas autoritárias em relação ao outro que nos põe em risco”, como a morte de moradores de favelas por agentes do Estado ou a superlotação das penitenciárias brasileiras. “Essa tolerância já foi internalizada até por aqueles que vêm à público lamentar a morte de um parente pela polícia: para denunciar a injustiça, a frase usual é: ‘ele era trabalhador, não era bandido’.” (VAZ, SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p. 72). A tendência é responsabilizar o indivíduo flagrado em ato criminalizável e estigmatizá-lo.

Os próprios protocolos médicos que classificam, diagnosticam e analisam estatísticas de doenças psiquiátricas, como o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-IV™) e a Classificação Internacional de Doenças (CID) definem os pacientes como “impulsivos” e com “baixo autocontrole”, o que previamente os classifica como promíscuos, irresponsáveis, viciados em álcool e drogas e dependentes da família para manter-se por serem “incapazes de obter emprego” (VAZ, SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p. 72), muitas das características, portanto, imputadas àqueles estigmatizados como *bandidos*. De acordo com esta lógica, por serem impulsivos e não medirem a consequência de seus atos, que buscam apenas o prazer sem limites, esses indivíduos não têm qualquer consideração com o sofrimento alheio

e são, por isso, incuráveis. Desta forma, a única maneira de evitar que causem sofrimento a outrem é o seu alijamento social e a privação de sua liberdade, por meio do poder do sistema penal sobre o corpo do indivíduo desviante, como forma de punição e retribuição às suas vítimas.

1.4 A FAVELA

Não é possível falar sobre a representação social daqueles indivíduos enquadrados no perfil da *sujeição criminal* sem levarmos em conta o contexto histórico, segundo o qual predominantemente eles residem nas favelas e periferias no Brasil e em grande parte do chamado terceiro mundo. Os primeiros estudos sobre as favelas têm como origem sua representação nos jornais. Mais especificamente no clássico *Os sertões*, relato de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, elaborado a partir de reportagens publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1897. É o que revela Licia Valladares (2005, p. 23), para quem a imagem do povoado de Canudos “[...] corresponde àquela vislumbrada pelos primeiros visitantes da favela do Rio, quando transpuseram em suas descrições a dualidade ‘litoral versus sertão’ para a dualidade ‘cidade versus favela’.” A socióloga realiza uma genealogia do estudo sobre as favelas e aponta que não foram as ciências sociais que primeiro se ocuparam do tema.

No século XIX, quando a pobreza urbana se tornou uma preocupação para as elites europeias, foram os profissionais ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, direito e filantropia que passaram a descrever e propor medidas de combate à pobreza e à miséria. O conhecimento estava submetido a uma finalidade prática: conhecer para denunciar e agir, conhecer para propor soluções, para melhor administrar e gerir a pobreza e seus personagens; e a ciência se pôs a serviço da racionalidade, da ordem urbana e da saúde da população de suas cidades. (VALLADARES, 2005, p. 24).

O próprio nome *favela*, ao que tudo indica, tem origem no sertão baiano, cenário do massacre de sertanejos promovido pelo exército republicano. A Favela da Providência, ou Morro da Favela, é apontada como a primeira a surgir na cidade de Rio de Janeiro. Há duas versões para a origem do nome: a primeira remete à planta *favela*, encontrada tanto no município baiano de Monte Santo, como no morro carioca; a segunda diz respeito à brava resistência imposta pelos combatentes de Antônio Conselheiro ao cerco das tropas da República, numa referência “à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador” (VALLADARES, 2005, p. 29). A partir das primeiras observações de Euclides da Cunha e das comparações entre a cidade civilizada e outra onde a precariedade sanitária e a violência predominavam, constitui-se e perpetuou-se a representação da favela no imaginário coletivo.

Os jornalistas/escritores João do Rio, de quem já falamos anteriormente, Benjamim Costallat e Luiz Edmundo foram alguns dos pioneiros da imprensa carioca a retratar os casebres erguidos nos morros cariocas a partir do final do século XIX e a promover o estereótipo vigente até os dias de hoje.

A imagem matriz da favela já estava, portanto, construída e dada a partir do olhar arguto e curioso do jornalista/observador. “Um outro mundo”, muito mais próximo da roça, do sertão, “longe da cidade”, onde só se poderia chegar através da “ponte” construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou da elite não ousava subir (VALLADARES, 2005, p. 36).

Mesmo nos tempos dos cortiços – habitações populares que antecederam às favelas –, o estigma da falta de higiene já era associado à gente pobre da cidade. O episódio que marcou a demolição do cortiço Cabeça de Porco, com população estimada em 2 mil pessoas²², foi amplamente “aclamado pela imprensa da época”, conforme relata o historiador Sidney Chalhoub (1996, p. 17-18): “Na *Revista Illustrada*, o evento foi saudado com um humor asqueroso: o leitor foi servido de um prato com uma enorme cabeça de porco, de olhos entreabertos e fisionomia lacrimante, e sobre a qual se achava uma barata devidamente cascuda e repugnante”. Os despejados do Cabeça de Porco juntaram-se aos soldados egressos de Canudos no início da ocupação do Morro da Favela. Em menos de três anos de existência, o local já é apresentado pelo *Jornal do Brasil* como local:

[...] infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias [...], foco de desertores, ladrões e praças do Exército, [...] de modo que, para a completa extinção dos malfeitores se torna necessário [...] pelo menos 80 praças completamente armados (ZALUAR & ALVITO, 2003, p. 8).

Nos anos 1940, Carlos Lacerda dá início àquela que ficou conhecida como a Batalha das Favelas, ou Batalha do Rio, qual seja, uma série de artigos em que o jornalista reivindica a remoção total das favelas cariocas, por meio de descrições como “núcleo de desagregação social” e local onde “malandros levantam barracos da noite para o dia, prejudicando a vida dos trabalhadores” (JORNAL VANGUARDA, 1947). Entre 1961 e 1965, enquanto governador do Estado da Guanabara, Lacerda inicia uma política de remoções, que se estenderia nas gestões Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975), levando adiante a transferência de dezenas de milhares de pessoas para bairros distantes do centro da cidade. Não obstante seus nomes remetam a um imaginário idílico, Cidade de Deus, Vila Aliança, Vila Kennedy, Vila

²² Os jornais da época divergem do número exato de habitantes do cortiço Cabeça de Porco. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o total de moradores era perto de 400. De acordo com o *Jornal do Brasil* e *O País*, cerca de 2 mil (CHALHOUB, 1996, p. 1).

Esperança, entre outros, os novos bairros careciam de infraestrutura mínima necessária de transporte, saneamento básico, saúde, educação e serviços para atender à toda a população. No entanto, o escritor católico e membro da União Democrática Nacional (UDN) Gustavo Corção defendia a iniciativa, por meio de artigo publicado no jornal *Diário de Notícias*, de 1966:

A notícia mais alvissareira da semana foi a iniciativa tomada pelos moradores das vilas Kennedy, Aliança e Esperança [...]. Consiste na iniciativa de um movimento junto a favelados do Pavão, Pavãozinho e Rocinha para convencê-los de que é muito melhor morar em casas bem feitas, embora em locais um pouco mais distantes. Essa iniciativa tem uma significação que transcende o episódio da calamidade da semana, porque justamente o que a dita calamidade veio revelar foi a pobreza cultural, a falta de civilização, o pouco gosto da gente favelada por uma situação que estará nas mãos deles melhorar. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1966).

Moradores das favelas localizadas em bairros considerados nobres da cidade foram os mais atingidos com as remoções. Foram extintas as favelas do Largo da Memória, Catacumba, Piraquê, Praia do Pinto, entre outras. Nesta última, cerca de 40 mil pessoas perderam suas casas em um incêndio até hoje não esclarecido.

No ano seguinte (1969), todavia, os 7.000 moradores da Praia do Pinto (favela localizada num terreno plano privilegiado, bem no centro do bairro grã-fino do Leblon) recusaram-se, espontaneamente, a sair da favela e ser transferidos. Durante aquela noite, um incêndio “acidental” alastrou-se pela favela: apesar de muitos moradores e vizinhos alarmados terem chamado os bombeiros, estes, evidentemente cumprindo ordens, não apareceram. Pela manhã, quase tudo tinha sido arrasado. Muitas famílias não conseguiram salvar nem seus poucos haveres, e os líderes da “resistência passiva” desapareceram completamente, deixando suas famílias em desespero. No local, construíram-se prédios de apartamentos financiados pelos militares. (PERLMAN, 1977, p. 247).

Em 2009, o jornal *O Globo* louvou a medida que retirou os moradores das favelas dos bairros da zona sul carioca.

Remoções salvaram a paisagem da Lagoa

No lugar de encostas reflorestadas e da paisagem que hoje é um dos cartões-postais do Rio, o entorno da Lagoa poderia estar tomado por um mar de barracos. Projeções indicam que, se não tivessem sido removidas, as favelas da Praia do Pinto, Catacumba, Vila Hípica e Ilha das Dragas teriam nada menos do que 96.904 moradores. Mas se o ritmo de crescimento seguisse o da Rocinha, as comunidades abrigariam hoje 172.619 pessoas. [...] O arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti explica que as favelas no entorno da Lagoa surgiram em uma época em que a região não despertava tanto interesse da construção civil e da classe média quanto Copacabana e Leblon. (COSTA, MAGALHÃES & SCHMIDT, 2009).

A representação da favela como o *outro* da cidade formal aplica-se da mesma forma à representação de seus moradores, estigmatizados como habitantes do local onde abunda a violência. O “estigma” é utilizado “[...] em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos.

Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (GOFFMAN, 1980, p. 6). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se cria a representação do morador da favela, cria-se a de seu *outro*, o morador, por assim dizer, do “asfalto”.

A partir de meados da década de 1980, com o aumento do consumo de cocaína pelas classes média e alta do Rio de Janeiro, o comércio varejista de entorpecentes encontrou nas favelas o local onde as oportunidades oferecidas por este mercado ilegal seriam maiores do que aquelas tradicionalmente oferecidas pelas “vias institucionais” de se atingirem as “metas sociais” (MERTON, 1970) almeçadas na sociedade capitalista. Assim, como já visto, as “mercadorias políticas” (MISSE, 2002) ou as conveniências entre policiais e traficantes estabeleceram-se nessas comunidades, comercializando não apenas drogas e armas, mas também a proteção de grupos armados, expropriando as prerrogativas estatais da violência e da segurança em benefício particular. A favela, até então percebida como lugar de carência, passou a ser representada como fonte de criminalidade. Ainda que o percentual de pessoas ocupadas com o comércio de entorpecentes nas comunidades seja ínfimo, a repressão a ele pelas forças de segurança pública, ocasionando prisões, mortes e violências de toda sorte, estigmatiza mesmo aqueles moradores que tenham vínculo empregatício formal, ficha criminal limpa e, muito frequentemente, aqueles que são vítimas da própria violência urbana.

A associação direta entre favela e criminalidade pode ser exemplificada na reportagem do dia 28 de novembro de 2008 de *O Globo*, cujo título informa que “Tiroteio em favelas fechou avenidas por 5 horas” (COSTA, 2008a). Fica sugerido aos leitores que a causa dos transtornos no trânsito na região foi a troca de tiros ocorrida nas comunidades próximas. Como forma de exemplificar os problemas no “asfalto” ocasionados pela favela, a matéria relata ainda que “o tráfego da Linha Dois do Metrô também foi interrompido por cerca de 30 minutos” e que “os sinais de trânsito da Avenida dos Democráticos estavam sem funcionar na manhã de ontem” (COSTA, 2008a). As únicas fontes ouvidas pela reportagem são autoridades policiais, que detalham a ação dos agentes de segurança que resultara no tiroteio, presumidamente, contra traficantes, de quem se tem pouquíssimas informações, exceto que seriam oriundos “das favelas do Jacarezinho, de Manguinhos, Mandela, São João e Complexo do Alemão” (COSTA, 2008a,). Ou seja, como não sabemos nenhum detalhe sobre os supostos criminosos, qualquer morador dessas comunidades pode estar entre os suspeitos.

A partir do advento das UPPs, uma parte considerável do discurso midiático buscou apresentar as favelas como locais de negócios para empresários “do asfalto” e de entretenimento para turistas e visitantes. Comunidades como o Morro Santa Marta, em Botafogo, a primeira a

ser ocupada por tropas da Polícia Militar, foi considerada o modelo a ser seguido pelas demais. O mesmo aconteceu com Vidigal e Chapéu Mangueira/Babilônia. Restaurantes, bares e pousadas passaram a receber pessoas que dificilmente frequentariam esses locais antes das ocupações policiais. Um prato tipicamente regional ganhou *status* de iguaria, para um turista estrangeiro:

O sacrifício não foi nada para o jornalista sueco Hakan Forsberg, que ficou maravilhado com a paisagem e o sabor do simples arroz com feijão, bife e fritas que comeu. “A subida foi compensada pela bela paisagem e pela comida deliciosa”, disse enquanto saboreava o almoço. (COSTA, 2010).

Jaguaribe (2011, p. 343) acredita que “[...] as favelas cariocas tornaram-se ícones no imaginário global” quando se pensa na cidade do Rio de Janeiro. Após a passagem de um lugar de carência a outro de violência, a favela teria se tornado uma “comunidade” que passaria a fazer parte do *trademark* carioca. No capítulo 4 deste trabalho, falaremos mais detidamente acerca das UPPs e da tentativa de integrar morro e asfalto por meio da lógica das ocupações policiais.

1.5 VÍTIMAS VIRTUAIS

Mas qual seria a representação social do perfil predominante daqueles indivíduos que, de acordo com o discurso corrente, estão a todo instante em risco e que não mereceriam sofrer danos à sua integridade física? As potenciais vítimas são representadas pelos cidadãos “de bem” das classes média e alta, contribuintes de impostos ao Estado, trabalhadores, que, a qualquer momento, poderão sofrer violência por parte de indivíduos que, de acordo com a sujeição criminal, não apenas cometeram algum crime, em algum momento da vida, mas também compõem um perfil socioeconômico e étnico-racial que indique que algum dia isso poderá vir a ocorrer.

Como Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2006) expõem, vivemos, na contemporaneidade, em uma sociedade hedonista, em que o prazer é o objetivo maior e o *risco* é o momento em que o indivíduo reflete acerca das possíveis consequências negativas deste prazer. Em outras palavras, “a noção de risco quer que um indivíduo que não sofre se arrependa, não depois, mas antes de agir, e isso pela mera possibilidade de vir a sofrer” (VAZ, SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p. 74-75). O conceito de risco ganha um novo sentido a partir de meados da década de 1970, com a crise do Estado de bem-estar social, a ascensão do neoliberalismo e a queda do Muro de Berlim, que conferiu às decisões dos agentes – indivíduos, empresas e governos – toda a

responsabilidade pelo sofrimento – ou por evitá-lo – e não mais ao natural e estrutural acaso. Assim, segundo os autores, na busca desenfreada pelo prazer, podemos “não só escolher entre diversas formas de prazer, mas também decidir [...] que risco correr” (VAZ, SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p. 75).

Deste modo, o conceito de *vítima virtual* “inclui todo e qualquer indivíduo que, a partir de notícias sobre o sofrimento de estranhos, concebe suas rotinas de trabalho e lazer como perpassadas pela possibilidade de vitimização” (VAZ, 2009, p. 53). Assim sendo, o potencial candidato ao sofrimento súbito teme, mais comumente, os “crimes ocorridos no espaço público com seleção aleatória de vítimas”. Ele pressupõe ainda, em primeiro lugar, *inocência* e que “seu sofrimento foi (ou será) causado por algo ou alguém”. Sofrimento este, entretanto, que não depende necessariamente de qualquer ato criminoso que venha a sofrer, mas sobretudo, está relacionado à restrição de “oportunidades de prazer tendo em vista a possibilidade de crime” (VAZ, 2009, p. 53). A *vítima virtual*, contudo, não é apenas um indivíduo passivo. Em sua passividade, encontra-se o seu ato político, no sentido em que reivindica coletivamente, em conjunto com a sua comunidade de *vítimas* (o *nós* inocente que consolida sua identidade em oposição ao *eles* monstruoso), sua proteção do Estado – que, invariavelmente, considera *fraco, corrupto, moroso e ineficaz* – e a sanção dos eventuais criminosos que podem, um dia, quiçá, causar-lhes sofrimento.

Ao nos identificarmos com aqueles que sofrem e nos reconhecemos como potenciais vítimas – seja em virtude da limitação de nossos prazeres, seja devido à possibilidade de sofrermos futuramente com o crime ou desastres causados por agentes privados ou estatais –, somos movidos pela compaixão, que nos leva, invariavelmente, à indignação, e, por vezes, à ira em relação aos causadores de um dado sofrimento. Esta é a chave para compreendermos o quão problemático pode ser a relevância dada à cultura da vítima. Ao sermos compassivos com os sofredores, ao invés do perdão, podemos incorrer, tal qual Nero, o incendiário imperador romano, no desejo de vingança:

Sêneca (1995) tentou ensinar Nero a não ser compassivo. Não porque desejasse que o imperador fosse cruel. Talvez porque, para Sêneca, a justiça não tenha relação com a compaixão, mas com o perdão. E certamente porque a compaixão está associada com a ira em relação aos causadores. Um indivíduo indignado (porque compassivo), com tantos poderes, ao dar livre vazão à sua ira, provocaria, aí sim, muita crueldade (SÊNECA, 1995, p. 33 *apud* VAZ, 2009, p. 66).

Veremos a seguir de que maneira as vítimas virtuais, em sua busca pela segurança, reivindicam e produzem efeito na elaboração de políticas públicas que lhes garantam o prazer sem o risco.

1.6 POLÍTICAS PENAIAS

Seja no Brasil colonial ou na França dos dias de hoje, passando pela República de Weimar, pelos Estados Unidos, Reino Unido, em outras partes do mundo e em todos os tempos, diferentes maneiras de controle do indivíduo desviante e das camadas populares são historicamente empregadas. Como afirma Foucault (2009), ao longo da história do homem foram aperfeiçoados os métodos de poder sobre os corpos dos indivíduos, por meio dos métodos de vigilância e outros mais, para que se pudesse “não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade mais atenuada, mas punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir” (FOUCAULT, 2009, p. 79).

Já Giorgio Agamben (2004) demonstra de que forma, mesmo nos Estados tidos como democráticos, o estado de exceção legitima a privação de liberdades e a violação de direitos. A partir de argumentos vagos e/ou subjetivos como “emergência”, “urgência”, “independência da nação”, “integridade do território”, “compromissos internacionais”, entre outros, o Estado não hesitará em tomar as “medidas necessárias”²³ (AGAMBEN, 2004, p. 27). Agamben retoma a definição do termo em Walter Benjamin (1942 *apud* AGAMBEN, 2004), segundo quem “o estado de exceção tornou-se regra” (*id.*, p. 697) e que, a partir de então, “ele não só sempre se apresenta muito mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional, mas também deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica” (AGAMBEN, 2004, p. 18). O historiador e cientista político Clinton Rossiter, na década de 1940, previa que na chamada “era atômica”, “o uso dos poderes de emergência constitucional” se tornaria “a regra e não a exceção” (ROSSITER, 1948, p. 297 *apud* AGAMBEN, 2004, p. 21).

O filósofo italiano descreve ainda o que denomina de “guerra civil legal” entre Estado e seus cidadãos, que “permite [ao primeiro] a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p. 13). Repetidas vezes, o autor destaca que tais medidas muitas vezes estão previstas institucionalmente e são aplicadas de forma discricionária não apenas nos regimes totalitários: “[...] o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Pois, ao

²³ O termo está presente tanto no artigo 16 da atual Constituição Francesa (*apud* AGAMBEN, 2004, p. 27), como no artigo 48 da Constituição de Weimar (*apud* AGAMBEN, 2004, p. 28).

contrário do que se possa imaginar em uma leitura menos atenta, “o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista” (AGAMBEN, 2004, p. 16).

No Brasil do período escravista, a imensa população negra existente no país foi reprimida pelas instituições responsáveis pela segurança pública. Thomas Holloway (1997) traça uma cronologia detalhada do surgimento das forças policiais no Rio de Janeiro, desde a criação da Intendência Geral da Polícia, para cuidar de questões administrativas, e da Guarda Nacional, para patrulhar as ruas (1808), passando pela Guarda Municipal (1831) e pela Guarda Urbana (1866).

A Polícia Militar teve origem em 1831, inicialmente denominada Corpo de Guardas Municipais Permanentes, instituída após a curta experiência da Guarda Municipal. Os guardas municipais eram homens livres, profissionais liberais que pudessem comprovar renda igual ou superior a 200\$000 (duzentos réis). “Eles não seriam remunerados por seus serviços, mas receberiam armas e munição a expensas do governo e serviriam quando convocados pelos juizes de paz ou seus delegados” (HOLLOWAY, 1997, p. 77). No entanto, em 12 de julho de 1831, homens do 26º Batalhão de Infantaria rebelaram-se contra as ordens do regente Feijó, que extinguiria este batalhão, e marcharam até o Campo de Santana, no centro da cidade. Lá chegando, parte do Exército regular, chamado para combater o motim, juntou-se aos rebeldes, reunindo cerca de 4 mil homens em oposição ao governo regencial. A Guarda Municipal, sem o devido treinamento e organização para uma situação como aquela, não foi capaz de conter a revolta. Foram necessários seis dias de intensas negociações entre o governo sitiado no Palácio Imperial e os amotinados, até que a ordem fosse restabelecida. O episódio, entretanto, serviu como lição de que era preciso o ordenamento de um corpo de agentes públicos de segurança remunerado, treinado, organizado e, acima de tudo, militarmente disciplinado e hierarquizado para evitar que episódios de rebeliões se repetissem e para executar de forma eficiente o patrulhamento da cidade. Daí surgiu a Polícia Militar, regulamentada em outubro de 1831, inspirada nas experiências dos *gendarmes* da França, dos *carabinieri* da Itália e dos guardas civis espanhóis. “A Polícia Militar foi uma resposta local a condições locais, aproveitando os recursos locais e os precedentes disponíveis em 1831” (HOLLOWAY, 1997, p. 255).

O objetivo dessas instituições sempre foi o de reprimir as revoltas escravas, manter a ordem pública e inibir aglomerações de escravos e trabalhadores nas ruas. Os agentes públicos de segurança visavam garantir o que era determinado pela legislação à época. O Toque de Aragão foi instituído em 1825 por Francisco Alberto Teixeira Aragão, então intendente de

polícia, que determinava o toque de recolher às 22h, no verão, e 21h, no inverno. Aqueles que infringissem a norma deveriam ser revistados e poderiam ser presos. As causas das detenções também demonstravam a grande preocupação das autoridades com a ordem pública. No ano de 1875, 2.950 pessoas foram detidas por embriaguez (29,5% do total de detenções naquele ano), 1.827 por desordem, 391 por vadiagem e 259 por *capoeira*. Do total de detenções, os delitos classificados como “contra a ordem pública” representaram 72,7%, enquanto que os crimes contra a pessoa foram 4,5%, contra a propriedade, 6,4% e as ofensas “neutras”, 14,4%.

Como já visto, a capoeira era uma atividade muito temida e combatida pelos agentes da lei e da ordem. De acordo com Holloway (1997, p. 243-244), diferentemente do misto de luta e dança muito praticada em todo o país hoje em dia, no final do século XIX os grupos de capoeira eram identificados “por suas atividades coordenadas, suas roupas características (inclusive chapéus de abas largas com fitas nas cores de suas maltas) e suas técnicas de luta acrobática”. Os *capoeiras* eram combatidos por supostamente atacarem transeuntes nas ruas com golpes de pés e mãos, armados de navalhas e outros objetos cortantes. O pânico generalizado provocado por esses grupos advinha não apenas do histórico medo das elites em relação à população negra em condições de escravidão, mas principalmente pelo fator-surpresa desses ataques, que teoricamente poderiam vitimar qualquer pessoa inocente em uma rua da cidade. Daí a grande repressão a esses grupos, que foram criminalizados pelo novo código penal da República, em 1890, que proibia:

O exercício de agilidade e destreza corporal conhecido pelo nome de capoeiragem, correr pelas ruas com armas ou instrumentos capazes de causar lesões corporais, provocar tumulto ou desordem, ameaçar determinadas pessoas ou alguém em geral e incutir receio de algum ato perverso. A pena era prisão de dois a seis meses na primeira vez e de um a três anos numa colônia penal remota em caso de reincidência. A ação concertada de maltas era uma circunstância agravante, e os líderes seriam penalizados em dobro. (HOLLOWAY, 1997, p. 247).

Acostumada a capturar, prender e castigar escravos, a polícia continuou a reprimir os “negros e mulatos livres, imigrantes indigentes, marujos de folga em terra e outros membros das classes inferiores da cidade como se todos formassem um grande grupo uniforme” (HOLLOWAY, 1997, p. 257). O padrão de repressão, intimidação e obtenção da confissão de culpa até hoje utiliza ameaças e agressões físicas, que não raramente resultam no óbito do indivíduo em situação de *incriminação*. De acordo com Holloway (1997, p. 263), “não seria absurdo sugerir que a criação e o desenvolvimento do sistema policial urbano foram uma pré-condição necessária da transição da escravatura para o regime de trabalho livre”.

Já nos Estados Unidos e no Reino Unido, até meados da década de 1970, vigorava uma política econômica de modelo *keynesiano*, baseada na provisão, por parte do Estado, de bens e serviços básicos para os cidadãos, o chamado *Welfare State* e seu equivalente norte-americano, o *New Deal*. Ainda que dentro dos ditames do modo de produção capitalista, ambos os modelos tinham como objetivo declarado promover um Estado de bem-estar social à população. De acordo com a perspectiva do sociólogo escocês radicado nos Estados Unidos David Garland (2008), entretanto, os próprios benefícios proporcionados terminaram, paradoxalmente, por minar o modelo. Quanto mais o Estado fazia, mais era reivindicado a fazer e parecia se tornar “pesado”, “ineficiente” e “incapaz “de suprir as crescentes demandas. O modelo neoliberal, surgido a partir de fins da década de 1970, ocasionou a revolução de gostos individualizados e uma cultura de serviços, que, contrastados com as agências previdenciárias, faziam estas parecerem rigidamente burocráticas e surdas às necessidades e preferências dos consumidores (GARLAND, 2008).

Os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente nos Estados Unidos e no Reino Unido, foram os seus precursores. Para além das consequências econômicas, o neoliberalismo gerou também efeitos de ordem social e cultural. Entre eles, “[...] aspirações e concepções de uma boa vida se tornaram completamente permeadas por valores materialistas e aquisitivos” e, ainda, “o dinheiro se tornou a medida de homens e mulheres, com a ‘lista dos ricos’ e suas muitas variações destituíram todas as demais classificações” (RAINER, 2007, p. 2-3). Uma cultura do “individualismo egoísta” (RAINER, 2007, p. 2-3) se instaurou, trazendo a reboque suas consequências. Em primeiro lugar, o cuidado consigo, para, em seguida, o olhar ao próximo, como expôs a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: “Não há sociedade. Há homens e mulheres, e há famílias... as pessoas devem olhar para elas primeiro. É nosso dever cuidar de nós mesmos e, depois, cuidar de nossos vizinhos”²⁴.

A queda do modelo *keynesiano* acarretou também consequências para as políticas penais. No mesmo período da ascensão do pensamento neoliberal, ocorreu o declínio do *previdenciário penal*, no qual “a reabilitação [...] era o princípio hegemônico, o substrato intelectual e o valor sistêmico que unia toda a estrutura e que fazia sentido para todo o sistema” (GARLAND, 2008, p. 104). Com a emergência do pensamento neoliberal, não se concebia recuperar os criminosos à custa do Estado para um dia, quiçá, regressassem ao convívio social. Tal lógica indaga: por que os “cidadãos de bem”, contribuintes de tributos ao Estado, devem

²⁴ Declaração de Margaret Thatcher, em 31 de outubro de 1987, em entrevista à *Woman’s Own*. Ver mais em Rainer (2007, p. 16).

sustentar os pobres e os criminosos, aqueles que causam sofrimento e (supostamente) não pagam impostos? Garland enfatiza a transição de um sistema com foco na ressocialização do indivíduo para um modelo *retributivo*, isto é, preocupado com a retribuição do sofrimento causado à vítima. Explicitando a forma como a representação do perfil da *sujeição criminal* consolida-se e dissemina-se como uma política pública, o indivíduo que cometeu um ato considerado criminoso uma vez passa a ser considerado um potencial perigo à sociedade. Ainda na visão neoliberal, as prisões são incapazes de recuperar o infrator. Tampouco devem pretender fazê-lo. Seu papel passa a ser o de confiná-lo, alijá-lo do convívio social.

Neste novo contexto político, as políticas previdenciárias destinadas aos pobres foram sendo paulatinamente consideradas luxos onerosos, que os contribuintes trabalhadores não podiam mais sustentar. O corolário disto foi que as medidas penais-previdenciárias para os criminosos foram tachadas de absurdamente indulgentes e inócuas. (GARLAND, 2008, p. 182).

Pressões por medidas mais severas de punição e controle social são exercidas pelos agentes do Estado e demais atores sociais, entre eles, a mídia. Novas leis punitivas passam a refletir esses anseios, bem como são adotadas medidas de repressão e retaliação a grupos identificados como criminosos. Tais medidas atendem, sobremaneira, à lógica “de mitigar a revolta popular, reconfortar o público e restaurar a ‘credibilidade’ do sistema, ou seja, preocupações de natureza política e não penalógica”, o que o autor denomina de “corrente populista” (GARLAND, 2008, p. 373-374). Em lugar do “nada funciona”, lema predominante nos últimos anos do *Welfare State* nos Estados Unidos e Inglaterra, os anos 1990 consagraram o “o que funciona”, com medidas de mais policiamento, mais punição, liberdade vigiada e prevenção ao crime. Políticas como a de Tolerância Zero²⁵, que “tendem a ser associadas com repressão generalizada, com o uso discriminatório dos poderes policiais e com a violação das liberdades civis dos pobres e das minorias” (GARLAND, 2008, p. 388-389), caíram no gosto popular.

De acordo com a tradição teórica semelhante à de Garland, o jurista e sociólogo norte-americano Jonathan Simon analisa de que maneira o processo que ele denomina de “governar através do crime” (em tradução livre) levou ao encarceramento em massa nos Estados Unidos. Para ele, o assassinato do presidente John Kennedy, em 1963, teria sido uma espécie de “mito de origem” para que a população daquele país passasse a perceber o risco de morte à espreita em cada esquina. “Ao final daquela década, muitos americanos passaram a acreditar que o

²⁵ Política de segurança pública implementada pelo prefeito Rudolph Giuliani, em Nova Iorque (1994-2002), que determinava punições severas mesmo a indivíduos que cometessem pequenos delitos. Ver mais em Garland (2008).

confronto pessoal armado – roubos, tumultos, confrontos com a polícia – era uma possibilidade clara” (SIMON, 2009, p. 3). Devido a uma “aparentemente interminável onda de crimes violentos”, as liberdades individuais passaram a ser restritas para que emergisse uma nova ordem, que Simon denomina de “barbarismo organizado” (SIMON, 2009, p. 3-4).

O crime então passa a ser preocupação central no “exercício de autoridade” para os cidadãos estadunidenses, “desde o presidente até a professora na sala de aula” (SIMON, 2009, p. 3-4). O autor concorda com a perspectiva de Benjamin e Agamben, de que a adoção de medidas de restrição de liberdades e de direitos está associada à “ordem política liberal em vez da exceção autoconsciente associada ao fascismo e outros regimes autoritários modernos” (SIMON, 2009, p. 15). Uma série de dispositivos de controle são utilizados de modo a buscar prevenir e controlar a criminalidade. A consequência disso é uma mudança de enquadramento de questões que, em outro momento, poderiam ser percebidas de outra maneira. Por exemplo, o aborto, que poderia “ser considerado como uma intervenção legítima e que diz respeito aos direitos da mulher, é tratado como crime e pode obter o apoio da opinião pública” (SIMON, 2009, p. 15).

O resultado não é necessariamente uma sociedade mais segura, mas sim a fomentação de “uma cultura de medo e controle” (SIMON, 2009, p. 15). O medo do crime interfere no cotidiano das classes média e alta, que passam a abdicar da vivência em coletividade para adquirir um pensamento e uma lógica de vida individualizada, que norteará também as políticas públicas e penais daquele momento em diante. Em consequência, aumentam sobremaneira os números de encarceramento, notadamente, entre os cidadãos afrodescendentes. Simon (2009, p. 15) destaca que, naquela década, “pela primeira vez, desde a abolição da escravidão, um determinado grupo de americanos vive, de uma forma mais ou menos permanente, em um estado legal de privação de liberdade”.

1.6.1 Breves dados sobre o encarceramento no Brasil

Se os chamados “países desenvolvidos” chegaram, em algum momento, a privilegiar a recuperação do infrator e já tiveram no seu modelo penal uma tentativa de ressocialização dos indivíduos, no Brasil o contexto histórico parece não ter se alterado, de acordo com as estatísticas recentes. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), divulgado pelo Ministério da Justiça (2015), em junho de 2015, contabiliza 607.731 pessoas privadas de liberdade no Brasil até junho de 2014, o equivalente a 300 presos para cada 100 mil

habitantes no país. Isto significa que a população carcerária cresceu sete vezes nos últimos 25 anos, enquanto que a população total do país cresceu 40%, no mesmo período. Chama a atenção ainda que o número de vagas é de 376.669 pessoas: déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação de 161%. “Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados”, informa o relatório (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015).

Comparando os números aos de outros países do mundo, é possível constatar que o Brasil é o quarto em população carcerária no planeta, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. Com exceção deste último, todos esses países possuem uma população total superior ao nosso país. A Índia, com uma população seis vezes maior que a do Brasil, aparece em quinto lugar. Outro dado alarmante é que 41% do total estão presos sob regime provisório, ou seja, ainda aguardam julgamento. Quanto ao perfil das pessoas privadas de liberdade, 67% são negros e 80% estudaram até, no máximo, o ensino fundamental. Em relação aos crimes cometidos, o tráfico de entorpecentes é o crime que mais prende, com 27%. Entre os homens, 25% respondem por esse tipo de delito, enquanto, entre as mulheres, esse percentual chega a 63%.

Como mostra Vera Malaguti Batista (2003), o encarceramento é, historicamente, utilizado pelas elites como forma de manter uma estrutura social rígida e desigual. “A política penal é a grande política social da contemporaneidade neoliberal” (BATISTA, 2003, p. 33). Para além de um sistema penal que visa a alijar as camadas mais pobres do convívio social, as práticas punitivas em voga no Brasil se valem de métodos herdados da “herança jurídico-penal da inquisição ibérica” (BATISTA, 2003, p. 124), que têm como características “a tortura como princípio, o elogio da delação e a execução como espetáculo”.

2 PRODUÇÃO DE NARRATIVAS

O jornal de hoje continha uma notícia sobre a produção real pela qual se verificava que as profecias estavam redondamente erradas. O serviço de Winston era retificar as cifras originais fazendo com que concordassem com as posteriores. [...] Recentemente, em fevereiro, o Ministério da Fatura dera a público uma promessa (“penhor categórico” eram as palavras oficiais) de que não haveria corte na ração de chocolate em 1984. Na verdade, como o sabia Winston, a ração de chocolate deveria ser reduzida de trinta para vinte gramas no fim de semana. Bastava, portanto, substituir a promessa original por uma advertência de que provavelmente seria necessário reduzir a ração por volta de abril.
George Orwell, em 1984

Neste capítulo pretendemos apresentar os motivos pelos quais esta pesquisa se voltou para a análise da cobertura midiática sobre a segurança pública, de modo a buscar entender as razões para o êxito ou não das políticas empreendidas por essa área. Tentaremos compreender de que forma ocorre o processo de produção de notícias, por que alguns fatos são relatados de determinada maneira e não de outra, e por que outros simplesmente sequer são postos à vista do público. Por fim, mas não menos importante, veremos como são apresentadas as notícias sobre crime e violência pelo método com o qual analisaremos as notícias acerca das Unidades de Polícia Pacificadora no decorrer do capítulo 5.

2.1 POR QUE O DISCURSO IMPORTA?²⁶

Ainda que esta pesquisa não tenha como metodologia a análise do discurso da escola francesa, é preciso, ainda que de maneira breve, buscar compreender alguns conceitos sobre os quais trataremos: texto, enunciado e discurso. O texto remete à ideia de tecido, aquilo que é produzido a partir de fios para que se constitua uma vestimenta ou coisa que o valha. É a organização, por meio de um autor pensante, que “ganhará expressão e sentido quando, tecido, entrar na corrente das interações e usos dos discursos da sociedade” (FÍGARO, 2013, p. 12). Ou seja, é a célula inicial a partir da organização de ideias, pensamentos, conceitos etc. Para Charandeau e Maingueneau (2006, p. 466 *apud* FÍGARO, 2013, p. 13), texto “é aquilo que reúne, junta, ou organiza elementos diversos e mesmo dissociados”.

No entanto, para que o texto cumpra a sua função e entre no sistema de comunicação, é preciso que ele seja pronunciado, dito, escrito “por um enunciador, sujeito histórico situado,

²⁶ Agradecemos a ideia da realização deste subcapítulo à professora Raquel Paiva, que, de modo sutil e perspicaz, apresentou a questão, que se revelaria fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

que entra na comunicação, ou seja, apresente-se, revele-se na enunciação” (FÍGARO, 2013, p.13). A enunciação, por sua vez, é “o pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado permite apresentar fatos no enunciado, mas por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único e definido no tempo e no espaço” (*idem*). Todorov e Ducrot (1987, p. 303, *apud* BRANDÃO, 2013, p. 27) também destacam a característica de singularidade da enunciação, que é, para eles, o “[...] ato pelo qual enunciados, frases sequências etc. se realizam, assumidos por um locutor particular, em circunstâncias espaciais e temporais precisas”.

Já o discurso é aquilo que “revela sua existência pelo uso, por estar na corrente da sociedade” (FÍGARO, 2013, p. 13). Em outras palavras, “o texto só é possível de ser abordado e compreendido como discurso, ou seja, no contexto de uso, em diálogo com a corrente de discursos à qual pertence” (FÍGARO, 2013, p. 14). Ficaremos por enquanto com esta definição, ainda que preliminarmente, para que, adiante, possamos explorar outras possibilidades desse conceito a partir da perspectiva de Foucault (2008).

Dito isto e para tentar responder à pergunta que batiza este subcapítulo, partiremos de um esforço teórico que servirá para responder a outras questões, ao longo deste trabalho. De acordo com Vera Malaguti Batista (2005), é preciso conjugar Marx e Foucault para compreender como se dá o processo que, historicamente, tende a objetificar, encarcerar, torturar e assassinar corpos negros e pobres desde o início do comércio escravista no Brasil. A autora utiliza os conceitos de “biopoder” (FOUCAULT, 1988) e de “mais-valia” (MARX, 1978) para expor como os corpos de pessoas em condição de escravidão foram utilizados para o trabalho não remunerado a fim da obtenção de lucros por parte da elite política e econômica brasileira, ao longo desses mais de cinco séculos. No artigo, Batista lembra que Foucault:

[...] trataria também o racismo como ideologia intrinsecamente vinculada ao empreendimento colonial que sugou e suga as veias abertas da América Latina. O biopoder conjugaria, na modernidade e na pós-modernidade, a extração da mais-valia, aprofundando o poder sobre o corpo do homem e sobre o seu tempo. No capitalismo industrial, esta relação com o tempo se difere da do pós-fordismo. Agora, o capital tem que se apropriar cada vez mais do tempo livre do homem. A mídia e o aparato publicitário tratam de ativar coletivamente os desejos e as almas que vão dar conta do controle social pela compulsão ao consumo: das marcas aos medicamentos (BATISTA, 2005, p.30).

O sistema penal, por sua vez, foi criado e mantido por todo esse tempo de modo a conservar inalterada a estrutura social, punindo corporalmente todos aqueles que se recusassem a aceitá-la, por meio de castigos, encarceramento e extermínio. Esta conjugação do biopoder com a mais-valia não se encerrou, mesmo após oficializada a abolição do regime escravista. Ainda que com a proibição formal dos açoites, continuaram a ser aplicadas penas de

encarceramento e, de modo ilegal e discricionário, a tortura e outros castigos físicos não apenas àqueles que recusem submeter-se ao trabalho mal remunerado e a pagar para consumir itens básicos de sobrevivência, mas também àqueles que simplesmente façam parte do excedente de mão de obra, habitando ruas e praças, consumindo entorpecentes ou, em outros tempos, portando instrumentos musicais; punidos, pois, são sob a alegação de prática de “capoeira”, “vadiagem”, “malandragem”, “mendicância”, uso, tráfico ou “associação ao tráfico” de drogas ou qualquer outro artifício penal em voga em qualquer tempo.

Retomando a pergunta-título deste subcapítulo, para o pensador marxista Mikhail Bakhtin (1997), é através da interação verbal que se dão as “relações recíprocas” entre a infraestrutura e as superestruturas. De acordo com Bakhtin, pensar a filosofia da linguagem é fundamental para desvelar as questões por detrás das relações sociais na contemporaneidade:

Pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo sob o signo da palavra. E essa nova orientação do pensamento filosófico do Ocidente está ainda só nos seus primeiros passos. A ‘palavra’ e a sua situação no sistema são a parada de uma luta inflamada somente comparável àquela que, na Idade Média, opôs realistas, nominalistas e conceitualistas (BAKHTIN, 1997, p. 26).

O autor trabalha com o conceito de ideologia, que, segundo ele, é constituída de signos. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1997, p. 31), afirma. Dito de outra maneira, o signo é tudo aquilo que contém ideologia. Por exemplo, a foice e o martelo na bandeira da União Soviética, dois instrumentos que, empregados desta maneira e nesta condição, são transformados em signos ideológicos. Por outro lado, “os instrumentos utilizados pelo homem pré-histórico eram cobertos de representações simbólicas e de ornamentos, isto é, de signos. Nem por isso o instrumento, assim tratado, torna-se ele próprio um signo” (BAKHTIN, 1997, p. 32). Já a palavra, por sua vez, “não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro”, e só adquire sua função ideológica ao ser “absorvida por sua função de signo” (BAKHTIN, 1997, p. 36). Em outras palavras, o signo nasce a partir de “uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica estética, científica, moral, religiosa” (BAKHTIN, 1997, p. 37).

A palavra também está “em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (BAKHTIN, 1997, p. 38). É através dela que constituímos a nossa cognição, apreendendo novos signos por meio de outros já conhecidos:

Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem separadas dele (BAKHTIN, 1997, p. 38).

Portanto, todo novo signo apreendido “resulta de um consenso entre indivíduos organizados no decorrer de um processo de interação” (BAKHTIN, 1997, p. 44). É por este motivo que “as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece” (BAKHTIN, 1997, p. 44). No entanto, um outro aspecto do signo deve ser considerado: os *índices de valor*, quais sejam, objetos “da atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular” (BAKHTIN, 1997, p. 44). Para que estes objetos se tornem relevantes e, dessa maneira, resultem em um consenso no interior deste corpo específico, “é indispensável que ele esteja ligado às condições socioeconômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material” (BAKHTIN, 1997, p. 45). Por meio das relações sociais, esses índices chegam à consciência individual, onde se tornam, “de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na natureza interindividual” (BAKHTIN, 1997, p. 45). Em suma, para Bakhtin, a palavra, ao exercer a sua função de signo, é aquela que efetua as trocas necessárias entre os indivíduos na vida em sociedade e, em consequência disso, também atua na formação da consciência individual.

Já para Foucault (2008, p. 70), o discurso é um processo que se dá tanto por meio da exclusão e da negação, mas, sobretudo, de produção de “positividades”, ou seja, “o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas”. A importância de se estudar esse tema, para aquele autor, é pelo fato de que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10). De acordo com Foucault (2008, p. 20), durante muitos séculos a “vontade da verdade”, ou “a vontade de dizer o discurso verdadeiro”, criou procedimentos de exclusão, em que não apenas certos grupos sociais e marginalizados, como os loucos, os escravos, os encarcerados, não têm a palavra reconhecida, como a chancela de “verdade” é limitada a determinadas pessoas, em determinadas condições.

A vontade da verdade apoia-se sobre um “suporte institucional”, qual seja, um “sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje” (FOUCAULT, 2008, p. 17), que restringe as possibilidades de discurso e de vozes a

pronunciá-las. Todo este processo é realizado “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2008, p. 17). A respeito do sistema penal, Foucault (2008, p. 18-19) cita “uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, [...] [todo] um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico” como o suporte institucional que lhe valeu a condição de discurso de verdade. Assim, a vontade de verdade atua no sentido de mascarar toda a “prodigiosa maquinaria” para encontrar a verdade e, desta maneira, “justificar a interdição e definir a loucura”, esta que poderia ser mais uma possibilidade de discurso, mas que termina por ser limitada, reduzida, excluída (FOUCAULT, 2008, p. 20).

Os sistemas de exclusão atuam de modo a tornar alguns discursos mais verdadeiros do que outros. Para que se torne “verdade”, um discurso precisa passar por uma série desses sistemas. Dentre os quais o *comentário*, o “segundo texto” que “permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável” (FOUCAULT, 2008, p. 25). O segundo é o *autor*, não o indivíduo que escreve ou fala, mas aquele que organiza o discurso, que lhe dá unidade, origem, coerência. O autor é fundamental na construção do discurso, não apenas pelo que escreve, mas também pelo que não escreve, “aquilo que desenha, mesmo a título de esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas” (FOUCAULT, 2008, p. 29). Outro princípio de limitação do discurso são as *disciplinas*, que podem ser definidas como “um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de regras e instrumentos” (FOUCAULT, 2008, p. 30). Elas podem variar de acordo com o tempo e o lugar, mas são a reunião de normas e condições por meio das quais um discurso pode ser considerado verdadeiro. Em outras palavras, a disciplina é “um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras” (FOUCAULT, 2008, p. 36). Não basta, portanto, ao discurso ser verdadeiro, ele precisa estar disciplinado para ser considerado verdade, ainda que para isso seja um “erro disciplinado”. Foucault dá o exemplo do biólogo e botânico Gregor Mendel, que se utilizou de horizontes teóricos e métodos científicos “estranhos à biologia da época” (FOUCAULT, 2008, p. 34.) para investigar as leis da hereditariedade, a partir de pesquisas com plantas.

Mendel dizia a verdade, mas não estava ‘no verdadeiro’ do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse ‘no verdadeiro’ e suas proposições aparecessem então, (em boa parte) exatas. (FOUCAULT, 2008, p. 35).

Obviamente, aqueles que pronunciam o discurso também são limitados. É o que Foucault denomina de *rarefação*. “Trata-se de determinar as condições de seu funcionamento [do discurso], de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles” (FOUCAULT, 2008, p. 36). Os exemplos daqueles que detêm a autoridade da fala são presumíveis: o sacerdote, o professor, o médico, o juiz, o jornalista, o governador etc.: “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2008, p. 37). Para saciar as exigências deste sistema de restrição, é preciso que o indivíduo passe pelo processo que Foucault denomina de “ritual” (FOUCAULT, 2008, p. 38), ou seja, aquilo que “define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 39).

A crítica de Foucault à ordem do discurso é fundamentalmente a esses sistemas de exclusão, àquilo que se afirma como verdade e, ao mesmo tempo, descarta todas as demais possibilidades. Podemos observar esta característica nos discursos científico, médico, jurídico, econômico, pedagógico e outros tantos. Sob este aspecto é que se encontra, não apenas, mas a principal cisão entre a perspectiva da filosofia da linguagem, em sua abordagem marxista, de Bakhtin, e o pensamento de Foucault. Para este autor, as doutrinas filosóficas, políticas, religiosas etc. – ao contrário das “sociedades de discurso”, em que o número dos indivíduos que falam é limitado – se difundem a partir “de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Desta forma, a doutrina questiona não apenas os discursos divergentes dos dela, como também os indivíduos que os pronunciam:

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Certamente é importante considerarmos a crítica de Foucault às ciências, aos enunciadores e ao que ele denomina de “doutrinas filosóficas”, dentre as quais podemos incluir o marxismo, devido aos processos de exclusão aos quais os discursos se submetem até que consagrem a sua “verdade”, em detrimento de outras tantas possíveis. No entanto, o que este trabalho está interessado é em buscar os pontos convergentes entre essas teorias, de modo a compreender a relevância dos discursos e, em específico, de que maneira aquele que trata sobre

o crime e a violência legitima uma política de segurança pública. Neste sentido, pensamos ser relevante também o pensamento de Bakhtin, que considera a palavra, repleta de sua função de signo, como aquela carregada de ideologia, e que realiza o papel de interlocução entre a infraestrutura e as superestruturas, em conjunção com o pensamento de Foucault sobre o discurso, aquilo que ele define como “uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 2008, p. 49). E, para que esta verdade nasça, é preciso que todas as demais morram, para que ela reine absoluta e sem concorrência.

Veremos mais adiante de que maneira essa ideia poderá se aplicar nesta pesquisa. Mas, se é possível antecipar, podemos pensar sobre como o discurso acerca do crime e da violência aparecem nos meios de comunicação. Podemos nos questionar quais são os indivíduos que detêm o poder de fala, conquistam mais espaços na imprensa, aparecem como vozes de autoridade e detentores de uma “verdade” indubitável, e quais são aqueles que têm sua fala limitada, reduzida ou mesmo silenciada; quais são os aspectos dessas falas mais ressaltados e quais são aqueles menos visíveis, ou simplesmente ocultados; e, não menos importante, qual o motivo de determinadas vozes e determinados enunciados terem prevalência sobre os outros. Foucault sugere uma resposta, entre outras tantas possíveis:

Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, 2008, p. 50).

2.2 FRAME ANALYSIS

Antes de apresentar os princípios metodológicos desta pesquisa, é preciso falar sobre a teoria que lhes dá fundamento. O sociólogo canadense Erving Goffman é considerado herdeiro da corrente denominada interacionismo simbólico, fundada na Escola de Chicago, na década de 1920. No livro “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise” (GOFFMAN, 2012), escrito em 1974²⁷, o autor define o conceito de *frame analysis*, que influenciou posteriores pesquisas no campo da comunicação, entre as quais as de Katherine Beckett (1997), para analisar as notícias sobre crime e violência, como veremos adiante.

O autor afirma seguir a tradição de William James (1950 *apud* GOFFMAN, 2012, p. 24), que, em “The perception of reality”, indaga: “[...] em que circunstâncias pensamos que as coisas são reais?” (*ibid*). De acordo com James (1950 *apud* GOFFMAN, 2012, p. 24), “o

²⁷ O livro traduzido para o português foi publicado no Brasil apenas em 2012.

importante acerca da realidade [...] é a impressão que temos de seu caráter real, em contraposição ao sentimento que temos de que algumas coisas não têm esta qualidade”. Diante da questão que indaga em que circunstâncias esse sentimento é produzido, Goffman (2012, p. 24) propõe a perspectiva de que a resposta “tem a ver com a câmera, e não com aquilo que a câmera fotografa”. Aqui se encontra a proposta teórica a partir da qual daremos continuidade à presente pesquisa, com a qual pretendemos investigar não tanto as razões, mas os processos que levam o medo, a segurança, a lei e a ordem a ganharem tamanha relevância neste tempo e espaço, enquanto outras questões são reduzidas em sua importância, ou mesmo apagadas, silenciadas.

Parece-nos que a tentativa de Goffman é buscar relativizar as “verdades”, como também propõe Foucault, porém por meio de outros termos e métodos. O caminho deste questionamento, para o sociólogo canadense, se deu pelo desenvolvimento do conceito da *frame analysis*, traduzida como “quadro” ou “enquadramento”, como a perspectiva por meio da qual cada indivíduo interpreta uma determinada realidade, em um dado tempo e espaço:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo nele; quadro é a palavra que utilizo para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (GOFFMAN, 2012, p. 34).

O autor define sua abordagem como “situacional”, ou seja, “uma preocupação com aquilo a que um indivíduo pode estar atento em determinado momento, e isto muitas vezes envolve alguns outros indivíduos determinados e não se restringe necessariamente à arena mutuamente controlada de um encontro face a face” (GOFFMAN, 2012, p. 30). A partir da pergunta “o que é que está acontecendo aqui?” é que passamos a lidar com as situações apresentadas diante de nossos olhos. Uma mesma situação provavelmente será interpretada de maneiras distintas por pessoas diferentes: “aquilo que para o golfista é jogo, para o *caddy* é trabalho” (GOFFMAN, 2012, p. 30), exemplifica.

O autor denomina “esquema primário” aquele a que recorremos sempre que estamos diante de um acontecimento novo, de modo a darmos algum sentido a este:

[...] a aplicação desse esquema ou perspectiva é considerada, por aqueles que a aplicam, como não dependendo de – nem retornando a – alguma interpretação anterior ou “original”; de fato, um esquema primário é aquele que se pensa que converte em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação (GOFFMAN, 2012, p. 45).

Após o reconhecimento desse novo acontecimento, por meio de um esquema primário – que pode ser social ou natural, como o nascer do sol, por exemplo –, praticamos o que Goffman denomina de “ação guiada”, ou seja, aquela induzida, incentivada, motivada pelo esquema primário, que pode ser social ou natural, e orientada por padrões sociais: “[...] tendemos, portanto, a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários e o tipo de esquema que utilizamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado” (GOFFMAN, 2012, p. 49). As ações guiadas, como dito, variam de acordo com tempo e espaço. Elas são o resultado dos esquemas primários em adição à avaliação que realizamos, segundo padrões de “honestidade, eficiência, economia, segurança, elegância, tato, bom gosto e assim por diante” (GOFFMAN, 2012, p. 46). A previsão de chuva – esquema primário natural – em uma cidade do mundo pode resultar em manifestações de alegria para um sertanejo nordestino ou de preocupação para um morador de uma favela carioca:

Mantém-se um gerenciamento sequencial da consequencialidade, ou seja, um controle corretivo contínuo, que se torna mais visível quando a ação é inesperadamente bloqueada ou desviada, exigindo um esforço compensatório especial. Estão envolvidos o motivo e a intenção e a sua imputação a um agente ajuda a selecionar qual dos vários esquemas sociais de compreensão deve ser aplicado. Um exemplo de ação guiada seria o boletim meteorológico do rádio ou da TV. (GOFFMAN, 2012, p. 46-47).

Um determinado quadro pode ser interpretado de diversas maneiras por indivíduos diferentes ou por um mesmo indivíduo em momentos ou circunstâncias diferentes. É o que Goffman denomina de “laminações”. São transformações por que passam os quadros, dependendo da situação em que eles se apresentam. Um deles é a “tonalização”, qual seja, um reposicionamento de significado, como numa briga entre duas lontras que, em um segundo momento, o biólogo Gregory Bateson observou se tratar de uma encenação: “[...] a um determinado sinal, as lontras começavam jocosamente a espreitar-se, caçar-se e atacar-se umas às outras e que, a outro sinal, elas interrompiam a brincadeira” (GOFFMAN, 2012, p. 67). Neste caso, o acontecimento em si continua sendo a briga e o que as pessoas compreendem por isto, a ideia geral do que seja uma briga, porém, a interpretação deste acontecimento, naquele momento específico, é deslocado para o de uma brincadeira. Outra laminação de que fala Goffman é a “maquinação” ou engano, trapaça. Neste caso, o indivíduo maquinador tem a intenção deliberada de manipular o enquadramento do indivíduo maquinado, ou seja, a vítima da maquinação. O quadro não varia para o maquinador, mas sim para o maquinado. Para este, a atividade só será reenquadrada no momento em que a maquinação for descoberta. Sem nos estendermos demais para outros conceitos, o importante aqui é observarmos o que o autor

ênfatiza, como regra geral, sobre as possibilidades de enquadramentos, ou seja, que é possível olhar “para fora do quadro” ou através de infinitas variedades de quadros.

Para a presente pesquisa, interessa-nos aplicar o conceito de *frame analysis* à produção de conteúdo jornalístico. Sobre este tema, Goffman fala brevemente:

[...] apenas os acontecimentos extraordinários são notícia, e mesmo estes são submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis. Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que forem selecionadas. As histórias de interesse humano são uma caricatura da evidência no próprio grau de seu interesse, fornecendo uma unidade, uma coerência, uma nitidez, uma resolução própria e uma dramaticidade apenas toscamente sustentadas, se é que o são, pela vida cotidiana. Cada uma delas é uma combinação dentre o *experimentum crucis* e um espetáculo de feira. É esse o seu objetivo e sua graça. O formato destes acontecimentos relatados responde plenamente às nossas expectativas – e que não são de fatos, mas de tipificações. Sua narração demonstra a capacidade de nossas compreensões convencionais de enfrentar os estranhos potenciais da vida social, os limites extremos da experiência. Portanto, o que parece ser uma ameaça à nossa maneira de compreender o mundo, revela-se uma maneira engenhosamente selecionada de defendê-lo. Lançamos estas histórias ao vento e elas impedem que o mundo nos perturbe. (GOFFMAN, 2012, p. 38).

Uma das aplicações da teoria da *frame analysis* ao jornalismo, em específico, pode ser observada no artigo sobre a forma como a mídia aborda as pautas do movimento feminista entre os anos 1950 e 1990. Terkildsen e Schnell (1997) analisam como o enquadramento de certas questões influencia a opinião dos leitores e o próprio debate político acerca do tema. Segundo a pesquisa, foram cinco os enquadramentos identificados: *direitos políticos*, *direitos econômicos*, *feminismo*, *antifeminismo* e *papéis de gênero*. No entanto, apenas dois deles – *feminismo e direitos econômicos* – representaram 75% da cobertura midiática e ambos exerceram um impacto negativo nas questões de gênero e no apoio aos direitos das mulheres. Apenas o *frame direitos políticos*, utilizado em 10% das matérias publicadas, teve um impacto positivo no apoio às políticas de igualdade.

A partir deste marco teórico, nossa proposta é posteriormente avançarmos no debate acerca do conceito de *frame analysis*, quadros ou enquadramentos, no que se refere às notícias sobre crime e violência. Uma possível simplificação da teoria sociológica de Goffman aplicada à comunicação, em geral, e ao jornalismo, em particular, afirma que o enquadramento não nos diz *o que pensar*, mas sim, a partir da seleção de determinados temas, *como pensar*. Fiquemos até aqui com a proposta ilustrativa de Goffman da câmera posicionada de determinada maneira que, ao mesmo tempo em que orienta o nosso olhar para um determinado cenário, oculta tudo o que se encontra fora daquele quadro. A seguir, falaremos sobre aqueles que elegem os temas e posicionam a câmera.

2.3 GATEKEEPERS

Com base na compreensão dos conceitos propostos até aqui, é possível buscar o entendimento de como se dá o processo de produção de notícias e a forma como elas contribuem para a produção de sentido dos temas a serem analisados no presente trabalho. Se Goffman (2012) conceitua os “quadros sociais” a partir dos quais interpretamos os acontecimentos à nossa volta, Stuart Hall, pensador jamaicano radicado no Reino Unido, da corrente dos estudos culturais, denomina, com outros pensadores (HALL *et al.*, 1978), de *relações recíprocas* aquelas estabelecidas entre a mídia e os *definidores primários* – quais sejam, governantes, legisladores, empresários, juristas, clérigos e demais autoridades governamentais e da sociedade civil. A partir delas são definidos os “mapas de sentido”, ou seja, o conjunto de significados considerados “a coisa tida como certa pela mídia da sociedade” (HALL *et al.*, 1978).

Já Kurt Lewin (1947 *apud* WOLF, 2009) denomina *gatekeepers* o conjunto de editores, diretores e demais profissionais responsáveis pela “filtragem” de informações a serem apuradas, tratadas jornalisticamente e publicadas. Ao observar as dinâmicas interativas nos grupos sociais, no que diz respeito especificamente aos problemas ligados à mudança de hábitos alimentares, Lewin constatou que “algumas zonas nos canais podem funcionar como ‘cancela’ ou ‘porteiro’” (WOLF, 2009, p. 184): de acordo com o autor, “a constelação das forças antes e depois das zonas-filtro é decididamente diferente, de modo que a passagem ou o bloco da unidade através de todo o canal depende, em grande parte, do que acontece na zona-filtro” (LEWIN, 1947, p. 145 *apud* WOLF, 2009, p. 184). A partir desta pesquisa, Lewin constatou que o mesmo fenômeno ocorria também com as informações nos veículos de comunicação. A partir da pesquisa original, D. M. White (1950 *apud* WOLF, 2009) aplicou o conceito para investigar o trabalho de Mr. Gates, um jornalista com 25 anos de experiência, responsável por selecionar uma grande quantidade de correspondências enviadas por agências de notícias a um jornal da cidade de Midwest, na região centro-oeste dos Estados Unidos. Ele constatou que cerca de nove entre dez dessas correspondências eram eliminadas: 800 foram recusadas por “alegada falta de espaço”; 300 por suposta “sobreposição de temas ou falta de interesse junto ao público”; 200 por pretensa “falta de qualidade do material”; e 33 por estarem “em áreas demasiadamente distantes dos campos de interesse dos leitores mais tradicionais do jornal” (WHITE, 1950 *apud* WOLF, 2009, p. 185).

Pesquisas posteriores apontaram que a socialização na redação jornalística é determinante no processo de seleção de notícias: “[...] as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais parecem mais forte dos que as preferências pessoais” (WHITE, 1950 *apud* WOLF, 2009). Seja de forma tácita, durante o processo de socialização, ou por meio da imposição de manuais de redação, com normas estritas a serem seguidas pelos profissionais nas redações jornalísticas, os valores compartilhados definem como se dará o filtro daquilo que ganhará conhecimento público. É, portanto, no ambiente profissional onde se estabelece o “conjunto de valores que incluem critérios [...] como a eficiência, a produção de notícias e a velocidade” (ROBINSON, 1981, p. 97 *apud* WOLF, 2009, p. 186). A partir da apreensão de tais valores, o *gatekeeper* atua também em outras formas de controle da informação, como “as decisões sobre a codificação das mensagens, a seleção, a formação da mensagem, a difusão, a programação, a exclusão de toda a mensagem ou dos seus componentes” (DONOHUE-TICHENOR-OLIEN, 1975, p. 43 *apud* WOLF, 2009, p.186). E assim, contínua e permanentemente, determinados conceitos são consolidados e transmitidos, como a linha editorial a ser seguida pelos jornalistas. Ao entrar pela primeira vez em uma redação, o “foca”, ou o jornalista recém-contratado vai se familiarizando com os códigos que regem aquele ambiente. E, a partir deles, aprende como deve fazer o seu trabalho cotidiano. Breed (1955 *apud* WOLF, 2009, p. 187) enfatiza que o resultado desse processo de socialização com os colegas de trabalho é que “em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, [o jornalista] redefine os próprios valores no nível mais pragmático do grupo redacional”:

O já clássico estudo de Breed (1955) sobre o controle social nas redações – analisando os mecanismos com os quais é mantida a linha editorial-política dos jornais – assegura que ela (raramente explicitada e discutida) é apreendida por “osmose” e imposta sobretudo mediante o processo de socialização dos jornalistas dentro da redação. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência, constituído pelos colegas e superiores. (WOLF, 2009, p. 187).

Dentre os valores comuns compartilhados entre os profissionais e utilizados como critérios de seleção e produção de notícias estariam: “[...] autoridade institucional e as sanções; sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; aspirações à mobilidade [...]; ausência de fidelidade de grupos contrários; caráter agradável do trabalho; e o fato de a notícia ter-se transformado em valor²⁸” (WOLF, 2009, p. 187). Com base nas observações de Wolf, Hohlfeldt (2007, p. 204), comenta que o trabalho dos *gatekeepers* é realizado a partir de “uma

²⁸ Por exemplo, reportagens encomendadas por jornalistas em cargos de direção ou solicitadas para atender patrocinadores do veículo.

espécie de conceito difuso do que seja informação”. Este conceito não teria obrigatoriamente relação direta com o público receptor do produto jornalístico, mas, sim, com o objetivo de exercer “uma função de controle social” (HOHLFELDT, (2007, p. 204)). Dito de outro modo, os eventos selecionados para serem transformados em material jornalístico passam por um filtro definido e operado por um grupo restrito de profissionais, posicionados em suas empresas de mídia, a partir de uma ideia genérica, preconcebida e tácita (ou não) daquilo que seria “o certo a ser feito”, e que não obedece necessariamente a critérios de interesse do público que consumirá esse material.

Mas não apenas tacitamente se apreendem os valores e conceitos a serem seguidos pelos profissionais em uma redação jornalística. Os manuais de redação tiveram, a partir do início da década de 1980, no Brasil, um papel fundamental na missão de “desideologizar” as redações. Depoimento do jornalista José Arbex Jr. relata, em específico sobre a *Folha de S. Paulo*, como o manual de redação daquele jornal objetivou “o fim da ‘politização’ da redação, uma das características mais fortes do jornalismo até então praticado no Brasil” (ARBEX JR., 2001, p. 142). As normas impostas pelos manuais, a partir daquela década, sobretudo nos maiores jornais do país – incluindo *O Globo* – visavam dar uma dinâmica industrial à produção de notícias, exigindo, além de um ritmo de trabalho dos profissionais que dificulta a reflexão sobre o seu próprio ofício, procedimentos que pretensamente dessem um caráter de “objetividade” ao produto jornalístico, reduzindo a subjetividade do profissional envolvido.

O *Projeto Folha* proclamava-se ‘pluralista’ [...] e apartidário [...]. Mas não era bem assim: a FSP era seu próprio ‘partido’ [...], o que significava um limite muito claro à possibilidade do exercício do ‘pluralismo’. [...] Como consequência, a implantação do projeto exigia uma ‘guerra contra a esquerda’ dentro da redação (ARBEX JR., 2001, p. 154).

Este pensamento está expresso nas páginas de seu Manual de Redação (FOLHA DE S. PAULO, 2007), no verbete “engajamento”:

A Folha considera que o engajamento em organizações político-ideológicas pode prejudicar o desempenho profissional do jornalista, em especial daquele que cobre a área política. Não se espera, com isso, que o jornalista não tenha ideologia, opiniões e preferências; mas ele deve ter em mente que o envolvimento partidário pode torná-lo vulnerável a paixões, parcialidade, falta de espírito crítico e mesmo ingenuidade (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 40).

2.3.1 O Grupo Globo

Os manuais de redação, portanto, cumprem a missão de ordenar, sistematizar, regular aquilo que sempre foi aprendido por “osmose”, tacitamente no ambiente das redações

jornalísticas. Mais do que isso, como demonstra Arbex Jr. (2001), têm como objetivo padronizar o trabalho jornalístico, adequando-o às finalidades empresariais dos grupos que gerem os jornais, sob a forma de uma produção similar à industrial, de modo a reduzir ao máximo as subjetividades dos profissionais envolvidos. Em agosto de 2011, o Grupo Globo publicou os seus “Princípios editoriais” (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011). No início do documento, sob o título “Carta dos acionistas”, os proprietários do grupo, Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho (2011), afirmam que tais princípios “foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código. Cada uma de nossas redações sempre esteve imbuída deles, e todas puderam, até aqui, se pautar por eles”.

A seguir, o documento apresenta a sua “Breve definição de jornalismo”, em que afirma que “se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo” (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011). Em seguida, o documento passa a fazer a defesa da referida objetividade:

Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011).

A missiva dos empresários da Família Marinho afirma ainda que os espaços destinados a opiniões nos veículos do Grupo Globo são aqueles destinados a cronistas e articulistas, e que o noticiário – leia-se matérias e reportagens jornalístico-noticiosas e não opinativas – está “livre de prismas e de vieses, pelo menos em intenção” e que “haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências”. No tópico em que fala sobre “isenção”, o documento reafirma a intenção de que “o contraditório deve ser acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerem convenientes”. No entanto, “o jornalista deve se esforçar para deixar claro o que *realmente* aconteceu”, pressupondo a existência de uma verdade que é “inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas que existe” (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011, grifo nosso).

Do mesmo modo que o manual da Folha de S. Paulo (2007), o Grupo Globo exige que os profissionais empregados em suas empresas “devem se esforçar ao máximo para deixar de lado suas idiossincrasias e gostos pessoais”, em uma clara e direta imposição do apagamento das subjetividades. Por mais contraditório que possa parecer, ao mesmo tempo em que busca a tão almejada isenção, o documento afirma que as empresas do grupo devem procurar a diversidade entre os profissionais, “em termos de gostos, crenças, tendências políticas, orientação sexual, origens social e geográfica”, pois, desta maneira, “mais isenta será a escolha dos assuntos a serem cobertos, discutidos e analisados, e mais abrangente a acolhida dos pontos de vista em torno deles”. Ademais, o Grupo Globo afirma ser “apartidário, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos” (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011).

No último parágrafo do documento, afirma-se que “não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos” e que “defenderá intransigentemente os valores, cuja defesa é um imperativo do jornalismo” e, sem os quais, “uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza”. Em defesa de tais valores, o Grupo Globo afirma que “todas as ações que possam ameaçá-los devem merecer atenção especial, devem ter uma cobertura capaz de jogar luz sobre elas”. Os proprietários do Grupo Globo acreditam que “a afirmação destes valores é também uma forma de garantir a própria atividade jornalística” e que “sem a democracia, a livre-iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento”. Desta forma, “é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal”. Por fim, o documento afirma que a prática que norteia a atividade jornalística do grupo “não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores”, tampouco “de ser contra sempre (nem a favor de)” governos ou partidos. E encerra com a mensagem messiânica de que o papel do jornalismo do Grupo Globo é “cobrir tudo aquilo que possa pôr em perigo os valores sem os quais o homem, em síntese, fica tolhido na sua busca por felicidade” (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011).

No entanto, dois episódios ocorridos nas últimas três décadas, e já devidamente documentados por jornalistas insuspeitavelmente experientes e competentes, podem ilustrar a forma de atuar dos veículos de comunicação de propriedade do Grupo Globo, na prática. O primeiro se assemelha a uma passagem do romance distópico de George Orwell (2001), “1984”,

em que Winston Smith, funcionário do Ministério da Verdade de uma hipotética Londres do ano de 1984, atirava na caldeira pedaços de textos escritos nos meios de comunicação e os substituía por outros a serem publicados, de acordo com as decisões do todo-poderoso Grande Irmão, reescrevendo o passado minuto a minuto. Em seu livro “Notícias do Planalto”, o jornalista Mário Sérgio Conti (1999, p. 267) relata que, no dia 15 de dezembro de 1989, após assistir à primeira versão do resumo do último debate entre os dois então candidatos à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, levada ao ar no vespertino televisivo *Jornal Hoje*, Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo, teria ordenado a Alberico de Souza Cruz e Ronald Carvalho, respectivamente diretor de telejornais e editor de política da Rede Globo: “O Collor ganhou e a edição foi favorável ao Lula. Isso é inadmissível para os padrões da Globo. Faça a matéria correta”, teria dito o empresário aos empregados, tal qual o *Big Brother* a Smith. Conti relembra que:

Na versão exibida à noite, em horário nobre, no Jornal Nacional, Collor apareceu seguro, sintético e enfático, enquanto Lula foi apresentado claudicante, inseguro e trocando palavras. Além disso, a fala do candidato do PRN ficou 3’11”, enquanto que a do candidato do PT ficou com 2’49 (CONTI, 1999, p. 267).

O também jornalista Laurindo Leal Filho (2005) descreve que, em uma visita à redação da Rede Globo, um grupo de professores universitários presenciou o apresentador e editor-chefe do Jornal Nacional, William Bonner, referir-se ao espectador médio da emissora como Homer Simpson, personagem do desenho animado “Os Simpsons”, caracterizado pela preguiça e estupidez. “‘Essa o Homer não vai entender’, diz Bonner, com convicção, antes de rifar uma reportagem que, segundo ele, o telespectador brasileiro médio não compreenderia” (LEAL FILHO, 2005).

Ainda que muito distantes temporalmente, ambos os casos têm semelhanças com as conclusões da pesquisa de Lewin (1947 *apud* WOLF, 2009, p.184): o “conceito difuso do que seja informação” e a convicção de um papel quase messiânico de se estar exercendo um “controle social” e da busca por uma “verdade inesgotável” por meio da prática da atividade jornalística. No capítulo 4 do presente trabalho, verificaremos, por meio de pesquisas quantitativa e qualitativa, como se aplicam, na prática, alguns dos princípios editoriais do principal jornal impresso do Grupo Globo (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011), como o respeito ao contraditório, a diversidade de vozes e o respeito à liberdade, à democracia e aos direitos humanos.

2.4 AGENDA SETTING

Se, como já visto, o enquadramento é aquilo que nos diz *como pensar*, falaremos agora daquilo que nos diz *em que pensar*. A teoria do *agenda setting* (MCCOMBS & SHAW, 1972), ou “agendamento”, está incluída nos estudos de efeitos de longo prazo, presentes na corrente norte-americana dos estudos da comunicação denominada *communication research*. Esta sustenta que:

[...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979, p. 96 *apud* WOLF, 2009, p. 143).

Portanto, ao contrário de uma tentativa de persuadir o leitor/espectador/ouvinte, ou de dizer *o que pensar*, o que esta teoria afirma é a necessidade de apresentação de um ou mais temas que deverão receber a atenção do público. De acordo com McCombs e Shaw (1972), formuladores do *agenda setting*, os seus efeitos podem ser de dois tipos: “a. a ‘ordem do dia’ dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; b. a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’”. No entanto, ainda de acordo com esses autores, o impacto só se dará em longo prazo, “como um efeito cumulativo”. Ainda que possamos tecer incontáveis ponderações acerca dessa perspectiva teórica, como o faz Wolf (2009), no presente trabalho tais questionamentos são de menor relevância. O que pretendemos aqui é lançar mão dos aspectos mencionados de modo a contribuir para a análise de questões que, de fato, importam para esta pesquisa.

É possível observar diariamente nos jornais e emissoras de rádio e televisão no Brasil e no mundo exemplos de como determinados assuntos são pautados, enquanto outros são esquecidos. Um exercício bastante simples é conferir as capas dos jornais diários brasileiros nas bancas: salvo exceções, os assuntos serão praticamente os mesmos. Em alguns casos, inclusive com fotos idênticas, enviadas por agências de notícias, quando não é possível enviar profissionais para realizar a cobertura *in loco*. O sociólogo Pierre Bourdieu (1997, p. 30), ainda que não exatamente um teórico do campo, ao analisar a produção televisiva na França observa que “os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita”. O motivo, segundo ele, se daria ao “credo liberal” (BOURDIEU, 1997, p. 31) e ao fato de a concorrência, quando “se exerce entre jornalistas ou jornalistas que estão sujeitos às mesmas restrições, às

mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes” (BOURDIEU, 1997, p. 31) resultar na uniformização de seu produto, qual seja, a notícia. “Isto se deve em parte ao fato de que a produção é coletiva. [...] o coletivo de que as mensagens televisivas são produto não se reduz ao grupo constituído pelo conjunto de uma redação; ele engloba o conjunto de jornalistas” (BOURDIEU, 1997, p. 31). A ideia é muito próxima daquela de que falamos anteriormente, quanto ao processo de socialização no ambiente da redação jornalística, tal qual numa “espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente” e que tem como produto “um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (BOURDIEU, 1997, p. 33).

Um exemplo bastante evidente da aplicação da teoria do agendamento está em *O Globo* do dia 13 de julho de 2014. Um dia após a última partida da seleção brasileira na Copa do Mundo daquele ano, megaevento ao qual dedicou farta cobertura, o jornal publicou em sua capa a manchete “Faltam 754 dias para as Olimpíadas” (A COPA, 2014) (Imagem 3), indicando qual deveria ser a atenção de seus leitores naqueles longos dois anos até o início dos Jogos. É possível supor que este agendamento sirva como suporte legitimador de medidas governamentais e de políticas públicas, que, desta forma, encontram maior amparo para serem implementadas, enquanto outras tantas possíveis são negligenciadas, reduzidas ou desconsideradas, como a informação sobre os Brics, publicada em tamanho menor na página, como ilustra a Imagem 3.



Imagem 3 – Exemplo de agendamento em uma capa do jornal *O Globo*. Fonte: A Copa (2014).

É possível questionar se os processos de “agendamento”, “enquadramento” e de “filtragem” da informação se dão sobremaneira devido a “distorções involuntárias” (WOLF, 2009, p. 144). Como demonstram os relatos de José Arbex Jr. (2001), o jornalismo é uma atividade cuja produção se assemelha à industrial; as cifras que a envolvem são incomensuravelmente vultosas e, por esta razão, ela é regida pela lógica da “livre-iniciativa”, conforme expressam os princípios editoriais das empresas da Família Marinho (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011). Considerando apenas o jornalismo impresso²⁹, do qual trata a presente pesquisa, não há, em si, ilegalidade em um veículo dessa plataforma afirmar os valores que norteiam o seu funcionamento. Pelo contrário, a sua publicação demonstra a transparência necessária para conferir credibilidade junto a seu público, que estará informado quanto à orientação do produto que está comprando. Os motivos que levam a tais opções editoriais importam menos, aqui. No entanto, na condição de uma pesquisa circunscrita ao campo comunicacional, e cujo objeto empírico é a cobertura de um jornal impresso, é preciso

²⁹ As outorgas, renovações e cassações de concessões dos veículos de difusão audiovisual são regidas pelo artigo 223 da Constituição Federal de 1988.

que nos indaguemos quanto à ideia de “isenção” proposta nos princípios editoriais daquele veículo e de que maneira a aplicação ou não dela resulta em ações governamentais e na manutenção/elaboração/reformulação de políticas públicas, mais especificamente na área da segurança pública.

2.5 NARRATIVAS DO MEDO

Passemos agora a falar sobre de que maneira são construídos os discursos sobre crime e violência. A partir dos conceitos já vistos neste capítulo, podemos citar Hall *et al.* (1978, p. 53), que definem notícia como sendo “o produto final de um complexo processo que começa com uma seleção sistemática de eventos e tópicos de acordo com um conjunto construído de categorias”. Ou seja, a notícia não é um fato em si, mas, sim, “o retrato do evento, não algo intrínseco ao evento” (MACDOUGALL, 1968, p. 12 *apud* HALL *et al.*, 1978, p. 53). Mark Fishman (1978), por sua vez, observa as séries de notícias sobre violência publicadas nos Estados Unidos na década de 1970, que constroem as “ondas de crime”, que tendem a causar medo e pânico no público e repercutir em ações governamentais. “Uma pessoa pode não ser vitimada por uma ‘onda de crimes’, mas pode ser amedrontada” (FISHMAN, 1978, p. 53) por ela. O resultado certamente será “mais polícia nas ruas e novas leis baseadas no medo. Uma ‘onda de crimes’ pode ser uma ‘coisa da cabeça’, mas ela tem consequências reais” (FISHMAN, 1978, p. 53). De acordo com a pesquisa de Fishman, os crimes que tendem a se transformar em “ondas” não são aqueles cometidos contra a sociedade, mas, sim, contra indivíduos, em geral “crimes de rua, ocorridos entre estranhos, que vitimam pessoas frágeis e indefesas e são perpetrados por jovens perversos” (FISHMAN, 1978, p. 66). O autor não desconhece a existência desta modalidade de crimes, no entanto observa que:

[...] esta imagem se torna a *única* realidade de crime que as pessoas irão levar a sério porque ela é a única impressa na mídia. E ela é a única realidade que os jornalistas estarão aptos a reportar continuamente como tema de crime e, periodicamente, como ondas de crime em larga escala. (FISHMAN, 1978, p. 66).

No Brasil, Letícia Cantarela Matheus (2011) investiga como são produzidas as “narrativas do medo”. Para isto, ela analisa as coberturas da morte de “Aline”, de 14 anos, baleada na saída de uma estação de metrô do Rio; e a do episódio que deixou “Bianca”³⁰ tetraplégica, após ser alvejada por uma bala perdida em uma universidade da zona norte da cidade. O objetivo foi verificar o “porquê da necessidade de um periódico como *O Globo*

³⁰ Os nomes reais foram alterados.

produzir narrativas que privilegiavam o medo” (MATHEUS, 2011, p. 10), utilizando forte apelo emocional, fornecendo detalhes das vítimas, como por exemplo o fato de serem mulheres, jovens e estudantes e por isso não “merecerem” ter tido o destino que tiveram. As reportagens relatam os momentos anteriores aos crimes e as circunstâncias que levaram a que eles ocorressem. Se há fartas informações sobre as vítimas, sobre os supostos criminosos³¹ a cobertura revela muito pouco, apenas que possivelmente seriam moradores de favelas da região e teriam envolvimento com o tráfico de drogas. A oposição entre metrô/universidade/jovens de classe média e favela/drogas/traficantes está presente em todo o momento, nas narrativas.

A pesquisa constata também a criação de uma “memória do medo”, em que é produzido um “efeito de continuidade” e estabelecendo uma relação de sequencialidade. Dito de outro modo, os casos são relacionados a outros supostamente semelhantes, em outras ocasiões, como um assalto a um posto de gasolina que teria alguma semelhança a um dos episódios. Busca-se assim um fluxo criminoso inerente ao Rio de Janeiro, ou qualquer sentido à violência aleatória comum nas grandes cidades. Desta forma, os episódios que vitimaram Aline e Bianca e outros crimes ocorridos naquele e em outros tempos são “costurados” por meio de alguns “elos de significação” (MATHEUS, 2011):

[...] o sentimento de insegurança havia alcançado jardins de infância, outras universidades e vias expressas. A sensação do medo funcionou como aquilo que efetivamente interligava e moldava diferentes reportagens em um único fluxo do sensacional (MATHEUS, 2011, p. 11).

Constrói-se o que a autora denomina “tríplice presente”, ou seja, devido à suposta escalada de violência que ocorre na cidade, temos a percepção da existência de um passado idílico, um presente perigoso e um futuro incerto. Ou seja, cria-se uma “tessitura de temporalidades cíclicas, lineares, cronológicas, retrospectivas e prospectivas, com sucessões aceleradas ou retardadas de *agoras*” (MATHEUS, 2011, p. 13), em que o passado é reconstruído a partir de cada novo crime narrado e representado como o tempo de um lugar pacífico, onde ocorriam apenas crimes passionais ou amadores; ao passo que, no presente, a cidade é percebida como violenta, lugar em que os criminosos se profissionalizaram e se tornaram cruéis; e que no futuro será ainda pior.

Constatação semelhante é feita por Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2006). Ao analisarem notícias de crime no ano de 1983, portanto, no final do governo militar brasileiro e antes do recrudescimento da repressão ao comércio varejista de entorpecentes no Rio de Janeiro, em

³¹ Em nenhum dos dois casos, chegou-se a uma conclusão de quem teriam sido os autores dos disparos.

meados daquela década; em relevo com a cobertura da mesma temática em 2001, quando a temática do risco já está presente na cobertura jornalística do crime, os autores observam que há uma mudança de perspectiva. Em primeiro lugar, se em 1983 há uma tentativa de explicar a criminalidade por meio da *anomia*, ou seja, que indivíduos sem recursos materiais busquem alcançar seus objetivos por “vias não institucionais” (MERTON, 1970), em 2001, a explicação para o crime remete imediatamente à patologia do criminoso, conferindo a este um estigma de monstruosidade e crueldade, conforme já visto. Em segundo lugar, até a década de 1980, os crimes em destaque têm um formato folhetinesco, buscando relembrar a história que teria levado até aquele desfecho trágico, como o empregado que assassinou o patrão que o demitira, por exemplo. Já em 2001, ganham as páginas os crimes cometidos em lugares públicos sem qualquer causa aparente. Se, em 1983, há fartas informações sobre os criminosos e uma tendência a provocar que a audiência se compadeça do criminoso, devido às circunstâncias em que este se encontrava para agir de determinada maneira, em 2001 há pouca ou nenhuma informação sobre o criminoso e dados fartos sobre as vítimas. Em alguns casos, podemos constatar a presença de detalhes quanto aos requintes de crueldade e como os crimes foram cometidos, provocando grande proximidade entre a vítima e a audiência, e o sentimento de que “poderia ser qualquer um de nós”.

Em outro artigo, Vaz e Baiense (2011, p. 4) verificam que, até 1984, as reportagens da editoria Rio de *O Globo* caracterizavam-se predominantemente “pelo estado precário da saúde e pelas greves na educação do que pelos casos de violência espetaculares”. Em um momento anterior à redemocratização do país, a reivindicação era contra “sistema de saúde precário, escolas públicas abandonadas, funcionalismo público insatisfeito, greves” (VAZ & BAIENSE, 2011, p. 4). Se já não eram raras as notícias sobre pequenas ocorrências policiais, a análise quantitativa revela que a maior preocupação era com: emprego (19%), habitação (19%) e saúde (8%), em um universo de 65 páginas analisadas na editoria Grande Rio, referentes a 14 edições diárias do ano de 1984, em 19 matérias referindo-se às favelas. “O enquadramento destas questões nas matérias analisadas constrói a favela como lugar de carência. Esta foi uma referência bastante comum na construção da representação da favela. Tão comum a ponto de naturalizar-se.” (VAZ & BAIENSE, 2011, p. 4).

A partir da década de 1990, a segurança pública passa a ganhar relevância na narrativa midiática e, conseqüentemente, na agenda do poder público. No ano de 2010, já com a expansão das UPPs, consolida-se o enquadramento *crime/violência* quando o tema são as favelas cariocas. Em um universo de 90 matérias analisadas, 38% representavam as favelas como

território sitiado e 29% como *fonte de violência*, tornando predominante, assim, o enquadramento violência/criminalidade. De acordo com Vaz e Baiense, a mudança se deve às transformações ocorridas no cotidiano da cidade. A passagem da maior incidência de assaltos e roubos, principalmente, a bancos, nos anos 1980, para crimes contra a pessoa e o patrimônio pessoal, após essa década, provocou uma sensação de que “as possibilidades de tornar-se vítima são maiores” (VAZ & BAIENSE, 2011, p. 13). Os autores observam que esses tipos de crime acometem com mais frequência vítimas aleatórias, com maior probabilidade de o leitor/espectador identificar-se com as vítimas, criando assim uma espécie de “comunidade de vítimas virtuais” (VAZ & BAIENSE, 2011, p. 13), ainda que as estatísticas comprovem que o índice de criminalidade é maior em favelas ou em bairros afastados do centro da cidade. Vaz e Baiense recordam o caso do menino Wesley, atingido e morto por uma bala perdida dentro da sala de aula. O fato de a vítima estudar próximo a uma favela ganha destaque e é tratado como elevado fator de risco no texto jornalístico. “[...] Wesley estava próximo à janela que fica a uma distância de menos de 200 metros do morro, quando teve início a intensa troca de tiros”, afirma a reportagem de *O Globo* de 17 de julho de 2010 (RAMALHO, 2010).

Em outra observação relevante, Letícia Matheus constata ainda que o jornalismo de sensações, longe de ser uma característica exclusiva dos periódicos ditos populares, está presente também em um jornal autoproclamado “sério”, “respeitável”, “confiável” etc.: “[...] revela-se uma economia estética do sensacionalismo, que potencializa o poder de mediação dos jornais entre o público, seu ambiente urbano e sua consciência temporal” (MATHEUS, 2011, p. 12). Em sua análise, a autora observa a presença marcante dos elementos “dor” e “medo” que, reunidos, evidenciam “uma configuração melodramática da realidade, o que reforça a tese de que *O Globo* também trabalha com um modo popular do fazer jornalístico, a despeito de seu status de imprensa de referência” (MATHEUS, 2011, p. 13). Esses elementos, entretanto, são mesclados a outros para que “se mantenha uma espécie de revestimento de credibilidade em uma cultura que discrimina o jornalismo sensacionalista” (MATHEUS, 2011, p. 13). Matheus cita ainda o jornalista Alberto Dines (1971 *apud* MATHEUS, 2011, p. 33), para quem “todo processo jornalístico é sensacionalista, uma vez que se sublinham os elementos mais palpantes da história, com o intuito de seduzir o leitor”, e Canclini (2003 *apud* MATHEUS, 2011, p.36), que propõe “a hibridização das culturas, o que permite afirmar que *O Globo* é, em parte, popular, sensacionalista e melodramático” (MATHEUS, 2011, p. 36), para constatar que “o popular não é exclusividade das classes subalternas” (MATHEUS, 2011, p. 36) e finalmente indagar: “até que ponto a objetividade não faz parte das estratégias de verossimilhança das

narrativas sensacionais?” (MATHEUS, 2011, p. 37). A autora demonstra como o exagero e o melodrama estão presentes nas coberturas aos casos de Aline e Bianca:

A manchete de 8 de maio dizia que o governador admitia o descontrole na Segurança. Um dia depois, é estampado o título “Sob o domínio do medo” (p. 12). A fotografia é também um recurso amplamente utilizado com o mesmo objetivo. Assim, é publicada em 30 de março a fotografia de Aline quando bebê (p. 20), usam-se fotografias de parentes das vítimas (mãe de Aline 26/03/03, p. 11; e irmã de Bianca 06/05/03, p. 15). A amplificação da tragédia, que passa a figurar e a interferir na vida de milhares de pessoas, é o outro recurso empregado: “10 mil alunos ficam sem aula”, informa a manchete de 10 de maio sobre ameaças a escolas”. (MATHEUS, 2011, p. 34).

A pesquisa da autora também observa a presença do antagonismo, já exposto aqui neste trabalho, criado entre as “vítimas virtuais” (VAZ, 2009) e os indivíduos classificados no perfil da “sujeição criminal” (MISSE, 2008), mais especificamente no caso da cidade do Rio de Janeiro, o comerciante varejista de entorpecentes, popularmente conhecido como traficante de drogas. Ao representar o crime como o fenômeno que pode ocorrer a todos nós, em uma estação de metrô – outrora percebido como “meio de transporte seguro, tanto do ponto de vista técnico quanto como um lugar que neutraliza a criminalidade” (MATHEUS, 2011, p. 67) – ou em uma universidade – local de “produção de distinção social” (MATHEUS, 2011, p. 67) –, e relacioná-lo a outros episódios ocorridos em outros locais públicos, em qualquer hora do dia ou da noite, produz-se o sentido da “morte imprevisível sob o ponto de vista racional, estando em jogo também a ansiedade em domar o tempo, empreitada moderna para a qual a morte não natural seria a evidência do fracasso” (MATHEUS, 2011, p. 12). Ao mesmo tempo, o risco, aquilo a ser evitado, é representado por aqueles que poderão nos causar sofrimento, representados por:

[...] fantasmas específicos do imaginário de determinados grupos sociais [...] em uma determinada alteridade construída como inimigo interno no Rio de Janeiro e que, se variou historicamente de personagens, hoje estaria encarnada na figura do traficante de drogas (MATHEUS, 2011, p. 12).

Além das vítimas virtuais e do outro perigoso, há um terceiro elemento relacionado aos demais: “a fragilidade na metrópole”, que realça a sensação de vulnerabilidade daquelas. O já mencionado “medo branco” (BATISTA, 2003), aquele em que os cidadãos das classes média e alta temem o dia em que “a favela descer e não for carnaval”, é alimentado no imaginário do carioca pela representação da favela como “*locus* da pobreza e das classes perigosas” (VALLADARES, 2005, p. 24). Esta representação é reforçada no episódio que vitimou Bianca, alvejada por uma bala perdida em meio a um tiroteio entre um grupo armado de comerciantes varejistas de entorpecentes e um segurança da universidade onde ela estudava, localizada próximo ao Morro do Turano, na zona norte da cidade. A partir dessas narrativas, portanto, a violência se torna a “grande catalisadora da atenção da experiência urbana no Rio”

(MATHEUS, 2011, p. 30). E as coberturas jornalísticas sobre ela, por sua vez, “se alimentam disso e alimentam isso, configurando muitas vezes o pânico” (MATHEUS, 2011, p. 30).

2.5.1 Quem são de fato as vítimas da violência?

Ao afirmar as representações das potenciais vítimas a sofrer com o crime, em oposição às dos indivíduos identificados no perfil do “outro” perigoso a ser evitado, o discurso midiático sobre o crime e a violência, ao mesmo tempo em que alimenta em seu leitor o medo de que o crime também ocorra consigo, provoca o desejo de vingança contra aqueles que possam prévia e eventualmente causar-lhe mal. No sentido oposto aos números que indicam que, das 56 mil pessoas assassinadas no Brasil em 2012, 30 mil eram jovens entre 15 e 29 anos e, desse total, 77% eram negros³², as políticas de segurança pública são orientadas ou estão em consonância com aquele discurso. Os dados apontam ainda que, entre 2010 e 2013, das 1.275 vítimas de homicídios provocados pela ação direta da ação policial na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% eram homens, 79% negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Já em 2014, a pesquisa *Atlas da Violência 2016*, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (CERQUEIRA *et al.*, 2016), revela que foram registrados mais de 59 mil homicídios no país, o equivalente à taxa de 29,1 assassinatos por cada 100 mil habitantes. Isto significa que, de todos os homicídios ocorridos no mundo naquele ano, 10% deles ocorreram no Brasil, levando o país ao topo do ranking mundial deste tipo de crime. O estudo demonstra também que os jovens e negros são as maiores vítimas: na faixa etária dos 15 aos 29 anos, a taxa de letalidade é de 61 para cada 100 mil habitantes. Ainda de acordo com a pesquisa, “aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de ser vitimados por homicídios” (CERQUEIRA *et al.*, 2016) se comparado à probabilidade de indivíduos brancos, amarelos e indígenas serem vitimados. Entre 2004 e 2014 houve um aumento de 18,2% de homicídios contra negros, enquanto ocorria uma redução de 14,6% de crimes letais contra pessoas não negras ou pardas. Outro dado revelador é sobre o número de mortes provocadas pela ação policial. Apenas no ano de 2014, 3.009 pessoas foram assassinadas por agentes de segurança pública do Estado brasileiro, em que não é

³² Dados do Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro coletados em Anistia Internacional (2015).

institucionalizada a pena capital. Apenas no estado do Rio de Janeiro, foram 584 mortes. Por esses motivos, Letícia Matheus (2011, p. 99) conclui que: “O mais provável é que as exceções – Aline e Bianca – silenciem a regra de se morrer de balas não tão perdidas em lugares menos distintivos que metrô e universidades. Mas esses mortos foram desde sempre excluídos do tempo e da memória”.

2.6 O MEDO SE ESPALHA: UM BREVE ESTUDO DE CASO

Vejam como as narrativas do medo se aplicam, a partir de reportagem de página inteira, publicada pelo jornal *O Globo*, no dia 18 de maio de 2015, sobre o incêndio de dois ônibus no Centro do Rio. De acordo com os repórteres, o responsável pelos ataques aos coletivos seria:

[...] o traficante Ricardo Chaves de Castro Lima, o Fu da Mineira, condenado a quase 90 anos, [que] fugiu em 2013 de um presídio em Rondônia, após ser beneficiado com regime semiaberto pela Justiça Federal daquele estado, ele voltou ao tráfico e, há uma semana, está por trás de uma guerra, iniciada no Fallet, em Santa Teresa, que já deixou 12 mortos. (ROBERTO JR. *et al.*, 2015).

A fotografia aterrorizante do coletivo em chamas (Imagem 4) encontra tradução na palavra “medo”, impressa no título. O ônibus, transporte público utilizado por grande parte da população da cidade, incendiado à luz do dia em via pública – Rua Campos da Paz, no Rio Comprido, bairro de classe média e não uma favela – transmite a ideia de que qualquer um dos leitores poderia estar ali. No subtítulo, a expressão “guerra do tráfico” e a informação de que esta “já matou 12” fundamenta o roteiro com que a temática da segurança pública é tratada pela imprensa. Até mesmo o personagem já está escalado: Fu da Mineira, que encarna o papel de perigoso criminoso que escapou de um presídio de segurança máxima no longínquo estado de Rondônia, beneficiado pela suposta leniência do sistema judiciário, e que estaria de volta à “cidade maravilhosa” comandando os ataques, de acordo com a missiva.

ROTINA DE CONFRONTOS



Manchê de terror: Na Rua Campos da Paz, no Rio Comprido, chamas tomaram o segundo ônibus; quatro bandidos encapuzados cercaram e ataram fogo ao veículo, próximo a uma das entradas do Complexo do Maré de São Carlos

O medo se espalha

Dois ônibus são queimados na região central da cidade, onde guerra do tráfico já matou 12

PAULO ROBERTO JUNIOR, RENAN FRANCA, ANTÔNIO WISNIECKI E VÍDUA ARAÚJO gratuito@iglobol.com.br

O Rio amanheceu ontem com ônibus pegando fogo na região do Estácio. Mas o resíduo de pólvora foi aceno a quase três mil quilômetros da cidade. Desde que o traficante Ricardo Chaves de Castro Lima, o Iú da Mineira, condenado a quase 90 anos, fugiu em 2013 de um presídio em Rondônia, após ser beneficiado com regime semilivre pela Justiça Federal daquele estado, ele voltou ao tráfico e, há uma semana, está por trás de uma guerra iniciada no Belfort, em Santa Inês, que já deixou 12 mortos. A disputa entre facções locais chegou ao Complexo do Maré de São Carlos e, entre quinta-feira à noite e a madrugada de ontem, quatro pessoas foram mortas, entre elas, dois jovens de 15 anos. Menores e homens encapuzados desceram para o asfalto e queimaram dois ônibus pela manhã, levando pânico a cariocas que seguem para o trabalho.

Por volta das 08:00h, cerca de 30 pessoas chegaram a Rua Estácio de Sá, em frente ao Hospital da Polícia Militar, com pedaços de pau e pedras. O grupo saiu logo em um ônibus. Uma hora depois, foi a vez de bandidos armados e encapuzados incendeiarem como colírio, na Rua Campos da Paz, no Rio Comprido, próximo a outra entrada do maré.

O motorista do primeiro ônibus, da linha 229 (Ultras-Tijucas), Washington Souza Amaral, ao ser cercado pelo grupo que atirava pedras, parou e abriu a porta, para que os 60 passageiros saíssem: — Foi tudo muito rápido. Assim que desamos o veículo, vi alguns homens vindo com gasolina.

A enfermeira Marlene Marques, que estava no ônibus, diz que muitas pessoas se jogaram no chão quando ouviram o barulho das pedras se chocando contra os vidros. — Pensei que estivessem metelhando o ônibus. Quando a porta se abriu, sai. Houve correria, as pessoas estavam desesperadas — conta. Quando bandidos encapuzados cercaram o segundo ônibus, a três quilômetros de onde aconteceu o primeiro ataque, a passageira Maria Aparecida disse que foi um momento de absoluto terror. Provavelmente, eram criminosos chefiados por Iú, que, depois do Belfort, tenta tomar a Mineira, que faz parte do Complexo do São Carlos. — Nunca viêi isso na minha vida. Foi um terror. Corri e me abriguei dentro de uma loja — diz ela, que passou o mal e foi socorrida por uma ambulância no local.

PEZÃO: 'TRABALHADOR NÃO QUEIMA ÔNIBUS'
O governador Luiz Fernando Pezão disse que os ataques foram uma reação dos bandidos às ações da polícia.

— Trabalhador não queima ônibus. Isso é coisa de bandido. O cidadão de bem quer a polícia por perto, quer paz no seu bairro, na sua comunidade. É pelo cidadão de bem que o estado está aperfeiçoando e vai avançar no processo de pacificação. Ocupamos e estamos com operações previstas para toda aquela região e também no Chapadão — afirmou, referindo-se ao morro, em Costa Barros, onde fu teria se refugiado após voltar para o Rio e se deparar com o Maré da Mineira e as outras favelas que fazem

parte do mesmo complexo, ocupadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Felô menos 20 cursos do Batalhão de Choque (Bicho) foram para a Rua Estácio de Sá. A polícia usou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Os reflexos dos ataques ecoaram por toda a manhã. O metrô, por exemplo, na saída da Estação Estácio, por volta das 9h, ardeu as portas e agentes orientaram os passageiros a saírem pela Rua Ulysses Guimarães, via oposta ao local onde houve o incêndio do primeiro ônibus. Temendo invasões, supermercados, farmácias, casas baratas e lojas da Rua Bixacheira, no Centro e do Bairro de Fátima, trabalharam com meia porta. Nas locais onde os ônibus foram queimados, as lojas não tinham a rede de telefonia e internet além da fachada de lojas.

Na Rua Estácio de Sá, a dona de casa Dora Lourdes diz que o fogo atingiu seu apartamento, provocando rachaduras nos vidros da janela.

— Estava com meu neto de 1 ano em casa e imaginei que meu apartamento ia pegar fogo. Foi desesperador — recorda Dora, com o rosto no chão, que tinha a pele e as roupas cobertas por cinzas.

O Largo do Estácio foi interditado pela manhã, nos dois sentidos, por cerca de uma hora. O trânsito ficou complicado na Rua Esdras Lobo, na Radial Oeste e no entorno da Uerj. Escolas públicas da área não funcionaram.

Um caso que começou na noite anterior. Na quinta-feira à noite, policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) trocaram tiros com bandidos no Complexo do São Carlos, e João Vítor Petroni, de 15 anos, que seria monoteísta, foi morto. No Morro

do Querosene, Viamon da Luz Alves Santos, de 21 anos, também morreu com um tiro no tórax. A tia de João Vítor, Maria Regina Petroni, disse que ele não era bandido. Segundo a polícia, não há registros criminais contra o jovem. Na manhã de ontem, Rodrigo Marques Lourenço, de 39 anos, e um rapaz de 15 anos, identificado como Ramon, foram achados mortos num valão, esfaqueados.

Logo após o enterro de João Vítor, ontem à tarde, no Catumbi, amigos e parentes da vítima seguiram até a entrada do São Carlos, onde participaram de um protesto. Os manifestantes jogaram pedras contra os policiais do Choque, que residiram com bombas de gás lacrimogêneo.

O delegado titular da Divisão de Homicídios da Capital, Rivaldo Barbosa, pediu que moradores e parentes colaborem com as investigações.

— Não queremos passar a mão na cabeça de ninguém. Queremos esclarecer os fatos e apontar os verdadeiros culpados. Agora, vamos aguardar o laudo da perícia — afirmou.

O porta-voz da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (COP), major Marcelo Corbaje, diz que a polícia está lidando com um fenômeno novo, com bandidos se deslocando para o Centro.

— Desde 2011, ocorreram seis mortes no Complexo do São Carlos. Na última semana, 12 pessoas foram mortas — comparou. — Já houve a tentativa de invasão de grupos armados na Mangueira. Agora o foco é o São Carlos, pela posição estratégica que tem no Centro da cidade. ■

Colaboraram Bruno Atorém, Gilta Costa e Marcelo Romão

Imagem 4 – Reprodução de matéria com a manchete “O medo se espalha”. Fonte: Roberto Jr. et al., 2015.

Ainda no lide, o texto informa que “moradores e homens encapuzados desceram para o asfalto e queimaram dois ônibus pela manhã, levando pânico a cariocas que seguiam para o trabalho” (ROBERTO JR. et al., 2015). É importante observar que “moradores” se distinguem de “homens encapuzados”, no entanto, ambas as categorias têm origem em um mesmo lugar: as favelas, ocupadas por UPPs, que já não são mais suficientes para conter o natural ímpeto

criminoso daqueles, segundo diz a reportagem. A expressão “desceram para o asfalto” remete ao temor ancestral da elite branca. E, ainda, esses “moradores” e esses “homens encapuzados” são a antítese, aqueles que causam risco, provocam medo, sofrimento e, literalmente, “pânico” aos “cariocas”, dignos “trabalhadores”, *cidadãos de bem, contribuintes de impostos ao Estado* em uma manhã ensolarada que se fez desesperadora. Mais adiante, o entretítulo da reportagem destaca uma frase do governador Luiz Fernando Pezão: “*Trabalhador não queima ônibus*” (ROBERTO JR. *et al.*, 2015, grifo nosso), a que se segue o complemento:

Isso é coisa de bandido. O cidadão de bem quer a polícia por perto, quer paz no seu bairro, na sua comunidade. É pelo cidadão de bem que o estado está aperfeiçoando e vai avançar no processo de pacificação. Ocupamos e estamos com operações previstas para toda aquela região e também no Chapadão. (ROBERTO JR. *et al.*, 2015).

Novamente, a narrativa acentua o antagonismo entre a categoria *bandido* e o “cidadão de bem”. A noção de guerra entre um lado “bom” e outro “mau” justifica a repressão por parte do Estado e toda e qualquer sorte de violações à cidadania e aos direitos humanos, legitimando assim uma suposta *pacificação* levada a cabo através da força policial, que não se constrange a utilizar-se de métodos como intimidações, achaques, agressões, torturas e todo tipo de violência. Ou, como denomina Vera Malaguti Batista (2012, p. 92), em referência às UPPs, o morador deve engolir a sopa de pedra de Pedro Malasartes: “aguentem as mortes, as balas perdidas, as invasões de domicílio, as revistas para entrar e sair de casa... o melhor está por vir!”. Ademais, o discurso do periódico, em momento algum, questiona os propósitos da referida “guerra”, em que a repressão ao comércio de entorpecentes se dá, sobremaneira, no varejo, onde jovens, negros e pobres são utilizados como mão de obra de um comércio que desconhece fronteiras e cujas cifras são incalculáveis, devido exatamente à sua ilegalidade.

Como nos ensina Bakhtin (*apud* BATISTA, 2003, p. 68), “o esforço das classes dominantes é ocultar a luta que há por trás dos signos”. Em outras palavras, aquilo que é silenciado é tão ou mais importante que aquilo que é pronunciado. Desta maneira, como já vimos a respeito das vítimas virtuais, se a reportagem nos informa que as 12 vítimas são moradores de favelas do Estácio e de Santa Teresa, por outro lado, pouco a mais sabemos sobre elas. No entanto, dispomos de fartos detalhes do transtorno causado ao trânsito e ao fluxo de pessoas nas vias urbanas regulares, supostamente, pela “guerra do tráfico” carioca. Além do incêndio dos coletivos, ficamos sabendo ainda que:

[...] os reflexos dos ataques ecoaram por toda a manhã. O metrô, por exemplo, na saída da Estação Estácio, por volta das 9h, arriou as portas e agentes orientaram os passageiros a saírem pela Rua Ulysses Guimarães, via oposta ao local onde houve o incêndio do primeiro ônibus. [...] O Largo do Estácio foi interditado pela manhã nos

dois sentidos, por cerca de uma hora. O trânsito ficou complicado na Rua Haddock Lobo, na Radial Oeste e no entorno da Uerj. (ROBERTO JR. *et al.*, 2015).

Temos também informações acerca do prejuízo causado ao comércio dos bairros do entorno onde ocorreram os sinistros:

Temendo invasões, supermercados, farmácias, casas lotéricas e lojas da Rua do Riachuelo, no Centro, e do Bairro de Fátima, trabalharam com meia-porta. Nos locais onde os ônibus foram queimados, as labaredas atingiram a rede de telefonia e internet, além da fachada de prédios. (ROBERTO JR. *et al.*, 2015).

Apenas no 11º parágrafo da matéria, portanto, após os detalhes sobre os problemas causados ao trânsito e ao comércio, o leitor é informado dos nomes de quatro das 12 vítimas fatais do episódio. João Vitor Petrato, de 15 anos – portanto, mais uma vítima para confirmar as estatísticas da Anistia Internacional (2015) –, “seria mototaxista”, segundo o jornal. A reportagem informa que, de acordo com Maria Regina Petrato, tia da vítima, “ele não era bandido” e ainda que, “segundo a polícia, não há registros criminais contra o jovem” (ROBERTO JR. *et al.*, 2015).

Das declarações publicadas na matéria de *O Globo*, três são de fontes estatais³³: o governador Luiz Fernando Pezão, o delegado titular da Divisão de Homicídios da Capital, Rivaldo Barbosa, e o porta-voz da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), major Marcelo Corbage. Outras quatro fontes são não estatais³⁴: o motorista do primeiro ônibus incendiado, da linha 229 (Usina-Tijuca), Washington Souza Amaral; a enfermeira Marilene Marques, uma das passageiras que conseguiu escapar do coletivo; a dona de casa Dora Lourdes, que teve o apartamento atingido pelo fogo; além de Maria Regina. Apesar do maior número de fontes não estatais, três das quatro legitimam o discurso de medo e de perturbação da lei e da ordem predominante na reportagem. Apenas a última se contrapõe à narrativa majoritária, testemunhando em favor do sobrinho. É importante ressaltar ainda dois aspectos: com exceção de Maria Regina, que é apresentada como “tia de João Vitor”, todas são identificadas pelas suas profissões. Além disso, apenas a declaração de Maria Regina aparece de forma indireta no texto: “disse que ele não era bandido”, quando todas as demais são publicadas textualmente. A enfermeira Marilene Marques, testemunha do ataque ao coletivo, tem duas declarações publicadas, que destacam o medo, o desespero, o terror do episódio, que reverbera e afeta todos os sentidos do assustado leitor carioca:

³³ Ou de alguma forma vinculadas ao Estado, de acordo com a classificação metodológica para a análise do discurso do crime, proposta por Beckett (1997).

³⁴ Sem relação com o Estado, de acordo com a classificação metodológica para a análise do discurso do crime proposta por Beckett (1997).

- Pensei que estivessem metralhando o ônibus. Quando a porta se abriu, saí. Houve correria, as pessoas estavam desesperadas – conta.
- Nunca vi isso na minha vida. Foi um terror. Corri e me abriguei dentro de uma loja
- diz ela que passou mal e foi socorrida por uma ambulância no local. (ROBERTO JR. *et al.*, 2015).

3 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA

O trabalho que eles querem dar para a gente é um trabalho que a gente não quer. Eles querem que a gente continue sendo gari, continue sendo o que a gente não quer ser. Eu gostaria de ser desenhista profissional. Posso não conseguir. Se não conseguir, é aquele lance, como sou pobre não vou ligar tanto.

Márcio Amaro de Oliveira

A primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi criada em novembro de 2008, no Morro Santa Marta, em Botafogo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, as UPPs estão instaladas em 38 favelas da cidade, de acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (UPP, 2017a), grande parte delas concentrada em favelas próximas a bairros de classe média e alta da cidade, ou em importantes vias de tráfego, ou próximas de locais de sedes administrativas³⁵ e/ou de equipamentos dos megaeventos esportivos internacionais³⁶. Ou seja, aparentemente as ocupações policiais das favelas da cidade do Rio de Janeiro seguem uma lógica, ao menos geográfica, que privilegia um determinado segmento social, e que não necessariamente é aquele que reside nelas mesmas.

As UPPs são iniciativas de ocupação permanente das comunidades por parte de agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), com o objetivo anunciado de desarticular o poderio bélico de grupos que controlam o comércio varejista de entorpecentes. O desarmamento atua como uma política de “redução de danos”, dada a inviabilidade da repressão ao consumo e ao comércio de substâncias ilegais. Assim, as UPPs teriam como um de seus efeitos previstos a desterritorialização do tráfico de drogas e o conseqüente fim dos conflitos armados entre facções criminosas e entre estas e a própria polícia, que fazem vítimas ou causam pânico entre os moradores das favelas e de seu entorno.

Além disso, as ocupações policiais permanentes seriam realizadas por jovens agentes policiais, recém-graduados no curso de formação da Polícia Militar, o que – em teoria – diminuiria o índice de policiais envolvidos em casos de corrupção, em habituais casos de abusos em revistas policiais contra moradores das favelas e em venda de armas. O advento das UPPs tem como proposta inaugurar novas práticas no “*ethos* policial”, ou seja, “uma visão de mundo

35 A UPP do Morro do São Carlos está localizada ao lado da sede da Prefeitura Municipal.

36 As poucas UPPs instaladas na zona oeste da cidade são a da Cidade de Deus, favela conhecida mundialmente pelo filme de mesmo nome, com uma população estimada em 45 mil moradores e localizada no trajeto entre o bairro da Barra da Tijuca e o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim/Galeão; e a UPP do Jardim Batan, cuja ocupação foi motivada pelo sequestro da equipe de reportagem do jornal *O Dia*, por parte de milicianos que controlavam aquela comunidade. O caso ganhou repercussão e propiciou a abertura da chamada CPI das Milícias, na Assembleia Legislativa do Rio, que levou ao indiciamento de mais de 200 pessoas, entre elas, vereadores, deputados, ex-chefes de polícia, além de agentes de segurança pública. Inaugurada em maio de 2014, a UPP da Vila Kennedy é a mais recente unidade inaugurada pelo governo do Estado. A ocupação policial visa atender uma população estimada em 40 mil pessoas.

própria e compartilhada pela maioria do efetivo da instituição” (MISSE, 2014, p. 693). Este conjunto de práticas:

[...] perpassa a atividade estritamente profissional, atingindo, em grande medida, todas as esferas de relacionamento social, nas quais o policial está inserido. Para muitos policiais, o ser policial é muito mais do que um simples exercício de profissão, mas uma identidade social, que tem entre suas particularidades o enfrentamento (com os bandidos) e a constante tensão própria da atividade (MUNIZ, 1999). Um dos principais componentes desse *ethos* é a representação de um passado no qual a população respeitava e temia o policial, em contraposição com o presente, em que a Polícia não é bem vista por ela (BRETAS & PONCIONI, 1999). (MISSE, 2014, p. 693).

Assim sendo, seriam estabelecidas novas formas de relacionamento com os moradores das favelas ocupadas. A própria presença permanente de agentes policiais nas favelas pretende tornar a sua ação mais previsível, menos letal e mais humanizada. O efeito imediato desta presença constante foi, em algumas comunidades, a desterritorialização do comércio armado de entorpecentes, que teve como consequência a queda da ocorrência de tiroteios entre grupos armados e entre estes e a polícia; a redução do índice formal de letalidade entre moradores das favelas e do entorno; a diminuição do registro de abusos de autoridade por parte de agentes policiais e a redução do uso de “mercadorias políticas” (MISSE, 2002).

3.1 ANTECEDENTES

Ao menos em teoria, as UPPs têm como objetivo atuar como uma polícia comunitária, realizando um policiamento ostensivo e diário, convivendo com o morador das favelas, conhecendo seus hábitos, de modo a se tornar uma presença natural e mais humanizada naquele ambiente, sem que funcione como um elemento-surpresa, criminalizando o morador e percebendo-o como o inimigo a ser eliminado.

3.1.1 Polícia comunitária: o sonho do coronel Nazareth Cerqueira

A lógica de uma polícia comunitária, com uma abordagem humanizada, foi tentada pela primeira vez no estado do Rio de Janeiro em meados dos anos 1980, quando da gestão do governador Leonel Brizola³⁷. Na ocasião, o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, oficial com mais de vinte anos de Polícia Militar, ocupava o cargo de comandante-geral da corporação.

³⁷ Como veremos adiante, na prática, o policiamento comunitário como pensado pelo governo Brizola e colocado em prática pelo coronel Nazareth Cerqueira nada teve em comum com seus pretensos sucessores, os GPAEs e as UPPs.

Buscando qualificar-se, graduou-se em Filosofia e Psicologia e participou de seminários sobre segurança pública no Brasil e no exterior. Sua formação acadêmica, em grande parte destoante da maior parte da corporação policial, foi interpretada por alguns de seus pares como “ingredientes de intelectualismo pedante” (SILVA, 2012, p. 7).

Os documentos-base para a tentativa de reformulação da PMERJ foram o “Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro para o período 1984 a 1987” e o “Plano Diretor da PMERJ”, elaborado em consonância às diretrizes do primeiro³⁸. O oficial inspirou-se no modelo da Real Polícia Montada Canadense (PRMC), considerada em todo o mundo padrão para o policiamento comunitário. Cerqueira (2001) salienta, contudo, que é preciso ter atenção para as diferenças entre os dois países: enquanto o Canadá já era, naquela década, uma democracia consolidada, o Brasil ainda entrava em seu processo de democratização e convivia com práticas ditatoriais, como violações de garantias individuais, que contavam, inclusive, com o consentimento da sociedade.

Adaptando, contudo, a experiência canadense à realidade brasileira, Cerqueira desenvolve os princípios pelos quais o modelo de policiamento comunitário brasileiro seria norteado. Entre eles, o de polícia como *serviço* e não como *força* policial. Seguindo este princípio, os agentes policiais deveriam considerar toda a população como *clientes*. Não apenas as vítimas de crimes, mas também os demais cidadãos, sejam eles transgressores, suspeitos ou criminosos:

A polícia quando interage com o criminoso, para prendê-lo ou para impedi-lo de cometer algum crime, está prestando um serviço às vítimas, à sociedade, e à justiça; ao prestar um serviço à justiça, presta também um serviço ao criminoso, prendendo-o para que possa ser responsabilizado por seus crimes e reparar o dano causado e, finalmente, ser ressocializado. (CERQUEIRA, 2001, p. 108).

Possivelmente este pensamento seria ridicularizado nos dias de hoje, caso exposto à apreciação do senso comum vigente, quando se vivencia uma grave crise no sistema penitenciário brasileiro. Mas é importante não perder de vista que esse documento foi escrito no momento de redemocratização do país, quando os movimentos populares e demais forças progressistas buscavam reivindicar direitos que haviam sido suprimidos durante os 21 anos de ditadura civil-militar. Havia uma parcela significativa de pessoas que passou “a condenar a ação policial meramente militarizada, exigindo nova abordagem que considerasse a questão dos direitos humanos” (SILVA, 2012, p. 2). Por este motivo, Nazareth Cerqueira acreditava ser

³⁸ A fundamentação teórica desses documentos está reunida em uma série de volumes denominada de “Polícia Amanhã” (CERQUEIRA, 2001).

possível o nascimento de “uma nova concepção de ordem pública que fugisse dos parâmetros, até então adotados, da doutrina de segurança nacional” (CERQUEIRA, 2001, p. 90). A nova polícia deveria ter como objetivo trabalhar “orientada para a proteção de todas as pessoas da comunidade, buscando servi-las e ajudando na construção de uma vida social harmoniosa” (CERQUEIRA, 2001, p. 106).

Neste sentido, a polícia deveria ser encarada como uma *organização social*, integrada a outras instituições de modo a promover uma sociabilidade menos desigual e mais fraterna. Os agentes policiais, no convívio com a população, deveriam ouvir os moradores e buscar compreender quais as suas principais reivindicações e, a partir de então, buscar interlocuções com outros agentes como, por exemplo, “o departamento de parques e jardins para corrigir uma situação perigosa de uma árvore em um parque” (CERQUEIRA, 2001, p. 102). Desta maneira, a polícia estaria exercendo um papel de *prestação de serviço* e que faz uso da *interação* como recurso e não do de *prescrição*, ou de coerção, que “faz do uso da força a sua tarefa principal e exclusiva” (CERQUEIRA, 2001, p. 107).

No processo de identificação dos problemas da comunidade, o policiamento comunitário deveria se valer do diálogo com os diversos agentes disponíveis, tais como moradores e líderes comunitários, colegas da polícia, registros policiais, análises de crimes³⁹, imprensa, instituições governamentais e associações cívicas e não governamentais. A partir de então, seriam utilizadas táticas que se distinguem bastante das tradicionais: ao invés das prisões, detenções, intimidações, encaminhamentos, entrevistas e relatórios, teriam vez a organização da comunidade, a educação da população, a alteração do comportamento dos atores, a alteração do contexto físico, as mudanças no contexto social, a mudança na sequência, nos resultados e na percepção dos eventos, a ênfase na prevenção do crime, a comunicação transparente com o público e o engajamento ativo da população.

Na prática, o policiamento comunitário foi implementado durante muito pouco tempo no Rio de Janeiro, entre 1983 e 1986. O objetivo era que o Estado se fizesse presente através da “atuação de órgãos que prestavam serviço de assistência social e de apoio ao trabalhador por intermédio de convênios com as secretarias estaduais de Promoção Social e de Habitação e Trabalho” (CARDOSO, 2010, p. 33). Em Jacarepaguá, foi implementado um modelo de vigilância comunitária que, junto com o auxílio de voluntários, realizava “campanhas de saúde, atividades culturais e esportivas” (CARDOSO, 2010, p. 33) dentro do 18º Batalhão de Polícia.

³⁹ Sobre esse ponto, Cerqueira observa a sua ineficiência: “[...] podemos dizer que este instrumento é bastante desconhecido da polícia brasileira, que ainda trabalha com dados estatísticos de forma bastante rudimentar” (CERQUEIRA, 2001, p. 99).

Já o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania reunia, em um só órgão, defensoria pública, balcão de empregos e outros serviços. Em outros bairros da cidade, foram instalados postos de policiamento que atuavam a partir das demandas locais. Cerqueira também procurou aprimorar a formação policial, criando novas disciplinas para as academias de polícia, orientando os currículos para as “novas demandas sociais” (SILVA, 2012, p. 5). Neste sentido, foram ministradas também aulas sobre a história do negro no Brasil, visando, de forma pioneira, conscientizar o recruta sobre o caráter historicamente racista da violência policial. Com o objetivo de tentar um maior diálogo com a sociedade civil, o comandante da PMERJ disponibilizou documentos da corporação para a consulta pública, reativando o Centro de Documentação e Pesquisa e criando a *Revista da PM*. Foi também durante a gestão de Nazareth Cerqueira que foi instituído o Conselho de Ética da PMERJ, inspirado no Código das Organizações das Nações Unidas (ONU). Outras importantes iniciativas de sua gestão à frente da Polícia Militar: a criação do Grupo de Vigilância dos Estádios, do Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes e do Programa de Educação de Resistência às Drogas.

Os projetos de Brizola e Nazareth Cerqueira, contudo, depararam-se com o inevitável “descompasso entre a vontade do governador e a prática cotidiana da polícia” (CARDOSO, 2010, p. 34). Possivelmente, o histórico secular de violência da PMERJ prevaleceu sobre os ideais humanistas do coronel Nazareth Cerqueira. Contribuíram ainda para o insucesso das propostas transformadoras a percepção generalizada do aumento da criminalidade, o que fez com que o novo modelo fosse confundido com “uma espécie de cumplicidade com o crime” (SILVA, 2012, p. 4). Ao final dos quatro anos da gestão Brizola, Wellington Moreira Franco assumiu o governo do estado, vencendo o pleito contra o candidato brizolista Darcy Ribeiro, com a promessa de campanha de *acabar com o crime organizado em seis meses*. O que, obviamente, não aconteceu. Em 1991, Brizola foi reeleito e Nazareth Cerqueira assumiu novamente o comando da PMERJ, com o objetivo de retomar as propostas da década anterior. Devido a episódios como as chacinas da Candelária⁴⁰ e de Vigário Geral⁴¹, ambas ocorridas em 1993, o oficial teve problemas ao tentar dismantlar os grupos de extermínio formados por policiais militares que agiam na cidade.

Nazareth Cerqueira morreu no dia 14 de setembro de 1999, aos 62 anos. Até hoje, as circunstâncias de sua morte não foram totalmente esclarecidas. O oficial foi assassinado com

⁴⁰ No episódio ocorrido em 23 de julho de 1993, oito adolescentes, entre 11 e 19 anos, que dormiam em uma rua próxima à Igreja da Candelária, foram mortos a tiros por policiais militares encapuzados, a bordo de dois carros com placas encobertas.

⁴¹ Em 29 de agosto de 1993, 36 homens armados e encapuzados, entre eles policiais militares, assassinaram a tiros 21 moradores da favela de Vigário Geral.

um tiro disparado à queima-roupa, quando chegava à sede do Instituto Carioca de Criminologia, no Centro do Rio, onde passou a trabalhar após a aposentadoria como policial. O atirador, o sargento da PMERJ Sidney Rodrigues, também foi misteriosamente assassinado, em seguida, com um tiro na nuca, no mesmo local (Imagem 5).

RIO

Ex-secretário é assassinado

Morto a tiro o coronel Nazareth Cerqueira, que enfrentou banda podre na PM

O saguão do prédio onde trabalha um empregado do estado, o advogado Nilo Bastista, foi endereço do assassinato de um ex-comandante da Polícia Militar — o coronel reformado da PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira — na tarde de ontem, no Centro do Rio. Secretário de Polícia Militar nos dois mandatos do ex-governador Leonel Brizola, Cerqueira foi executado com um tiro no olho direito, e morreu na hora. O principal suspeito da morte é o terceiro-sargento do 12º BPM (Niterói) Sidney Rodrigues, que, baleado na nuca ainda no local do crime, estava, até ontem à noite, internado em estado grave no Hospital Souza Aguiar.

O ex-comandante da PM — que teve sua gestão marcada por duas chacinas praticadas por policiais militares — foi assassinado pouco depois de 16h, assim que chegou ao edifício Magnus, no número 216 da Avenida Beira-Mar, próximo ao Aeroporto Santos Dumont. Como de hábito, ele desceu de um Gel, entrou no prédio e, após cumprimentar o porteiro, dirigiu-se ao saguão do elevador. A polícia trabalha com a versão de que o sargento entrou logo depois sozinho. Já com um revólver na mão. Essa possibilidade foi reforçada no fim da noite de ontem quando os policiais identificaram a origem de um revólver Taurus, calibre 38, encontrado no local do crime com quatro cápsulas deflagradas. O revólver (número de ordem 46.666) pertenceu ao sócio do Marcos França dos Reis, lotado no 12º BPM e morto a tiros em Niterói no dia 15 de agosto de 1998.

— Não há dúvida da participação do sargento Sidney na morte do coronel Cerqueira. O que estamos investigando agora são as circunstâncias do crime e se estava acompanhado de outras pessoas — afirmou o coronel Josias Quintal, secretário de Segurança Pública.

Suspeito não tem ficha limpa

Quintal informou que o terceiro sargento Sidney tinha anotadas em sua ficha de policial duas punições recentes: uma em maio e outra em junho deste ano. Nas duas, foi preso (15 dias cada) por ter falado ao serviço na cabine da PM no bairro de São Francisco. Alastado das raas, o sargento estava tirando serviço atualmente no Corpo da Guarda do Batalhão de Niterói. O GLOBO também apurou que em 1994 o sargento foi acusado de ter jogado gasolina em quatro pessoas nos Arcos da Lapa e teve pelo menos uma passagem pelo setor de psiquiatria do Hospital Central da PM, no Estácio. A polícia está investigando a vida do sargento, na tentativa de desco-



O CORPO DE NAZARETH Cerqueira é retrado do prédio: ex-secretário de Leonel Brizola foi morto na porta do elevador



CERQUEIRA: ferido em psicologia

Um estudioso dos problemas do menor

• Carioca de Olaria, casado, três filhos, o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira era formado em psicologia pela Universidade Gama Filho, especializado em psicologia do trabalho pela Fundação Getúlio Vargas e estudioso dos problemas do menor.

Durante 20 anos, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro obedeceu ao comando de oficiais do Exército. Seu primeiro comandante oriundo da própria PM foi o coronel Cerqueira.

Ele assumiu o cargo no primeiro governo de Leonel Brizola, em fevereiro de 1983.

O coronel Cerqueira foi também o primeiro secretário de Polícia Militar do Estado do Rio, cargo criado por Brizola.

Valmir Brun e a promotora Maria Aparecida Lamoglia Dias para acompanhar as investigações.

O tiro que atingiu Cerqueira, segundo fontes do Instituto Médico-Legal (IML) ouvidas pelo GLOBO, foi disparado a curta distância no olho direito e transbitou (saiu pela nuca). A possibilidade de um assalto foi descartada assim que os primeiros policiais chegaram ao prédio e se depararam com o cenário no saguão: o corpo do coronel em meio a uma poça de sangue, com sua maleta pessoal ao lado — que continha material esportivo — intocada. Mas à frente, o revólver calibre 38. Na parede sobre o quadro de avisos, havia um buraco de bala e a perícia encontrou outra cápsula perto do corpo.

— O retrato falado feito a partir da descrição dos detalhes do crime.

Como foi o assassinato

Ordem, cerca de 16h

O ex-secretário de Polícia Militar nos governos Leonel Brizola foi assassinado com um tiro no olho direito e morreu na hora. Ele acabara de estacionar seu autônomo Gel na entrada do edifício Magnus, no Centro do Rio e foi baleado no saguão dos elevadores.

1 CHEGADA AO ESCRITÓRIO
O coronel Nazareth Cerqueira chega ao prédio. Seguido a polícia, o sargento Sidney, principal suspeito, entra em seu suite.

2 TIRO À QUEIMA-ROUPA
Ao ser chamado pelo sargento, o coronel olha e é atingido com um tiro no olho direito, sem ter tempo para qualquer reação.

3 AGRESSOR BALEADO
O autor do disparo contra o coronel é baleado na nuca por um síndico ou por um segurança, ainda não identificado, que fugiu.

Imagem 5: Cobertura do assassinato de Nazareth Cerqueira. Fonte: Ex-secretário (1999).

3.1.2 GPAEs

Em 2000, durante a gestão do governador Anthony Garotinho, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou os Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs), inicialmente nos Morros Pavão-Pavaõzinho e Cantagalo, em Ipanema, e posteriormente nos Morros da Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca, na Tijuca, Vila Cruzeiro, na Penha, e Cavalão, em Niterói. De acordo com o documento que expressa suas diretrizes, os GPAEs também tinham como filosofia o policiamento comunitário, ou seja, a realização de “práticas que favorecessem o desenvolvimento de estratégias de prevenção ao crime estimulando a participação da comunidade assistida no processo de tomada de decisão sobre as prioridades que deveriam ser assumidas pelo policiamento” (CARDOSO, 2010, p. 1-2). Em resumo, a atuação do policiamento segundo este novo modelo seria “essencialmente preventiva e eventualmente repressiva”, priorizando a garantia dos pressupostos básicos dos direitos civis – como a garantia à vida e à liberdade de trânsito – da população moradora de favela” (CARDOSO, 2010, p. 1-2). Pela primeira vez no Brasil ocorreu uma experiência de policiamento permanente em favelas em que os policiais permaneceriam 24 horas por dia nas comunidades.

Segundo estatísticas da PMERJ (VIOLÊNCIA, 2001), as ocorrências de homicídios e *balas perdidas* foram reduzidas a zero em algumas favelas onde havia os GPAEs. Ademais, das 260 ocorrências registradas, apenas 25% tiveram natureza policial criminal, enquanto 49% foram de natureza não criminal, como condução de enfermos a hospitais ou auxílio a parturientes. Outra característica dos GPAEs era o encurtamento da “distância social” (MISSE, 2008) entre policiais e moradores. O documentário *Cavalão* (2007) mostra como a iniciativa tentou encontrar outras formas de interação entre policiais e moradores, que não as do tiroteio e da revista violenta e desrespeitosa, buscando a aproximação entre os agentes do Estado e as crianças da comunidade, o que levou a uma considerável redução dos índices de criminalidade na região.

No entanto, Cardoso (2010) aponta problemas vivenciados entre policiais e moradores nos GPAEs desde os primeiros meses de sua implantação nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavaõzinho. Em um episódio, ocorrido em abril de 2001, o assassinato do jovem Marcos, ex-integrante de um grupo de comerciantes varejistas de entorpecentes – possivelmente executado por membros da mesma facção, motivados por uma dívida não paga –, contribuiu para colocar em xeque a credibilidade daquele modelo de policiamento na comunidade. O fato de os policiais

não terem reconhecido a morte do jovem, torturado, morto e cujo corpo foi incinerado e ocultado, foi motivo de três acusações feitas ao GPAE: inoperância, corrupção e desrespeito:

O que se viu foi que a morte de Marcos, para os moradores da favela, depunha contra o GPAE e não contra a quadrilha local. O tráfico agiu na favela e fez com Marcos o que estava habituado a fazer em casos envolvendo dívidas proteladas e não pagas. Os moradores sabiam, assim como sempre souberam, que o tráfico humilha, usa de violência e tira a vida de quem, de alguma forma, atrapalha seu negócio ou põe em risco seu domínio. Por outro lado, o GPAE, com sua proposta de nova polícia, não foi capaz de impedir a morte de um morador não cumprindo sua promessa de garantir a vida dos moradores, tal como havia prometido no início das operações. E os moradores não pouparam o GPAE por esta falta. O tráfico fez o que estava acostumado a fazer e os policiais não foram capazes de cumprir o prometido (CARDOSO, 2010, p. 269-270).

Em sua tese de doutorado em Antropologia Social, Marcus Cardoso pesquisa as favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho entre 2001 e 2004. Ele relata o rápido declínio dos GPAEs devido a episódios como o relatado anteriormente, que caracterizam uma quebra de confiança entre a comunidade e o policiamento, resultando em “uma profunda descaracterização do policiamento comunitário que ali funcionava” (CARDOSO, 2010, p. 318). Nas narrativas analisadas em suas entrevistas, Cardoso define como “tempo da comunidade” (CARDOSO, 2010, p. 318) aquele em que predominava a solidariedade entre os moradores, algo como o passado idílico identificado por Letícia Matheus (2011) em sua análise sobre as narrativas do medo. Já o presente individualista e violento é definido como o “tempo do cada um por si”, configurado pelo descompromisso com a coletividade e a consequente “deterioração dos laços sociais e valores comunitários” (MATHEUS, 2011, p. 138). Segundo Cardoso (2010), este segundo momento, iniciado em meados dos anos 1970, foi interrompido com a chegada dos GPAEs e sua proposta de restabelecer os vínculos comunitários, retomando – ainda que muito brevemente – o saudoso “tempo da comunidade”. No entanto, com a volta da ocorrência da violência dos grupos armados – sejam eles de comerciantes varejistas de entorpecentes ou de policiais – e “a ruptura da relação baseada nas demonstrações de respeito mútuo” (CARDOSO, 2010, p.322), o “tempo do cada um por si” volta a prevalecer.

Com a eleição de Sérgio Cabral Filho, em 2007, para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, os GPAEs, que já apresentavam sinais de esgotamento, de acordo com a investigação de Cardoso (2010), são abandonados como política pública por decisão do novo governador. Segundo a reportagem “Policiamento em favelas: história de um fracasso”, de *O Globo* do dia 16 de novembro de 2008 (RAMALHO, 2008a), os GPAEs tiveram contingente reduzido, levando ao consequente declínio de apreensões de armas e drogas e prisões. Na reportagem que ocupou uma página inteira em sua edição dominical, o periódico deu voz ao sociólogo Luiz

Eduardo Soares, ex-secretário de Segurança Pública de Garotinho e mentor daquele modelo de segurança pública. “Hoje, um GPAE da região funciona com pouco mais de uma dúzia de PMs. [...] Que estrutura esse policial tem para desenvolver seu trabalho?” (RAMALHO, 2008a), questionou Soares. Na matéria, consta ainda que o GPAE do Morro do Cantagalo, em Ipanema, realizara apenas duas apreensões de drogas e armas em dez meses. Em um *box* anexo à principal reportagem, um policial militar, identificado apenas como X, relata que “tirar serviço em um Posto de Policiamento Comunitário (PPC) é sinônimo de castigo” (RAMALHO, 2008a). De acordo com X, certa feita, ele e um companheiro foram cercados por traficantes armados, após uma operação policial em que um bandido foi morto. “Nesse cenário, muito policial passa a ‘fechar’ (negociar) com os bandidos, recebendo uma caixinha semanal para manter os bandidos informados sobre operações.” (RAMALHO, 2008a). Ainda segundo X, as apreensões realizadas nessas circunstâncias são, frequentemente, de drogas estragadas e de armas velhas, já dispensadas pelos traficantes. Cinco dias depois, *O Globo* publicou outra matéria (RAMALHO, 2008b) sobre o tema, dando conta da exoneração do major Ubiratan Saraiva de Carvalho, então comandante da unidade. A experiência pioneira de policiamento comunitário durante as 24 horas do dia em favelas do Rio teve seu fim decretado poucos meses depois.

3.2 OBJETIVOS DAS UPPS

A criação das UPPs, em 2008, teve como objetivo atender às demandas urgentes por maior legalidade e segurança. Antes da criação de uma legislação específica para as UPPs, as ocupações atendiam à percepção generalizada de insegurança provocada pelos constantes confrontos entre grupos de comerciantes varejistas de entorpecentes e entre estes e a polícia. Os decretos que regulamentam as UPPs foram instituídos apenas em fevereiro de 2015: o n. 45.146 institui a Política de Pacificação, definida como “processo de reintegração política, econômica e social de territórios conflagrados previamente definidos por critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança (Seseg)” (RIO DE JANEIRO, 2015a), entendidos os territórios como aqueles “socialmente vulneráveis, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito”. A nova legislação define como objetivo das UPPs a garantia da “inclusão social e a igualdade de oportunidades, através de ações de prevenção da violência e da criminalidade” (RIO DE JANEIRO, 2015a). Para além da ocupação policial, a política prevê ainda, em um segundo momento, a ocupação social, que

contempla “ações de reintegração econômica, política e social das áreas contempladas pela política de pacificação” (RIO DE JANEIRO, 2015a). Além disso, o decreto estabelece articulações com outros órgãos estaduais e municipais e pretende realizar o seu monitoramento e a avaliação por meio da Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação (Cemapp), presidida pelo governador do estado, que tem como finalidade “articular e otimizar a atuação intersetorial e interoperativa das Secretarias de Estado consideradas estratégicas para a segurança pública e para a área social” (RIO DE JANEIRO, 2015a). Além dos recursos provenientes do Governo do Estado, o decreto deixa em aberto também as possibilidades de parcerias com o governo federal, ONGs e o setor privado nacional e internacional.

Já o decreto n. 45.186 de 17 de março de 2015 regulamenta o Programa de Polícia Pacificadora e define, em seu artigo 1º, as “ações de prevenção proativa com ações de coação legítima e qualificada das polícias estaduais”, com o objetivo de: “(1) recuperação de territórios sob o controle de grupos ilegais armados, (2) a restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado e (3) a diminuição da criminalidade violenta, sobretudo a letal” (RIO DE JANEIRO, 2015b). O documento estabelece também cinco fases do programa: a) análise estratégica; b) intervenção tática; c) estabilização; d) implantação; e e) avaliação e monitoramento. Chama a atenção que, entre os objetivos do programa, não está o combate ao comércio de entorpecentes, mas sim:

[...] retomar territórios sob o jugo de grupos criminosos [...], reduzir a violência armada, especialmente a letal; [...] recuperar a confiança e a credibilidade dos moradores na polícia; [...] contribuir para uma cultura de paz, regulando, de forma pacífica, os conflitos no interior das áreas atendidas, sob a orientação de padrões não violentos de sociabilidade. (RIO DE JANEIRO, 2015b).

O caráter pioneiro das UPPs em comparação com as antigas estratégias de segurança pública, portanto, é o seu explícito caráter de redução de danos. Isto é, as políticas anteriores não admitiam, de forma transparente, objetiva e direta, a existência do comércio de entorpecentes nas favelas. O que a recente política de segurança fornece de novo é o foco no desarmamento dos grupos de comerciantes de entorpecentes.

3.3 CRIME E DESORDEM URBANA

O cientista político James Quinn Wilson e o criminologista George L. Keeling publicaram, em 1982, um estudo sobre aquela que se tornou conhecida como a Teoria das Janelas Quebradas (WILSON & KEELING, 1982). Como parte de seu método investigativo,

os pesquisadores estacionaram dois automóveis, um no Bronx, em Nova Iorque, e outro em Palo Alto, na Califórnia. O resultado foi que o veículo abandonado na periferia nova-iorquina foi rapidamente depredado e suas peças roubadas, enquanto que aquele deixado no bairro nobre do outro lado da costa estadunidense se manteve intacto. Os pesquisadores então decidiram quebrar os vidros e a lataria do carro em Palo Alto, e a consequência foi a mesma ocorrida no Bronx. A conclusão do estudo foi então que a “desordem e o crime estão usual e inextricavelmente ligados” (WILSON & KEELING, 1982, p. 78).

Essa teoria contribuiu sobremaneira para a elaboração de políticas como a Tolerância Zero, implementada em 1994 em Nova Iorque, durante a gestão do prefeito Rudolph Giuliani, que tinha a premissa de que crimes como destruição do mobiliário urbano, urinar em via pública etc. deveriam receber atenção igual à de crimes como roubos, sequestros e homicídios. Se, em curto prazo, os índices de criminalidade sofreram reduções naquela década, em um médio prazo, a consequência foi o aumento vertiginoso da taxa de encarceramentos e a retomada das estatísticas de crimes anteriores à adoção de tais medidas. Os juristas Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Edward Rocha de Carvalho (2015) analisam a Teoria das Janelas Quebradas sob o prisma da realidade brasileira. Segundo eles, não é possível desconsiderar o contexto socioeconômico na formulação de uma teoria que pretende explicar a ocorrência do crime e da violência: “[...] é por demais ingênuo [...] pensar que ao tirar uma criança do semáforo e o mendigo da rua o problema estará resolvido” (COUTINHO & CARVALHO, 2015). A crença no punitivismo como solução para a questão do ordenamento urbano também é questionada pelos autores: “como exigir do mendigo que ‘seja educado, não atrapalhe e não feda’, se não se dá a ele sequer ensino e saneamento básico?” (COUTINHO & CARVALHO, 2015).

A lógica que associa a desordem urbana à criminalidade se assemelha àquela empregada na cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 2007-2008, portanto, no mesmo período da criação da primeira UPP, no Morro Santa Marta. Nessa época, estavam sendo publicadas a série “Illegal, e daí”, em *O Globo*, bem como inúmeras cartas de leitores e editoriais que reivindicavam maior ordem urbana. No dia 30 de novembro de 2008, uma leitora se queixava do aumento dos “moradores das praias do Rio”, que estariam “apropriando-se das areias da praia, que é um dos maiores cartões-postais do Rio”. Ao final da missiva, a leitora pergunta ao prefeito recém-eleito: “Gostaria de saber quais são os planos do prefeito eleito Eduardo Paes para solucionar este problema. Será que ele tem um plano?” (CARVALHO, 2008). No dia seguinte, o mesmo jornal publica em sua capa a “denúncia” contra o pagamento de “até R\$ 100 mil por imóvel em favela do Rio”, como parte das desapropriações para a realização de obras do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) (ESTADO, 2008). E, pelo terceiro dia consecutivo, após a eleição de Eduardo Paes, o periódico publica uma série de cartas de leitores acerca da notícia publicada no dia anterior. Em uma delas, o cidadão se diz indignado por pagar “luz (inclusive os gatos dessas comunidades), além de água e muitos, mas muitos outros impostos” (FLAUZINO, 2008). Outro afirma querer mudar-se para uma favela, onde possa receber a indenização prometida e ainda obter a “vantagem de lá não ter nenhuma despesa” (ALMEIDA, 2008a). Mais uma carta de leitor acusa o Estado de ser “conivente” e “impotente com as farras das construções clandestinas e desastroso ao gastar dinheiro do contribuinte” (ALMEIDA, 2008b).

Em uma espécie de resposta às reivindicações, Eduardo Paes afirma: “Não vamos admitir ilegalidade” (PREFEITO, 2008). Neste sentido, uma das primeiras medidas do alcaide é a criação do chamado Choque de Ordem. A medida consistia na repressão de atividades urbanas não reguladas pelo Estado, como o recolhimento da população de rua e de seus pertences, o controle do comércio de vendedores ambulantes e a apreensão de suas mercadorias e a limitação da expansão das favelas através da construção de muros de concreto, entre outras ações. “Há um costume da desordem [no Rio]. A desordem virou uma endemia na cidade” (PREFEITURA, 2009), afirmava o então secretário de Ordem Pública Rodrigo Bethlem.

Em 2011 foram criadas as Unidades de Ordem Pública (UOPs), operadas pela Guarda Municipal⁴². A proposta era que os agentes passassem a “atuar de forma mais territorializada, identificando problemas específicos, dentro de um perímetro delimitado com o objetivo de garantir o Choque de Ordem permanente nos bairros onde estão instaladas” (UNIDADES, [2015?]). Nas UOPs, os guardas trabalham 24 horas por dia, sete dias por semana, “para coibir desordens como estacionamento irregular, ambulantes sem licença, entre outras ações que venham ferir o Código de Posturas e a Legislação do Município” (UNIDADES, [2015?]). Para isso, os agentes contam com rádios transmissores e *smartphones* que captam e transmitem imagens “imediatamente para uma central de controle da Guarda Municipal” (UNIDADES, [2015?]). O efetivo utilizado em cada uma das unidades é o mesmo, garantindo assim, que “um determinado grupo de guardas cuide sempre da mesma área” (UNIDADES, [2015?]).

Já em agosto de 2013 a Prefeitura instituiu o Programa Lixo Zero, que passou a aplicar multas a quem atirasse lixo nas vias públicas, de acordo com a lei municipal n. 3.273/2001 (CASSIANO, 2013). A fiscalização é feita por cerca de 500 agentes da Guarda Municipal, da

⁴² São dez UOPs ao todo, localizadas na Tijuca, Central do Brasil, Lapa/Cruz Vermelha, Ouvidor/Cinelândia, Saara/Praça Tiradentes, Leblon/Ipanema, Meier, Catete/Glória/Flamengo, Copacabana e Porto Maravilha.

Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) e da PMERJ. O valor das multas varia entre R\$ 98 a R\$ 3 mil, de acordo com o tipo de infração. Finalmente, em agosto de 2015, entrou em vigor o artigo 103a da lei municipal n. 1.305/2015, que determina a aplicação de multa de R\$ 510 para quem urinar e defecar em vias públicas. A fiscalização é realizada pelos mesmos agentes públicos responsáveis pela aplicação do Programa Lixo Zero.

Como já exposto no capítulo 1 da presente pesquisa, a perspectiva do interacionismo simbólico de Becker (2008) e de outros autores que seguem a mesma corrente compreende o comportamento criminoso ou desviante – e, conseqüentemente, passível de sanção – como aquele definido por indivíduos de grupos sociais dominantes em uma sociedade, a partir das relações sociais estabelecidas em uma determinada circunstância e/ou em um dado momento. Também no capítulo 1 deste trabalho, vimos como a lógica que fundamenta o modo de produção capitalista é legitimada pelo discurso que opõe o *trabalhador* ao seu “outro”, qual seja: os *capoeiras*, *malandros* ou *bandidos*/traficantes, variando de acordo com o devido tempo histórico. No capítulo 4, veremos, por meio da análise da cobertura sobre as UPPs, como o discurso de lei e ordem é utilizado e de que maneira ele corrobora a elaboração de políticas públicas e a adoção/aplicação de medidas governamentais.

Tentando antecipar um pouco essa reflexão, a crítica que nos parece cabível à Teoria das Janelas Quebradas – ao que tudo indica, aplicada em políticas como a da Tolerância Zero e a do Choque de Ordem – e a outras teorias em voga nos dias atuais é a de que, em uma sociedade capitalista e neoliberal como a nossa, que fornece oportunidades desiguais aos cidadãos para alcançar os bens e serviços ofertados, a estrutura social não deve, portanto, ser desconsiderada ao serem elaboradas as leis e sanções a serem aplicadas, em teoria, de maneira homogênea a todos os seus cidadãos.

3.4 MEGAEVENTOS

Em outubro de 2007, o Brasil foi escolhido pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) para sediar as partidas da Copa do Mundo de 2014. Na eleição das cidades-sede, o Rio de Janeiro é contemplado a abrigar o jogo final daquele torneio. Em junho e julho de 2007, a capital fluminense havia sediado os Jogos Pan-americanos, o que, em tese, a credenciaria a sediar os Jogos Olímpicos de 2016, escolha esta formalizada em outubro de 2009 pelo Comitê

Olímpico Internacional (COI)⁴³. Conta favoravelmente para a escolha da cidade, além das garantias governamentais, os atributos geográficos e o imaginário sobre a população carioca, representada por atributos como simpatia, irreverência e hospitalidade. Tais características são frequentemente reforçadas pelo discurso midiático e pelas autoridades governamentais, quando da campanha do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) junto ao COI. Soma-se a isso o apoio de grande parte da população, que comemora nas ruas e praias da cidade.

Vencidos ambos os pleitos, a capital fluminense passa por uma série de intervenções promovidas pelas esferas federal, estadual e municipal, de modo a se adequar às exigências daqueles organismos privados internacionais. Era preciso refundar a “Cidade Maravilhosa”, que perdera sua pujança econômica a partir da mudança da capital federal para Brasília, do fechamento de indústrias, do êxodo de investidores que se abateram sobre o estado do Rio de Janeiro e sua capital. Para garantir a credibilidade dos organismos internacionais, seus financiadores e visitantes estrangeiros, era preciso reconstruir discursivamente a identidade da cidade, reforçar os seus pontos positivos e corrigir, em pouquíssimo tempo, o resultado de décadas de administrações, digamos, pouco comprometidas com o interesse público.

Muitas políticas públicas são implantadas a partir daquele momento. Por parte dos poderes Legislativo e Executivo federais, é aprovada a lei n. 12.663/2012, também conhecida como Lei Geral da Copa⁴⁴. Em ação conjunta, as três esferas governamentais também implementam uma série de intervenções urbanísticas na cidade, de modo a possibilitar a construção de equipamentos esportivos⁴⁵. De modo a promover a mobilidade durante os

⁴³ Em março de 2017, o jornal francês *Le Monde* publicou reportagem em que afirma que “a justiça francesa encontrou elementos concretos que apontam para a corrupção na eleição do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016”. Ainda de acordo com o texto, “um empresário brasileiro, próximo ao ex-governador Sérgio Cabral e que teve contratos com o estado do Rio, depositou ao menos R\$ 1,5 milhão para um dos filhos do então presidente da Associação Internacional das Federações de Atletismo, Lamine Diack, três dias antes da votação para cidade-sede, em 2009” (LISBOA, 2017).

⁴⁴ Entre os itens da referida lei está, por exemplo, a proibição da publicidade de marcas com nomes semelhantes às que patrocinam tais entidades. Também é vetada a exposição de marcas de produtos concorrentes aos dos patrocinadores oficiais do evento a um raio inferior a dois quilômetros de onde seriam realizadas as partidas. De forma a beneficiar os patrocinadores fabricantes de cervejas, outra concessão do poder público federal à Fifa é a revogação da proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios – determinada pela lei federal n. 10.671/2013, ou Estatuto do Torcedor. A Lei Geral da Copa também responsabilizaria civilmente a União por quaisquer acidentes ou incidentes ocorridos durante o evento, bem como obriga o Estado brasileiro a disponibilizar segurança, serviços médicos e de imigração para os funcionários da Fifa. E, finalmente, flexibiliza os vistos de entrada de estrangeiros que trabalhassem no megaevento (BRASIL, 2012).

⁴⁵ Para a reforma do Maracanã, por exemplo, é gasto cerca de R\$ 1,3 bilhão e sua gestão é entregue a um consórcio privado de empresas, através de uma licitação até hoje envolta em suspeitas quanto à sua lisura. Entre as exigências do consórcio vencedor estava a demolição dos estádios Célio de Barros e Júlio De La Mare, respectivamente utilizados para a prática do atletismo e de desportos aquáticos. Devido à resistência dos movimentos sociais, das federações esportivas e demais setores, os antigos equipamentos não foram postos abaixo. Após o término dos Jogos Olímpicos de 2016, e até a conclusão deste trabalho, o Estádio do Maracanã encontra-se inutilizado, devido à desistência do consórcio vencedor da licitação, sob a alegação de que a não demolição do parque aquático e do

megaeventos, o poder público criou corredores expressos de ônibus, ligando as zonas oeste e norte do Rio, os chamados *Bus Rapid Transit* (BRTs). Sua execução, entretanto, foi realizada a custo da remoção de, no mínimo, 10 mil pessoas, moradoras de favelas ou de pequenos bairros localizados no trajeto do BRT, de acordo com dados do Comitê Popular Rio e Olimpíadas (NITAHARA, 2017). Outra alteração substancial foi a criação do Campo de Golfe Olímpico, construído sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, na zona oeste da cidade (EM ÁREA, 2016).

3.4.1 Construindo o imaginário da Cidade Maravilhosa

Para que fosse possível atrair a atenção de entidades, financiadores e demais visitantes estrangeiros para os megaeventos esportivos, era preciso recuperar o imaginário da “Cidade Maravilhosa”, manchado por décadas de desigualdade, violência e má gestão. Há duas origens possíveis para o surgimento da alcunha pela qual a cidade do Rio de Janeiro (ainda) é conhecida até os dias atuais. A primeira é o livro “La Ville Merveilleuse”, da poetisa francesa Jeanne Catulle Mendès (1913 *apud* ALMEIDA E NAJAR, 2012, p.120), lançado após visita à cidade, em 1911. Na obra, Mendès descreve sua visita ao Rio de Janeiro nos poemas “Arrive dans La Baie de Guanabara”, “Salut” e “Adieu”. “Todos exaltam a cidade esplendorosa, a beleza das paisagens da natureza, a luz do céu azul-claro, o ar fresco e os momentos de contemplação” (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 120-121). A segunda hipótese é o artigo “Os sertanejos”, de Coelho Neto, publicado “na página 03, do jornal *A Notícia*, edição de 29.11.1908” (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p.121). A expressão dá nome ao programa “Crônicas da Cidade Maravilhosa”, na Rádio Mayrink Veiga, apresentado por César Ladeira. Em 1934, André Filho, com arranjo de Silva Sobreira, compõe a marcha carnavalesca “Cidade Maravilhosa”, tornada mundialmente conhecida pela voz de Aurora Miranda. Já em 1960, o vereador Salles Neto aprova “a Lei nº. 5 que determina ‘adotada como marcha oficial desta cidade do Rio de Janeiro, respeitando os respectivos direitos autorais [...] da legislação anterior, a marcha “Cidade Maravilhosa”, de autoria do compositor André Filho” (COSTA, 2001, p. 143 *apud* ALMEIDA & NAJAR, 2012).

Os anos 1950 ajudaram a consolidar esta identidade por meio da Bossa Nova, do título mundial de futebol em 1958, do advento do Cinema Novo e de outros episódios. As décadas

estádio de atletismo inviabilizou a construção de lojas, estacionamento e outros equipamentos que renderiam lucro à concessionária.

seguintes, entretanto, foram áridas para a população do Rio de Janeiro. Com a transferência da capital da República para Brasília, em 1960, calcula-se que a cidade tenha perdido cerca de 120 mil empregos públicos, além da natural fuga de investimentos privados. O crescimento do comércio varejista de entorpecentes, a partir da década de 1970, e sua consequente repressão – acentuada a partir de meados da década de 1980 – contribuíram sobremaneira para manchar a imagem de *maravilhosa* da cidade, cultivada nas décadas precedentes.

Já nos anos 1990, durante a gestão do prefeito César Maia e a candidatura da cidade a sede dos Jogos Olímpicos de 2004, inicia-se a tentativa de resgate da *identidade carioca*. Este processo foi potencializado a partir de 2007, com a realização dos Jogos Pan-americanos. Nas gestões Sérgio Cabral Filho (estadual) e Eduardo Paes (municipal), os antigos atributos da cidade vão sendo retomados discursivamente. Por meio de patrocínios empresariais e do aparato midiático, as características historicamente atribuídas à cidade e a seus cidadãos vão sendo frequentemente exaltadas. Em 2015, ao comemorar 450 anos, a Prefeitura instalou, na fachada de um grande shopping na zona sul da cidade, um painel publicitário onde está escrito: “Viva a carioquice!” (Imagem 6).



Imagem 6 – Reprodução fotográfica do painel “Viva a carioquice!”. Fonte: Acervo pessoal.

Em março daquele mesmo ano de 2015, o jornal *O Globo* publica reportagem em que narra os festejos promovidos pelo poder público, ressaltando o bom humor, uma das características tidas como genuínas da população da cidade:

A festa mais carioca das ruas aconteceu ao som da bateria da escola de samba Estácio de Sá e da Orquestra Bianchini. Moradores e turistas foram brindados com um bolo de

450 metros. Pela grande quantidade de pessoas, houve tumulto na distribuição de fatias, mas logo a tensão deu lugar ao bom humor tipicamente carioca, com uma guerra de bolo. (LAPAGESSE, 2015a).

A matéria foi publicada na editoria Rio, na seção Rio 450, criada em março de 2015 para celebrar o aniversário da cidade. Entre os temas abordados na série estão Bossa Nova, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, São Sebastião, Cristo Redentor, Pão de Açúcar, calçadão de Copacabana, Lapa, samba, Parque do Flamengo, Urca, Barra da Tijuca, Praça da Bandeira, Quinta da Boa Vista e uma reportagem sobre vendedores ambulantes de praia, homenageados com a Medalha 1º de Março pelo Comitê Rio450, “por representarem dois símbolos do estilo de vida carioca: o *Biscoito Globo* e o mate de galão. Essa combinação tem gosto de Rio de Janeiro, de praia e faz parte da memória afetiva de muita gente” (BERTOLUCCI, 2015), justifica Marcelo Calero, então presidente do referido comitê. Em 2012, Eduardo Paes decretou a profissão de vendedor de mate como patrimônio imaterial da cidade. Três anos depois de ameaçar proibir a venda da bebida nas praias, por questões sanitárias, o prefeito voltou atrás e decidiu cadastrar os trabalhadores e prestar a homenagem. “O vendedor de mate é a cara do Rio, um dos mais marcantes de seus personagens. Esses vendedores são a lembrança boa da nossa cidade. [...] E o som mais forte das nossas praias é o grito desses vendedores” (MENDONÇA, 2012), disse o prefeito. O mate de galão parece ter sido mesmo elevado à categoria dos atributos integrantes da *carioquice*. A expressão é mais uma vez utilizada na nota publicada no dia 26 de junho de 2015, pela coluna Gente Boa, de *O Globo*. O texto informa que o vendedor ambulante Gil do Mate passou a atender em festas e eventos, cobrando R\$ 480 por 4 litros da bebida. “Deixe o seu evento mais carioca”, anuncia Gil (FORTUAN, 2015).

Outra reportagem da série informa acerca da primeira comemoração em homenagem aos 450 anos do Rio, quando o ator Bruno Senra, caracterizado de Estácio de Sá, fundador da cidade, desembarcou no Forte de São João, local onde o navegador teria pisado pela primeira vez em solo carioca. Em terra firme, o prefeito Eduardo Paes, acompanhado da mulher e dos filhos, recebeu a chave da cidade das mãos do ator. Paes não apenas enalteceu a sua própria administração, como comparou o momento da cidade aos tempos idílicos do Rio de Janeiro, e ainda enfatizou a aludida identidade da cidade, a existência de um “estado civilizatório carioca”:

– O Rio de Janeiro tem muita história, tem a identidade brasileira e já deu muito ao país. O Rio de hoje é muito melhor do que há 50 anos, mas o que a gente deseja é que haja paz e uma integração melhor. Fora que existe este estado civilizatório carioca, ou seja, não precisa a pessoa ter nascido nem morar no Rio. Temos verdadeiros cariocas espalhados pelo mundo. (LAPAGESSE, 2015b).

3.4.2 O direito à cidade

De acordo com o geógrafo Milton Santos (1996/1997), o conceito de “cidadania” – do latim *civita*, em português, *cidade* – tem como premissa “o exercício de direitos e supõe a ciência dos direitos que temos, a capacidade de reivindicar seu exercício pleno e também de reivindicar mais” (SANTOS, 1996/1997, p. 135). Seu argumento é que os direitos no Brasil são garantidos apenas àqueles que mantiveram seus privilégios, há muito herdados de uma estrutura social tradicionalmente injusta. “É por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros, que são não cidadãos” (SANTOS, 1996, p. 134). Pensador que busca compreender os impactos do fenômeno da globalização no país e no mundo, Santos questiona ainda o modelo de democracia representativa pela qual as vidas dos indivíduos são administradas, através de uma lógica gerencial, com foco nas corporações e não nas pessoas:

Três séculos de Iluminismo, uma luta consequente dos filósofos, depois dos intelectuais e depois dos políticos para a ampliação dos direitos e depois tudo parece ter sido perdido. O centro do universo deixa de ser o homem para ser o dinheiro, não o dinheiro produtor, mas o dinheiro em estado puro, com seus sacerdotes, que são os banqueiros, seus templos, que são os bancos. Nessa concepção de sociedade, no mundo, e, sobretudo, neste país, o homem é residual. A democracia de mercado impõe a competitividade como norma central, uma competitividade obtida através de normas privadas, que arrastam normas públicas. O que domina nessa democracia de mercado é o elogio da técnica, como se ela autossatisfizesse e, preeminência da racionalidade sem razão, é típica do processo econômico do fim do século e obstáculo à floração do pensamento (SANTOS, 1996/1997, p. 138).

Para Henri Lefebvre, a urbanização é essencial para a sobrevivência do capitalismo. Um dos filósofos do urbanismo do século XX, ele afirma que “a cidade não é mais do que um objeto de consumo cultural para turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco” (LEFEBVRE, 2001, p. 106). A exemplo de Milton Santos, Lefebvre (2001, p. 107) acredita que “o velho humanismo clássico acabou sua carreira há muito tempo, e acabou mal. Está morto”. Desta maneira, o pensador propõe a fundação de um novo humanismo, a partir de uma ciência da cidade, que contemple suas tensões, visando “ao conhecimento e à reconstituição das capacidades integrativas do urbano, bem como às condições da participação prática” (LEFEBVRE, 2001, p. 112). Como filósofo de base marxista e analisando a questão das cidades do século XX, a partir da divisão de classes ainda baseada em um modelo industrial, Lefebvre acredita que a ação da classe operária é “a única capaz de pôr fim à segregação dirigida especialmente contra ela” (LEFEBVRE, 2001, p. 113). Se o modelo fordista hoje foi

parcialmente substituído por outro, baseado na economia de bens e serviços, o mesmo não podemos dizer da segregação a que o pensador se refere e que continua a predominar nos grandes centros urbanos.

A ideia de uma revolução urbana é compartilhada por David Harvey (2012). O geógrafo britânico traça um longo histórico, desde a passagem do campo à cidade, passando pela formação desta e pela eclosão das primeiras revoltas populares. Harvey remonta à Paris do século XIX, durante as transformações promovidas pelo urbanista Georges-Eugène Haussmann, sob as ordens de Napoleão III, em 1853, como marco para “resolver o problema do excedente de capital ocioso através da urbanização” (HARVEY, 2012, p.76). O modelo, que “envolveu não apenas a transformação da infraestrutura urbana, mas também a construção de uma nova maneira de vida pessoal e urbana” (*idem*), levou Paris a se tornar a Cidade Luz, o “grande centro de consumo, turismo e prazer” (*id.*). No entanto, o mesmo sistema que possibilitou essas transformações motivou “um dos maiores episódios revolucionários da história do capitalismo urbano” (*id.*): a Comuna de Paris, ocorrida em 1871. Harvey credita o estopim da revolta ao “desejo de devolver a cidade aos desalojados” (*id.*), após a derrota na Guerra Franco-Prussiana e à falência dos bancos nacionais. O geógrafo também estabelece relações entre insatisfações quanto ao projeto de cidade em curso nos anos 1960, em Paris, e a revolta do Maio de 1968. Harvey recorda “a campanha para deter a via expressa na margem esquerda do Rio Sena e a destruição de bairros tradicionais por torres e arranha-céus, como a Torre Montparnasse” (HARVEY, 2012, p.78) como possíveis causas do episódio.

Em pleno século XXI, o acesso e a participação democrática na vida nas cidades ainda não se resolveram por inteiro. Citando a socióloga Sharon Zukin, Harvey fala da extrema desigualdade existente em todo o mundo, dos imensos bolsões de miséria que persistem, sobremaneira na África, na Ásia e na América Latina, em contraste com “‘o novo urbanismo’, que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos” (HARVEY, 2012, p. 81). Nesses casos, “o espaço urbano é ‘imagendrado’ (*imagineered*) como um evento de entretenimento para os que dele podem dispor de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove” (HARVEY, 2012, p. 81). Qualquer semelhança com o Rio de Janeiro não é mera coincidência. Harvey alerta que, no projeto da Cidade Maravilhosa em curso, moradores de favelas são forçados a deixar suas casas, removidos ou em troca de valores irrisórios, em direção a bairros onde a oferta de serviços de moradia, saúde, transporte, saneamento, segurança, entre outros, são de uma precariedade abissal.

Aposto que dentro de quinze anos, se a tendência atual continuar, todas aquelas ladeiras ocupadas por favelas no Rio de Janeiro serão cobertas por condomínios de alto padrão com fabulosa vista para a idílica baía, enquanto os primeiros moradores terão sido removidos para alguma periferia remota. (HARVEY, 2012, p. 85).

No Rio de Janeiro adaptado para os megaeventos, portanto, a “cultura-entretenimento” seduz os cidadãos. Sodré define como “bios midiático” a sociabilidade contemporânea em que as “práticas socioculturais, ditas comunicacionais ou midiáticas, vêm se instituindo como um campo de ação correspondente a uma nova forma de vida” (SODRÉ, Muniz 2009, p. 233). Nesta cidade estetizada, “o contato é mais do que simplesmente visual – é tátil, entendido como interação dos sentidos a partir de imagens simuladoras do mundo” (SODRÉ, Muniz, 2006, p. 105). O entretenimento – ao vivo, via satélite ou a cabo – torna-se a via principal para o consumo como forma de usufruto da cidade. Dito de outro modo:

[A] Cultura-entretenimento, associada ao consumo de luxo, é de fato a grande mercadoria da “gentrificação” neoliberal. Só que a cultura equivale aí à patrimonialização do estilo de vida da ‘gente fina’. Qualquer boate, qualquer espetáculo de música popular converte-se midiaticamente em “promoção cultural”. E nos países terceiro-mundistas, a televisão e suas derivações audiovisuais acabam sendo um dispositivo poderoso dessa gentrificação. (PAIVA & SODRÉ, 2004, p. 89).

A cidade então torna-se objeto de desejo de consumo e o acesso a ela se restringirá apenas àqueles que tiverem condições de exercê-lo. Aos demais, estaria disponível apenas a “cidadania possível” (BATISTA, 2003), ou ainda a “cidadania negativa, enunciada por Nilo Batista, que se restringe ao conhecimento e exercício dos limites formais à intervenção coercitiva do Estado” (BATISTA, 2003, p. 102). No processo conhecido como “gentrificação” do Rio de Janeiro, o poder público remove favelas para dar lugar a equipamentos esportivos para os megaeventos ou as cercam para invisibilizá-las. O mesmo processo se deu durante a comemoração da Independência da Nigéria, em 1960.

Um dos primeiros atos do novo governo foi murar a estrada até o aeroporto para que a Alexandra, representante da rainha Elizabeth, não visse as favelas de Lagos. Hoje, é mais provável que os governos melhorem a paisagem demolindo as favelas e despejando da cidade os seus moradores (DAVIS, 2006, p. 111).

Após fracassarem os seguidos projetos de remoção, a estratégia do poder público passa a ser tornar as favelas também parte de uma “cidade concebida como *commodity*” (CUNHA & MELLO, 2011, p. 397), aquela pronta para fruição estética e consumo. Ao lado dos já tradicionais ícones pelos quais a cidade do Rio de Janeiro é nacional e internacionalmente conhecida, um novo símbolo surge. Outrora denominadas “aglomerados subnormais”⁴⁶

⁴⁶ Valladares (2005) lembra que a denominação é utilizada desde as primeiras pesquisas censitárias, na década de 1940, até os dias de hoje.

(VALLADARES, 2005, p. 71), “*locus* da pobreza da classe perigosa” (VALLADARES, 2005, p. 24), “sobressalto das famílias cariocas” (ZALUAR & ALVITO, 2003, p. 8), “núcleo de desagregação social” (JORNAL VANGUARDA, 1947), as favelas são transformadas de sua imagem depreciativa em objeto de apreciação e consumo. A partir do advento das UPPs, algumas favelas – em sua maioria, na zona sul da cidade – passaram a ser visitadas por turistas estrangeiros e moradores do “asfalto”, com a finalidade de usufruir de um lazer pouco usual, ou mesmo expandir as oportunidades de negócio, aproveitando-se de valores de (ainda) baixo custo para investimento. Se não podemos considerá-las exatamente uma novidade incorporada à geografia da cidade, nos últimos anos elas passaram a ser definidas como *comunidades* e tornaram-se parte dos atributos apreciados no Rio de Janeiro, a ser incorporada ao chamado “*trademark* carioca” (JAGUARIBE, 2011).

Esse processo, no entanto, não aconteceu sem consequências para parte dos moradores das favelas das zonas sul, norte e oeste da cidade, afetados pelo fenômeno conhecido como “gentrificação”, não apenas, mas sobremaneira com a proximidade da realização dos megaeventos esportivos internacionais. A palavra tem origem do inglês *gentry*, que significa, em tradução livre, “gente boa”, “gente fina”.

[A gentrificação é um] fenômeno simultaneamente físico, econômico, social e cultural. Gentrificação comumente envolve a invasão da classe média ou grupos de alto poder aquisitivo em áreas previamente ocupadas pelas classes trabalhadoras. [...] Envolve a renovação ou reabilitação física do que era, frequentemente, uma habitação altamente deteriorada e seu melhoramento para ir ao encontro das requisições dos novos proprietários. (HAMNETT *apud* HAMNETT, 1991, p. 175).

Muitas das vezes, a estratégia utilizada para gentrificar uma região da cidade é a instalação de equipamentos de cultura, esporte, lazer e entretenimento que gozem de popularidade e justifiquem a desapropriação de famílias, a remoção de casas de baixo valor imobiliário ou o deslocamento de pessoas em situação de rua. É possível apontar exemplos recentes deste fenômeno no Rio de Janeiro. A pesquisadora de planejamento urbano e regional Mayra Mosciaro (2012, p. 88) caracteriza o boêmio bairro da Lapa, no centro do Rio, como o “mais carioca dos bairros”⁴⁷, pelo fato de aparentemente ser “o berço de todo o sentimento carioca, ou ao menos essa é a imagem que nos é passada todo o tempo”. Em sua pesquisa, Mosciaro define a Lapa como o primeiro bairro gentrificado da cidade, por meio do processo em que, a partir dos anos 1980, “membros de uma camada menos abastada da sociedade passam

⁴⁷ O ideário do malandro carioca tem como um de seus principais ícones o capoeirista e transformista Madame Satã, magistralmente eternizado nas telas do cinema pelo ator Lázaro Ramos, em filme do diretor Karim Aïnouz (MADAME, 2002).

a ser progressiva e, geralmente, indiretamente substituídos por uma população proveniente das classes média e alta” (MOSCIARO, 2012, p. 99), pelos empreendimentos imobiliários construídos a partir daquele momento, das “parcerias público-privadas e do crescente papel dos investidores e do capital estrangeiro” (MOSCIARO, 2012, p. 101), com a abertura de casas de shows musicais, bares e restaurantes.

Já os bairros da Gamboa e da Saúde, próximos à Central do Brasil e ao cais do porto, passaram pelo mesmo processo de mudança do perfil socioeconômico de seus moradores e frequentadores, a partir do advento do projeto Porto Maravilha, administrado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), empresa de economia mista instituída pela lei complementar n. 102 de 2009 (RIO DE JANEIRO, 2009). O empreendimento, iniciado na gestão do prefeito Eduardo Paes, tem como principais atrações ao público o Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã, o AquaRio, o Boulevard Olímpico e o Cais do Valongo, que podem ser acessados pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) (PORTO MARAVILHA, 2017).

Outro antigo símbolo da cidade, o Estádio Mário Filho, ou Maracanã, também passou pelo seu processo de gentrificação. Até os anos 1990, a *geral* era o local mais acessível do estádio, em que os ingressos eram vendidos a preços mais baratos e onde era possível assistir às partidas de futebol a uma curta distância dos jogadores (Imagem 7).



Imagem 7 – Imagens do Maracanã ontem e hoje. Na foto à esquerda, a *geral* na década de 1960 ou 1970 e, na foto à direita, já sem os lugares populares, após as obras para a Copa do Mundo de 2014. Fonte: reprodução do Facebook/autoria desconhecida.

Com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e o consequente processo de licitação do Maracanã, a *geral* foi extinta sob a justificativa do “aumento do conforto e da segurança”, como explicou João Borba, presidente do consórcio que administrava o estádio: “A gente pretende que este estádio seja um lugar com fácil acessibilidade, segurança e conforto. Para ter

conforto não pode ter briga, situações desagradáveis. A tradução desse tripé é que cada vez venham mais famílias, crianças” (MUDANÇA, 2013).

Algumas favelas da cidade também sofreram um abrupto processo de remoção devido a obras dos megaeventos. Vila Autódromo, Vila Harmonia, Vila Recreio II e Restinga, entre outras, localizadas na zona oeste, foram total ou parcialmente removidas para que pudesse ser criado um corredor expresso de ônibus, o BRT: uma frota de 440 ônibus articulados, dividida em três linhas (Transoeste, Transcarioca e Transolímpica), com capacidade para transportar cerca de 450 mil passageiros diariamente, entre 45 estações, ao longo de um trajeto de 39 quilômetros (CONHEÇA, 2016). Este novo meio de transporte facilitou, em tese, a mobilidade dos moradores dos bairros situados entre as zonas norte e oeste. No entanto, reportagem da ONG Rio On Watch, de 2011, estima que apenas naquele ano, durante as obras de construção da Transcarioca, que liga o Terminal Alvorada até a Ilha do Governador, mais de 3.600 pessoas tenham sido transferidas compulsoriamente para outros bairros (CLARKE, 2012). Outra matéria do jornal *O Dia* informa que 194 famílias moradoras da Vila Recreio II, no Recreio dos Bandeirantes, foram retiradas de suas casas “sem necessidade” (NASCIMENTO, 2014). De acordo com a Prefeitura, “a comunidade foi retirada para ceder espaço para o canteiro de obras da duplicação da Avenida das Américas e do traçado de acesso ao túnel da Grota Funda” (NASCIMENTO, 2014). Já o periódico espanhol *El País* publica, em agosto de 2015, que “entre 2009 e 2013, 20.299 famílias (cerca de 67.000 pessoas) foram removidas – e indenizadas ou reassentadas – de suas casas pela Prefeitura devido às recentes intervenções urbanas ou ao argumento de que moram em zonas de risco” (BETIM, 2015). A Favela do Metrô, contígua à Mangueira, onde viviam cerca de 700 famílias, também foi removida para obras da Copa do Mundo de 2014 (WILLIAMSON, 2012). Com isso, as duas gestões de Eduardo Paes teriam sido aquelas em que, por determinação governamental, mais pessoas foram retiradas de suas casas, e transferidas para outros bairros, de forma discricionária e arbitrária. Estima-se que o então governador Carlos Lacerda (1961-1965) teria removido 30 mil pessoas e Pereira Passos (1902-1906), 20 mil. Entre 2009 e 2013 (ano da publicação da reportagem que cita tais dados), Paes teria autorizado a remoção de cerca de 67 mil pessoas (BETIM, 2015).

Alguns anos antes da realização dos megaeventos, contudo, moradores de favelas já conheciam os efeitos nocivos da gentrificação, devido às ocupações policiais promovidas pelas UPPs. Como efeito da ocupação policial no Santa Marta, os tradicionais bailes *funks* foram proibidos. Enquanto isso, contudo, passaram a acontecer no local festas organizadas por e para jovens das classes média e alta. Durante o dia, turistas subiam o morro para provar dos quitutes

das antigas moradoras. O tradicional prato carioca feito de feijão, arroz, bife e fritas ganhou *status* de iguaria para os estrangeiros em visita à comunidade. A chegada de novos atores sociais à favela poderia ser uma vantagem para os moradores, caso não viesse acompanhada de seus efeitos nocivos: as abordagens policiais violentas, a especulação imobiliária e os altos valores cobrados pela formalização dos serviços. Para Paulo Thiago de Mello (*apud* BATISTA, 2012: p. 97), “a cidade está se transformando em *commodity* com um processo de aburguesamento [...] em que os moradores mais antigos vão deixando áreas residenciais, expulsos pelo custo de vida”. A análise encontra respaldo na declaração do *rapper* Fiell, morador do Morro Santa Marta:

Até a chegada das Olimpíadas, não sei se estaremos aqui no morro Santa Marta. Hoje, mais do que nunca, temos um custo de vida muito caro. A nossa conta de luz chega com valores aleatórios. No mês passado eu paguei R\$ 50, sem ninguém ficar em casa, pois trabalhamos o dia todo fora. Nesse paguei R\$ 45. Tenho conhecimento de que alguns moradores estão pagando R\$ 80, R\$ 100. Cadê a tarifa social? Sutilmente, estão “higienizando” a favela, sem que a totalidade dos moradores perceba. A mídia pulveriza a mente do trabalhador com o slogan de favela modelo e que temos que agradecer ao santo Sérgio Cabral governador do Rio de Janeiro. [...] Toda essa transição beneficiou alguém: os enclaves fortificados dos ricos. Esses estão felizes da vida, com o aumento dos seus imóveis, de R\$150 mil para R\$ 300 mil e R\$ 400 mil etc. (FIELL, 2011).

3.4.3 Celebração midiática

A perspectiva do discurso midiático acerca do processo de gentrificação das favelas cariocas, entretanto, tende a privilegiar as transformações positivas, como o surgimento de oportunidades de negócios. De acordo com este enquadramento, um dos principais fatores que possibilita as mudanças é a política de segurança pública, que reduziu o índice de homicídios nas favelas, permitindo, assim, o maior movimento turístico, investimentos públicos e privados, geração de empregos, criação de políticas públicas e outros benefícios em áreas da cidade outrora consideradas violentas e propensas à ocorrência da criminalidade. Por outro lado, a narrativa midiática silencia, reduz ou busca justificar as violações de direitos humanos e de liberdades sob o argumento de que são necessários sacrifícios por parte dos moradores afetados para que se chegue ao objetivo final da pacificação das favelas, onde reside cerca de um quarto da população do Rio de Janeiro⁴⁸. Nas páginas de *O Globo*, as consequências positivas desse

⁴⁸ De acordo com dados do Censo 2010, do IBGE, a capital fluminense tem 1,3 milhão de habitantes vivendo nas 763 favelas da cidade, o que representa 22% dos cerca de 6,3 milhões de moradores. Se considerarmos que apenas 38 favelas receberam UPPs até agora, precisamos admitir que a política de governo acaba por criar favelas de elite, situadas próximas aos bairros mais ricos da cidade, e negligencia a situação de todas as demais áreas, onde reside

processo são mais facilmente encontradas, privilegiando aspectos como a recuperação econômica, política e cultural da cidade (Imagem 8).

DOMINGO

O GLOBO

DOMINGO, 27 DE OUTUBRO DE 2013 ANUÁRIO Nº 2033 Irineu Marinho (1876-1925) — (1914-2003) Roberto Marinho REGULARISE oglobo.com.br

REVISTA DA TV
No 'Fantástico'
FASES DA MULHER

Cléia Dickel, Luiza Bruner, Maria Fernanda Cândido e Alessandra Marinho mostram como a mulher mudou em todos os tempos de Cláudio Lipietz

SEGUNDO CADERNO
Rock em livro e ao vivo
THE WHO NO BRASIL

Pete Townshend, guitarrista do lendário grupo inglês, que terá turnê de despedida em 2016, fala de sua autobiografia e promete tocar no país pela primeira vez.

CAETANO VELOSO
Infância, o assunto das biografias recém-lidos e o que resta de arte.

BOA CHANCE
OS EMPREGOS DO PRÉ-SAL
Em alta, engenheiros e geólogos.

REVISTA O GLOBO

Atrás da cena
SEGREDOS DE CAMARIM

Fatos, cenas e balé são alguns dos delicados detalhes encontrados nos camarins. Eles refletem o clima interno por trás do que se vê no palco, na dança, no circo e na música.

CELEBRISTAS
ELIO GASPARI
O mundo encantado da doutora Dilma.
MENAT

GUSTAVO FRANCO
Atlântico e Pacífico, a América Latina dividida.
MARCA DO

ANCELMO GOIS
Fatos dos meus rios já supera a dos mais pobres no Brasil.
MARCA DO

A ONDA DA GENTRIFICAÇÃO

Economia, eventos e UPPs reinventam os bairros do Rio

Mudança de perfil da população faz imóveis em áreas degradadas, como a Cruzada São Sebastião, se valorizarem mais de 100%
Renda mais alta dos novos moradores transforma relações econômicas e sociais na vizinhança e faz surgirem edifícios e estabelecimentos comerciais mais sofisticados

Ap perder o emprego, a economista de bordo da Virgínia Deoti Siletti vendeu o apartamento no Leblon e, por R\$ 170 mil, comprou um menor na Cruzada São Sebastião. Um ano e sete meses depois, o imóvel está avaliado em R\$ 400 mil. Deoti é um dos personagens do fenômeno da gentrificação, a mudança urbana a partir da mudança do perfil dos moradores. No Rio, o processo é acelerado pelo crescimento da economia acima da média nacional, pelos investimentos para os grandes eventos e pela pacificação das favelas, segundo FARO VASCONCELOS, FLAVIO TADAN, NATANIEL DAMASCENO e PAULO THIAGO DE MELLO. **MENAT**, 25 e 26

MORAR BEM
OS BAIXOS QUE AINDA RESISTEM NA ZONA SUL
Construtores lutam para preparar que não consigam comprar



Vida nova. Deoti Siletti, na porta do apartamento de 24 metros quadrados na Cruzada São Sebastião



Dilma: depredar e agredir são barbáries antidemocráticas

Presidente reage a ataque de black blocs contra coronel da PM em São Paulo e cobra punição

A presidente Dilma Rousseff manifestou indignação com a agressão sofrida pelo coronel Reynaldo Simões Rossi, comandante da Região Central da PM de São Paulo, na manifestação da noite de sexta-feira, pelo passe livre no transporte público. O oficial, que foi cercado e espancado por black blocs, teve a clavícula quebrada, ferimentos na cabeça e a arma roubada. Por meio do Twitter, Dilma se solidarizou com o coronel "agredido covardemente por um grupo de black blocs em SP". A presidente afirmou que agredir e depredar são "barbáries antidemocráticas" e cobrou punição "nos termos da lei". Um jovem de 22 anos foi identificado como agressor e indiciado por tentativa de homicídio. **MARCA DO**

Imagem 8 – A gentrificação, para *O Globo*. Fonte: Economia, 2013.

a maior parte da população carioca, localizadas em bairros afastados do chamado *cinturão de segurança*. Dados disponíveis em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Última visualização em 1º mai 2017.

Nas páginas internas, um anúncio de página dupla informa sobre “o lançamento imobiliário do ano”, às margens da Lagoa de Marapendi, na Barra da Tijuca. A reportagem sobre a gentrificação tem início na página 18 com o título “Novo retrato da metrópole: bons ventos da economia no estado atraem novos moradores e mudam a cara dos bairros” (2013). Na matéria seguinte, o título anuncia que “imóveis na Cruzada se valorizam em até 135%”, em referência ao conjunto habitacional localizado no Leblon, construído pela Arquidiocese do Rio, na década de 1950, após um incêndio que devastou a favela da Praia do Pinto. A tônica do texto são as oportunidades que se abriram nas favelas:

– Quando sai do meu apartamento, senti os olhares de quem dizia ‘ih, faliu!’. Sei que me viam como uma derrotada. Mas minha visão é outra. É a de empreendedora. Comprei o apartamento há um ano e sete meses por R\$ 170 mil. Hoje, depois da reforma completa, está avaliado em R\$ 400 mil. (VASCONCELLOS *et al.*, 2013).

Os aspectos negativos da gentrificação aparecem apenas na página 24 (SANTOS, 2013) – portanto uma página par, aquela que, segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 537), desperta menos atenção que as ímpares. Mesmo assim, o periódico os apresenta quando o processo relatado acontece em Istambul, na Turquia, em que “[...] os antigos moradores, muitas vezes de minorias étnicas, têm que deixar suas casas, demolidas para dar lugar a novos empreendimentos, inacessíveis a seus bolsos” (SANTOS, 2013). Em outro trecho, a reportagem relata um episódio muito comum no Rio:

A transformação urbana suscitou várias críticas, tanto de urbanistas quanto da população afetada. O governo, que quer fazer de Istambul uma cidade cosmopolita, rivalizando com Londres e Nova Iorque, argumenta que as pessoas estão melhores em imóveis novos do que em habitações insalubres. O Ministério do Desenvolvimento Imobiliário da Turquia (Toki, pela sigla em turco), responsável pela construção de moradias populares, ressalta oferecer imóveis ao alcance do bolso da população de baixa renda. Mas esses imóveis, ressaltam os críticos, são sempre distantes do Centro de Istambul. (SANTOS, 2013).

3.4.4 Integração favela-asfalto

O filme *5 x Pacificação* (2012) é um documentário produzido por Carlos Diegues e dirigido por quatro jovens moradores de favelas, ocupadas ou não por UPPs. O filme apresenta, sob diversos pontos de vista (morador da favela, policial, comerciante varejista de entorpecentes e morador do “asfalto”), as comunidades *pacificadas*. O objetivo do produtor foi mostrar, a partir da perspectiva dos moradores, o processo de ocupação policial nas favelas cariocas. No trecho dedicado à inserção de ex-comerciantes varejistas de entorpecentes no mercado formal

de trabalho, o documentário exibe entrevistas de pessoas que participam do projeto Empregabilidade, da organização não governamental (ONG) Afroreggae. O projeto é uma parceria da ONG com empresas de recursos humanos, que oferecem oportunidades de trabalho para candidatos com determinado perfil. Entre os empregos apresentados estão os de entregador, *motoboy*, pedreiro, servente, auxiliar de construção, entre outros. Ao conseguir um emprego como servente de pedreiro, o jovem Everton, de 19 anos, que diz já ter sido chefe de uma boca de fumo, se mostra feliz pela oportunidade de trabalhar com carteira assinada. “Graças a deus que deu tudo certo. O importante é trabalhar” (5 X PACIFICAÇÃO, 2012, 50’22”).

Já o documentário *Santa Marta: duas semanas no morro* (1987) apresenta o cotidiano de moradores da favela, localizada na zona sul da cidade. Coutinho entrevista moradores sobre questões específicas daquela comunidade, como carência de saneamento básico, precariedade de coleta de lixo, violência policial e confrontos armados, bem como questões como racismo, violência de gênero, trabalho e lazer. Durante uma entrevista com jovens moradores, sobre a preocupação com a colocação no mercado de trabalho, o cineasta conversa com Márcio Amaro de Oliveira, então com 17 anos, que admite suas frustrações em relação à futura carreira profissional, consciente das diferenças de oportunidades que separam moradores de favelas e periferias e jovens das classes média e alta.

O trabalho que eles querem dar para a gente é um trabalho que a gente não quer. Eles querem que a gente continue sendo gari, continue sendo o que a gente não quer ser. Eu gostaria de ser desenhista profissional. Posso não conseguir. Se não conseguir, é aquele lance, como sou pobre não vou ligar tanto (SANTA MARTA, 1987, 50’30”-50’49”).

O então jovem Márcio se tornaria conhecido, anos mais tarde, pelo apelido de Marcinho VP, grande distribuidor de cocaína do Rio, protagonista do livro *Abusado* (BARCELLOS, 2003), e que, em 2003, aos 33 anos, seria assassinado na prisão por traficantes rivais. Márcio optou por alcançar suas “metas sociais” por meios alternativos às “vias institucionais” (MERTON, 1970). Escolheu não se integrar à cidade formal em empregos como aqueles costumeiramente oferecidos aos indivíduos de sua origem socioeconômica. Por este motivo foi duplamente sancionado: não apenas teve sua liberdade cerceada pelas leis vigentes, que criminalizam o comércio varejista de entorpecentes, como teve também sua própria vida subtraída em decorrência dos arranjos informais que regem esse tipo de mercado.

Ainda em *5 x Pacificação*, o filme aborda a questão da “integração da favela com a cidade”. Integração esta exemplificada em entrevista de um dirigente do Banco Itaú, que fala

da inauguração de uma agência bancária no Complexo do Alemão e de um jovem empresário que contribuiu para a migração de clientes de uma empresa da favela para outra de fora dela. A entrevista é seguida de depoimentos de comerciantes locais que tiveram seus rendimentos reduzidos após a ocupação policial pelas UPPs (5 X PACIFICAÇÃO, 2012). Se os primeiros demonstram alegria e otimismo e são focalizados à frente da bela paisagem da entrada do Complexo, os comerciantes locais estão ambientados em bares escuros e ermos, becos e vielas estreitas, ou a bordo de uma Kombi antiga e malconservada, exibindo o rancor, a tristeza e o ressentimento presentes no olhar baixo e na voz embargada. Não obstante a perda do meio de sobrevivência de alguns dos moradores das favelas, a entrada de novos investidores na favela é louvada por José Mariano Beltrame. O então secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro explicita sua ideia de integração da cidade a partir desses investimentos:

Não é só o Estado que tem que entrar lá, o *cidadão* também tem que entrar lá. Ele tem que começar a ver que ele pode entrar lá, transitar, abrir algum negócio, comer lá dentro, fazer alguma compra, enfim. A estratégia é justamente misturar isso, que a sociedade se intere [*sic*] daquelas áreas, que a iniciativa privada invista naquelas áreas. (5 X PACIFICAÇÃO, 2012, 52'43").

No entanto, talvez seja preciso ponderar que tipo de lugar nas relações de trabalho está reservado aos moradores das favelas e dos bairros da periferia da cidade, e se as remunerações oferecidas pelas oportunidades de trabalho disponíveis a esses indivíduos são suficientes para a aquisição de bens e serviços de qualidade. Também, talvez, seja necessário questionar se os benefícios obtidos a partir das ocupações policiais não privilegiam os moradores do *asfalto*, que podem subir a favela, investir em hotéis, pousadas e restaurantes, usufruir da bela paisagem e se divertir nos bares, bailes e rodas de samba, em detrimento dos moradores da favela, que devem se contentar com um emprego de menor remuneração, sob a pena de ter de pagar com a privação de sua liberdade ou mesmo com a própria vida. Se o acesso à cidade estiver garantido apenas àqueles em condições de consumi-la e fruí-la esteticamente, enquanto que ao morador da favela estiver reservada somente a “cidadania negativa” (BATISTA, 2003, p. 102), talvez essa balança não esteja bem regulada.

4 ESTUDOS DE CASOS

Chega estampado, manchete, retrato
 Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
 Eu não entendo essa gente, seu moço
 Fazendo alvoroço demais
 O guri no mato, acho que tá rindo
 Acho que tá lindo de papo pro ar
 Desde o começo eu não disse, seu moço?
 Ele disse que chegava lá
 Olha aí, olha aí, olha aí
 Ai, o meu guri, olha aí
 Olha aí, é o meu guri.
Chico Buarque de Holanda

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA 2014-2016⁴⁹

Na presente pesquisa, optamos por analisar a cobertura, pela mídia, de oito UPPs: Borel, Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Complexo do Caju, Santa Marta, São Carlos, Rocinha e Vidigal. Algumas delas foram analisadas já na pesquisa de mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)” (PEREIRA, 2012). Até a conclusão daquela pesquisa, em novembro de 2011, a Secretaria Estadual de Segurança Pública havia implementado 17 UPPs nas favelas cariocas. Destas, elegemos quatro para a análise quantitativa, devido à sua localização: Borel, localizada no bairro da Tijuca, zona norte da cidade; Cidade de Deus, em Jacarepaguá, zona oeste; Santa Marta, em Botafogo, zona sul; e São Carlos, no Estácio, centro. O Complexo do Alemão, ocupado por forças de segurança pública federais e estaduais, no final de novembro de 2010, ainda não havia recebido suas UPPs, o que aconteceria apenas em abril de 2012. Por este motivo, foi realizada apenas uma análise qualitativa preliminar da cobertura sobre a megaoperação militar de 2010. A seguir, exporemos as características e uma breve análise individualizada de cada uma delas.

4.1.1 Borel

De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), o Borel começou a ser ocupado na década de 1920. A região faz parte do Maciço da Tijuca, conhecido pela mata densa e por suas nascentes. O morro ganhou esse nome possivelmente devido à fábrica de fumos e rapé Borel & Cia, que funcionava naquela localidade. “O símbolo da empresa, um pavão-real azul e amarelo-

⁴⁹ Ver relação de matérias em Anexo A.

ouro, que vinha estampado nos maços de cigarro, acabou virando o símbolo da Escola de Samba Unidos da Tijuca, fundada em 1931”(RIO+SOCIAL, 2017)⁵⁰. Ainda segundo o IPP, “foi no Borel que surgiu a primeira organização coletiva de moradores de favela, a União de Trabalhadores Favelados, em 1954 (*id.*)”⁵¹.

O Censo populacional realizado pelo IBGE em 2010 afirma que o Morro do Borel tem a população estimada em 12.815 habitantes (*id.*)⁵², incluindo as comunidades de Borel, Casa Branca, Chácara do Céu (local da sede da UPP), Morro do Bananal, Indiana, Morro do Cruz e Buraco Quente. Inaugurada em 7 de junho de 2010, a UPP conta com 287 policiais. De acordo com a página oficial da Secretaria de Segurança Pública, a ocupação policial na favela possibilitou a implantação de “projetos sociais, escolinhas de futebol, artes marciais e ginástica para a terceira idade, além de serviços de telefonia, tv a cabo, melhorias no abastecimento de água, saneamento básico e infraestrutura” (UPP BOREL, 2017).

Por estar localizado na Tijuca, bairro de classe média da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o Morro do Borel é representado na imprensa carioca como o nascedouro da violência daquela região. Os conflitos entre policiais e grupos de comerciantes varejistas de entorpecentes afligiam a elite tijuca, que costuma responsabilizar os moradores do Borel pela ocorrência de roubos e tiroteios que por vezes ocorrem no asfalto. Por esta razão, o então governador Sérgio Cabral Filho afirmou, em reportagem publicada no dia 26 de abril de 2010: “Nosso foco agora é a Tijuca. Nossa prioridade será o bairro. Aquela região já sofreu muito com os criminosos” (GOULART, 2010). Após a inauguração daquela unidade, o então secretário de Segurança Pública anunciou a ocupação de outros morros do bairro: “Beltrame acrescentou que as UPPs formarão um cinturão no entorno do centro financeiro do Rio” (COSTA, 2010).

Entre 30 de março de 2014 e 19 de agosto de 2016, foram encontradas 24 matérias publicadas em *O Globo* sobre a UPP do Borel. O número corresponde a pouco mais da metade daquelas encontradas na pesquisa entre 2008 e 2011, que analisou 46. É reveladora a comparação entre a análise dos pacotes interpretativos das duas pesquisas. Se entre 2008 e 2011 o pacote interpretativo predominante era o *Lei e ordem na favela* (L&O), com 83% das ocorrências, entre 2014 e 2016, este mesmo modelo narrativo também foi o mais registrado, mas com um percentual muito inferior: 54%. O segundo pacote com maior número de registros foi o *Extensão da cidade formal*. Entre 2008 e 2011, 17% das matérias analisadas foram classificadas neste pacote. Já entre 2014 e 2016, o percentual de matérias deste modelo ficou

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/borel/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/borel/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁵² Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/borel/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

em 29%. O quantitativo de quase um terço das matérias publicadas pode ser exemplificado por matérias que buscam retratar os investimentos públicos e privados nas favelas ocupadas (LOBIANCO & MAGALHÃES, 2014) ou iniciativas da sociedade civil que visam beneficiar os moradores das favelas (MARCOLINI, 2015). Na pesquisa 2008-2011, não foram registradas matérias classificadas nos pacotes *Liberdades civis sob ataque* e *Pobreza causa crime*. No presente trabalho, houve ainda o registro dos pacotes *Liberdades civis sob ataque* (8,5%) e *Pobreza causa crime* (8,5%).

Podemos, portanto, constatar uma migração de 29 pontos percentuais do pacote L&O para os demais. Uma causa possível desta mudança foi a redução do número de registros de confrontos entre policiais e traficantes na região. Por outro lado, outros enquadramentos ganham espaço. Uma notícia classificada no pacote *Liberdades civis sob ataque* denuncia a truculência da prática policial na favela: a morte de Johnata Alves, 16 anos, baleado na cabeça (tal qual o menino Eduardo de Jesus, no Complexo do Alemão) por um policial da UPP (NUNES, 2016). Mesmo assim, os elementos de assinatura predominantes foram aqueles que caracterizam o pacote que reivindica maior rigor à lei e à ordem e punições mais severas. Parte deles relata a ocorrência de crimes contra moradores do “asfalto” e aponta como autores moradores da favela. Uma reportagem, publicada em 4 de maio de 2015, relaciona diretamente um assalto contra ciclistas em uma trilha da Floresta da Tijuca a moradores do Morro do Borel:

Presidente da FCIERJ (Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro), Cláudio Santos, afirma que o número de assaltos dentro do parque cresceu muito nos últimos tempos. Muitos frequentadores têm evitado a área por causa da proximidade com o Morro do Borel e pelos frequentes relatos de roubos.

– Fica um sentimento de indignação. Os mesmos bandidos voltaram no dia seguinte ao primeiro roubo? É muita coragem, falta de respeito e sensação de impunidade – crítica. (SODRÉ, Leonardo, 2016)

Quanto às fontes, na presente pesquisa foram registradas 31 declarações de fontes estatais e 32 de não estatais. Destas, 23 são de moradores, trabalhadores, vítimas ou familiares de vítimas e uma de representante de entidade do “asfalto”, oito foram proferidas por especialistas e uma por representante de entidade do “asfalto”. Foram registradas 19 críticas de fontes não estatais (60% do total de declarações). Destas, cabe observar que a maior parte delas (oito, ou 25%) teve como motivação a ausência de políticas afirmativas. Sete delas (22%) reivindicavam maior rigor à lei e à ordem e quatro (12,5%) denunciavam violações de direitos e liberdades. Já na pesquisa 2008-2011, foram registradas 32 declarações de fontes estatais e 11 de não estatais. Destas, seis foram de moradores do Morro do Borel. Em nenhuma das 11 foram registradas críticas às UPPs.

No que diz respeito às clivagens ideológicas, podemos observar alterações pouco significativas nos percentuais. Se na pesquisa 2014-2016, 92% das matérias representavam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito, nas análises 2008-2011 este índice era de 100%. No presente trabalho, 79% das notícias apresentam as UPPs como benéficas aos moradores das favelas, enquanto que, no anterior, 74% apontavam as ocupações policiais como vantajosas aos moradores das favelas. Por fim, se na pesquisa 2014-2016, 96% das matérias apresentam as UPPs como parte de uma política permanente e consolidada, na pesquisa 2008-2011, este número foi de 100%. A pouca variação nos percentuais talvez possa indicar que, não obstante a redução da violência naquela região, a produção de sentido construída por meio do discurso midiático acerca das UPPs do Borel e do bairro da Tijuca não sofreu grandes alterações, ainda que pesem as mudanças registradas na análise dos pacotes interpretativos e das fontes analisadas.

Quadro 1 – Resumo pesquisa 2014-2016: Borel.

Pacotes interpretativos⁵³

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	13	7	2	2
Percentual	54%	29%	8,5%	8,5%

Total: 24

Fontes: Estatais 31 x 32 Não estatais

- Especialistas: 8
- Moradores/líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares/profissionais: 23
- Turistas: 0
- Terceiro setor/comerciantes/empresários: 1

Críticas de fontes não estatais às UPPs: 19 (60% das fontes estatais)⁵⁴

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 7 (22% das fontes não estatais)

Ausência de políticas afirmativas: 8 (25% das fontes não estatais)

Violação de direitos: 4 (12,5% das fontes não estatais)

Gentrificação/Especulação imobiliária: 0

⁵³ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

⁵⁴ Quarenta por cento das fontes não estatais ouvidas não manifestaram críticas às UPPs.

Clivagens ideológicas:

Estado democrático de direito 22 x 2 Estado policialesco

UPP para a favela 19 x 5 UPP para o asfalto

Política permanente 23 x 1 Política efêmera

4.1.2 Cidade de Deus

A Cidade de Deus surgiu na década de 1960, com a política de remoções de favelas empreendida pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. A construção do conjunto habitacional localizado no bairro de Jacarepaguá, zona oeste da cidade, foi financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), cerca de 70% das pessoas transferidas para a Cidade de Deus provinham de seis favelas localizadas na zona sul: Praia do Pinto, Catacumba, Ilha das Dragas, Parque da Gávea, Parque do Leblon e Rocinha (RIO+SOCIAL, 2017)⁵⁵. As remoções foram uma política de Estado que, entre o início da década de 1960 e meados da década de 1970 – durante as gestões Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas – afetaram um contingente próximo de 100 mil pessoas. Passou a ser uma política de Estado a transferência de moradores de favelas da zona sul para locais distantes do centro econômico e financeiro da cidade. O episódio do incêndio que devastou a favela da Praia do Pinto – localizada entre os bairros de Leblon, Gávea e Lagoa – e deixou cerca de 40 mil pessoas sem moradia até hoje não foi totalmente esclarecido. No lugar dessa favela foi erguido o condomínio denominado Selva de Pedra, onde hoje habitam moradores das classes média e alta carioca.

Segundo informações do Censo Demográfico do IBGE de 2010, a Cidade de Deus tem uma população estimada em 47 mil pessoas, dividida em cerca de 135 mil metros quadrados (*id.*)⁵⁶. Para atender a essas pessoas, foram instaladas três bases de UPPs, situadas nas localidades das Quadras, Apartamentos e Caratê (UPP CIDADE, 2017). A Cidade de Deus tornou-se internacionalmente conhecida a partir do filme de mesmo nome (CIDADE, 2002), que rememora a época em que o comércio varejista de entorpecentes ingressou nas favelas do Rio de Janeiro, tendo como consequências a repressão policial e uma escalada de violência cujos desdobramentos vivenciamos até os dias atuais. A Cidade de Deus está localizada às margens da Linha Amarela, via expressa que liga a zona norte à zona oeste da cidade e dá

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/cidade-de-deus/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/cidade-de-deus/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão/Tom Jobim. Ademais, a favela também se encontra próxima ao Parque Olímpico, principal sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Por essas razões, a instalação de UPPs naquele território pode ser considerada politicamente estratégica e justifica a sua escolha para esta análise.

Na presente pesquisa, foram encontradas 34 matérias publicadas em *O Globo*, entre 2014-2016, sobre as UPPs da Cidade de Deus. O pacote interpretativo com maior número de registros foi o *Extensão da cidade formal* (ECF), com 13 ocorrências (38,5%). Já o modelo narrativo *Lei e ordem na favela* (L&O) registrou 12 matérias (35%). Com seis matérias (17,5%), o pacote *Liberdades civis sob ataque* (LCSA) foi o terceiro mais registrado. Já o modelo narrativo *Pobreza causa crime* (PCC) aparece em quarto lugar com três matérias (9%). Já na pesquisa 2008-2011, o pacote mais registrado foi o L&O, com 55%, seguido do ECF, com 36%, LCSA, com 8%, e PCC, com 1%.

Ao comparar ambos os resultados, podemos analisá-los sob dois aspectos. O primeiro é que, mesmo quando não é predominante, o pacote L&O se mantém como um dos mais representativos em todas as UPPs. A perspectiva narrativa conflito/crime se sobrepõe à de normalidade/integração, induzindo o leitor a perceber as favelas como “local das classes perigosas” (VALLADARES, 2005), onde o “cidadão de bem” não deve entrar. À imagem violenta que a Cidade de Deus ganhou mundialmente através das telas do cinema somam-se reportagens cotidianas que contribuem para reforçar essa representação. Reportagem publicada no dia 3 de junho de 2016 relata a morte de uma mulher que teria gerado retaliação de traficantes da favela. “Houve intenso tiroteio, que levou pânico a moradores e motoristas que passavam pela região” (MORTE, 2016), informa o texto. Em outra passagem, a reportagem descreve o pavor por que passaram os moradores do “asfalto”:

A notícia da ação dos traficantes se espalhou por Jacarepaguá, e muitas pessoas evitaram deixar suas casas.

– O que dizem é que vão fechar a Cidade de Deus, e haverá retaliações. Eu mesma vim para casa correndo, com medo de que acontecesse algo – disse assustada uma moradora do Anil. (MORTE, 2016).

Outra interpretação possível dos números seria a de que eles indicariam não necessariamente um grande crescimento do pacote ECF, como pode parecer inicialmente; mas, sim, uma migração do pacote L&O principalmente para LCSA (migração de 9,5%) e PCC (migração de 8%). Desta forma, ao longo dos dois períodos, podemos ilustrar a permanência do patamar de matérias que, a partir da instalação das UPPs, apontam melhorias na qualidade de vida dos moradores das favelas, avanço de políticas públicas e ofertas de serviços, como na matéria publicada no dia 7 de dezembro de 2014:

O fundador da ONG Central Única das Favelas (Cufa), Celso Athayde, observou que esses indicadores (aumento do IDH das favelas) se somam a outros que mostram a vitalidade das comunidades. Ele cita pesquisa feita em setembro pelo Instituto Data Favela, que estimou em R\$ 64 bilhões a receita gerada por moradores de favelas em todo o Brasil. Desse total, R\$ 12 bilhões são do Rio:

– Os investimentos em urbanização e a implantação de UPPs serviram para impulsionar a economia das comunidades. Muitas famílias podem nem ter recebido tantos investimentos públicos ou sequer estarem no planejamento de ganhar uma UPP, mas o clima de expectativa da melhoria dos serviços já contribui para o ambiente. Isso se reflete nos indicadores. A nova classe média que surgiu nessas comunidades nos últimos anos muitas vezes opta por permanecer onde sempre vive – acrescentou Celso Athayde. (MAGALHÃES & ALVES, 2014).

Não obstante a anunciada ascensão da chamada “nova classe média”, o pacote que mais cresceu em termos de número de registros do período 2008-2011 para 2014-2016 foi o LCSA, que denuncia as violações de direitos e liberdades. Um crescimento de 9,5% de uma pesquisa para a outra, que pode ser representado nas reportagens sobre a morte do menino Lucas, de 12 anos, baleado no peito em meio a uma troca de tiros entre policiais e traficantes (MENINO, 2014), na notícia sobre o ferimento sofrido por Tiago, de 15 anos, baleado na cabeça dentro da sala de aula (TORRES, 2014), e na reportagem sobre um ataque a tiros, em uma rua da favela, que tirou as vidas de Marcos Vinícius, de 11 anos, e Breno, de 15 (MENINO, 2015). Também cabe o registro do aumento do número de matérias classificadas no pacote PCC (8% da primeira pesquisa para a segunda), que apresenta a carência de políticas públicas e a estrutura social como causas para o ingresso na criminalidade. Apesar da aparente “ascensão das favelas”, *O Globo* publicou no dia 2 de junho de 2015 notícia sobre a existência de “bolsões de miséria” dentro daquelas comunidades. É interessante observar que, de alguma maneira, a narrativa acaba responsabilizando Jéssica pelo seu próprio insucesso:

Pouco estudo é o que impede Jéssica das Neves de avançar. Moradora de um barraco na Cidade de Deus, a jovem, de 25 anos, abandonou cedo a escola. Fugiu de casa, usou drogas e morou na rua. Hoje, treme na hora de preencher ficha para emprego: nunca aprendeu a ler e escrever direito. (ALVES & GALDO, 2015).

No que se refere às declarações de fontes encontradas na análise da UPP Cidade de Deus, na presente pesquisa foram registradas 53 fontes não estatais e 41 estatais. Das fontes, 49% são creditadas a especialistas, 41,5% a moradores, trabalhadores, vítimas ou parentes de vítimas, e 9,5% a representantes de entidades do “asfalto”. Das fontes não estatais, 75% não apresentaram críticas às UPPs. Das 25% restantes, 13% manifestaram insatisfação pela ausência de políticas públicas, 10% por violações de direitos e liberdades e 2% pela ineficiência em impor lei e ordem. O baixo número de críticas talvez se explique pela predominância do pacote ECF, que apresenta, em grande parte, os benefícios gerados aos moradores através das

UPPs. Na pesquisa 2008-2011 foram registradas 51 declarações de fontes estatais e 25 de não estatais, sendo que apenas quatro (16%) avaliaram negativamente as UPPs. Podemos afirmar que, apesar de contemplar mais fontes não estatais na pesquisa 2014-2016, o crescimento do percentual de críticas (9%) não foi representativo. Ou seja, ainda que as matérias tenham dado voz aos moradores, suas declarações não foram suficientes para alterar o discurso predominante sobre a UPP Cidade de Deus.

Quanto às clivagens ideológicas registradas na pesquisa 2014-2016, do total de 34 matérias: 31 (92%) representam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito; 33 (97%) como algo benéfico aos moradores das favelas e como parte de uma política permanente e consolidada. Já na pesquisa 2008-2011, os percentuais são bastante próximos: 95% representam as UPPs da Cidade de Deus como parte do Estado democrático de direito, 96% como benéficas aos moradores das favelas e parte de uma política permanente e consolidada.

Quadro 2 – Resumo pesquisa 2014-2016: Cidade de Deus.

Pacotes interpretativos

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	12	13	6	3
Percentual	35%	38,5%	17,5%	9%

Total: 34

Fontes: Estatais 41 x 53 Não estatais

- Especialistas: 26 (49%)
- Moradores/Líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares/profissionais: 22 (41,5%)
- Turistas: 0
- Terceiro setor/comerciantes/empresários: 5 (9,5%)

Críticas de fontes não estatais às UPPs: 13 (25% das fontes não estatais)⁵⁷

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 1 (2% das fontes não estatais)

Ausência de políticas públicas: 7 (13% das fontes não estatais)

Violação de direitos: 5 (10% das fontes não estatais)

Gentrificação/Especulação imobiliária: 0

⁵⁷ Setenta e cinco por cento das fontes não estatais ouvidas não manifestaram críticas às UPPs.

Clivagens ideológicas:

Estado democrático de direito 31 x 3 Estado policaiesco

UPP para a favela 33 x 1 UPP para o asfalto

Política permanente 33 x 1 Política efêmera

4.1.3 Complexo do Alemão

Difícil precisar o número de pessoas residentes nas 15 favelas que compõem o Complexo do Alemão. De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), que utiliza dados do Censo Demográfico do IBGE 2010, são mais de 60 mil (RIO+SOCIAL, 2017)⁵⁸. Já segundo o Relatório Final do Censo Domiciliar realizado pela Empresa de Obras Públicas (Emop) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, também concluído em 2010, cerca de 69 mil moradores habitam aquele complexo de favelas (EMOP, 2010). No entanto, segundo uma pesquisa do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo federal, que concluiu o Relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo do Alemão, são mais de 100 mil moradores.

A região recebeu esse nome em homenagem ao imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz, também conhecido como Alemão, que viveu no local na década de 1920. Em 1951, Kaczmarkiewicz dividiu a área e vendeu os lotes, dando início à ocupação. Ainda nos tempos do polonês Alemão, instalou-se no local o Curtume Carioca, para onde se mudaram diversas famílias de operários. Na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, a região tornou-se um importante polo industrial da cidade, atraindo ainda mais trabalhadores. Mas foi na década de 1980 que se deu o *boom* populacional e se formou grande parte das favelas do Complexo (RIO+SOCIAL, 2017)⁵⁹.

De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, desde meados da década de 1980, o Alemão passou a ser considerado “um ponto crítico do comércio intensivo de drogas” (UPP ALEMÃO, 2017), por ser um entreposto comercial de entorpecentes do Rio de Janeiro, recebendo grande parte da cocaína trazida da Bolívia para revenda em todo o estado. O movimento do comércio varejista provocou a disputa entre os grupos que controlam a atividade e, conseqüentemente, a reação da PMERJ e demais forças de segurança pública. Em 2002, o jornalista Tim Lopes foi descoberto por um dos grupos organizados de revenda de drogas,

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/complexo-do-alemao/?secao=inicio>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.uff.br/calese/banco_entrevista_operacao_alemao.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

enquanto realizava uma reportagem sobre prostituição infantil em uma das favelas do Complexo. Por ter recebido um prêmio pela autoria da reportagem “Feira das Drogas” e sua imagem ter sido exposta no *Jornal Nacional*, foi capturado e assassinado com requintes de crueldade. Já no dia 7 de julho de 2007, uma operação da PM na localidade, como preparativo para os Jogos Pan-americanos daquele ano, resultou em 19 mortes, número declarado pela própria polícia⁶⁰. No relatório das Organizações das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, o relator Philip Alston citou a ação da PMERJ: “os chefes do tráfico não foram presos, a apreensão de armas e drogas foi ínfima, nenhum policial foi assassinado e poucos foram feridos, o que não sustenta a justificativa de que a polícia teria encontrado ‘resistência’”. Ainda de acordo com o relator, as mortes por autos de resistência no Rio – que representaram 18% dos homicídios registrados na cidade – em 2007 são, de fato, “execuções extrajudiciais”, comprovadas pelas autópsias a que Alston teve acesso (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS *et al.*, 2007).

Em 2010, foi realizada uma megaoperação militar, envolvendo 2,7 mil agentes das Forças Armadas, da Polícia Militar, da Civil e da Força Nacional, com o objetivo de “retomar o território” (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS *et al.*, 2007). Na ocasião, foi preso Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, acusado de ordenar a morte do jornalista Tim Lopes em 2002. O jornal *O Globo* acompanhou diariamente a movimentação das tropas. A cobertura se assemelhou à de uma guerra, com manchetes como: “PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha” (2010), “O Dia D da guerra contra o tráfico” (2010), “A senhora liberdade abriu as asas sobre nós” (2010), “Os guerreiros do Alemão” (2010). Um suplemento especial, com o sugestivo nome de “A guerra do Rio”, foi criado nos últimos dias de novembro de 2010 para acompanhar as operações. A narrativa de guerra construiu no imaginário do leitor o cenário de um território que deveria ser “retomado” do poder de perigosos bandidos, por meio da intervenção de forças policiais e militares do Estado e de seus bravos guerreiros. Após o êxito destes, enfim, a paz reinaria naquela comunidade e em toda a cidade, que se tornara refém dos criminosos. No entanto, no dia seguinte à “conquista do território”, surgiram as primeiras denúncias de abuso de autoridade contra os policiais que participaram da operação: o pastor Ronai Braga Júnior acusava policiais de terem roubado R\$ 31 mil de sua casa (GOULART, DUTRA & ARAÚJO, 2010). A notícia, contudo, era diluída entre tantas outras sobre a

⁶⁰ Reportagem do jornal *A Nova Democracia* fala em 42 mortes e cerca de 80 feridos desde o início da operação, em maio daquele ano. Ver mais em Salles (2007).

ocupação: publicada apenas na décima página da reportagem, de 12, no total⁶¹. Ademais, a manchete anuncia prontamente a iniciativa da Secretaria de Segurança Pública sem antes informar sobre o ocorrido: “Denúncias contra policiais serão investigadas”, afirma o título. A legenda informa ainda que o referido pastor, apesar de denunciar o roubo, “elogia a ocupação do morro” (GOULART, DUTRA & ARAÚJO, 2010).

A megaoperação policial e militar resultou na instalação de quatro UPPs no Complexo, inauguradas entre abril e maio de 2012, nas favelas Nova Brasília, Fazendinha, Adeus e Baiana, e Alemão. Na pesquisa 2014-2016, foram identificadas 203 matérias publicadas em *O Globo* sobre as UPPs no Complexo do Alemão. Foi a UPP com o maior número de notícias analisadas. Destas, 133 foram classificadas no pacote *Lei e ordem na favela* (65,5%), 48 no *Liberdades civis sob ataque* (23,5%), 18 no *Extensão da cidade formal* (9%) e quatro no *Pobreza causa crime* (2%).

Parte considerável das matérias do pacote *Lei e ordem* (L&O) relatam confrontos entre policiais e comerciantes varejistas de entorpecentes. Muitos deles resultaram em mortes de moradores e alguns, de policiais. Nestes casos, a notícia ganhava destaque nas páginas e repercussão nos dias subsequentes. Foi o caso da morte da soldada Alda Rafael Castilho, noticiada no dia 3 de fevereiro. A policial havia sido baleada dentro da sede da UPP Parque Proletário, no Complexo da Penha, após uma ação criminosa na Praça São Lucas, no Complexo do Alemão (BANDO, 2014). O caso ganhou repercussão no dia 7 daquele mês em uma reportagem de meia página, apresentando declarações da mãe da vítima e a suposta “falta de indignação da sociedade com o crime” (COSTA, C., 2014): “Se eu fosse mãe de bandido, as ONGs teriam me procurado imediatamente. Parece que eles (os bandidos) têm mais valor. Mas a minha filha era uma cidadã honesta, que saía todo dia às 4h30 para trabalhar, estudava, e sonhava ser psicóloga da PM”, afirma Maria Rosalina, mãe de Alda (COSTA, C., 2014). A morte da policial foi lembrada também em matéria publicada no dia 30 de abril. Após o assassinato do dançarino Douglas Rafael da Silva, o DG⁶², por policiais da UPP Pavão-Pavãozinho, artistas lançaram nas redes sociais a campanha “Eu não mereço ser assassinado” (SERRA, 2014). Em resposta, policiais publicaram fotos com dizeres semelhantes. “Eu não mereço ser assassinado, pois sou trabalhador e não curto churrasco com traficantes” (SERRA,

⁶¹ De acordo com Rabaça e Barbosa (2001, p. 537), a página ímpar “desperta mais atenção e é vista antes da página par, pelo leitor ao folhear qualquer publicação. Por isso é considerada como página nobre, principalmente para fins de publicidade”.

⁶² O artista foi morto no dia 22 de abril de 2014. As investigações concluíram que o disparo que tirou a vida do dançarino foi disparado pelo policial militar Walter Saldanha Correa Júnior. Ver mais em POLÍCIA CONCLUIU (2015).

2014), dizia o cartaz exibido nas redes sociais por um cabo da PM, de 31 anos. “Sou trabalhador idôneo. Em nosso país, há uma inversão de valores, pois, quando um policial morre, não se dá atenção. Há muitas pessoas boas na polícia. Represento esses bons policiais”, afirmava (SERRA, 2014). No dia 12 de setembro, o jornal publicava a morte do primeiro comandante de UPP assassinado, o capitão Uanderson Manoel da Silva (CAPITÃO, 2014).

Já no pacote *Liberdades civis sob ataque* (LCSA), o segundo mais encontrado na análise da UPP do Alemão, com 23,5% das ocorrências, tem destaque a morte do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, por policiais militares, com um tiro na cabeça, na favela do Areal, no Complexo do Alemão (GOULART & ARAÚJO, 2015). Esta cobertura foi responsável por vinte das 48 matérias classificadas no pacote LCSA (42%) encontradas na cobertura da UPP do Alemão entre 2014 e 2016. No item 4.8 deste trabalho, faremos uma breve análise qualitativa comparativa entre a cobertura das mortes de Eduardo de Jesus e do capitão Uanderson.

No que se refere às fontes, as matérias sobre as UPPs do Alemão registraram 293 declarações de fontes estatais contra 202 de fontes não estatais. Destas, foram 101 de moradores, trabalhadores, vítimas e familiares de vítimas, 74 de especialistas, 19 de representantes de ONGs, empresários e entidades do “asfalto”, cinco de turistas e duas de jornalistas da mídia empresarial não comunitária. Do total de fontes não estatais, 103 (ou 51,5%) foram críticas às UPPs: 49 (24,5%) denunciam a violação de direitos e liberdades, 46 delas (23%) quanto à ineficiência em impor lei e ordem, oito (4%) falam sobre a ausência de políticas públicas. Em 48,5% das declarações de fontes não estatais não foram registradas críticas às UPPs. Devido à ampla cobertura da morte do menino Eduardo, a mãe da vítima, Therezinha de Jesus, foi uma das três a terem mais declarações publicadas entre as fontes não estatais: sete, atrás apenas dos sociólogos Ignacio Cano e Paulo Storani, com oito declarações cada.

Quanto às clivagens ideológicas, 170 das matérias apresentam as UPPs do Complexo do Alemão como parte de um Estado democrático de direito e apenas 33 – não obstante o caso Eduardo, ou graças a ele – como parte de um Estado policialesco. Em relação ao público ao qual se destinam as ocupações, 170 matérias apresentam as UPPs como benéficas aos moradores das favelas e apenas 23, como favoráveis aos moradores do asfalto. Mais uma vez parece prevalecer a lógica da “sopa de pedra de Pedro Malasartes” (BATISTA, 2003, p. 92), em que é preciso aguentar as mortes e outras violações de direitos humanos e de liberdades civis, pois o melhor ainda está por vir. Por fim, no que diz respeito à continuidade das UPPs,

188 matérias as representam como parte de uma política permanente e consolidada, enquanto que apenas 15 as caracterizam como uma política efêmera.

Quadro 3 – Resumo pesquisa 2014-2016: Complexo do Alemão.

Pacotes interpretativos⁶³

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	133	18	48	4
Percentual	65,5%	9%	23,5%	2%

Total de matérias: 203

Fontes: Estatais 294 x 202 Não estatais

- Especialistas: 74
- Moradores/Líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares/profissionais: 101
- Turistas: 5
- Terceiro setor/comerciantes/empresários: 19
- Meios de comunicação/jornalistas: 2

Críticas de fontes não estatais às UPPs: 103 (51,5% das fontes não estatais ouvidas)⁶⁴

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 46 (23% das fontes não estatais ouvidas)

Ausência de políticas públicas: 8 (4% das fontes não estatais ouvidas)

Violação de direitos: 49 (24,5% do total de fontes não estatais ouvidas)

Gentrificação/Especulação imobiliária: –

Clivagens ideológicas:

UPP para a favela 180 x 23 UPP para o asfalto

Estado democrático de direito 170 x 33 Estado policialesco

Política permanente 188 x 15 Política efêmera

4.1.4 Complexo do Caju

De acordo com números do Instituto Pereira Passos (IPP), com base no Censo Demográfico de 2010, o Complexo do Caju, vizinho aos bairros de São Cristóvão e Benfica,

⁶³ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

⁶⁴ Quarenta e oito e meio por cento das fontes não estatais ouvidas não manifestaram críticas às UPPs.

tem população estimada em 16 mil pessoas (RIO+SOCIAL, 2017)⁶⁵. Fazem parte deste complexo de favelas: Parque Alegria, Parque Vitória, Vila do Mexicano, Parque Boa Esperança, Parque da Conquista, Parque São Sebastião, Ladeira dos Funcionários, Parque Nossa Senhora da Penha e Quinta do Caju. Por estar localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, as primeiras casas do Complexo foram construídas a partir da sua ocupação por parte dos trabalhadores do cais do porto, que passaram a residir em um terreno pertencente à Aeronáutica. Ao longo do tempo, os morros da região também passaram a ser habitados. Segundo informação da Secretaria de Segurança Pública, a ocupação policial do Caju, iniciada em abril de 2013, visa garantir a proteção das vias de acesso à cidade:

[...] se trata do primeiro passo para o processo de retomada dos territórios localizados estrategicamente na porta de entrada do Rio, cercados pelo Aeroporto Internacional do Galeão/Tom Jobim, Baía de Guanabara e vias expressas como Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela (UPP CAJU, 2017).

Além desse fato, optamos por analisar as matérias publicadas sobre as UPPs do Complexo do Caju pela sua proximidade com o Complexo da Maré. Não bastasse a carência de políticas públicas para atender sua população, o Caju foi tema de diversas matérias publicadas entre 2014 e 2016, em decorrência da violência naquela região. Ao contrário da intenção amplamente publicizada pelo governo do estado nos últimos anos, a instalação de UPPs na Maré acabou não se concretizando, devido à crise financeira no estado do Rio de Janeiro. No entanto, naquele período, a região esteve ocupada por tropas do Exército e da Polícia Militar, como forma de garantir a segurança durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Desta maneira, muitas das movimentações das forças de segurança pública acabaram refletindo no cotidiano dos moradores do Caju.

Foram encontradas 16 matérias publicadas em *O Globo* entre 11 de março de 2014 e 7 de março de 2016. Nove delas foram classificadas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* (56%); três (19%) apresentaram elementos de assinatura pertencentes ao pacote *Extensão da cidade formal* e o mesmo número ao modelo *Liberdades civis sob ataque*; e uma (6%) ao pacote *Pobreza causa crime*. Em três ocasiões, a violência na região é associada ao Complexo da Maré, e/ou suas consequências são relacionadas aos usuários das vias de entrada da cidade do Rio de Janeiro. Em uma delas, coube aos policiais da UPP do Caju efetuar a prisão de traficantes da Maré que amedrontaram motoristas e passageiros na Avenida Brasil:

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.riomaisocial.org/territorios/complexo-do-caju/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

A presença de tropas do Exército não impediu ontem que confrontos entre traficantes no Complexo da Maré levassem pânico à Avenida Brasil, que foi fechada três vezes por causa de tiroteios. À tarde, o sentido zona oeste da via expressa, por exemplo, foi bloqueado por militares da Força de Pacificação por cerca de 20 minutos. Pedestres e passageiros de ônibus tiveram que se deitar no asfalto para se proteger dos tiros. A mureta divisória da avenida virou trincheira. (COSTA, A. C., 2014).

Foram registradas declarações de 23 fontes estatais e de 20 não estatais. Destas, 14 foram de moradores, trabalhadores, vítimas e familiares de vítimas; quatro de representantes de entidades do “asfalto”; uma de especialista e uma de jornalista de veículo empresarial não comunitário. Em 70% das declarações de fontes não estatais foram registradas críticas: 25% delas à ineficiência das UPPs em impor lei e ordem; igual número denuncia a violação de direitos e liberdades; e 20% criticam a ausência de políticas públicas. Quanto às clivagens ideológicas, 14 das 16 matérias apresentam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito; 11 representam as ocupações como medidas favoráveis aos moradores das favelas; e 100% delas apresentam as UPPs como uma política permanente e consolidada.

Com base nesses números, é possível observar que o enquadramento que reivindica mais lei e ordem na favela predomina sobre os demais, contribuindo assim para a construção da produção de sentido acerca das UPPs – dado enfatizado nos números da análise das *clivagens ideológicas* –, que a representa como o caminho a ser seguido para “pacificação” daquela localidade, não obstante a existência de um percentual significativo (25%) de denúncias, por parte das fontes não estatais identificadas, quanto à violação de direitos e liberdades dos moradores do Caju.

Quadro 4 – Resumo pesquisa 2014-2016: Complexo do Caju.

Pacotes interpretativos⁶⁶:

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	9	3	3	1
Percentual	56%	19%	19%	6%

Total: 16

Fontes: Estatais 23 x 20 Não estatais

- Especialistas: 1
- Moradores/trabalhadores/vítimas/familiares: 14
- Turistas: 0

⁶⁶ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

- Terceiro setor/comerciantes/empresários: 4
- Jornalistas: 1

Críticas de fontes não estatais: 14 (70% das fontes não estatais)⁶⁷

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 5 (25% das fontes não estatais)

Ausência de políticas públicas 4 (20% das fontes não estatais)

Violação de direitos 5 (25% das fontes não estatais)

Gentrificação/Especulação imobiliária: 0

Clivagens ideológicas:

Estado democrático de direito 14 x 2 Estado policalesco

UPP para a favela 11 x 5 UPP para o asfalto

Política permanente 16 x 0 Política efêmera

4.1.5 Rocinha

Assim como o Complexo do Alemão, não há consenso sobre a estimativa de moradores da Rocinha. O Instituto Pereira Passos (IPP) e a Secretaria Estadual de Segurança Pública utilizam os números do Censo Demográfico do IBGE de 2010, que estima em 69.156 os moradores da Rocinha, mais 1.924 da Vila Parque da Cidade, totalizando 71.080 pessoas (RIO+SOCIAL, 2017)⁶⁸. Este dado, entretanto, é contestado mesmo pela Secretaria Estadual de Obras, que trabalha com o número de 101 mil moradores (ALVIM, 2017). Já a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), uma das associações de moradores da favela, avalia que “entre 180 e 220 mil pessoas” (TABAK, 2011) habitem a região.

As terras da antiga fazenda Quebra-Cangalha, localizada na região compreendida entre a pedra do Morro Dois Irmãos e o Morro do Cochrane, passaram a ser ocupadas por volta de 1930, também de acordo com informações do IPP (RIO+SOCIAL, 2017)⁶⁹. Os primeiros habitantes das chácaras cultivavam aipim, banana, agrião, repolho, couve, abóbora e outras hortaliças que eram vendidos na feira do Largo das Três Vendas (atual Praça Santos Dumont), na Gávea. À época, os consumidores diziam que os produtos tinham como origem as “rocinhas” do Alto da Gávea. Mais tarde, aquelas terras foram divididas e grande parte delas passou a pertencer às empresas Cia. Portuguesa Cássio Guidon, Cia. Cristo Redentor, Bairro Barcelos e Cia, Francesa Laboriaux, e algumas delas batizaram comunidades que hoje compõem a Rocinha, cuja área total é estimada em mais de 887 mil metros quadrados (UPP ROCINHA,

⁶⁷ Seis fontes não estatais (30% do total) não apresentaram críticas às UPPs.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/rocinha-2/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.riomaissocial.org/territorios/rocinha-2/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

2017). O grande êxodo rural, ocorrido a partir da década de 1950, fez com que muitos imigrantes nordestinos buscassem a favela, onde poderiam estar próximos de oportunidades de trabalho. Nem mesmo a política de remoções, entre as décadas de 1960 e 1970, conseguiu reduzir a importância da Rocinha, onde vive hoje grande parte da força de trabalho que movimentava a economia da zona sul da cidade.

A UPP da Rocinha foi inaugurada em setembro de 2012 e conta com um contingente de 700 policiais. Foram identificadas 144 matérias publicadas em *O Globo* sobre a ocupação policial naquela favela. Destas, 86 (60%) foram classificadas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* (L&O), 35 (24%) no modelo discursivo *Liberdades civis sob ataque* (LCSA), 17 (12%) no pacote *Extensão da cidade formal* e seis (4%) no modelo *Pobreza causa crime*. Os números são bastante próximos daqueles registrados no somatório total das oito UPPs analisadas no período 2014-2016.

Assim como na análise das UPPs do Alemão, foram encontradas muitas matérias que relatam ataques às sedes das unidades e aos policiais nelas lotados, principalmente nos primeiros meses de 2014. Uma delas, publicada no dia 12 de março daquele ano, descreve a ação de um grupo de moradores contra uma viatura policial: “[...] cerca de 15 pessoas, todas sem fuzis ou pistolas, encurralaram um carro da PM numa viela da favela à luz do dia e passaram a depredar o veículo: elas jogaram tijolos e quebraram os vidros laterais traseiros do automóvel” (A SERVIÇO, 2014). O texto enfatiza ainda que “quatro dos manifestantes agrediram os policiais, que não reagiram” (A SERVIÇO, 2014). Três dias depois, o jornal informa sobre um confronto entre policiais e traficantes no alto da favela, que não deixou feridos. Na mesma reportagem, o texto contabiliza “mais de 30 tiroteios” ocorridos desde dezembro daquele ano e relembra um caso em que dois oficiais foram atingidos: “há menos de um mês, um confronto deixou feridos o coordenador-geral das UPPs, Frederico Caldas, e a comandante da unidade na favela, major Priscilla Azevedo” (BANDIDOS, 2014). Já no dia 15 de junho do mesmo ano, uma reportagem relata que um policial daquela UPP sofreu um ferimento sem gravidade nas costas “durante troca de tiros com bandidos na noite de ontem” (PM É FERIDO, 2014). O texto informa ainda que, na mesma manhã do ocorrido, “policiais militares já haviam sido recebidos a tiros por bandidos durante um patrulhamento na localidade conhecida como Cachopa” (PM É FERIDO, 2014). Em 10 de novembro do mesmo ano, mais um policial da UPP da Rocinha foi baleado. A reportagem informa que outros policiais de outras unidades também foram atacados naqueles dias. “Com isso, subiu para três o número de PMs lotados em UPPs que foram baleados no fim de semana passado.” (TIROTEIO, 2014).

Entre as matérias classificadas no pacote *Liberdades civis sob ataque* (LCSA), destaque para aquelas que se referem ao caso do pedreiro Amarildo de Souza, torturado e morto após ser supostamente levado para averiguação à sede da UPP da Rocinha, em junho de 2013. Das 35 notícias deste pacote, nada menos do que 26 (74,5%) abordam ou fazem menção ao assassinato de Amarildo. Em reportagem publicada no dia 5 de fevereiro de 2014, o jornal informava que desembargadores da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça declaravam a morte presumida do pedreiro (DECLARADA, 2014). A decisão permitia que a família reivindicasse pensão para a viúva Elizabeth Gomes da Silva, indenização e tratamento psicológico para seus filhos, o que foi feito e decretado judicialmente em novembro daquele ano (HERINGER, 2014). O Governo do Estado ainda chegou a recorrer da decisão, mas os desembargadores da 16ª Câmara Cível rejeitaram o recurso. Poucos meses depois, enquanto o processo de investigação do caso ainda acontecia, o jornal publicou matérias sobre a morte de duas pessoas envolvidas no assassinato do pedreiro, em um intervalo de apenas três dias. No dia 11 de março, uma nota publicada ao pé da página 12 informava sobre a execução de Adson Nunes da Silva, morto com um tiro na testa, em Mesquita, na Baixada Fluminense. Coincidentemente ou não, Adson Nunes da Silva trabalhava na UPP da Rocinha em junho de 2013 e desmentiu a versão de policiais acusados da morte do pedreiro. No entanto, como informa a reportagem, a “Polícia não vê relação entre PM morto e caso Amarildo” (2015). Já no dia 15 do mesmo mês, Victor Vinícius Pereira da Silva, de apenas 33 anos, detido desde outubro no Batalhão Prisional de Benfica, sofreu um infarto e morreu no Hospital Central da Polícia Militar. De acordo com o texto, Victor havia publicado, poucos dias antes de sua morte, uma mensagem em sua página na rede social Facebook: “a covardia está prestes a se concretizar... Aos meus amigos, peço que orem pela minha vida porque daqui pra frente tudo vai ser diferente” (POLICIAL, 2015). No dia 14 de julho de 2015, outra notícia envolvendo a morte de Amarildo informava sobre o desaparecimento de Lúcia Helena da Silva Lima e Wellington Lopes Silva, testemunhas que deveriam depor sobre o caso (RAMALHO & ARAÚJO, 2015). Finalmente, no dia 1º de fevereiro de 2016, sai o resultado do julgamento do caso Amarildo, dois anos e oito meses após o crime:

Vinte e cinco PMs foram denunciadas. Pelo menos oito foram condenadas por crime de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Entre eles, o major Edson Santos, ex-comandante da UPP, que foi condenado a 13 anos e sete meses de prisão, depois de a juíza Daniela Alvarez Prado considerar que, por ser um oficial, deveria dar exemplo aos subordinados, o que justificou a duração maior de sua pena. (JUSTIÇA CONDENA, 2016).

Ao todo, 12 policiais foram condenados por torturarem, até a morte, Amarildo de Souza. Desses, sete foram expulsos da Polícia Militar e cinco respondem a processos disciplinares na

corporação, de acordo com reportagem publicada no dia 26 de fevereiro de 2016 (BOTTARI, 2016). Finalmente, no dia 11 de junho de 2016, o jornal informa que a Justiça determinou o pagamento de uma indenização à família do pedreiro no valor de R\$ 3,8 milhões, divididos da seguinte forma: R\$ 500 mil à viúva e a cada um de seus seis filhos, além de R\$ 100 mil a cada um de seus três irmãos (MENASCE, 2016). No entanto, de acordo com o advogado da família, “o valor da indenização está abaixo do esperado, além de não contemplar a mãe de criação de Amarildo, Jurema Barreira, e a sobrinha, Michele Lacerda” (MENASCE, 2016). Michele concorda que o montante “não é suficiente para aplacar a dor da família”, mas que os parentes “ficaram satisfeitos em ver que a Justiça reconheceu a culpa do estado” (MENASCE, 2016).

Entre as matérias do pacote *Extensão da cidade formal* (ECF), destaque para aquelas que informam sobre os investimentos públicos e privados na Rocinha, a partir da instalação das UPPs. Considerada uma das maiores favelas da América Latina, a Rocinha seria a comunidade a receber mais recursos na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), do governo federal, anunciado em julho de 2014 (SALLES, 2014). A destinação seria para a construção de uma rede de água e esgoto, um teleférico com seis estações e capacidade para transportar até três mil pessoas por hora, além do alargamento de ruas, para facilitar a coleta de lixo. No entanto, reportagem classificada no pacote *Pobreza causa crime*, publicada em março de 2016, demonstrava que as referidas obras sequer haviam saído do papel (BACELAR, 2016). Com a mudança ocorrida no governo federal em 2016, o presidente⁷⁰ Michel Temer extinguiu o PAC, dando início ao Programa Crescimento, Emprego e Geração de Renda (Crescer), que não previa recursos para projetos antes financiados pelo PAC (HEALY & MASTRIG, 2016). Matérias daquele pacote (o em menor número entre os quatro modelos narrativos) mostram como, apesar do esforço em apresentar as UPPs como benéficas aos moradores das favelas e como propulsora de políticas públicas sociais, os problemas socioeconômicos estruturais permanecem sem solução.

No que se refere às declarações de fontes publicadas nas matérias sobre a UPP da Rocinha, 158 são estatais e 108, não estatais. Destas últimas, 59 são conferidas a moradores, trabalhadores, vítimas e familiares de vítimas; 37, a especialistas; 12, a representantes do terceiro setor, empresários ou entidades do “asfalto”; e duas, a turistas. Do total dessas declarações, 78 (75%) apresentam críticas às UPPs ou ao Estado: 33 denunciam violações de direitos humanos e liberdades civis (no que o caso Amarildo contribui sobremaneira); 23

⁷⁰ Golpista, conspirador, corrupto e ilegítimo [Nota deste autor].

criticam a ausência de políticas públicas e 22, a ineficiência em impor a lei e a ordem. Apenas 25% delas não apresentam críticas.

Quanto às clivagens ideológicas, 116 das 144 matérias apresentam as UPPs como parte do Estado democrático de direito (80,5%) e 28 como parte de um Estado policialesco (19,5%). Apesar da cobertura da morte do pedreiro, os percentuais dessa clivagem são próximos aos encontrados no somatório geral: 82,5% Estado democrático de direito contra 17,5% Estado policialesco. Finalmente, 132 das matérias apresentam as UPPs como benéficas aos moradores das favelas e como parte de uma política permanente e consolidada; enquanto 12 consideram os moradores do asfalto os maiores beneficiados e as ocupações como parte de uma política efêmera.

Quadro 5 – Resumo pesquisa 2014-2016: Rocinha

Pacotes interpretativos⁷¹

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	86	17	35	6
Percentual	60%	12%	24%	4%

Total: 144

Fontes: Estatais 158 x 108 Não estatais

- Especialistas: 37
- Moradores/líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares: 59
- Investidores (Terceiro setor/empresários/outros): 12
- Turistas: 2

Críticas às UPPs de fontes não estatais: 78 (75% das fontes não estatais)⁷².

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 22 (21% das fontes não estatais)

Ausência de políticas públicas: 23 (22% das fontes não estatais)

Violação de direitos: 33 (32% das fontes não estatais)

Gentrificação/Especulação imobiliária: 0

Clivagens ideológicas:

UPP para a favela 132 x 12 UPP para o asfalto

⁷¹ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

⁷² Vinte e seis fontes não estatais (33,5% do total) não tiveram críticas às UPPs.

Estado democrático de direito 116 x 28 Estado policialesco

Política permanente 132 x 12 Política efêmera

4.1.6 Santa Marta

Localizado no bairro de Botafogo, zona sul da cidade, o Santa Marta recebeu este nome em homenagem à padroeira da comunidade, cuja imagem está guardada em uma igreja no alto do morro. Algumas notícias, como veremos adiante, referem-se à favela como Dona Marta. De acordo com Cunha e Mello (2011, p. 379), a confusão acerca do nome teve início na década de 1980, quando “a mídia começou a se referir à favela como Dona Marta, nome do morro em que está localizada e do mirante nele construído”. Segundo o relato de alguns moradores, “a denominação acabou sendo apropriada pelos evangélicos, marcando uma disputa simbólica na favela” (CUNHA & MELLO, 2011, p. 379). O início da ocupação se deu na década de 1920, tendo tido sua população ampliada em 1942, devido a uma corrente migratória, de acordo com informações do IPP (RIO+SOCIAL, 2017)⁷³. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o Santa Marta conta com cerca de 3,9 mil moradores distribuídos em 1.176 domicílios e 53 mil metros quadrados (UPP SANTA MARTA, 2017).

De meados dos anos 1980 – com o crescimento do consumo de cocaína na zona sul do Rio de Janeiro e a consequente repressão policial ao comércio varejista especializado na droga – até novembro de 2008 – com a instalação da UPP –, o Santa Marta tornou-se um lugar temido pelos moradores do “asfalto” das classes média e alta da região, como informa a notícia publicada em *O Globo* em maio de 2008: “Uma intensa troca de tiros entre policiais e bandidos no Morro Dona Marta, em Botafogo, na manhã desta terça-feira, deixou os moradores do bairro em pânico” (COSTA, 2008b). O documentário “Santa Marta, duas semanas no morro” (1987), de Eduardo Coutinho, apresenta o cotidiano dos moradores não apenas através do ponto de vista da violência, como das carências de políticas públicas, ausência de saneamento básico, desemprego, questões de gênero, entre outros aspectos. Em 1996, o cantor estadunidense Michael Jackson esteve na favela para a gravação de um videoclipe. O local onde ele esteve se tornou ponto turístico onde hoje está instalada uma estátua em sua homenagem.

A UPP do Santa Marta foi a primeira a ser inaugurada, em novembro de 2008. O local foi escolhido para ser o “modelo de ocupação” a ser implantado, devido ao fato de já contar com “uma forte presença do Estado” (ARAÚJO, 2008), além de seu potencial turístico,

⁷³ Disponível em: <http://www.riomaisocial.org/territorios/santa-marta/>. Acesso em: 18 jan. 2017.

tamanho reduzido em comparação a outras favelas da região e da sua localização geográfica, que dificulta o acesso para outras favelas da região. A notícia que informou sobre a ocupação que daria origem à UPP do Santa Marta foi publicada em 28 de novembro de 2008: “Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta” (ARAÚJO, 2008) (Imagem 9). Além de o destaque da reportagem ser o protesto e não a ocupação policial, o que a enquadra no pacote *Liberdades civis sob ataque*, podemos observar também que a localização da matéria na página é na parte inferior à direita, ocupando três colunas, enquanto que a reportagem “Tiroteio em favelas fechou avenidas por 5 horas” (COSTA, 2008a), classificada no pacote *Lei e ordem na favela*, ocupa seis colunas na metade superior da página⁷⁴. Ainda não havia sido criada a denominação “Unidade de Polícia Pacificadora” e a estratégia de ocupação da favela, com o objetivo de reduzir o poderio bélico dos comerciantes varejistas de entorpecentes e, conseqüentemente, os confrontos armados, só seria divulgada e detalhada cinco dias depois, em reportagem que ganhou destaque na capa do jornal *O Globo*, sob a manchete “Uma favela sem tráfico. Até quando?” (UMA FAVELA, 2008), além da matéria principal da editoria Rio, intitulada “Dona Marta livre dos bandidos” (WERNECK, DAMASCENO, & AUTRAN, 2008).

⁷⁴ A análise detalhada desta reportagem está publicada na dissertação de mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012).

Tiroteio em favelas fechou avenidas por 5 horas

Carros da polícia e de moradores, além de casas, ficam crivados de balas. Uma mulher teria participado de ataque

Ana Cláudia Costa

• A Polícia Civil já identificou os principais traficantes que encurralaram equipes da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA), quartela à noite, nas proximidades das favelas de Mangunhos e Mandela. Entre os bandidos, estaria uma mulher, Sandra Helena Ferreira, que tem 15 anotações criminais por tráfico de drogas e homicídio. Durante a troca de tiros, as avenidas dos Democráticos e Dom Hélder Câmara ficaram fechadas por cinco horas. O tráfego da Linha Dois do Metrô também foi interrompido por cerca de 30 minutos. Seis policiais ficaram feridos e vários carros foram perfurados. Um veículo da polícia chegou a ser atingido por mais de cem tiros.

Favelas ficam sem energia elétrica e telefone

Outrem, um dia após o confronto, moradores da Favela de Mangunhos costabilizavam prejuízos. Portas, paredes, janelas e carros amanheceram com



CASA na Avenida dos Democráticos com perfurações na fachada



UM DOS CARROS atingidos durante o confronto em Mangunhos

Foto de Guilherme Pires

marcas de tiros. Crianças e moradores passaram a manhã recolhendo balas e cápsulas de luvas e pistolas pelo chão. Pelo menos cinco carros, com várias perfurações, permaneciam nas proximidades da favela, na Avenida dos Democráticos.

Algumas áreas das favelas de Mangunhos, Mandela e do Jacarezinho amanheceram sem luz e sem telefone, já que, para dificultar a ação da polícia,

traficantes atiraram nos transformadores e fios. Técnicos da Light e de uma companhia telefônica trabalharam durante todo o dia para restabelecer os serviços. Devido ao confronto da véspera, os sinais de trânsito da Avenida dos Democráticos estavam sem funcionar na manhã de ontem. A região não teve reforço no patrulhamento ontem. Segundo o comandante das Unidades

Operacionais Especiais da PM, coronel Álvaro Garcia, o patrulhamento foi feito em rondas.

— O reforço nós mandamos quando fomos solicitados durante o conflito. No dia-a-dia fazemos rondas no entorno dessas favelas — disse.

Por conta do confronto de cinco horas entre traficantes e policiais, a Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA) ganhou um carro blindado para

a patrulha. A Vespa (Viatura Especial de Patrulhamento), também apelidada de "Caveirinha", foi "doada" à delegacia pelo delegado titular da Core, Rodrigo Oliveira. O blindado, que tem capacidade para cinco pessoas, foi projetado por engenheiros do Exército e suporta tiros de fuzil, inclusive nos pneus.

Segundo o delegado Ronaldo Oliveira, traficantes das favelas do Jacarezinho, de Mangunhos,

Mandela, São João e Complexo do Alemão estavam reunidos no Jacarezinho e atiraram para a Favela de Mangunhos com armas para se proteger de investidas da polícia. Os bandidos, diz o delegado, estão utilizando a estratégia de unir homens de favelas da mesma feição criminosa para enfrentar a polícia.

— O confronto foi difícil. Nem no Alemão a troca de tiros foi tão intensa. Tivemos que pedir auxílio à PM, que mandou o Bope com os blindados — disse Ronaldo, acrescentando que seis carros de sua delegacia ficaram todos perfurados.

Após o confronto, o chefe de Polícia Civil, delegado Gilberto Ribeiro, disse que a Polícia Civil deve receber na próxima semana três carros blindados. Gilberto Ribeiro acrescentou que os dois blindados da Core estão fora de operação porque ficaram desgastados pela utilização contínua e estão em manutenção. ■

O GLOBO NA INTERNET
GALERIA veja mais imagens do confronto
 veja.com.br

NOTAS

• **PMS EXPULSOS**
 Sete dos nove policiais militares condenados em 2006 a oito anos de prisão por envolvimento com traficantes de drogas da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, foram expulsos da corporação. As demissões foram publicadas no Boletim da Polícia Militar, do dia 19 de novembro. Dois oficiais que cumprem pena pelo mesmo crime também correm o risco de serem excluídos da PM. A ligação dos policiais com bandidos foi descoberta graças a uma senhora de 80 anos, Dona Vitória, que filmou o comércio e uso de drogas na Ladeira dos Tabajaras.

• **BANDIDO PRESO**
 Apoiado como um dos gerentes do tráfico de drogas no Morro do Pavão-Pavãozinho, Rogério Duarte Correia, de 28 anos, foi preso, na ma-

Manobra vai garantir mandato de Jerominho

Mesa Diretora da Câmara reapresenta projeto que prevê licença compulsória para faltosos

• Uma manobra da Mesa Diretora da Câmara vai permitir que o vereador Jerônimo Guimarães, o Jerominho, preso em Bangs 8, termine seu mandato mesmo tendo excedido o número de faltas permitidas pelo regimento interno. A Mesa Diretora reapresentou ontem o projeto da vereadora Cristiane Brasil (PTB) que prevê a licença compulsória para o vereador faltoso por motivo de prisão.

A vereadora havia retirado a proposta da pauta por não concordar com sua vinculação ao processo de cassação do vereador Jerominho. No entanto, um projeto de resolução assinado pelo presidente da Casa, Aloísio Freitas (DEM), foi publicado no Diário Oficial de

Diretora tira de seus ombros a responsabilidade de declarar a perda do mandato do vereador. Isso porque, até ser votada a proposta, o mandato já terá terminado.

— A mesa da Câmara lavou as mãos sobre a perda do mandato do Jerominho. Reapresentou a proposta neste momento para continuar com a manobra para livrar o vereador da cassação. É casuístico em cima de casuístico. Não estamos prejudicando o vereador Jerominho. Estamos cumprindo a regra regimental que exige a perda do mandato para quem exceder o limite de faltas permitido — afirmou Andrea.

Acusado de chefiar uma milícia da Zona Oeste, Jerominho

Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta

Secretário de Segurança ouve queixas de moradores, mas mantém decisão

Vera Araújo

• A instalação de uma companhia da Polícia Militar, com 120 homens, no prédio de uma creche que cuidaria de 120 crianças de zero a 4 anos, no alto do Morro Dona Marta, em Botafogo, deixou o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, numa sala justa com a comunidade. Ao se reunir ontem com moradores, exatamente no prédio destinado à creche, Beltrame tentou explicar a importância de se implantar o policiamento comunitário no local, mas os moradores foram irredutíveis, defendendo a importância da creche.

— A creche nunca funcionou aqui, por causa do tráfico. Vamos criar uma nova maneira de policiamento comunitário, com uma nova nomenclatura. Segu-

rança pública não é somente ações policiais. Precisamos que o estado entre com os serviços. É importante que as pessoas tenham dignidade — disse o secretário, que levou para a reunião representantes de vários órgãos, como a Secretaria de Saúde, para desenvolver o programa Médico de Família.

Moradores desanuanciam ações de PMS

Apesar das explicações de Beltrame, os moradores reclamaram da ocupação da Polícia Militar, há dez dias no morro. Eles denunciaram truculência policial e a interdição do plano inclinado. Outrem, com a visita do secretário, o serviço foi restabelecido.

Segundo o presidente da Associação de Moradores, José Mário Hilário dos Santos, a

creche Compositor Braguinha já foi inaugurada duas vezes: uma em 26 de dezembro de 2006, no governo passado, e outra neste ano.

— Ela nunca funcionou porque não havia segurança. Até hoje não temos creche para as crianças de zero a 4 anos — disse José Mário.

Beltrame disse que não recua e usará o prédio da creche:

— Queremos um policiamento modelo e escolhemos o Dona Marta porque a comunidade já tem uma presença forte do estado. Será um policiamento diferente. Os policiais já estão sendo treinados para isso. A comunidade tem que querer esse policiamento e não posso empurrar os policiais à morte.

Segundo Beltrame, apesar dos protestos de moradores, a ocupação vai continuar. ■

Imagem 9 – Reprodução da primeira notícia sobre as UPPs em *O Globo*. Fonte: Araújo (2008).

A presente pesquisa analisou 53 matérias sobre as UPPs publicadas em *O Globo* entre janeiro de 2014 e agosto de 2016. daquelas, 30 (57%) foram classificadas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela (L&O)*, 19 (36%), no modelo *Extensão da cidade formal (ECF)*, e quatro (7%), no pacote *Pobreza causa crime (PCC)*. Não foram encontradas matérias do pacote *Liberdades civis sob ataque (LCSA)*. Ao compararmos estes números ao da análise quantitativa da pesquisa realizada nas matérias sobre as UPPs entre 2008 e 2011 (PEREIRA, 2012) – em que o pacote interpretativo L&O obteve resultado de 42,5% das ocorrências, o

enquadramento ECF, 38%, o pacote LCSA ficou com 15,5% das matérias analisadas e o modelo PCC, com 4% – podemos observar que houve uma variação de 14,5% para mais no pacote L&O e uma queda de 15,5% no pacote LCSA, que podem ser consideradas significativas. Uma leitura possível é uma migração das matérias do pacote LCSA para o pacote L&O: o número de matérias que denuncia a violação de direitos e liberdades caiu para zero, enquanto que o percentual daquelas que reivindicam mais rigor na aplicação da lei e da ordem cresceu a ponto de representar mais da metade das matérias encontradas acerca das UPPs do morro Santa Marta.

Algumas reportagens podem contribuir para a compreensão do aumento do pacote L&O. Uma delas foi publicada no dia 29 de maio de 2015, quando *O Globo* noticiou “o primeiro confronto após a criação de UPP” (WERNECK, 2008) naquela favela. De acordo com a reportagem, “o fato surpreendeu os policiais: até ontem, os PMs desconheciam a presença de homens armados na comunidade, assim como a existência de venda de drogas” (WERNECK, 2008). O contingente policial foi reforçado e uma operação para restabelecer a ordem no morro chegou a apreender uma pequena quantidade de entorpecentes e munições. “Segundo o comandante da UPP, Márcio Rocha, o ataque de anteontem aconteceu em represália à prisão de um traficante na favela, há duas semanas, e fora detectado pelo serviço de inteligência” (COSTA, 2015). No dia 1º de junho, como forma de demonstrar que o controle na região havia sido restabelecido, o então secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame “caminhou pelas ruas da comunidade em clima de tranquilidade”, segundo a cobertura do jornal (BELTRAME VISITA, 2015). A narrativa de *O Globo* contribuía para acalmar os leitores mais apreensivos: “Beltrame chegou a parar na laje famosa pela gravação de um clipe de Michael Jackson, em 1996, onde tomou um chimarrão, com direito a cuia e bomba, para espantar o frio da manhã chuvosa” (BELTRAME VISITA, 2015). Não obstante a aparente tranquilidade daquele dia chuvoso no morro, no dia 6 de março de 2016 outro tiroteio surpreendeu policiais e moradores do Santa Marta e adjacências:

Na madrugada de ontem, uma troca de tiros terminou com um morto no Morro Dona Marta, em Botafogo. Um dia antes, outro tiroteio havia assustado os moradores. Segundo a PM, policiais foram alertados sobre a presença de bandidos escondidos na mata e, ao checarem a informação, houve confronto. (FRANÇA, 2016).

No dia seguinte, o jornal informava sobre a prisão de dois suspeitos de envolvimento na troca de tiros e a apreensão de “dois revólveres, duas pistolas, dois carregadores e cerca de mil balas, inclusive de fuzil, na favela. Também foram apreendidos seis quilos de maconha, 298 cápsulas de cocaína e 328 pedras de crack” (PM ENCONTRA, 2016).

Entre as matérias classificadas no pacote *Extensão da cidade formal* (ECF), destaque para aquelas que noticiam investimentos públicos e privados nas favelas a partir da criação das UPPs. No dia 14 de abril de 2014, o jornal publicou a aplicação de R\$ 7,3 milhões por parte da Prefeitura. Os recursos seriam aplicados em reformas e novas instalações de sedes das unidades. “As dez intervenções seriam feitas com recursos doados pela empresa OGX, do empresário Eike Batista, cujo convênio foi cancelado no ano passado”, informa a reportagem (CÂNDIDA, 2014). Ainda de acordo com o texto, “em agosto passado [2013], a Secretaria de Segurança Pública foi informada do fim do convênio entre a OGX [...] e o estado, para investimento nas UPPs. Os recursos eram de R\$ 20 milhões ao ano” (CÂNDIDA, 2014). Outra matéria classificada naquele pacote reivindica a melhoria da coleta de lixo e apresenta a ocupação policial na favela como ponto de partida para que esse serviço seja prestado. Publicado em 11 de maio de 2014, o texto relata uma campanha realizada pelo Coletivo Santa Marta para conscientizar as pessoas a separar adequadamente os seus resíduos e reivindicar melhorias do trabalho realizado pela Prefeitura. “A favela ganhou uma UPP em 2008 e, desde então, moradores lutam para receber os direitos que antes não podiam ser feitos por causa da violência”, afirma a reportagem (SCHMITT, 2014). Também na reportagem publicada no dia 7 de dezembro de 2014 as UPPs são apresentadas como marco inicial para a “ascensão das favelas” (MAGALHÃES & ALVES, 2014). O texto relata casos de moradores que ganharam poder aquisitivo nos últimos anos e credita como um dos fatores para isso a instalação das ocupações policiais. Um desses moradores é a cabeleireira Cristina Vitor, dona de um salão de beleza no Santa Marta. “Há um ano, já com a favela pacificada, inaugurou um ‘salão de verdade’, com quatro auxiliares. A renda saltou para R\$ 3 mil mensais, já descontados os salários das ajudantes e o aluguel de R\$ 1,5 mil”, descreve o texto (MAGALHÃES & ALVES, 2014). Ao lado da instalação das UPPs, a visita do cantor Michael Jackson também é apontada como fator para as melhorias obtidas pelos moradores do Santa Marta. O crescimento do número de turistas em visita à favela é creditado a ambos os elementos:

Calcula-se que, por mês, cerca de dois mil forasteiros passem algumas horas por lá para conferir o *favela way of life*. E a procura é grande por dois motivos. O primeiro é a própria passagem de Michael Jackson por lá, em 1996. A segunda é que, depois da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 19 de novembro de 2008, tornou-se seguro passear pelo Santa Marta até para os turistas que aparecem por aquelas bandas sem cicerones. (MAGALHÃES & ALVES, 2014).

A carência de políticas públicas no Santa Marta, contudo, ganha destaque em apenas 7% das matérias relacionadas. Uma delas, publicada em 29 de agosto de 2015, denuncia o mau funcionamento do plano inclinado, que leva os moradores do asfalto até o topo do morro.

“Inaugurado em 2008, antes mesmo de o estado ter iniciado o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, o plano inclinado do lugar está funcionando pela metade. [...] O restante da linha [...] parou de funcionar há uma semana”, revela a reportagem (BRISO, 2015). “Estou voltando do médico, mas já sinto que preciso dele de novo. Uso bengala porque tenho o joelho lesionado. Essa subida acaba com a gente, moço”, diz o aposentado Heronildes Veríssimo, de 78 anos, que precisa subir 133 degraus até chegar em casa (BRISO, 2015). A mesma reportagem revela outros problemas enfrentados pelos moradores:

Perto da quadra de futebol, na altura da estação 4, uma montanha de lixo se acumula. Há pneus, pedaços de móveis e até uma caixa d'água. Com o bonde desativado, nem todos os resíduos são recolhidos, pois só há contêineres nas estações 1 e 3. Moradores reclamam de ratos e baratas. (BRISO, 2015).

Em relação às declarações de fontes publicadas na pesquisa 2014-2016, foram 49 estatais e 117 não estatais. Destas últimas, 47 são creditadas a moradores, trabalhadores, vítimas e parentes de vítimas; 42, a especialistas; 17, a turistas e 11, a representantes do terceiro setor, empresas e demais entidades do “asfalto”. É importante observar também que 63,5% das declarações dessas mesmas fontes não contêm críticas às UPPs. Das 36,5% restantes, 23,5% criticam a ineficiência em impor lei e ordem, 8% denunciam a ausência de políticas públicas sociais, 3,5% falam acerca da violação de direitos e liberdades e 1,75% se referem ao processo de aumento do custo de vida na favela a partir da instalação da UPP. Mas se, em uma observação pouco atenta, o percentual de declarações favoráveis ou neutras às UPPs pode parecer elevado, ao compararmos com a pesquisa 2008-2011, podemos observar um aumento das críticas: nesta aferição, 82,5% das declarações eram favoráveis às ocupações ou neutras. Isso representa um aumento de 19% em relação ao número de críticas.

No que se refere às clivagens ideológicas, se, na pesquisa 2008-2011, 88,5% das matérias apresentavam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito, na pesquisa 2014-2016 100% das notícias identificavam as ocupações dessa maneira. O aumento pode ser explicado pelo fato de, nas primeiras matérias, as UPPs terem sido retratadas com certa desconfiança. Em relação ao público ao qual se destinam, naquela pesquisa 77% das ocorrências apresentavam as unidades como benéficas para os moradores das favelas, enquanto que, no presente trabalho, 58% as representam dessa forma. Uma interpretação possível pode ser o momento em que o Santa Marta despontou como destino turístico, principalmente, mas não apenas, durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Quanto à continuidade das ocupações, se, entre 2008 e 2011, as UPPs eram representadas como parte de uma política permanente e consolidada em 100% dos casos, na pesquisa 2014-2016 89% das matérias

apresentavam as ocupações policiais dessa maneira. Uma redução percentual que pode ser resultado do aumento do número de conflitos ocorridos na favela, conforme descrito.

Quadro 6 – Resumo pesquisa 2014-2016: Santa Marta.

Pacotes interpretativos⁷⁵:

	Lei e Ordem	Extensão da Cidade Formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	30	19	–	4
Percentual	57%	36%	–	7%

Total: 53

Fontes: Estatais 49 x 117 Não estatais

- Especialistas: 42
- Moradores/líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares: 47
- Investidores (Terceiro setor/comerciantes/empresários): 11
- Turistas: 17

Críticas às UPPs de fontes não estatais: 42 (36,5%)⁷⁶

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 27 (23,5% das fontes não estatais ouvidas)

Ausência de políticas afirmativas: 9 (8% das fontes não estatais ouvidas)

Violação de direitos: 4 (3,5% das fontes não estatais ouvidas)

Gentrificação/Especulação imobiliária: 2 (1,75% das fontes não estatais ouvidas)

Clivagens ideológicas:

UPP para a favela 31 x 22 UPP para o asfalto

Estado democrático de direito 53 x 0 Estado policialesco

Política permanente 47 x 6 Política efêmera

4.1.7 São Carlos

A história do Morro do São Carlos rememora o surgimento das primeiras favelas cariocas. Tal qual o Morro da Providência, seus primeiros habitantes migraram dos cortiços

⁷⁵ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

⁷⁶ Sessenta e três e meio por cento das fontes não estatais não manifestaram críticas às UPPs.

demolidos na região central da cidade⁷⁷. Já em meados da década de 1920, a região começou a se consolidar como o berço do samba e da boemia no Rio de Janeiro:

[...] a subida do Morro de São Carlos, na rua Maia Lacerda, era o espaço privilegiado por moradores de diversas favelas da região – Providência, Gamboa, Mangueira, Morros da Tijuca – que se encontravam nos botequins para beber uma cachacinha, jogar um carteadado ou ver e frequentar as chamadas “mulheres da vida”. O lugar logo virou espaço de sociabilidades, reduto da boêmia carioca e de busca de prazeres. Entre esses prazeres o que mais se sobressaía eram os da música, dos ritmos, das gingas, das malemolências, do samba. Culminando essa característica, em 1928, no Morro de São Carlos, os sambistas Ismael Silva, Brancura e mano Edgar, entre outros, fundaram a primeira Escola de Samba brasileira, a “Deixa Falar”. (SANTOS, 2008, p. 3).

Além de Ismael Silva, um dos fundadores da Deixa Falar, viveram no São Carlos personagens importantes da *malandragem* carioca, além de bambas como Herivelto Martins, Grande Otelo, Luiz Gonzaga, Gonzaguinha, Aldir Blanc, Luiz Melodia, entre outros. Reduto do “bom malandro”, aquele “misto de boa praça, bamba que sabia distribuir rabo de arraia, usar a navalha, roubar somente os ricos” (SANTOS, 2008, p. 7), o São Carlos também era um local de resistência política nas décadas de 1960 e 1970, onde conviviam militantes de partidos de tendências socialistas, líderes sindicais e trabalhadores do cais do porto e das fábricas da região. A reunião desses atores sociais surpreendeu os governos militares da época: “Pelo preconceito vigente contra os favelados da cidade, os organismos da ditadura não acreditavam serem os favelados capazes de organizarem-se politicamente e lutar contra a ditadura militar” (SANTOS, 2008, p. 7).

Em meados dos anos 1980, com o crescimento do comércio varejista de entorpecentes no Rio de Janeiro, o “bom bandido” deu lugar ao “bandido empresário” (ZALUAR, 1983 *apud* SANTOS, 2008). Luiz Melodia, um dos artistas ilustres nascidos na favela, certa vez precisou da autorização dos “donos do morro” para gravar uma entrevista em uma das vielas da comunidade. “Imagina só. Eu, cria do São Carlos, pedindo autorização... Quando já estava lá filmando, fui cercado por um adolescente armado com uma submetralhadora mandando parar tudo” (SANTOS, 2008).

A favela está localizada em posição estratégica, próxima da sede administrativa da Prefeitura. Tem como vizinhas as favelas do Zinco, da Mineira e do Querosene, compondo o

⁷⁷ O Morro da Providência, ou Morro da Favela, é considerado a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro. Estima-se que as primeiras casas tenham sido construídas em 1897, por soldados egressos da Guerra de Canudos e também por pessoas que perderam suas moradias com a demolição do cortiço Cabeça de Porco, próximo ao Morro do Livramento, e outras construções igualmente postas abaixo por meio de intervenções promovidas pelo então prefeito Barata Ribeiro, para que fossem abertas as avenidas por onde passariam os recém-adquiridos *bonds* elétricos ingleses, e que hoje ligam a região central à zona sul da cidade. Ver mais em Chalhoub (1996).

chamado Complexo do São Carlos, contíguo aos bairros Estácio, Cidade Nova, Catumbi e Rio Comprido. A UPP do São Carlos foi inaugurada no dia 17 de maio de 2011, três meses após a instalação das unidades Coroa/Fallet/Fogueteiro e Prazeres/Escondidinho, em Santa Teresa, cujas ocupações fazem parte do mesmo “processo de pacificação”, de acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) (UPP SÃO CARLOS, 2017). Também de acordo com a SSP, a UPP do São Carlos atende a 16 mil pessoas (UPP SÃO CARLOS, 2017).

Antes da instalação da sede da UPP, contudo, uma operação com mais de 240 policiais ocupou a favela, no dia 22 de março de 2010. Na ocasião, foi morto Rogério Rios Mosqueira, conhecido como Roupinol, considerado, à época, “o maior vendedor de cocaína da cidade” (BALBI, COSTA & DAMASCENO, 2010). De acordo com a reportagem, junto com o traficante, teriam sido encontrados “uma pistola Glock 9 mm com rajada e mira laser, quatro carregadores e um celular” (BALBI, COSTA & DAMASCENO, 2010). Apesar da ação enérgica da polícia, o São Carlos continuou controlado por quadrilhas de comerciantes varejistas de entorpecentes. Outras operações foram realizadas no local para prender o traficante conhecido como Coelho, em maio de 2010 (COSTA, 2011), e um grupo de homens armados de fuzis, flagrados em dezembro daquele mesmo ano. Em janeiro de 2011, aconteceu no asfalto o evento que, finalmente, resultaria na ocupação do morro: após uma fuga de traficantes da favela, o edifício da Prefeitura foi alvejado por tiros. Enquanto sobrevoava a região, um helicóptero da Rede Globo também foi alvejado, precisando fazer um pouso forçado no meio da mata. Coincidentemente ou não, um mês depois, mais precisamente no dia 6 de fevereiro, *O Globo* noticiou que “846 homens participaram da operação” da Polícia Militar que tinha como objetivo a instalação da UPP do São Carlos (POLÍCIA FAZ, 2011).

Na presente pesquisa foram analisadas 22 matérias identificadas em *O Globo* sobre a UPP do Morro do São Carlos, entre janeiro de 2014 e agosto de 2016. Dessas, 15 (68%) possuíam elementos de assinatura predominantemente do pacote *Lei e ordem na favela* (L&O), cinco (23%) do enquadramento *Extensão da cidade formal* (ECF) e duas do modelo *Liberdades civis sob ataque* (LCSA). Não foram encontradas matérias características do pacote *Pobreza causa crime* (PCC). Na análise da pesquisa 2008-2011, que encontrou 35 matérias sobre a UPP do São Carlos, o pacote L&O registrou 90% das ocorrências e o modelo ECF, 10%. Não foram encontradas matérias classificadas nos pacotes LCSA e PCC. Ao compararmos ambas as pesquisas a partir desses números, podemos verificar que o pacote L&O perdeu 22% de ocorrências, tendo 13% migrado para o pacote L&O para o ECF e 9%, para o LCSA. Uma explicação possível seria a redução de notícias que reivindicam maior rigor punitivo aos autores

de crimes e mais imposição de lei e de ordem, enquanto aumentou a incidência de matérias que proclamam ganhos de cidadania, bens e serviços aos moradores do São Carlos a partir da introdução da UPP naquele território.

Mesmo com a redução de ocorrências, o pacote L&O permanece predominante. Uma razão para isso pode estar nos conflitos ainda constantes naquela comunidade. De acordo com o então secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, os ataques de grupos armados contra os policiais de UPPs seriam uma reação à perda do controle nas localidades em que o projeto de pacificação foi instalada: “Eles estão perdendo o dinheiro que ganhavam e o falso poder. Além da dificuldade de vender drogas nos lugares, perderam os lucros com negócios como máquinas caça-níqueis e com uma série de crimes [...]”, afirmou Beltrame (RAMALHO & ARAÚJO, 2014). No dia 7 de janeiro de 2015, o jornal informou sobre a morte de um policial e um morador, após uma troca de tiros que deixou outro homem ferido. Não há informações acerca das circunstâncias do tiroteio. “No local do confronto, foram apreendidas uma pistola calibre 45 e uma mochila com drogas [...]. O Grupamento de Intervenções Táticas das UPPs enviou agentes para o local para ajudar nas buscas dos suspeitos que conseguiram fugir”, relata a reportagem (MATOS, 2015). Pouco mais de três meses depois, outro tiroteio na região foi noticiado pelo jornal. Na ocasião, um policial foi ferido na perna. De acordo com a reportagem, “no fim de semana ocorreu uma guerra entre facções pelo domínio do tráfico de drogas” (CONFRONTO, 2015). O confronto teria tido como causa o controle do comércio varejista de entorpecentes nos “morros Fallet/Fogueteiro, com apoio de bandidos da Mineira e do Turano, na Tijuca” (CONFRONTO, 2015), todos “pacificados” entre outubro de 2010 e maio de 2011 (UPP, 2017b). Três dias depois, a região, que parecia “pacificada”, foi tomada pelo medo. Segundo a reportagem do jornal do dia 16 de maio de 2015, a disputa dos grupos que controlam o comércio de drogas na região teria resultado na morte de quatro pessoas, “entre elas, dois jovens de 15 anos. Moradores e homens encapuzados desceram para o asfalto e queimaram dois ônibus pela manhã, levando pânico a cariocas que seguiam para o trabalho” (ROBERTO JR. *et al.*, 2015). A ordem para a tarefa teria sido dada por Ricardo Chaves de Castro Lima, o Fu da Mineira, que, “beneficiado com o regime semiaberto pela Justiça Federal, [...] está por trás de uma guerra, iniciada no Fallet, em Santa Teresa, que já deixou 12 mortos” (ROBERTO JR. *et al.*, 2015). As ocorrências registradas no período, naquela região, repercutiram no relatório trimestral do Instituto de Segurança Pública (ISP), publicado no jornal no dia 17 de novembro de 2015 (LIMA & ALVES, 2015). De acordo com as estatísticas, houvera “um aumento de 53% no item, que engloba homicídio doloso, homicídio decorrente de ação policial, roubo

seguido de morte e lesão corporal com morte” (LIMA & ALVES, 2015). O texto afirma que “as regiões mais violentas foram as das UPPs do Alemão e do São Carlos, com oito mortes cada; da Coroa e do Fallet e Fogueteiro, com sete e Rocinha, com seis” (LIMA & ALVES, 2015). A reportagem enfatiza mais uma vez a volta de Fu da Mineira à região como causa da “guerra sangrenta” travada nas favelas do Estácio, Santa Teresa e Catumbi (LIMA & ALVES, 2015).

O pacote interpretativo que teve maior percentual de crescimento da pesquisa 2008-2011 para 2014-2016 foi o ECF, que apresenta as UPPs como ponto de partida para iniciativas que promovem cidadania e oferta de bens e serviços aos moradores das favelas. Uma das matérias classificadas neste modelo narrativo foi publicada no dia 16 de dezembro de 2014, e descreve a experiência de dois jovens que emprestam livros a outras pessoas, na comunidade:

A livreteria, na verdade, é um triciclo ao qual foi acoplado um armário de metal com portas, tudo pintado de vermelho. É nele que os amigos Guilherme Vinícius Roberto, de 29 anos, e Luan Oliveira, de 17, crias do Morro do Zinco, percorrem becos e ruas da região. No armário, estão livros, quase todos infantojuvenis, para serem emprestados. (ESCOSSIA, 2014).

No pacote ECF também são encontradas matérias que falam sobre investimentos públicos e privados. Neste sentido, foi publicada, no dia 14 de abril de 2014, reportagem em que a Prefeitura do Rio de Janeiro se compromete com a reforma e a construção de dez UPPs, entre elas a do São Carlos (CÂNDIDA, 2014). Um ano depois, entretanto, ao ser questionado pelo jornal acerca do atraso dos investimentos prometidos, Eduardo Paes afirma que a destinação dos recursos municipais às UPPs seria “um favor”. “Nosso papel é construir clínica de saúde e escolas. Nos comprometemos a ajudar e estamos ajudando. Neste mês, vamos entregar as oito unidades que estão atrasadas” (PAES, 2015).

Já a ocorrência de matérias com elementos de assinatura predominantes do pacote LCSA apresentou um aumento de 9% na comparação entre a pesquisa de 2008-2011 e a de 2014-2016. Esse modelo narrativo denuncia a violação de direitos e liberdades, muito comumente encontradas em notícias acerca da violência policial contra os moradores das favelas ocupadas pelas UPPs. No dia 23 de julho de 2016, o jornal publica uma reportagem sobre a morte de uma jovem de 14 anos atingida por uma bala perdida (NASCIMENTO, 2016b). Ainda que o conteúdo sugira que o óbito tenha ocorrido de forma acidental, o texto informa que “no momento em que Shayene foi baleada, uma equipe do Batalhão de Operações Policiais (Bope) fazia uma incursão ao Morro da Coroa, favela vizinha ao São Carlos” (NASCIMENTO, 2016b). Dayse dos Santos, mãe da vítima, mostra indignação: “Mataram mais uma pessoa inocente. Desta vez, a minha filha. [...] Eles são atiradores de elite, mas não

estão acertando nada. Balearam outra inocente. Minha filha era linda, era feliz” (NASCIMENTO, 2016b). A reportagem informa que o Bope “confirmou que realizou uma operação no Morro da Coroa entre o fim da noite de quinta-feira e o início da madrugada de ontem, mas negou que os policiais tenham feito disparos” (NASCIMENTO, 2016b). Dayse rebate e faz uma acusação textual: “Eles vêm dizer que não houve disparos? Houve, sim. Foi lá na Coroa e eles mandaram bala para o morro onde moro. Minha filha foi mais uma vítima dessa violência. De quem? Dos policiais. Não foram os bandidos que a mataram. Foram os policiais” (NASCIMENTO, 2016b).

Em relação às declarações de fontes publicadas nas matérias entre 2014 e 2016, trinta foram creditadas a fontes estatais e 24 a fontes não estatais. Destas, 17 foram proferidas por moradores, trabalhadores, vítimas e parentes de vítimas; dez por especialistas, e uma por jornalista de veículo empresarial não comunitário. Do total de fontes não estatais, 50% não apresentam críticas às UPPs. Da metade restante, 29% reivindicam maior rigor punitivo, lei e ordem, e 21% denunciam violações de direitos e de liberdades de moradores da favela. Na pesquisa 2008-2011, 73% das declarações não apresentam críticas, enquanto que 27% avaliam negativamente as UPPs. Tais números, postos em relevo junto à pesquisa anterior, revelam um aumento de 13% do número de críticas às ocupações policiais.

No que se refere às clivagens ideológicas, a presente pesquisa encontrou vinte matérias (90%) que representam a UPP como parte de uma política que promove o Estado democrático de direito, e apenas duas que a classificam como parte de um Estado policialesco. Já na pesquisa 2008-2011, o número de matérias que apresentam as ocupações policiais como parte do Estado democrático de direito foi de 100%. Em relação ao público ao qual ela se destina, entre 2014 e 2016, 90% das matérias consideram que a UPP é benéfica aos moradores das favelas. O percentual dessa clivagem na pesquisa anterior foi de 88%, diferença quase ou nada significativa. Por fim, quanto à continuidade dessa política de segurança pública, 90% das matérias da presente pesquisa apresentam a UPP como parte de uma política permanente e consolidada, enquanto que na pesquisa 2008-2011 o percentual verificado dessa clivagem foi de 100%. Tanto no que diz respeito ao aumento de ocorrências de clivagens que consideram as ocupações como parte de um Estado policialesco, como de uma política efêmera (ambos registradas em 10% das matérias na pesquisa 2014-2016), podem estar relacionados às matérias classificadas no pacote *Liberdades civis sob ataque*, ainda que em um percentual reduzido, modelo narrativo não encontrado na pesquisa anterior.

Quadro 7 – Resumo pesquisa 2014-2016: São Carlos.

Pacotes interpretativos⁷⁸:

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	15	5	2	0
Percentual	68%	23%	9%	–

Total: 22

Fontes: Estatais 30 x 24 Não estatais

- Especialistas: 10
- Moradores/líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares/profissionais: 17
- Turistas: 0
- Terceiro setor/comerciantes/empresários: 0
- Imprensa: 1

Críticas de fontes não estatais às UPPs: 12 (50% das fontes não estatais)⁷⁹

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 7 (29% das fontes não estatais)

Ausência de políticas afirmativas: 0

Violação de direitos: 5 (21% das fontes não estatais)

Gentrificação/Especulação imobiliária: 0

Clivagens ideológicas:

UPP para a favela 20 x 2 UPP para o asfalto

Estado democrático de direito 20 x 2 Estado policalesco

Política permanente 20 x 2 Política efêmera

4.1.8 Vidigal

O Morro do Vidigal assim foi batizado em homenagem ao comandante da Guarda Real da colônia, a partir de 1809, major Miguel Nunes Vidigal, “terror dos vadios e ociosos” e criador das “ceias de camarão” (HOLLOWAY, 1997, p. 48-49), em referência aos castigos físicos que

⁷⁸ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

⁷⁹ Cinquenta por cento das fontes não estatais ouvidas não manifestaram críticas às UPPs.

aplicava aos escravos em fuga, deixando suas peles da mesma cor às dos referidos crustáceos. Devido aos serviços prestados à Coroa, em 1820, Vidigal recebeu de monges beneditinos a posse de terras ao pé do Morro Dois Irmãos, que, anos mais tarde, receberiam o seu nome.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a população estimada daquela comunidade é de aproximadamente 10 mil pessoas (RIO+SOCIAL, 2017)⁸⁰. As primeiras habitações no local onde hoje existe a favela datam da década de 1940. A inauguração da UPP do Vidigal se deu em janeiro de 2012, sendo a 19ª a ser implantada. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o efetivo presente na unidade é de 246 policiais divididos em três bases de apoio: na Praça do Vidigal (junto à Avenida Niemeyer), na localidade de Sobradinho (alto do morro) e na comunidade da Chácara do Céu.

Na presente pesquisa, foram identificadas 27 matérias publicadas em *O Globo* entre 18 de janeiro de 2014 e 13 de agosto de 2016. Destas, 13 (48,5%) estão classificadas no pacote interpretativo *Extensão da cidade formal* (ECF); 12 (44,5%) contêm elementos de assinatura pertencentes ao modelo *Lei e ordem na favela* (L&O); uma ao pacote *Liberdades civis sob ataque*, mesmo número do modelo *Pobreza causa crime*. Vidigal e Cidade de Deus são os únicos casos analisados em que o pacote ECF possui mais matérias que o pacote L&O. No caso da UPP do Vidigal, a explicação pode ser a grande procura do Vidigal como ponto turístico de brasileiros e estrangeiros, devido à bela paisagem das praias de Leblon e São Conrado, a suas trilhas, que levam ao Parque do Morro Dois Irmãos, e ao grande número de pousadas, *hostels*, restaurantes e bares presentes na comunidade, conforme ilustra reportagem publicada no dia 21 de dezembro de 2015: “Um visual que há alguns meses já atrai um número crescente de visitantes e, nesta temporada, deve deixar ainda mais gente deslumbrada” (CEROLIM, 2015).

No entanto, com a crise econômica do estado do Rio de Janeiro e o consequente desinvestimento na Secretaria de Segurança Pública, a visita de turistas às favelas também foi afetado. Com isso, o pacote *Lei e ordem* também teve um percentual elevado entre as matérias dessa UPP. Em 13 de agosto de 2016, quando já se anunciavam os cortes de recursos, *O Globo* publicava a reportagem “Lá vão os turistas descendo a ladeira” (GRANDELLE, 2016), em que apontava “a decadência das UPPs” como um dos fatores que levaram à queda da procura dos visitantes pelas favelas cariocas.

No que se refere à análise das fontes, há outro indício da predominância do pacote *Extensão da cidade formal* (ECF). Foram identificadas declarações de 58 fontes não estatais e 21 das estatais. Dasquelas, 24 são creditadas a moradores, trabalhadores e familiares; 14 a

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.riomaisocial.org/territorios/vidigal/>>. Acesso em: 11 jan 2017.

turistas ou visitantes; dez a investidores ou representantes do “asfalto”; e seis, a especialistas. Apenas 13 daquelas 58 declarações (22%) são críticas às UPPs, sendo 13,5% delas por ineficiência das UPPs em impor a lei e a ordem; 5% denunciam violações de direitos e liberdades; e 3,5%, a ausência de políticas públicas. É digna de observação a ausência de críticas à especulação imobiliária e ao processo de gentrificação da comunidade, não obstante o grande movimento de turistas e o crescimento de empreendimentos comerciais recentes nos últimos anos naquela comunidade. Possivelmente também devido ao enfoque em matérias do pacote ECF, 78% das declarações de fontes não estatais não apresentam críticas às UPPs.

Quanto às clivagens ideológicas, é importante destacar que 15 das 27 matérias sobre essa UPP apresentam as ocupações como benéficas aos moradores da favela e 12, aos moradores do asfalto. Uma explicação possível para este dado talvez seja o fato de as matérias do pacote ECF enfatizarem os ganhos sociais e de serviços pelos moradores das favelas a partir da instalação das UPPs. Em 26 das 27 matérias relacionadas, as ocupações policiais são apresentadas como garantidoras de um Estado democrático de direito e como parte de uma política permanente e consolidada.

Quadro 8 – Resumo pesquisa 2014-2016: Vidigal.

Pacotes interpretativos⁸¹

	Lei e ordem	Extensão da cidade formal	Liberdades civis sob ataque	Pobreza causa crime
Total	12	13	1	1
Percentual	44,5%	48,5%	3,5%	3,5%

Total: 27

Fontes: Estatais 21 x 58 Não estatais

- Especialistas: 6
- Moradores/Líderes comunitários/trabalhadores/vítimas/familiares: 24
- Investidores (terceiro Setor/empresários/outros): 10
- Turistas: 14

Críticas às UPPs de fontes não estatais: 13 (22% das fontes não estatais)⁸²

Ineficiência em impor a lei e a ordem: 8 (13,5% das fontes não estatais)

Ausência de políticas públicas: 2 (3,5% das fontes não estatais)

Violação de direitos: 3 (5% das fontes não estatais)

⁸¹ O número total de matérias somadas das oito UPPs analisadas é maior que o total geral devido ao fato de terem sido computadas, caso a caso, matérias coincidentes.

⁸² Quarenta e cinco fontes não estatais (78% do total) não tiveram críticas às UPPs.

Gentrificação/Especulação imobiliária: –

Clivagens ideológicas:

UPP para a favela 15 x 12 UPP para o asfalto

Estado democrático de direito 26 x 1 Estado policial

Política permanente 26 x 1 Política efêmera

4.2 PACOTES INTERPRETATIVOS

Ao todo, foram analisadas 377 matérias jornalísticas, incluindo reportagens, notas, artigos e artiguets acerca das oito favelas ocupadas por UPPs, publicados nas editorias Rio e Opinião, suplementos de bairro e *Revista O Globo* do jornal *O Globo*, entre 18 de janeiro de 2014 e 21 de agosto de 2016. Seguimos o método dos *pacotes interpretativos* criado por Gamson (1989) e utilizados por Beckett (1997) para analisar o discurso jornalístico sobre crime e violência a partir da presença dos elementos de assinatura presentes. Deste modo, 222 matérias (59%) foram classificadas no modelo *Lei e ordem na favela*, que, entre outras coisas, reivindica punições mais severas aos autores de atos criminalizáveis, comumente cometidos por comerciantes varejistas de entorpecentes, denominados popularmente de traficantes de drogas. O segundo pacote interpretativo mais encontrado no presente trabalho foi o *Liberdades civis sob ataque*, com 89 ocorrências (24%). Os elementos de assinatura que caracterizam este pacote denunciam a violação de direitos e liberdades, e frequentemente são encontrados em notícias que relatam a violência policial nas favelas ocupadas.

O terceiro pacote com o maior número de aparições foi o *Extensão da cidade formal*, com 55 ocorrências (14,5%). Este modelo de enquadramento costuma representar as ocupações policiais nas favelas como o meio através do qual os moradores obtêm benefícios, sociais ou econômicos, a partir da presença das UPPs. Em último lugar entre os pacotes interpretativos registrados está o *Pobreza causa crime*, com apenas dez aparições (2,5%). Os elementos de assinatura que caracterizam este pacote buscam explicar a ocorrência de crimes por meio da precariedade de políticas públicas sociais presentes nas favelas. Como demonstram Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2006), a tendência nas notícias em 1983 era reportar crimes passionais ou socialmente justificáveis, com a presença de detalhes sobre as vidas dos autores, de forma a aproximar o leitor e o eventual criminoso. Já a partir de 2001, como podemos observar, esse tipo de enquadramento praticamente desaparece, dando lugar a relatos de crimes supostamente injustificáveis e casuais – que podem ocorrer a qualquer tempo e lugar, vitimando qualquer

pessoa – em que se sabe muito pouco sobre os autores e muito sobre as vítimas, de modo a buscar a identificação entre leitor e a vítima e reivindicar punições céleres e rigorosas a seus autores.

4.3 PERSPECTIVAS NARRATIVAS

Quanto às “perspectivas narrativas”, em 304 das 376 matérias analisadas (80,5%), o leitor é conduzido por um relato de conflito ou criminalidade, em que as UPPs estão relacionadas a eventos de violência nas favelas em que estão presentes. Em apenas 73 ocasiões (19,5%), as matérias sobre UPPs retratam um cenário de normalidade ou integração entre a favela e a cidade “formal”. Esse percentual pode ser um indicativo da representação que, ainda hoje, o discurso midiático constrói sobre as favelas cariocas e seus moradores, a forma como elas se integram e se relacionam com o restante da cidade do Rio de Janeiro.

4.4 FONTES

Tão importante quanto analisar quais os enquadramentos privilegiados pela cobertura midiática é verificar quais atores ocupam lugar de fala nas páginas de *O Globo* e quais aspectos de suas falas são publicados e quais são reduzidos ou silenciados. De acordo com a presente pesquisa, entre janeiro de 2014 e agosto de 2016, foram publicadas 893 declarações de fontes, naquele periódico, nas 377 matérias analisadas. Dessas, 494 foram estatais, ou seja, indivíduos com alguma relação com o Estado, entre eles: secretário de Segurança Pública, delegados, governadores, prefeito, procuradores, desembargadores, policiais etc. Dividindo-se o número de declarações por cada publicação, chegamos ao quociente de 1,31 fonte por matéria. O então secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Janeiro, José Mariano Beltrame, foi o mais contemplado nas páginas do jornal, em 42 ocasiões. Em segundo lugar ficou o governador Luiz Fernando Pezão, com 25, seguido do coronel Frederico Caldas, porta-voz da Polícia Militar, do delegado Gabriel Ferrando, da 11ª Delegacia de Polícia (Rocinha), e do coronel Alberto Pinheiro Neto, ex-comandante da Polícia Militar, todos contemplados em seis oportunidades.

Já as fontes não estatais tiveram declarações publicadas em 399 ocasiões, totalizando uma média de 1,06 menção por matéria. Dada a diversidade desse universo, foi preciso uma análise mais detalhada dessas declarações. Deste total, 215 (54%) foram de moradores,

trabalhadores, vítimas ou parentes de vítimas. Em 97 ocasiões (24%) foram publicadas declarações dos chamados “especialistas”, quais sejam, sociólogos, antropólogos, cientistas sociais, advogados, médicos, arquitetos, engenheiros, urbanistas, professores universitários e outros profissionais que, devido à sua formação e experiência profissional, foram convidados a opinar a respeito das UPPs. O terceiro grupo com maior número de declarações publicadas, com 59 menções (15%), foi aquele composto por representantes do chamado “terceiro setor”, empresários e demais entidades do “asfalto” que, de uma forma ou de outra, mantém projetos, investimentos ou alguma relação com as favelas e seus moradores. Em quarto lugar, com 22 declarações publicadas (5,5%), aparecem os turistas e visitantes, brasileiros ou estrangeiros, das favelas. Em quinto e último lugar, com seis declarações publicadas (1,5%), estão os jornalistas, de meios de comunicação empresariais, corporativos e/ou não comunitários.

Para avaliar o teor desses depoimentos, analisamos também se esses teriam apresentado ou não alguma crítica às UPPs. E, neste caso, de que natureza essas teriam sido. Das 399 declarações de fontes não estatais, 170 (42,5%) não apresentaram objeções e 229 (57,5%) foram críticas às UPPs. Do universo de críticas, 120 delas (30%) foram no sentido de denunciar a ineficiência em impor lei e ordem nas favelas. Não por acaso, elas coincidem com os elementos de assinatura predominantes no pacote interpretativo de maior ocorrência nesta pesquisa. Ou seja, ainda que não vinculadas ao Estado, tampouco à empresa de comunicação, a maior parte das críticas publicadas estão em consonância com o discurso predominante disseminado pelo jornal quando o tema em questão é a segurança pública, em particular as UPPs. Em segundo lugar, com 80 ocorrências (20%), surgem as declarações que denunciam a violação dos direitos humanos. Para uma melhor compreensão desse número, falaremos mais detidamente sobre ele no item 4.8. Em terceiro lugar, em 29 ocasiões (7,5%), aparecem as críticas quanto à ausência de políticas públicas nas favelas. Foram encontradas apenas duas críticas quanto ao aumento do custo de vida, à especulação imobiliária ou ao processo de gentrificação. Uma forma de apagamento que, talvez, também seja um dado significativo a ser observado.

As fontes não estatais mais vezes contempladas nas matérias foram os sociólogos Ignácio Cano⁸³ e Paulo Storani, também ex-policia⁸⁴, ambos com declarações publicadas em oito ocasiões. Em segundo lugar, com declarações publicadas em sete oportunidades⁸⁵, aparece

⁸³ Quatro críticas a violações de direitos humanos, duas à ineficiência em impor lei e ordem, uma à ausência de políticas públicas, uma em que não há crítica.

⁸⁴ Cinco críticas por ineficiência em impor lei e ordem; em três depoimentos não há críticas.

⁸⁵ Em todas ela denuncia a violação dos direitos humanos.

Therezinha de Jesus, mãe do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos⁸⁶. Em seguida surge a socióloga Sílvia Ramos, com depoimentos publicados em seis matérias⁸⁷.

Outra observação importante é sobre o número de matérias em que fontes estatais ou não estatais aparecem sem a presença de outra fonte de outro tipo. Ou seja, quando não há um contraponto, ou a apresentação de outro ponto de vista. Para esse cálculo, excluímos as 32 ocorrências de notas de colunas, editoriais e artiguetes em que nenhuma fonte é mencionada. Portanto, do total de 346 matérias, em 156 ocasiões (45%) há apenas fontes estatais e não há fontes não estatais. Destas, 117 são matérias classificadas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* (o que representa 57,5% do total de matérias deste pacote⁸⁸), 29 correspondem ao pacote *Liberdades civis sob ataque* (34% do total deste modelo⁸⁹), nove pertencem ao pacote *Extensão da cidade formal* (18%⁹⁰) e uma, ao pacote *Pobreza causa crime* (10%⁹¹). Não obstante esses números indiquem o quanto o ponto de vista das fontes estatais predomine sobre o de não estatais, é fundamental chamar a atenção para os percentuais dos pacotes *Lei e ordem na favela* e *Liberdades civis sob ataque*. No primeiro – aquele que reivindica maior rigor nas punições aos atos criminalizáveis –, em quase 60% dessas ocasiões, as vozes do Estado são soberanas e não encontram contraponto. Já em mais de um terço das ocorrências do segundo pacote mencionado – aquele que denuncia as violações cometidas por policiais militares contra os moradores das favelas – as declarações de fontes estatais não encontraram oposição ou vozes dissonantes nas reportagens de *O Globo* sobre UPPs publicadas entre janeiro de 2014 e agosto de 2016.

Por outro lado, ao analisarmos as matérias em que há fontes não estatais e não há fontes estatais, observamos que do total de 346 ocasiões, isto ocorre em apenas 16 delas (4,65%). Destas, oito são classificadas no pacote *Liberdades civis sob ataque* (9,5% do total deste pacote⁹²), cinco fazem parte do modelo narrativo *Extensão da cidade formal* (10%⁹³) e apenas três (1,5%⁹⁴) pertencem ao pacote *Lei e ordem na favela*. Ou seja, mesmo no pacote caracterizado por denunciar as violações de direitos dos moradores das favelas, o total de vezes em que as vozes não estatais não encontram o contraponto das estatais é inferior a 10%. Por

⁸⁶ Assassinado por policiais militares, com um tiro de fuzil na cabeça, em frente à sua casa, na favela do Areal, Complexo do Alemão, no dia 2 de abril de 2015.

⁸⁷ Quatro por ineficiência em impor lei e ordem e em duas não há críticas.

⁸⁸ Excluindo 19 matérias em que não há fontes estatais nem não estatais.

⁸⁹ Excluindo quatro matérias em que não há fontes estatais nem não estatais.

⁹⁰ Excluindo seis matérias em que não há fontes estatais nem não estatais.

⁹¹ Excluindo um editorial em que não há fontes estatais nem não estatais.

⁹² Excluindo quatro matérias em que não há fontes estatais nem não estatais.

⁹³ Excluindo seis matérias em que não há fontes estatais nem não estatais.

⁹⁴ Excluindo 19 matérias em que não há fontes estatais nem não estatais.

fim, é importante destacar que dessas 16 matérias, em apenas oito (50%) há críticas às UPPs: sete estão classificadas no pacote *Liberdades civis sob ataque* e apenas uma no pacote *Lei e ordem na favela*. Em resumo, nas matérias publicadas sobre as UPPs em *O Globo*, entre janeiro de 2014 e agosto de 2016, os dados indicam não apenas uma predominância das vozes do Estado, mas também que, mesmo quando as fontes não estatais têm suas declarações publicadas, poucas são as oportunidades em que estas podem se opor à versão estatal e ainda mais raras são as ocasiões em que conseguem denunciar violações de direitos e liberdades cometidas.

4.5 CLIVAGENS IDEOLÓGICAS

De modo a compreender outros aspectos do discurso de *O Globo* sobre as UPPs, buscamos responder a três questões outras. Em 310 das 377 matérias analisadas (82,5%) as UPPs fazem parte de um Estado democrático de direito ou não se questiona a violência policial que ocorre nos territórios ocupados por elas. Em apenas 66 ocasiões (17,5%) esta violência é denunciada, caracterizando, por assim dizer, um Estado policialesco.

O número é aproximado daquele que investiga a que público as UPPs se dirigem primordialmente. Em 317 matérias (84,5%), as ocupações policiais nas favelas do Rio de Janeiro são apresentadas como benéficas aos moradores das favelas, enquanto que em apenas 59 ocasiões (15,5%) as UPPs representam benefícios aos moradores do “asfalto”. Uma explicação possível para este dado é que, na prática, a desejada integração entre as favelas e a cidade formal, tão proclamada por Beltrame e outras autoridades, não se concretizou de fato. Outra possibilidade para se interpretar esse número é o enfoque predominantemente dado à violência ocorrida nas favelas – locais historicamente representados como “*locus* da pobreza da classe perigosa” (VALLADARES, 2005, p. 24) – em decorrência dos conflitos entre policiais e traficantes de drogas. Desta forma, o discurso midiático busca apresentar as UPPs como uma solução favorável aos próprios moradores das favelas, ainda que, para isso, eles precisem sofrer restrições a suas liberdades e direitos por parte da polícia.

Por fim, verificamos que, para 354 matérias analisadas (94%), as UPPs fazem parte de uma política permanente de segurança pública. Apenas 22 delas (6%) apresentam algum tipo de questionamento à sua continuidade. Mesmo no ano de 2016, quando o governo do estado já anunciava os cortes e a consequente inviabilidade de investimentos no programa, as

reportagens, notas e os editoriais, sobremaneira, mantinham o seu posicionamento de enfatizar o apoio e a necessidade de manter as UPPs em funcionamento:

Mas fica um legado a ser preservado e expandido, inclusive a herança positiva da blindagem da Segurança contra nomeações políticas e outras interferências indevidas. O Rio de Janeiro, espera-se, ganhou os alicerces de uma política de Estado, e não de governo. Graças a Beltrame e ao governador Sérgio Cabral. Que o substituto de Beltrame aproveite a *expertise* da UPP e empreenda ações que visem recolocá-la nos eixos. (O LEGADO, 2016)

Quadro 9 – Resumo da análise quantitativa 2014-2016.

Total de matérias: 377

Pacotes interpretativos:

Lei e ordem: 222 (59%)

Liberdades civis sob ataque: 89 (23,5%)

Extensão da cidade formal: 56 (15%)

Pobreza causa crime: 10 (2,5%)

Perspectivas narrativas:

Conflito/crime: 304 (80,5%)

Normalidade/integração: 73 (19,5%)

Fontes:

Fontes estatais: 494 (55,3% – 1,31 fonte/matéria)

Fontes não estatais: 399 (44,7% – 1,06 fonte/matéria)

- Especialistas (sociólogos, antropólogos, cientistas sociais, advogados, médicos, arquitetos, engenheiros, urbanistas, professores etc.): 97 (24%)
- Moradores/trabalhadores/vítimas/parentes de vítimas: 215 (54%)
- Terceiro setor/empresários/entidades do “asfalto”: 59 (15%)
- Turistas/visitantes: 22 (5,5%)
- Jornalistas de meios de comunicação não comunitários: 6 (1,5%)

Críticas de fontes não estatais: 231 (58% das ocorrências de fontes não estatais)⁹⁵

- Ineficiência em impor lei e ordem: 120 (30%)
- Violação DH: 80 (20%)
- Ausência de políticas públicas: 29 (7,5%)
- Gentrificação: 2 (0,5%)

⁹⁵ Cento e setenta fontes não estatais (42% do total) não apresentam críticas às UPPs.

Matérias em que há fontes estatais e não há fontes não estatais⁹⁶: 156 (45%)

L&O: 117 (57,5% do total de matérias deste pacote)⁹⁷

LCSA: 29 (34% do total de matérias deste pacote)⁹⁸

ECF: 9 (18% do total de matérias deste pacote)⁹⁹

PCC: 1 (10% do total de matérias deste pacote)¹⁰⁰

Matérias em que há fontes não estatais e não há fontes estatais: 16 (4,65%)

L&O: 3 (1,5% do total deste pacote)¹⁰¹

LCSA: 8 (9,5% do total deste pacote)¹⁰²

ECF: 5 (10% do total deste pacote)¹⁰³

Destas, em apenas 8 (50%) há críticas às UPPs. Das quais:

- 7 no pacote LCSA, sobre violações dos direitos humanos
- 1 no pacote L&O, sobre ineficiência em impor lei e ordem.

Fontes mais frequentes:

- Estatais:

José Mariano Beltrame (secretário de Segurança Pública 2007-2016): 42

Luiz Fernando Pezão (governador do estado): 25

Coronel Frederico Caldas (porta-voz da Polícia Militar): 16

Gabriel Ferrando (delegado da 11ª DP, Rocinha): 6

Coronel Alberto Pinheiro Neto (ex-comandante geral da Polícia Militar): 6

- Não estatais:

Ignácio Cano (sociólogo): 8 (4 críticas a violações de direitos humanos; 2 à ineficiência em impor lei e ordem; 1 à ausência de políticas públicas; em 1 não há crítica)

Paulo Storani (sociólogo e ex-policia): 8 (5 críticas à ineficiência em impor lei e ordem; em 3 depoimentos não há críticas)

Therezinha de Jesus (mãe de Eduardo de Jesus, morto em abril de 2015 no Complexo do Alemão): 7 (7 críticas à violação dos direitos humanos)

⁹⁶ Das 377 matérias analisadas, excluimos 32: editoriais, notas de colunas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, 346 para a presente análise.

⁹⁷ Das 222 identificadas nesse pacote, excluimos 19 editoriais, notas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, 203 para a presente análise.

⁹⁸ Das 89 identificadas nesse pacote, excluimos quatro editoriais, notas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, 85 para a presente análise.

⁹⁹ Das 56 identificadas nesse pacote, excluimos seis editoriais, notas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, cinquenta para a presente análise.

¹⁰⁰ Das dez identificadas nesse pacote, excluimos um editorial em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, nove para a presente análise.

¹⁰¹ Das 222 identificadas nesse pacote, excluimos 19 editoriais, notas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, 203 para a presente análise.

¹⁰² Das 89 identificadas nesse pacote, excluimos quatro editoriais, notas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, 85 para a presente análise.

¹⁰³ Das 56 identificadas nesse pacote, excluimos seis editoriais, notas e artiguets em que não há fontes estatais nem não estatais, totalizando, portanto, cinquenta para a presente análise.

Sílvia Ramos (socióloga): 6 (4 críticas à ineficiência em impor lei e ordem; em 2 não há críticas)

Clivagens ideológicas:

Estado democrático de direito: 311 (82,5%)

Estado policialesco: 66 (17,5%)

UPP para a favela: 317 (84%)

UPP para o asfalto: 60 (16%)

Política permanente: 355 (94%)

Política efêmera: 22 (6%)

4.6 RELAÇÃO COM A TEMPORALIDADE¹⁰⁴

No que se refere à “relação com a temporalidade”, foi possível constatar que, durante o período da Copa do Mundo, a relação das UPPs com os megaeventos foi menor do que no período dos Jogos Olímpicos. Se entre 13 de junho e 13 de julho de 2014, apenas nove entre sessenta matérias (15%) acerca das UPPs remetiam à realização da Copa do Mundo, entre 1º de julho e 31 de agosto de 2016, 14 entre trinta matérias (47%) acerca das UPPs mencionavam a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Ainda que não possamos afirmar de maneira categórica as razões dessa diferença, podemos observar o fato de que a Copa do Mundo foi um megaevento realizado em outras capitais do país e a ocorrência de partidas de futebol e, conseqüentemente, o número de turistas presentes na cidade foram inferiores aos dos Jogos Olímpicos, megaevento em que as competições esportivas foram realizadas em sua quase totalidade na capital fluminense.

Outro fato a ser considerado foi o aumento do número de conflitos armados na cidade no ano de 2016, quando os investimentos em segurança pública (entre eles, nas UPPs) já se encontravam em declínio (BARREIRA, 2016). Um indício do que podemos interpretar como um aumento da reivindicação por mais ações policiais no discurso midiático visando à segurança dos visitantes em tempos de megaeventos, em especial durante os Jogos Olímpicos, pode ser observado nas estatísticas do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* (L&O): se, no período entre junho e julho de 2014, o percentual de matérias que relacionam UPPs e Copa do Mundo classificadas nesse enquadramento foi de 55%, no período de julho a agosto de 2016 o percentual de ocorrências entre UPPs e as Olimpíadas desse mesmo modelo narrativo foi de 85%. Importante observar que o percentual de ocorrências do pacote L&O em toda a análise

¹⁰⁴ Ver relação de matérias nos Anexos B e C.

quantitativa 2014-2016 foi de 59%, portanto, pouco acima do número encontrado na análise em relação com a temporalidade. Já a ocorrência do pacote interpretativo *Extensão da cidade formal* (ECF), entre junho e julho de 2014, foi de 35%, número mais de duas vezes superior aos 15% encontrados no cômputo geral da análise quantitativa 2014-2016. Nesse período, *O Globo* noticiou, por exemplo, a visita de turistas e mesmo jogadores da seleção holandesa ao morro Santa Marta (CASTRO, 2014). Já no período entre julho e agosto de 2016, o percentual de ocorrências desse pacote coincide com os mesmos 15% daquele apresentado na análise geral 2014-2016. Podemos interpretar esses percentuais como resultado da relação causa e efeito do aumento da violência na passagem dos anos de 2014 para 2016 e a produção de notícias sobre as UPPs: se no ano em que foi realizada a Copa do Mundo as reportagens que indicavam a extensão de direitos aos moradores das favelas e a sua integração com o “asfalto” eram mais frequentes, no período de realização dos Jogos Olímpicos, este enquadramento apresentou redução de ocorrências. Isto se refletiu no noticiário do jornal, no qual o enquadramento que privilegia a conquista de direitos dos moradores das favelas perdeu espaço para aquele que reivindica mais lei e ordem.

Em relação às clivagens ideológicas, na análise da relação com a temporalidade, em 100% das ocorrências as UPPs são apresentadas como parte de um Estado democrático de direito, tanto entre junho e julho de 2014, como entre julho e agosto de 2016. Em 67% das matérias analisadas quanto à relação com a temporalidade, no período de realização da Copa do Mundo, as UPPs são apresentadas como benéficas aos moradores do asfalto. Durante a realização dos Jogos Olímpicos, esse percentual sobe para 93%. Os números são opostos aos encontrados na análise geral 2014-2016, em que 84,5% das matérias apresentam as UPPs como benéficas para os moradores das favelas. Uma explicação possível talvez seja a própria realização de um megaevento internacional, em que se torna explícito o interesse do poder público em garantir o êxito de sua realização e a segurança de autoridades, turistas, esportistas, organizadores e patrocinadores. Quanto à continuidade da política das UPPs, os percentuais da análise 2014-2016 (94%) são bastante próximos aos do período de realização da Copa do Mundo (100%) e dos Jogos Olímpicos (93%).

Quadro 10 – Resumo relação com a temporalidade.

a) UPPs e Copa do Mundo

- 60 matérias analisadas
- 9 delas apresentam relações entre UPPs e a Copa do Mundo (15%). Dessas:

- 5 (55%) são classificadas no pacote interpretativo *Lei e Ordem na favela*;
- 3 (35%) são classificadas no pacote interpretativo *Extensão da cidade formal*;
- 1 (10%) é classificada no pacote interpretativo *Pobreza causa crime*;
- 100% apresentam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito e de uma política permanente de segurança pública;
- 100% apresentam as UPPs como uma política permanente;
- 6 (67%) apresentam as UPPs como uma política benéfica para os moradores do asfalto;
- 3 (35%) apresentam as UPPs como uma política benéfica para os moradores das favelas.

b) UPPs e Jogos Olímpicos

- 30 matérias analisadas
- 14 apresentam relação de temporalidade entre UPPs e Jogos Olímpicos (47%). Das quais:
 - 12 (85%) estão classificadas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*;
 - 2 (15%) estão classificadas no pacote interpretativo *Extensão da cidade formal*;
 - 14 (100%) apresentam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito;
 - 12 (85%) apresentam as UPPs como benéficas aos moradores do asfalto;
 - 2 (15%) apresentam as UPPs como benéficas aos moradores das favelas;
 - 13 (93%) apresentam as UPPs como uma política permanente;
 - 1 (7%) apresenta as UPPs como uma política efêmera.

4.7 ANÁLISE QUANTITATIVA 2008-2016

Conforme já exposto, o presente trabalho é a continuidade ampliada da pesquisa de mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012), em que foram analisadas 180 matérias sobre as UPPs Borel, Cidade de Deus, Santa Marta e São Carlos, publicadas em *O Globo* entre novembro de 2008 e novembro de 2011. Neste item, analisaremos os números de ambos os períodos: de 2008 a 2011 e entre 2014 e 2016. Desta maneira, será possível apontar indícios de como a cobertura do jornal atuou desde o início das ocupações promovidas pela política das UPPs, em novembro de 2008, até agosto de 2016, quando se encerraram os Jogos Olímpicos e o governo do estado anunciou cortes de recursos que comprometeriam os investimentos que seriam destinados à Secretaria de Segurança Pública.

Das 180 matérias analisadas, 120 (66,7%) foram classificadas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*, 48 no modelo *Extensão da Cidade Formal* (26,7%), dez no pacote *Liberdades civis sob ataque* (5,5%) e apenas duas no modelo *Pobreza causa crime* (1,1%). Quanto às perspectivas narrativas, 130 matérias (72%) conduzem o leitor a interpretar as

notícias sobre as UPPs através do conflito/crime, e cinquenta (28%) por meio da perspectiva normalidade/integração. No que se refere às clivagens ideológicas, 173 matérias (96%) representam as UPPs como parte de um Estado democrático de direito e apenas sete (4%) como parte de um Estado policialesco. Em 155 ocasiões (86%), a cobertura de *O Globo* apresenta as UPPs como benéficas aos moradores das favelas, enquanto que em 25 oportunidades (14%), como favoráveis aos moradores do “asfalto”. Já em 178 matérias (99%), as UPPs são apresentadas como parte de uma política permanente e consolidada, enquanto que em apenas duas (1%), como parte de uma política efêmera. Acerca das fontes apresentadas, 142 (65%) eram estatais e 77 (35%), não estatais. Dessas 77, apenas seis (13%) apresentavam críticas às UPPs. Em 100% das ocasiões, as declarações de fontes não estatais são confrontadas com as de fontes estatais, que, comumente, apresentam versões divergentes das primeiras. Das 64 fontes não estatais que elogiam ou não apresentam críticas às UPPs, todas reivindicam maior rigor à repressão contra o comércio varejista de entorpecentes. E, assim como entre 2014-2016, nem sempre as matérias classificadas no pacote *Lei e ordem* apresentam fontes não estatais, mas sempre contemplam fontes estatais.

Quadro 11 – Resumo análise quantitativa 2008- 2011¹⁰⁵.

Total: 180 matérias

Pacotes:

Lei e ordem: 120 (66,7%)

Extensão da cidade formal: 48 (26,7%)

Liberdades civis sob ataque: 10 (5,5%)

Pobreza causa crime: 2 (1,1%)

Perspectivas narrativas:

Conflito/crime: 130 (72%)

Normalidade/integração: 50 (28%)

Fontes:

Estatais: 142 (65%)

Não estatais: 77 (35%)

Críticas das fontes não estatais: 6 (13%)

– Em todas as oportunidades, as declarações dessas fontes são confrontadas às de fontes estatais, que, comumente, apresentam versões divergentes das primeiras.

– Das 64 fontes não estatais que elogiam a instalação das unidades, todas reivindicam maior rigor à repressão contra o comércio varejista de entorpecentes, ou, de alguma forma, apoiam as UPPs.

¹⁰⁵ Publicado em Pereira (2012).

– Assim como entre 2014 e 2016, entre 2008 e 2011 nem sempre as matérias classificadas no pacote *Lei e ordem* apresentam fontes não estatais, mas sempre contemplam fontes estatais.

Clivagens ideológicas:

Estado democrático de direito (EDD): 173 (96%)

Estado policialesco (Epol): 7 (4%)

UPP para a favela (UPPF): 155 (86%)

UPP para o asfalto: 25 (14%)

Política permanente (PPER): 178 (99%)

Política efêmera (EFE): 2 (1%)

Se somarmos os dados das pesquisas 2008-2011 e 2014-2016, chegaremos ao total de 557 matérias sobre UPPs, publicadas em *O Globo* em ambos os períodos e analisadas. Em 342 delas (61,5%), o pacote interpretativo predominante é o *Lei e ordem na favela*. Em 104 ocasiões (18,5%), as matérias estão classificadas no modelo *Extensão da cidade formal*. Já em 99 oportunidades (17,8%), o pacote interpretativo predominante é o *Liberdades civis sob ataque*. Por último, aparece o modelo *Pobreza causa crime*, com 12 matérias (2,2%). Das 1.112 declarações de fontes publicadas, 636 (57%) são estatais e 476 (43%), não estatais. No que se refere às *clivagens ideológicas*, em 484 matérias (87%), as UPPs são apresentadas como parte de um *Estado democrático de direito*, enquanto que em 73 (13%), como parte de um *Estado policialesco*. De acordo com 472 matérias (85%), as ocupações são benéficas para os moradores das favelas, enquanto que em 85 (15%), para os moradores do “asfalto”. Por fim, em 533 ocasiões (96%), as UPPs são parte de uma política permanente e consolidada, já em 24 (4%) fazem parte de uma política efêmera.

Ao analisarmos separadamente os períodos 2008-2011, 2014-2016 e o somatório total (2014-2016), podemos perceber muitas semelhanças e poucas diferenças, mas que merecem observação. Entre as semelhanças, a primeira é que o pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* se mantém como aquele com o maior número de ocorrências e com um percentual muito próximo nos três cenários (em torno de 60%). As vozes privilegiadas nas matérias são, em sua grande parte, estatais. Entre as clivagens ideológicas, as UPPs são predominantemente representadas como parte de um Estado democrático de direito, benéficas para os moradores das favelas e constituem uma política permanente e consolidada.

Entre as diferenças, talvez a principal delas seja a queda do número de ocorrências do pacote *Extensão da cidade formal* (ECF) e o aumento do modelo *Liberdades civis sob ataque* (LCSA), no período 2014-2016. Se, entre 2008 e 2011, o pacote ECF, que apresenta os ganhos em termos de cidadania, oferta de políticas públicas e serviços para os moradores das favelas, era o segundo mais registrado, em 26,7% das matérias, no período 2014-2016 o número de ocorrências desse modelo caiu para 15%. Em sentido inverso, se, entre 2008 e 2011, o modelo LCSA, que denuncia as violações de direitos e liberdades dos moradores das favelas por parte da polícia, foi registrado em apenas 5,5% das matérias, no período 2014-2016 esse modelo apareceu em 23,5% das matérias. No somatório 2008-2016, o pacote LCSA ficou em segundo lugar, com 18,5%, e o modelo ECF, em terceiro, com 17,8%.

Alguns fatores talvez possam ajudar a compreender essa mudança. A primeira foi a tentativa inicial de apresentar as UPPs como garantidora de melhorias tanto para os moradores das favelas, como para os do asfalto, que, com as ocupações policiais, passaram a frequentar mais os morros. O Santa Marta, primeira favela a ser ocupada, foi um exemplo bem-sucedido neste sentido, atraindo visitantes, brasileiros e estrangeiros, que passaram a frequentar seus mirantes, restaurantes, bares, rodas de samba e demais atrações (COSTA, 2010). Havia também a tentativa de apresentar os policiais das UPPs como cordiais e amigáveis às crianças e moradores das favelas (GOULART, 2010). Se, no primeiro período de tempo analisado, ocorreu uma redução do número de homicídios na cidade, no segundo momento este número voltou a subir, em decorrência dos conflitos entre policiais e traficantes. O Complexo do Alemão, sempre identificado, no discurso midiático, com o crime e a violência, foi a localidade mais noticiada, nas páginas de *O Globo*, quando o tema foram as UPPs. Ganhou repercussão a morte do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, no dia 2 de abril de 2015, após ser baleado na cabeça por um tiro de fuzil disparado por policiais militares (SANTHUZA & SCHMITT, 2015). Outro episódio emblemático que contribuiu para o aumento do número de ocorrências do pacote LCSA foi a morte do pedreiro Amarildo de Souza, em 2013. Entre 2014 e 2016, diversas reportagens foram publicadas, informando sobre as investigações, o julgamento e a condenação dos responsáveis (DECLARADA, 2014). Ambos os homicídios foram provocados por policiais militares lotados em UPPs e ocuparam grande espaço nas páginas dos jornais. Tanto o fator redução de investimentos públicos e privados nas UPPs, como o aumento da violência nas favelas – que pode ser ou não uma consequência do primeiro fator – ajudam a explicar por que o pacote ECF obteve mais ocorrências no período 2008-2011, enquanto o pacote LCSA ficou à frente no período 2014-2016. No entanto, é importante destacar que, ainda assim, o pacote

Lei e ordem na favela obtém mais ocorrências do que o número total de matérias classificadas nos outros três pacotes somados (342 x 215).

A comparação da análise das fontes nos períodos 2008-2011 e 2014-2016 também merece atenção. Se o número de fontes estatais se manteve maior que o de não estatais, no segundo momento ocorreu uma redução desta diferença: entre 2008-2011, foram registradas 65% de declarações de fontes estatais contra 35% de fontes não estatais, enquanto que, no período 2014-2016, o comparativo foi da ordem de 55% estatais contra 45% não estatais. Aumentaram também consideravelmente as críticas às UPPs, vindas das fontes não estatais. Se, em 2008-2011, este percentual era de apenas 13%, entre 2014-2016 o número passou para 57,5%. Neste período, entretanto, o maior registro de críticas (30%) diz respeito à ineficiência das UPPs em impor lei e ordem nas favelas; em 20% das declarações, as críticas se dirigem a denunciar a violação dos direitos e liberdades; e em apenas 7,5% delas a natureza é sobre a ausência de políticas públicas.

Em outra comparação, podemos observar que, se entre 2008 e 2011 não foram encontrados registros de matérias em que fontes não estatais não foram confrontadas a fontes estatais, no período 2014-2016 em apenas 4,65% das vezes as fontes não estatais apareciam sem serem um contraponto de uma fonte estatal. Enquanto isso, como já visto, em 45% das matérias as fontes estatais não encontram oposição de fontes não estatais. O que podemos observar com base nesses dados é que, não obstante tenha ocorrido um crescimento do registro de declarações de fontes não estatais, as vozes ligadas ao Estado se mantiveram predominantes. Ademais, se manteve a tendência de, mesmo quando as fontes não estatais são mencionadas, estas referendarem o ponto de vista predominante, qual seja: a reivindicação de imposição de maior lei e ordem nas favelas.

Quadro 12 – Resumo análise quantitativa: UPPs 2008-2016.

Total: 557

Pacotes interpretativos:

Lei e ordem: 342 (61,5%)

Extensão da cidade formal: 104 (18,5%)

Liberdades civis sob ataque: 99 (17,8%)

Pobreza causa crime: 12 (2,2%)

Perspectivas narrativas:

Conflito/crime: 434 (78%)
Normalidade/integração: 123 (22%)

Fontes: 1.112

Estatais: 636 (57%)

Não estatais: 476 (43%)

Clivagens ideológicas:

EDD: 484 (87%)

Epol: 73 (13%)

UPPF: 472 (85%)

Uppa: 85 (15%)

PPER: 533 (96%)

Pefe: 24 (4%)

4.8 CASOS EDUARDO X UANDERSON: UMA BREVE ANÁLISE QUALITATIVA

De modo a aferir outros aspectos da presente pesquisa, optamos por realizar uma análise qualitativa da cobertura de dois eventos ocorridos em favelas do Complexo do Alemão, entre setembro de 2014 e abril de 2015. O primeiro deles foi o episódio que tirou a vida do capitão Uanderson Manoel da Silva, comandante da UPP Nova Brasília, durante confronto com um grupo armado de comerciantes varejistas de entorpecentes. O segundo, o assassinato do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, baleado na cabeça por policiais militares, durante uma incursão na comunidade do Areal, no Complexo do Alemão, no dia 2 de abril de 2015. Com isso, pretendemos analisar de que forma ambos os eventos foram noticiados pelo jornal, quais elementos foram destacados, quais foram ocultados e quais foram suas possíveis consequências na elaboração de políticas públicas, se esse foi o caso. É importante frisar que a comparação entre mortes de policiais e moradores de favelas não se dá por acaso, aqui. Ao contrário, ela é constantemente reforçada nas reportagens, como veremos a seguir.

Antes da primeira reportagem que informa sobre o episódio que resultou no óbito do comandante da UPP Nova Brasília, no dia 12 de setembro de 2014, *O Globo* já havia publicado 15 matérias sobre relatos de mortes ou ferimentos de policiais nas UPPs do Complexo do Alemão, naquele ano. Este fato demonstra uma tendência de agendamento do jornal para esse tipo de evento, mesmo antes do assassinato do capitão Uanderson. Um caso que gerou repercussão, resultou em matérias subsequentes e foi mencionado em outras ocasiões foi a

morte da soldado Alda Castilho (BANDO, 2014), já citado neste trabalho anteriormente, e que apresenta o assassinato de policiais militares como episódios em que existe “falta de indignação da sociedade” (COSTA, C., 2014). Já no dia 30 de abril de 2014, *O Globo* publica reportagem sobre policiais que protestam nas redes sociais com os dizeres “eu não mereço ser assassinado” (SERRA, 2014).

A matéria que relata o episódio que tirou a vida do capitão Uanderson é publicada em 12 de setembro de 2014 (CAPITÃO, 2014), dia seguinte ao do evento que vitimou o policial. Ela ocupa três colunas da parte superior da página 25 – portanto, ímpar, aquela que “desperta mais atenção e é vista antes da página par, pelo leitor ao folhear qualquer publicação. Por isso é considerada como página nobre, principalmente para fins de publicidade” (RABAÇA & BARBOSA, 2001, p. 537). Duas fotos ilustram a reportagem: no alto, uma imagem da sede da UPP Nova Brasília, comandada pelo capitão, e, abaixo, uma do próprio Uanderson, sorridente. O título afirma que o policial fora “morto por traficantes” e o subtítulo enfatiza ser ele “o sexto policial assassinado nas unidades do Alemão” (CAPITÃO, 2014). Já no terceiro parágrafo do texto, mais uma vez o número de policiais mortos é ressaltado e ainda que “em todas as áreas com UPPs, o número chega a 14 desde 2008” (CAPITÃO, 2014). Mais adiante, no quinto parágrafo, mais um destaque para as estatísticas de agentes de segurança assassinados e a ocorrência deste tipo de crime: “De janeiro até 23 de junho, 39 policiais militares que trabalham em UPPs foram feridos, dos quais 21 lotados nos complexos do Alemão e da Penha. Nova Brasília é a comunidade com o maior número de confrontos entre PMs e criminosos” (CAPITÃO, 2014). O recurso de repetição dessas informações na cobertura sobre crimes é o que Comaroff e Comaroff (2006, p. 217) denominam de “incidência”, ou seja, aquilo que “generaliza o singular, de modo a alimentar a impressão de que a violência veio saturar o país”. Isto tem como efeito a interpretação de que determinado evento se torna comum, corriqueiro, cotidiano.

No dia seguinte, *O Globo* publica uma matéria de página inteira, e novamente ímpar (p. 25), uma reportagem reivindicando “rigor para assassinos de policiais” (COSTA & TEIXEIRA, 2014) (Imagem 10). O evento que vitimou o capitão Uanderson é lembrado já no subtítulo: “Morte de oficial de UPP do Alemão reacende movimento por uma legislação mais dura” (COSTA & TEIXEIRA, 2014). A foto da capitã Bianca, viúva do comandante, de mãos dadas com a filha do casal, ao lado do caixão, ocupa metade da página. O texto detalha a proposta do projeto de lei, enviada por secretários de Segurança Pública de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo ao Congresso Nacional, segundo a qual eventos daquele tipo seriam

“tratados como crime hediondo, dificultando a concessão de benefícios aos condenados” (COSTA & TEIXEIRA, 2014). Em artigo publicado na mesma página, o jornal endossa o pedido por medidas mais duras: “O assassinato do comandante é um desses momentos decisivos em que se impõe uma reação urgente das autoridades, *a exemplo do que ocorreu em episódios de semelhante gravidade*” (EXEMPLAR, 2014). É importante observar que, mais uma vez, o discurso do jornal atenta para outros casos, reforçando a ideia de incidência desse tipo de evento.

COMANDANTE MORTO

Luta por rigor para assassinos de policiais

Morte de oficial de UPP do Alemão reacende movimento por uma legislação mais dura

ANA CLÁUDIA COSTA
acost@oglobo.com.br
FABIO TEIXEIRA
fabio.teixeira@oglobo.com.br

Três meses depois de os secretários de Segurança do Rio, de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo pedirem no Congresso punição mais severa para criminosos que ataquem policiais — e de a proposta sequer ter sido discutida pelo Legislativo —, a mudança na legislação voltou a ser defendida com mais força ainda, após a morte do capitão Uanderson Manoel da Silva, de 34 anos, comandante da UPP de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, baleado anteriormente em confronto com bandidos. Durante o sepultamento do oficial, ocorrido ontem no Jardim da Saudade, em Sulaçap, colegas de farda fizeram um protesto e estenderam uma faixa com imagens de outros policiais mortos em ataques a os ditos: "SOS polícia. Somos todos vítimas, mudança na legislação já". O pedido foi reforçado pelo comandante-geral da PM, coronel José Luís Castro Menezes, e pelo comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), coronel Frederico Caldas.

Em 4 de junho, os secretários apresentaram um documento no Congresso propondo aumento de pena e que homicídios contra agentes do Estado fossem tratados como crime hediondo, dificultando a concessão de benefícios aos condenados. O documento pede ainda a duplicação do tempo máximo de prisão em regime disciplinar diferenciado. Por causa da morte do capitão, o efetivo de PMs nas UPPs do Alemão foi aumentado de 1.219 para 1.530. Além disso, o coronel Luís Castro disse que pós mais policiais do Bopo (o número não foi divulgado) na Nova Brasília. Eles ficaram na área por tempo indeterminado.

— Vamos continuar com o maior aflição operando no Alemão. Nossa permanência e nosso aumento de força são a resposta.

Um suspeito de ter participado do confronto que resultou na morte do oficial foi preso. Cassiano da Silva Harris, de 30 anos, foi capturado de madrugada, na Vila Cruzeiro, no Complexo do Penha. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, já pediu sua transferência para um presídio federal.

EMOÇÃO NO ENTERRO DO COMANDANTE

O funeral de Uanderson foi acompanhado por cerca de 500 pessoas, entre militares da ativa e da reserva, amigos e parentes. Há nove anos na corporação, o oficial, que foi fuzileiro naval em 1998, tinha um perfil operacional. Ele era casado com uma PM, que conheceu ainda no curso de oficiais e com quem tinha uma filha de 7 anos. A capitã Bianca Neves Ferreira da Silva está lotada no Comando de Polícia Pacificadora e é ascendida do coronel Frederico Caldas. Uanderson morava na Baixada Fluminense, onde nasceu e fora criado.

— A sociedade precisa pensar a pena para esses crimes. O marginal tem que pensar duas vezes antes de apertar o gatilho contra um PM — o coronel Luís Castro.

Na hora do sepultamento, o oficial foi homenageado com uma salva de pátrias de mais de 30 segundos. Indignada, a mulher do oficial, Bianca, desabafou mais cedo:

— Vou dizer a minha filha que o pai morreu defendendo a sociedade.

Quando houve o funeral, Uanderson estava sem o cabide à prova de balas. Segundo amigos, ele sempre circulava com o acessório, que não usou, desta vez, porque saiu às pressas da UPP, ao saber que seus comandados estavam sendo atacados. Em áudio obtido pelo GLOBO, ouvem-se tiros e o relato de um PM de que o comandante havia sido baleado: "Situação complicadíssima do capitão. Tiro de fuzil no peito".



Dor em família. A capitã Bianca, viúva, e a filha do casal no enterro do capitão Uanderson no Jardim da Saudade

OBSTÁCULOS À PACIFICAÇÃO

COMPLEXO DO ALEMÃO: GEOGRAFIA DA ÁREA É GRANDE DESAFIO

Considerado uma das áreas mais perigosas do Complexo do Alemão, a Nova Brasília é, dentro do conjunto de favelas, um dos maiores desafios para o policiamento, por ter muitos becos e vielas estreitos. Ontem, ao comentar o crime, o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, voltou a dizer que a geografia da comunidade torna difícil a ação policial, exigindo planejamento e estratégia diferenciada. Por outro lado, é um território propício para as atividades do tráfico.



Fuga em massa. Tráfegantes fogem da polícia pelo alto da mata do Alemão

A chegada das forças policiais do estado ao Complexo do Alemão gerou uma das imagens mais marcantes do processo de

pacificação do Rio. No dia da invasão do Alemão, em 25 de novembro de 2010, imagens feitas pela TV G lobo exibiram a fuga de dezenas de traficantes pelo alto da mata, evidenciando o total controle que os bandidos tinham das trilhas e dos acessos da região. Apesar disso, a ação policial, que mobilizou 2.600 homens, foi considerada bem-sucedida.

Opinião

EXEMPLAR

EM QUASE seis anos de existência, as UPPs já enfrentaram momentos delicados — como no caso Amarelô ou na invasão do Alemão, que se impôs para o estado fazer frente a uma onda de terror na cidade.

ATCIDOS, a resposta imediata e exemplar do estado foi a chave para preservar o programa de pacificação, suas conquistas e a autoridade nos territórios retomados do tráfico.

O ASSASSINATO do comandante da unidade de Nova Brasília é um desses momentos decisivos em que se impõe uma reação urgente das autoridades, a exemplo do que ocorreu em episódios de semelhante gravidade.

É CRUCIAL para a reafirmação de seu programa, sem dúvida um avanço na segurança pública.

Imagem 10 – Matéria d’ *O Globo* pede mais rigor contra a morte de policiais. Fonte: Costa e Teixeira (2014).

Outras matérias sobre policiais mortos e feridos continuaram atualizando as estatísticas e, frequentemente, recordando o assassinato do capitão Uanderson¹⁰⁶. No entanto, no dia 25 de janeiro de 2015, o jornal repercute uma informação publicada na revista *Veja* daquela semana,

¹⁰⁶ Ao todo, foram publicadas 26 delas, entre 3 de fevereiro de 2014 e 10 de maio de 2016.

segundo a qual a bala que atingira Uanderson teria sido disparada acidentalmente por um colega policial, durante a operação (FOGO, 2015). O espaço na página destinado à matéria é igual ao de uma coluna localizada na parte inferior da página 34 (portanto, página par)¹⁰⁷, diferentemente do espaço destinado à matéria que pedia punições mais duras aos crimes cometidos contra policiais, mencionando o caso do comandante da UPP Nova Brasília. Independentemente dessa investigação, o Senado aprova, em segundo turno, a lei que torna crime hediondo o homicídio de agentes de segurança pública, conforme notícia *O Globo* em sua edição de 12 de junho de 2015 (LIMA, 2015). E, no dia 7 de julho, o jornal comunica a sanção da mesma pela presidenta Dilma Rousseff (MARIZ, 2015).

A suspeita de que o autor do disparo que vitimara o capitão Uanderson fora outro policial militar seria confirmada no dia 7 de outubro daquele ano – dois meses depois, portanto, de a lei entrar em vigor – em reportagem publicada também na parte inferior da página 10 (também uma página par) (COMANDANTE, 2015). Não obstante a comprovação da autoria do disparo pela investigação da perícia, o rigor da pena, reivindicado pelos secretários de Segurança e pelo jornal aos autores de crimes contra policiais, não poderia ser aplicado neste caso:

De acordo com o G1, o delegado Geniton Lages, responsável pelo caso, informou que o soldado Diogo de Araújo Zilves foi apontado pelas investigações e pela perícia como o responsável pelo disparo. No entanto, afirmou Geniton, ele não poderá ser indiciado penalmente.

– Ele estava escorado em legítima defesa e cumpriu o dever legal de ir até lá e reagir à injusta agressão. Mas houve um claro erro de execução – disse o delegado ao site. (COMANDANTE, 2015).

O segundo caso a ser analisado é o da cobertura da morte do menino Eduardo de Jesus, publicada em 3 de abril de 2015. A notícia que relata o evento está localizada na parte inferior da página 12 e ocupa quatro colunas (GOULART & ARAÚJO, 2015) (Imagem 11). Quanto aos elementos gráficos, é importante observar que, não obstante o título se refira à morte de Eduardo, a foto que ilustra a reportagem mostra um policial militar com o semblante assustado, sendo transportado em cima de uma maca, após cair de cima de uma laje. Também é relevante atentarmos para o subtítulo que destaca que o confronto que resultou no óbito da criança teria ocorrido “depois que a UPP do morro foi depredada” (GOULART & ARAÚJO, 2015). Já na parte textual, o primeiro parágrafo informa que Eduardo teria morrido “durante confronto entre policiais militares e traficantes”, após os PMs terem sido “recebido a tiros por bandidos” (GOULART & ARAÚJO, 2015). No segundo parágrafo, a reportagem dá conta de que o tiroteio teria ocorrido horas após um ataque de traficantes à sede da UPP do Alemão, que teria

¹⁰⁷ Portanto, par e que desperta menos atenção do leitor, segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 537).

deixado “algumas janelas e portas quebradas” e provocado manifestações de moradores, que teriam ateadado “fogo em colchões e nas latas de lixo do lado de fora do contêiner” (GOULART & ARAÚJO, 2015).

Menino morre em novo tiroteio no Alemão

Confronto entre PMs e traficantes ocorreu depois que UPP do morro foi depredada

GUSTAVO GOULART
gus@oglobo.com.br
VERA ARAÚJO
varaujo@oglobo.com.br

O menino Eduardo Ferreira, de 10 anos, morreu ao ser baleado no fim da tarde de ontem, na comunidade do Areal, no Complexo do Alemão, durante confronto entre policiais militares e traficantes. Segundo a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), policiais do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) patrulhavam o local, quando foram recebidos a tiros por handidos. A Divisão de Homicídios está investigando o crime. As armas dos policiais foram apreendidas pela Polícia Civil. Um Inquérito Policial Militar foi instaurado para apurar a conduta dos PMs. Eduardo foi a quarta vítima em dois dias de tiroteios no Alemão.

Antes da morte do menino, no fim da manhã de ontem uma base avançada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Alemão, na Rua Canitar, foi depredada. Por meio de nota, a CPP informou que “algumas janelas e portas foram quebradas”. De acordo com a coordenadoria, manifestantes atearam fogo em colchões e nas latas de lixo do lado de fora do contêiner. Ainda segundo o órgão, a base de apoio, que fica vazia a



Em choque. Policial da UPP, que caiu da laje, chega a hospital, na Penha.

maior parte do tempo, era usada por policiais para descansar, após patrulhamento.

Um dia depois dos confrontos que terminaram com três mortos no Complexo do Alemão, ontem pela manhã uma nova troca de tiros deixou pelo menos dois feridos. Um PM, identificado como Renato Fernandes Carvalho, de 30 anos, caiu de uma laje, no Parque Proletário, e se feriu no ombro e num dos pulsos. Resgatado por outros policiais, ele chegou ao Hospital estadual Getúlio Vargas (HGV), na Penha, sentindo fortes dores e chorando muito. O PM foi atendido e liberado em seguida. Um adolescente, baleado na coxa,

também foi levado por policiais para o hospital. Segundo a PM, o jovem cumpriu medida socioeducativa de um mês na Ilha do Governador, de onde saiu no carnaval.

O pai de outro jovem, de 16 anos, ferido durante o tiroteio de quarta-feira no Alemão, contou que o filho, internado no HGV, sob custódia da polícia, foi baleado no peito, num dos braços e em uma das pernas, na localidade conhecida como Fazendinha. Ele afirmou ainda que soube pela Polícia Militar que, junto com o filho, foram encontrados uma pistola automática e um radiotransmissor, mas acrescentou que

não pode dizer se o filho tinha ou não envolvimento com o tráfico de drogas. O pai alegou que passa o dia fora de casa trabalhando e não tem tempo para cuidar do casal de filhos:

— Ele fica fora de casa alguns dias e abandonou a escola no ano passado. Não tenho como saber se ele tem envolvimento ou não com o tráfico.

DOIS CONFRONTOS ANTEONTEM

O confronto de anteontem à noite, aconteceu por volta das 20h30m, durante a troca de turno dos policiais da base avançada da UPP, na Rua Canitar. De acordo com a PM, o fogo cruzado começou quando cinco homens armados chegaram ao local atirando. Policiais relataram que um dos suspeitos, identificado como Mateus Gomes Lima, de 18 anos, ficou ferido durante a ação e chegou a ser levado para o HGV, mas não resistiu aos ferimentos. Uma arma calibre 9mm foi apreendida. Os outros integrantes do bando conseguiram fugir. O caso está sob a investigação da 22ª DP (Penha).

A troca de tiros à noite na Rua Canitar foi o segundo confronto entre PMs e criminosos registrado no Complexo do Alemão anteontem. À tarde, Elizabeth Alves, de 41 anos, estava dentro de casa, na comunidade Alvorada, quando foi baleada. Ela chegou a ser levada para o HGV, mas morreu no local. Ela era porteira de uma creche na comunidade. A filha da vítima, uma adolescente de 14 anos, foi atingida no braço e atendida no mesmo hospital, sendo liberada em seguida. ●

Imagem 11 – Cobertura d’ *O Globo* à morte de Eduardo de Jesus. Fonte: Goulart e Araújo (2015).

Cinco dias depois da primeira reportagem sobre a morte de Eduardo, o jornal publica, em sua página 10, um *mea-culpa* da Polícia Militar, com o depoimento do soldado Rafael Monteiro reconhecendo que “devido à sua localização no momento da tragédia – ele estava próximo a uma mata na localidade conhecida como Areal, na Favela Nova Brasília – e à posição

do corpo, foi ele quem atirou no menino” (ARAÚJO, 2015a). Não obstante a confissão do atirador, os elementos narrativos presentes na cobertura jornalística do caso têm como consequência a justificação da reação policial, que deve ser empregada como meio de obter a tão aguardada “pacificação” do Complexo do Alemão, o “bunker do tráfico” na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o discurso do jornal, da Polícia Militar e do governador do estado. Ao contrário do que propunha a lei que tornaria crime hediondo o assassinato de agentes de segurança pública, a fala de Pezão em relação à morte de Eduardo busca atenuar a ação dos policiais. Em reportagem publicada no dia 9 de abril, o governador se compadece com o atirador e justifica o assassinato do menino pelo fato de, supostamente, fotos do Serviço de Inteligência da PM terem flagrado crianças portando armas em favelas do Rio. “Soube que o policial está muito abalado desde aquele dia. Ele tomou um susto, achou que o garoto estava com uma arma. Infelizmente é uma chaga que a gente tem dentro de diversas favelas do Rio”, afirma o governador (WERNECK et al., 2015a). No dia marcado para o depoimento, Rafael Monteiro não comparece à delegacia. “De acordo com a corporação, o PM – um soldado da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro do Alemão – alega estar muito abalado e que vem se submetendo a tratamento psiquiátrico”, afirma reportagem do dia 10 de abril (MORTE, 2015). Segundo Rafael Calheiros, advogado do policial, “seu cliente já prestou dois depoimentos e não vê necessidade de um terceiro”, justificando a decisão de ignorar a intimação da Delegacia de Homicídios (DH) (MORTE, 2015).

Outro aspecto característico dessa cobertura é tratar o caso como um incidente, ou um “caso raro, fortuito, incomum” (COMAROFF & COMAROFF, 2006), como na declaração do governador publicada no dia 14 de abril: “Foi uma atuação errada. A PM apresentou os policiais e viu, pela localização, que houve um erro ali. Quem investigou, quem viu, e quem fez esse trabalho foi a Polícia”, afirmou Pezão, ao mesmo tempo responsabilizando e saudando o trabalho dos policiais (SCHMITT, 2015). A matéria lembra ainda que, um dia antes da morte de Eduardo, uma bala perdida matou, em local próximo ao que morreu o menino, Elizabeth Alves de Moura, de 41 anos. Pezão disse ter se solidarizado com as famílias das vítimas e se sentir “muito triste” com as mortes (SCHMITT, 2015). Mas, em seguida, mais uma vez, louvou a corporação policial: “Acho que vai melhorar cada vez mais. A PM tem 208 anos. Estamos entrando em áreas que o Estado não entrava há 30, 40 anos”, afirmou (SCHMITT, 2015).

Reportagem publicada no dia 18 de abril relata a reconstituição das mortes de Eduardo de Jesus, Elizabeth de Moura e do capitão Uanderson da Silva (MORTES, 2015). As investigações indicam que tanto Eduardo como Uanderson foram atingidos por tiros disparados

por policiais. “Peritos passaram todo o dia de ontem trabalhando no Complexo do Alemão e saíram convencidos de que os dois homicídios foram resultado de falhas em operações policiais”, revela a reportagem (MORTES, 2015). Nos dias seguintes, outras duas matérias igualmente apresentam os casos de Eduardo e Uanderson como parte de um mesmo problema: erros individuais de policiais em serviço, que, submetidos a uma condição de estresse, acabam por cometer falhas e acidentalmente vitimar uma criança e um colega de farda. No dia 19 de abril, uma declaração da própria Terezinha de Jesus contribui para reforçar essa ideia: “Meu filho foi outra vítima de uma polícia completamente despreparada”, afirma a mãe do menino morto (CARPENTER, 2015). A solução, neste caso, seria aprimorar o treinamento dos policiais em formação e punir aqueles que eventualmente infringem as regras da corporação, de acordo com reportagem publicada no dia 27 de abril: “[...] o comando da Polícia Militar não só mandou seus soldados de volta aos bancos escolares para aprenderem técnicas de abordagem, como também apertou o cerco contra a corrupção praticada por policiais em favelas com UPPs”, relata o texto (ARAÚJO, 2015b). Ainda que, em ambos os casos, se trate de erros cometidos por policiais em situações de estresse, em nenhum momento as matérias apresentam as diferenças entre os dois, as estatísticas de mortes de moradores de favelas em comparação às de policiais em serviço, naquelas localidades, favorecendo o entendimento de que estamos diante de casos exatamente sem distinções, cujas providências a serem tomadas para evitar novos eventos similares devem ser as mesmas.

O Globo continuou acompanhando o caso Eduardo durante os meses seguintes, publicando informações acerca das investigações, depoimentos dos advogados dos envolvidos e demais detalhes. Até que, no dia 4 de novembro, o jornal informa o resultado das investigações da Divisão de Homicídios (DH), segundo as quais os soldados Marcus Vinícius Nogueira Bevitori e Rafael de Freitas Monteiro Rodrigues, lotados na UPP do Alemão, “agiram em legítima defesa e não tinham a intenção de matar o menino” (WERNECK et al., 2015b). Os policiais sequer foram indiciados por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. A reportagem dá voz ao defensor público Fábio Amado, que presta assistência jurídica à família de Eduardo, e ele lembra que “há depoimentos divergentes no inquérito, inclusive com depoimentos que negam a ocorrência de qualquer confronto (com traficantes) ou algo que justificasse a tese de legítima defesa” (WERNECK et al., 2015b). O texto informa ainda que o resultado das investigações poderá ser aceito ou não pelo promotor do Ministério Público (MP) responsável pelo caso. Esta decisão foi noticiada no dia 19 de novembro. De acordo com a reportagem, o promotor Homero das Neves “disse que há várias contradições na investigação

policial e afirmou que o caso precisa ser levado a júri popular” (CASO, 2015). No entanto, o que parecia ser um sinal de justiça para a família de Eduardo se transformou na certeza da impunidade no dia 30 de novembro de 2016. Nesse dia, o jornal publica reportagem em que informa que, por dois votos a um, os desembargadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pedira o arquivamento da ação penal contra o soldado Rafael Monteiro, acusado de ser o autor do disparo que matou Eduardo: “Os dois [desembargadores] consideraram que não há justa causa para o prosseguimento da ação, alegando ausência de conjunto mínimo de provas para a ação penal” (WERNECK & BACELAR, 2016). O advogado de defesa, Rafael Calheiros, creditou o arquivamento do processo ao êxito da “parte técnica” apresentada por ele: “Não foi provado que foi do fuzil do policial [que partiu o tiro]. A dinâmica do tiro poderia ter sido de uma pistola 9 mm de curta distância, que faria o mesmo estrago que um fuzil. As provas foram todas colocadas a favor do meu cliente”, argumentou para o jornal (WERNECK & BACELAR, 2016).

A partir do exposto, podemos tecer algumas observações que nos ajudem a compreender a produção de sentido construída por meio do discurso de *O Globo* quanto às mortes de uma criança moradora do Complexo do Alemão e do comandante de uma das UPPs instaladas naquela localidade. A primeira é que, ao contrário do que ocorre na cobertura sobre a morte do capitão Uanderson, em nenhuma das matérias analisadas sobre a morte de Eduardo, é lembrado o número de pessoas mortas em decorrência da intervenção policial, nos outrora denominados “autos de resistência”¹⁰⁸. Pelo contrário: a morte do menino é apresentada como eventual, um acidente de percurso cometido por um policial descuidado, afoito, distraído ou assustado, um equívoco rumo à tão aguardada *pacificação* das favelas cariocas.

Ao observarmos brevemente as estatísticas, entretanto, podemos perceber que se trata do oposto disso. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública, divulgados no relatório da Anistia Internacional (2015) “Você matou meu filho!”, se entre 2010 e 2011 houve uma redução no número de homicídios decorrentes da ação policial no estado, de 855 para 523, em 2014 esse índice voltou a subir para 580 mortes. Já em 2015 esse número chegou a 645, o equivalente a 20% do total de homicídios registrados em todo o estado (BOTTARI & BOERE, 2016). Ao passo que o número de policiais mortos no estado do Rio de Janeiro em 2014 foi de 114, sendo 15 em serviço, de acordo com estatísticas do Sindicato de Policiais Civis (Sinpol), o que

¹⁰⁸ O termo deixou de ser utilizado em janeiro de 2016, após a publicação de uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil. A decisão atende a uma reivindicação antiga dos grupos de direitos humanos, segundo os quais o termo servia para justificar execuções cometidas pela polícia (PONTES, 2016).

corresponde a cerca de 20% do total de pessoas mortas em decorrência de intervenção policial (EM 2014, 2014). Em 2015, de acordo com relatório da ONG Human Rights Watch, 26 agentes de segurança pública morreram no estado do Rio de Janeiro, sendo quatro em acidentes de trânsito, o que equivale a cerca de 4% do total de pessoas mortas em supostos confrontos com a polícia. O apagamento desses dados na cobertura da morte do menino Eduardo contribui para reforçar a ideia de que ambos se tratam de casos idênticos.

Nas reportagens sobre a morte do capitão Uanderson, são frequentes as menções ao número de policiais mortos em conflitos com grupos armados de comerciantes varejistas de entorpecentes, relacionando casos semelhantes àquele, como o assassinato da soldada Alda Castilho, de modo a produzir um “efeito de continuidade por uma *memória do medo*, disseminado temporal e espacialmente na representação midiática da violência” (MATHEUS, 2011, p. 11). Desta forma, desconectado a estatísticas comparativas, mas relacionado a outras narrativas semelhantes, o episódio em que Uanderson perdeu a vida é representado como uma “incidência” (COMAROFF & COMAROFF, 2006), ou seja, algo corriqueiro, comum, cotidiano, e o resultado produzido por meio deste discurso é a reivindicação de medidas urgentes a serem tomadas para que se possa evitar novos casos semelhantes. Ao passo que, na cobertura da morte do menino Eduardo de Jesus, são raras as citações de casos anteriores de mortes de crianças moradoras de favelas, assim como estatísticas de civis vitimados em decorrência da intervenção policial, contribuindo para a construção da ideia de um “incidente” (COMAROFF & COMAROFF, 2006).

Uma análise semelhante pode ser feita da cobertura da última dezena de dias de setembro de 2015, quando da cobertura da morte de Eduardo Felipe Santos, de 17 anos, no Morro da Providência, em que moradores daquela favela filmaram policiais da UPP alterando a cena do crime, colocando uma arma na mão do rapaz já morto, de modo a justificar uma suposta reação em legítima defesa. Em reportagem que relata o ocorrido, o assassinato do adolescente é apresentado como um resquício da má conduta policial, não obstante a alegada idoneidade peculiar dos policiais lotados nas UPPs: “as imagens expuseram uma polícia violenta e corrupta que ainda resiste ao programa de pacificação” (WERNECK *et al.*, 2015c). No artigo “O sentido das UPPs: a cobertura de *O Globo* e as políticas de segurança pública” (VAZ & PEREIRA, 2016), esse episódio é posto em relevo ante a cobertura de uma série de “arrastões” ocorridos na orla da zona sul do Rio de Janeiro. Se a morte de Eduardo Felipe Santos é representada como um incidente, os arrastões são narrados como incidência, aquilo que pode

acontecer a qualquer momento e vitimar indiscriminadamente qualquer cidadão: “[...] em pesquisa, 1.417 pessoas afirmam que assaltos são o maior problema das praias” (RIO, 2015).

O efeito dessa narrativa pode ser constatado na resposta das autoridades governamentais. No caso dos arrastões da orla, a Secretaria de Segurança Pública adotou *blitzes*, abordagens e mesmo a retirada de jovens a bordo de ônibus oriundos da zona norte em direção às praias da zona sul. Da mesma forma, não obstante o autor do disparo que resultou na morte do capitão Uanderson, em setembro de 2014, tenha sido um seu colega de farda – e que não foi punido, devido à sua condição de agente público do Estado –, o episódio foi discursivamente relevante para legitimar a aprovação da lei que transformou em crime hediondo o assassinato de agentes de segurança pública, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff em julho de 2015, menos de um ano depois do caso.

Já sobre o caso da morte de Eduardo Felipe Santos, os cinco policiais envolvidos, Eder Ricardo de Siqueira, Paulo Roberto da Silva, Pedro Victor da Silva Pena, Riquelmo de Paula Geraldo e Gabriel Julião Florido, tiveram a prisão preventiva decretada pela juíza Maria Izabel Pieranti, do Tribunal de Justiça do Rio. Em janeiro de 2016, o juiz da 2ª Vara Criminal da Capital Daniel Werneck Cotta negou o pedido de liberdade dos acusados, mantendo a pena inicial. No entanto, a ocorrência de outros casos semelhantes nas favelas ocupadas por UPPs, aliada às estatísticas que indicam o crescimento do número de homicídios em decorrência da intervenção policial, demonstram que o episódio está longe de representar um incidente, um caso isolado, eventual como busca retratar o discurso de *O Globo* e as declarações das autoridades. Tanto isso é verdade que mortes como essa continuaram a ocorrer, como a de Eduardo de Jesus, cujos assassinos foram considerados inocentes pela Justiça, por alegação de legítima defesa, reforçando a lógica de que todos os meios – mesmo a morte de jovens e crianças – são justificáveis para que se chegue à tão esperada “pacificação” das favelas cariocas. Mesmo assim, a narrativa midiática se mantém inalterada, legitimando as medidas governamentais, as decisões judiciais e contribuindo para a perpetuação da violência policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem. Apenas sei de diversas harmonias possíveis sem juízo final.
Caetano Veloso

Esta pesquisa procurou investigar de que maneira o discurso produzido pelo jornal *O Globo* – principal periódico impresso do estado do Rio de Janeiro e o segundo mais vendido em todo o país – atua em relação à elaboração, legitimação e consolidação da principal política de segurança pública implementada pelo governo do estado do Rio de Janeiro na última década. Para isso, procuramos compreender, em primeiro lugar, as origens do medo e da violência na cidade do Rio de Janeiro. O enorme déficit social da cidade do Rio de Janeiro, em consequência da herança negativa do regime escravista, mantido no país até finais do século XIX, gerou uma enorme população de oprimidos pelas forças policiais. Estas tinham como objetivo não apenas proteger a integridade física da elite branca, como também, e sobremaneira, manter a ordem social vigente. A abolição da escravidão e a passagem para o modo de produção capitalista não apenas não reduziu esse déficit como o agravou, transformando os escravos libertos, quando muito, em trabalhadores assalariados precarizados ou simplesmente em indivíduos alijados socialmente e excluídos da possibilidade de obter bens e serviços mais elementares. Ademais, somou-se a isso um novo contingente de trabalhadores imigrantes, igualmente pobres e marginalizados.

A nova ordem burguesa que surgia requeria a criação de uma identidade para o indivíduo que contribuísse para a manutenção desse novo modelo, qual seja, o *trabalhador*. Em consequência, a construção do seu “outro” era igualmente necessária. Do regime escravista até os dias atuais, esse indivíduo foi socialmente representado por variações de uma mesma pessoa: o *capoeira*, o *malandro*, o *bandido* e o *traficante*, sua mais recente atualização. É sobre o corpo desse indivíduo que recaem todas as sanções e punições possíveis, legais e ilegais, a serem aplicadas pelo Estado de modo a garantir a segurança das potenciais *vítimas* – representadas como *trabalhadores*, “cidadãos de bem”, contribuintes etc. Para isso são criadas as políticas penais e práticas punitivas cujo rigor pouco se alterou ao longo dos tempos, haja vista a manutenção de métodos que vão desde o encarceramento, passando pela tortura até a utilização da pena capital, não garantida institucionalmente, mas aplicada de forma corriqueira até os dias atuais, por agentes de segurança pública.

Ainda que a representação social de vítimas e criminosos seja a mesma desde sempre, ao observarmos as estatísticas é possível questionar quem são de fato as principais vítimas da

violência e da privação de direitos. De acordo com dados recentes, 30 mil das 56 mil pessoas assassinadas no Brasil em 2012 eram jovens entre 15 e 29 anos e, dessas, 77% eram negros. Em 2014, uma pesquisa do Ipea revelou que aos 21 anos, idade em que uma pessoa corre mais risco de ser assassinada no país, a chance de um negro ser vitimado é 147% maior do que a de um branco, amarelo ou índio. Em relação aos encarceramentos, no ano de 2014 67% dos mais de 600 mil indivíduos em condições de privação de liberdade no Brasil eram negros e 80% estudaram apenas até o nono ano. Ademais, mais de 40% desse contingente estava sob regime provisório, ou seja, ainda aguardava julgamento.

Em 2008, as UPPs são criadas com o objetivo de reduzir os conflitos entre grupos de comerciantes varejistas de entorpecentes e entre estes e policiais. Não obstante o êxito inicial alcançado, com a diminuição do número de homicídios nas favelas ocupadas, em algumas delas a tão aguardada pacificação jamais ocorreu. A partir de 2014, com o já anunciado declínio econômico do governo do estado, os índices de letalidade voltaram a aumentar, como já visto, principalmente no que diz respeito aos homicídios decorrentes da intervenção policial: as 416 mortes registradas nessas circunstâncias em 2013 subiram para 580 no ano seguinte e 645 em 2015. No entanto, o propagandeado discurso da “integração entre favela e asfalto” e dos benefícios aos moradores das favelas era mantido para que as UPPs se sustentassem pelo menos até os Jogos Olímpicos, em 2016. Era preciso reconstruir o ideário da “Cidade Maravilhosa” para atrair patrocinadores, investidores e visitantes estrangeiros. Paralelamente à massiva narrativa de “recuperação” da cidade, recrudescer a repressão, nas favelas cariocas, não apenas por parte das forças policiais e militares, como também por outros órgãos do poder público que impuseram a maior remoção de famílias nunca antes vista na história da capital fluminense: cerca de 67 mil pessoas (BETIM, 2015). No entanto, tudo era justificado pelas autoridades governamentais e legitimado pelo discurso da “pacificação” e de que as intervenções trariam inegáveis benefícios aos moradores, como parte do “legado olímpico” deixado para a cidade. Hoje é possível constatar que nem a pacificação nem os benefícios se tornaram reais.

Se considerado o período analisado na pesquisa de mestrado “Segurança para quem?” (PEREIRA, 2012), entre novembro de 2008 e novembro de 2011, e o da presente pesquisa, entre 2014 e 2016, podemos afirmar que ambas contemplam o período de surgimento, ascensão e derrocada desta política de segurança pública denominada Unidade de Polícia Pacificadora. Consideramos como marco inicial a reportagem “Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta”, publicada em 28 de novembro de 2008, quando da primeira ocupação policial segundo esse modelo de policiamento em uma favela da cidade, durante a

gestão do ex-governador Sérgio Cabral Filho e sob o comando do ex-secretário José Mariano Beltrame (ARAÚJO, 2008). Na ocasião, sequer havia sido criada a nomenclatura “UPP” e o destaque no texto é o protesto dos moradores contra a ocupação de uma antiga creche. Já a reportagem “Segurança no fio da navalha” (ARAÚJO, 2016) prenuncia o fim dos investimentos nas UPPs, devido à crise financeira no governo do estado do Rio de Janeiro. “Aos colaboradores diretos, Beltrame confidenciou que não tem como investir nada na ampliação do projeto, que conta com 38 unidades e está estagnado desde 2014”, informa a repórter (ARAÚJO, 2016). O próprio Beltrame deixaria o cargo em 11 de outubro de 2016, menos de dois meses após os Jogos Olímpicos e menos de um mês após o encerramento dos Jogos Paralímpicos (UM NOVO, 2016).

A partir de todo o exposto até aqui, é possível supor que o acúmulo de notícias produzidas por *O Globo* contribui decisivamente para a legitimação discursiva da política pública conhecida como Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Também podemos concluir que o percentual em torno de 60% de notícias contendo elementos de assinatura que predominantemente reivindicam a imposição de mais lei e ordem ao crime e à violência atua no sentido de justificar a lógica da “sopa de pedra de Pedro Malasartes”, em que todas as formas de violações de direitos e de liberdades devem ser toleradas em nome de uma eventual *pacificação*. Soma-se a isso ainda o predomínio da perspectiva conflito/crime (80,5%) sobre a de normalidade/integração (19,5%). Podemos notar também como esse discurso atua na produção de sentido que representa a violência contra moradores das favelas como “incidentes” ou fatos isolados, fortuitos, ao passo que a morte de policiais e eventos como os “arrastões” nas praias da zona sul são representados como “incidências”, algo comum, frequente, corriqueiro, muito embora as estatísticas comprovem o oposto disso.

Outro aspecto relevante que esta pesquisa aponta é o maior número de declarações de fontes ligadas ao Estado, com voz nas notícias sobre as UPPs. E não apenas isso: os números apontam a ausência do contraponto, representado por uma grande discrepância entre as matérias onde há fontes estatais e não há fontes não estatais (45%) e aquelas em que há fontes não estatais e não há fontes estatais (4,65%). Ademais, mesmo quando as fontes não estatais são ouvidas, a publicação de críticas às UPPs privilegia mais o enquadramento que reivindica maior imposição à lei e à ordem (30%) do que aquele que denuncia a violação de direitos e liberdades (20%). Não menos importante é observarmos a prevalência das clivagens ideológicas nas notícias sobre as UPPs, que representam as ocupações policiais nas favelas cariocas como parte de um Estado

democrático de direito, benéfica aos moradores das favelas e parte de uma política permanente e consolidada.

Diante do quadro apresentado, portanto, é possível afirmar que, ao longo dos pouco mais de oito anos em que as UPPs fazem parte da política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* é um ator importante para a sua legitimação e também para as consequências desta, no sentido de que justifica, para o seu grande público, os efeitos adversos resultantes da política implementada, de que reivindica ainda mais repressão contra a população pobre, negra e marginalizada e de que privilegia declarações dos atores sociais do Estado. Deste modo, o periódico contribui decisivamente para a utilização de medidas punitivas, repressivas, autoritárias e discricionárias, como o encarceramento em massa, a tortura e a morte de jovens negros e pobres, o cerceamento do direito de ir e vir e as remoções de moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro, ainda que publicamente se posicione de maneira contrária a algumas dessas práticas.

A que este trabalho se propôs foi, em maior grau, apresentar um diagnóstico do cenário descrito, e não exatamente apontar soluções a ele. Acreditamos que a observação quanto ao agendamento e ao enquadramento da produção jornalística é fundamental para a sua análise crítica. Da mesma forma, é preciso estar atento ao papel dos *gatekeepers*, aqueles que filtram os eventos a serem noticiados e os transformarão em produtos jornalísticos a serem agendados e enquadrados de acordo com a sua conveniência, a partir de critérios pouco claros e nem sempre em consonância com o interesse público. Muitas vezes, no sentido oposto: ao observarmos a concentração dos grandes meios de comunicação brasileiros em poder de poucas famílias, é possível supor que os interesses que historicamente regem as forças policiais contra a população mais pobre deste país, com o objetivo de conservar a ordem social inalterada, são os mesmos que norteiam as grandes empresas de comunicação em todo o território nacional.

Ainda que não seja a proposta desta pesquisa, se fosse possível sugerir encaminhamentos para trabalhos futuros e apontar rumos diferentes daqueles aqui apresentados, talvez possamos indicar a observação desses três aspectos – agendamento, enquadramento e o papel dos *gatekeepers* – e a superação da forma como hoje são realizados nos veículos da mídia tradicional, como tentativa para a construção de algo novo. Por meio das mídias comunitárias, redes sociais e outros espaços, talvez fosse preciso subverter as velhas fórmulas, tão largamente disseminadas. Para isso, seria necessário abrir mão da mediação e falar por vozes próprias, a partir de uma agenda própria e pontos de vista próprios.

POSFÁCIO: UM RELATO PESSOAL

Eu tenho medo e medo está por fora
 O medo anda por dentro do teu coração
 Eu tenho medo de que chegue a hora
 Em que eu precise entrar no avião

Eu tenho medo de abrir a porta
 Que dá pro sertão da minha solidão
 Apertar o botão: cidade morta
 Placa torta indicando a contramão
 Faca de ponta e meu punhal que corta
 E o fantasma escondido no porão

Medo, medo, medo, medo, medo, medo

Belchior

Peço antecipadamente desculpas caso aborreça o estimado leitor com este desfecho um tanto quanto narcisista. No entanto, resolvi escrevê-lo e expor algumas feridas e episódios de minha vida por, conforme já dito anteriormente, considerar que talvez não seja possível dissociar os aspectos pessoais dos acadêmicos, que redundaram na confecção desta pesquisa. As questões que motivaram o início desta caminhada, a forma como foram abordados os principais aspectos e mesmo as conclusões alcançadas são fruto da formação pessoal, familiar, política, profissional, das experiências de vida, em suma, dos aspectos subjetivos que forjaram a existência deste pesquisador. Por esta razão, este trabalho talvez não possa ser classificado como objetivo, isento, imparcial. Obviamente, foram seguidos regamente os respectivos métodos e critérios acadêmicos, conforme já exposto, de modo a realizar as análises propostas sob o devido rigor necessário para tanto. No entanto, acredito que a maior riqueza deste trabalho seja justamente o fato de ele ter sido construído na singularidade de suas circunstâncias subjetivas, espaciais e temporais.

Chega ao fim aqui uma pesquisa realizada durante sete anos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Ao longo dos cursos de mestrado e doutorado, me dediquei a investigar o discurso midiático do jornal *O Globo* sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. Busquei a orientação de um professor de tendência foucaultiana, ainda que considerando as minhas convicções marxistas. Por isso, a ele agradeço a compreensão e a paciência. No entanto, se tinha alguma ideia de onde queria chegar, não tinha exatamente a clareza do lugar de onde havia saído e não fazia a menor ideia do quanto essa descoberta seria

importante. E, somente agora, após compreender as razões que me levaram a iniciar esta caminhada, é que posso perceber todo o sentido desta trajetória.

Sou neto de avós paternos, oriundos do noroeste fluminense, que chegaram ao Rio de Janeiro em meados da década de 1950, à procura de trabalho. De parte materna, minha avó também é uma migrante do norte fluminense, e meu avô era filho de militar e faria carreira acadêmica como engenheiro, físico, astrônomo e geofísico. A ele devo tanto, mas, para o que aqui importa, devo-lhe todo o meu interesse pela Ciência, pela Literatura e pela História. Meus pais são servidores públicos estaduais aposentados da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A eles também dedico todo o esforço de realização deste trabalho.

Penso que os primeiros questionamentos que levaram ao início desta pesquisa surgiram a partir de uma tragédia pessoal familiar, quando, em 1998, perdi minha querida irmã Paula, com apenas 16 anos. A ela dedico todo o meu amor e agradeço por todas as oportunidades que a vida me ofereceu. As consequências desta perda acompanharão para sempre a nossa família. Contudo, talvez o importante aqui seja destacar de que forma foi possível transformar tanta dor em força para trilhar um novo caminho. Naquele momento surgiram as questões que nortearam desde o princípio este trabalho: como é possível viver em segurança? Como podemos nos proteger dos riscos que a vida nos impõe? Como evitar o medo e o sofrimento causados pela dor da perda de um ente querido?

Em 2002, aos 23 anos, saí pela primeira vez de casa em busca dessas respostas. Coincidentemente, ou não, minha viagem, ao estilo *mochilão*, foi custeada por um prêmio ganho em um sorteio de uma empresa de seguros. No ano seguinte, encorajado por essa experiência, tomei a iniciativa de finalmente sair de casa, me mudar de estado, viver pela primeira vez longe de minha família e amigos e trabalhar para conquistar o próprio sustento. Em seguida, passei uma temporada no exterior, vivendo sob uma temperatura nunca antes experimentada, dormindo sobre um colchão repleto de *bed bugs*, trabalhando como *cleaner*, limpando banheiros e recolhendo lixo para custear as despesas e desenvolver conhecimento na língua inglesa. Desta experiência, trago o aprendizado da *instabilidade*: viver pela primeira vez em um lugar pouco acolhedor e regido por códigos, língua e hábitos não familiares.

Já em 2007, de volta ao Rio de Janeiro, precisei procurar um novo emprego para pagar as contas de um apartamento de 30 metros quadrados na Urca, para onde havia me mudado em meu regresso à cidade. Durante pouco mais de meio ano, passei por inúmeros trabalhos sem vínculo empregatício, chegando a ficar por cerca de três meses sem receber qualquer remuneração. Ao longo deste tempo, trabalhava durante o dia e estudava à noite, como forma

de preparação para concursos públicos em busca da tão sonhada *estabilidade*. Até que, em meados de 2008, ela veio: fui aprovado no certame para o cargo de jornalista do quadro técnico-administrativo da UFRJ.

A origem familiar, a influência de meu avô materno, a proximidade com o meio acadêmico e, obviamente, a possibilidade de progressão na carreira me estimularam a continuar os estudos, desta vez, como pesquisador de Comunicação Social. Agradeço aos amigos Márcio Castilho, Antônio Carlos Moreira, Rodrigo Ricardo, Coryntho Baldez e Fernando Pedro Lopes, que conheci na Coordenadoria de Comunicação da UFRJ, e que me estimularam a ingressar em um dos programas de pós-graduação mais concorridos do país, mas também aos mestres Paulo Vaz e Eduardo Granja Coutinho, que me acolheram e abriram as portas da Escola de Comunicação para este então púbere pesquisador.

Obviamente, não pode deixar de ser dito que, muito embora não tenha tido uma origem familiar abastada, jamais me faltou o apoio familiar, tanto emocional quanto financeiro, para buscar e alcançar todas essas realizações. Fazer parte de um grupo socioeconômico, étnico-racial e de gênero dominante, infelizmente, ainda hoje, pode ser determinante não apenas para a obtenção das metas sociais almejadas pela maior parte da população, mas, muitas vezes também, para o simples direito à vida e à liberdade. No entanto, é facultado a cada indivíduo dar sentido à sua própria existência, questionar o mundo à sua volta ou locupletar-se dele.

Para investigar um objeto relacionado às favelas, precisei conhecer mais a fundo este território, compreender como vivem seus moradores, sua problemática, me envolver com ele. Nunca tive, contudo, a pretensão de ser um “local”, muito menos um especialista. Àqueles que maldosamente me chamavam de favelólogo, respondia: “Se quiser me reduzir a um estereótipo, então me chame de *globólogo*”. Mas foi na universidade, atuando como coordenador do curso de extensão “Mídia, Violência e Direitos Humanos”, já durante o curso de doutorado, em 2013, que pude estabelecer vínculos mais profundos, fazer amizades e trocar experiências com moradores, líderes comunitários, comunicadores populares e demais profissionais com atuações nas favelas. Agradeço esta oportunidade principalmente aos professores Mariléa Venâncio Porfírio, Vantuil Pereira e Maria Celeste Marques, que me abriram as portas do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH). Naquela experiência, aprendi a importância do exercício da escuta, com a atividade da extensão universitária. De um curso, nos tornamos uma rede permanente de pesquisadores e profissionais interessados em refletir sobre esse universo tão vasto e complexo.

De 2010, ano de meu ingresso no curso de mestrado, até 2017, ano de conclusão deste trabalho, passaram-se sete anos. Mas penso que aqui se encerra um ciclo de, no mínimo, 15, desde o dia em que saí de casa pela primeira vez, mesmo sob o olhar aflito de meus pais, que acabavam de perder uma filha. Devo a eles a confiança que me depositaram, naquele momento. Acredito que, acima de tudo, esse foi também um processo de busca por autonomia, por autoconhecimento, pela conquista de liberdade de pensamento e de manifestação, ainda que isto não represente a crença em verdades fundamentais sobre a vida ou sobre qualquer outra coisa. Pelo contrário, talvez tenha sido, acima de tudo, a conquista da consciência sobre a importância do erro como forma de encontrar novos caminhos, da instabilidade como meio de emancipação e da casualidade como modo de interpretação dos fatos que a vida nos impõe. Mais uma vez, devo aos meus pais estas descobertas.

É preciso também que se diga que os últimos meses de confecção deste trabalho foram particularmente difíceis. Não apenas pela natureza solitária intrínseca ao que venha a ser qualquer processo de escrita, como também pela separação imposta por questões profissionais de minha companheira Patrícia, pessoa imprescindível em todos os momentos e em todos os sentidos possíveis. A ela agradeço todo o companheirismo e a lealdade. Como se não fosse suficiente, a atenção necessária para as reflexões aqui presentes foi sobremaneira abalada pelo grave momento político por que passa este país e que, desde abril de 2016, influenciou em diferentes graus e aspectos este trabalho.

Se um ciclo se encerra, um outro se inicia. O projeto de país em andamento, do grupo político que tomou o poder de assalto, propõe, entre outras coisas, o desmonte do Estado, atingindo em cheio as universidades e o serviço público em todos os seus níveis. Mais uma vez, nos deparamos com questionamentos quanto à incerteza, à instabilidade, à insegurança, ao medo, ao risco e à violência que podem resultar de todo esse processo. Este trabalho não se propõe a ser uma fórmula mágica para lidar com todas essas questões. No entanto, ele certamente é um resultado, uma resposta, um sintoma deste momento; uma possibilidade de mudança a partir de um ponto de vista singular. Mas apenas mais um dentre outros tantos possíveis.

REFERÊNCIAS

5 X PACIFICAÇÃO. Direção: Cadu Barcellos, Rodrigo Felha, Wagner Novais, Luciano Vidigal. Brasil, 2012.

A COPA chega ao fim. Faltam 754 dias para as Olimpíadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jul. 2014. Capa.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. (Estado de sítio).

ALMEIDA, Aline Gama de; NAJAR, Alberto Lopes. *Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada*. *Rua*, v. 1, n. 18, 2012. ISSN 1413-2109. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=127>>. Acesso em: 01 maio 2017.

ALMEIDA, Sebastião. O valor das casas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 2 dez. 2008. Cartas dos leitores.

ALMEIDA, Teresa Abreu. O valor das casas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 2 dez. 2008. Cartas dos leitores.

ALVES, Maria Elisa; GALDO, Rafael. As favelas que crescem dentro das favelas. Comunidades mantêm bolsões de pobreza extrema. Para especialistas, condições urbanas acentuam penúria. Os miseráveis. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jun. 2015.

ALVIM, Mariana. Censo nas favelas é controverso. In: VIVA FAVELA. Site. Disponível em: <<http://vivafavela.com.br/449-censo-nas-favelas-e-controverso/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu filho!:* homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em <<https://anistia.org.br/?no-high>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

ANJ. Associação Nacional de Jornais. Site. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ARAÚJO, Vera. Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 28 nov. 2008.

_____. Infância interrompida. PM faz mea-culpa. Soldado de UPP diz que, pela sua localização na hora do tiroteio, pode ter matado o menino. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 8 abr. 2015a. Editoria Rio.

_____. Cortando na própria carne. Afastamento sumário. PM ordena rigor nas apurações de desvios em UPPs para se reaproximar de moradores. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 27 abr. 2015b. Editoria Rio.

_____. Segurança no fio da navalha. Cortes podem afetar serviço 190, novas UPPs e até o policiamento. Cofre vazio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 fev. 2016. Editoria Rio.

ARBEX, JR., José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. 4. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

A SENHORA liberdade abriu as asas sobre nós. População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem sequer um inocente ferido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 nov. 2010. Suplemento A guerra do Rio.

A SERVIÇO do tráfico. Grupo depreda veículo da PM na Rocinha e agride policial para tentar desestabilizar UPP. Obstáculos à pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 12 mar. 2014. Editoria Rio.

AS UPPS também recebem investimentos por parte de outras fontes não governamentais por meio de parcerias firmadas com entidades da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, entidades do terceiro setor e da iniciativa privada. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/parceiro>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BACELAR, Carina. Urbanização adiada. Esperança desacelerada. Promessa do PAC-2 de investir R\$ 2,9 bi para mudar vida de 5 comunidades não se cumpriu. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 21 mar. 2016. Editoria Rio.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BALBI, A.; COSTA, A. C.; DAMASCENO, N. Polícia mata megatraficante. Roupinol é baleado no São Carlos, mas comércio de Macaé é que fecha em luto forçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 23 mar. 2010. Editoria Rio.

BANDIDOS atacam PMs na Rocinha. Policiais trocam tiros com traficantes no alto da favela, mas ninguém fica ferido. Obstáculos à paz. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 15 mar. 2014. Editoria Rio.

BANDO ataca UPP no Alemão e mata PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 3 fev. 2014. Editoria Rio.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BARREIRA, Gabriel. 'Investimento na polícia é quase zero', diz Beltrame após corte de gastos. Gastos ficam restritos à folha de pagamento e ao custeio da máquina. Secretaria de Segurança (Seseg) teve cerca de 35% do orçamento cortado. *GI*, Rio de Janeiro, 21 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/investimento-na-policia-e-quase-zero-diz-beltrame-apos-cortes-de-gastos.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. Veredas do direito*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 25-31, jul.-dez. 2005.

_____. O Alemão é muito mais complexo. In: _____ (Org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKETT, Katherine. *Making crime pay: law and order in contemporary american politics*. Oxford: Oxford University, 1997.

BELTRAME VISITA Dona Marta após tiroteio. Secretário conversa com moradores e PMs e toma até chimarrão em laje. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 1 jun. 2015. Editoria Rio.

BERTOLUCCI, Rodrigo. Vendedores de biscoito Globo e mate são reconhecidos com a Medalha 1º de Março. Luiz Soares da Silva e Isaías dos Santos estão entre os mais antigos ambulantes das areias de Copacabana. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/vendedores-de-biscoito-globo-mate-sao-reconhecidos-com-medalha-1-de-marco-15666703?topico=rio-450>>. Acesso em: 1 maio 2017.

BETIM, Felipe. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio. Moradores resistem a deixar a Vila Autódromo, comunidade ao lado do Parque Olímpico. Milhares de pessoas deixaram suas casas devido à organização do megaevento. *El País*, Rio de Janeiro, 5 ago. 2015. Olimpíadas Rio 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BOTTARI, Elenilce. Polícia expulsa sete dos 12 condenados no caso Amarildo. Outros cinco PMs respondem a processos disciplinares. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 26 fev. 2016. Editoria Rio.

BOTTARI, Elenilce; BOERE, Natália. Policial é responsável por uma em cada cinco mortes. Relatório da Human Rights Watch cita casos de 'execução extrajudicial'. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 8 jul. 2016. Editoria Rio.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Helena Nagime. Enunciação e construção do sentido. In FÍGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e análise do discurso*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.663 de 5 de junho de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRISO, Caio Barreto. Sem parte do plano inclinado, subir o Dona Marta vira suplício. Idosos são os mais afetados pela paralisação de um trecho do serviço. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 29 ago. 2015. Editoria Rio.

CÂNDIDA, Simone. Prefeitura vai investir R\$ 7,3 milhões em obras de dez UPPs. Projeto de reforma e construção seria feito, inicialmente, por empresa de Eike. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 abr. 2014. Editoria Rio.

CAPITÃO é primeiro comandante de UPP morto por traficantes. Oficial chefiava unidade de Nova Brasília, no Complexo do Alemão. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 25, 12 set. 2014. Editoria Rio.

CARDOSO, M. *Como morre um modelo de policiamento comunitário: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho*. 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARPENTER, Laís. Mãe de Eduardo: ‘Reencontrei o PM que matou o meu filho’. Segundo Therezinha, policial participou da reconstituição do crime no Complexo do Alemão. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 28, 19 abr. 2015. Editoria Rio.

CARVALHO, Ludmila de. População de praia. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 30 nov. 2008. Cartas dos leitores.

CASO Eduardo: MP rejeita inquérito e denuncia PM. Promotor encontra divergências na investigação sobre a morte do menino. Delegado havia inocentado policial. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 19 nov. 2015. Editoria Rio.

CASSIANO, Ricardo. Programa Lixo Zero completa quatro meses de atuação. In: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Site. Rio de Janeiro, 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4518822>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CASTRO, Carolina de Oliveira. A vez do morro. De Ipanema ao alto do Santa Marta. Jogadores da Holanda visitam comunidade em Botafogo, caminham por vielas, batem bola com crianças, elogiam a paisagem e ficam impressionados com a pobreza. Policiais acompanham o passeio de perto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 2 jul. 2014. Copa 2014.

CAVALÃO. Direção: Sandra Kogut. Brasil, 2007. Disponível em: <<https://vimeo.com/24840816>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CEROLIM, Filipe. Visual digno de um brinde. Trilha do Morro Dois Irmãos promete marcar o verão, que parece ter chegado mais cedo, no fim de semana. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 21 dez. 2015. Editoria Rio.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001. (Coleção Polícia amanhã. Textos fundamentais de Polícia).

CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da Violência 2016*. Nota técnica n. 17. Brasília: Ipea/FBSP, mar. 2016. Disponível em:

<http://infogbucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/03/22/atlas_da_violencia_2016.pdf>. Acesso em 3 mar. 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil, 2002.

CLARKE, Felicity. Transcarioca: irregularidades e remoções em obras olímpicas. *Rioonwatch relatos das favelas cariocas*, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=4018>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

COMANDANTE de UPP foi morto por soldado. Policial da própria equipe fez o disparo por engano, ao ser atacado no Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 out. 2015. Editoria Rio.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Figuring crime: quantifacts and the production of the un/real*. *Public Culture*, n. 18, p. 209-246, 2006.

CONFRONTO no São Carlos deixa um PM ferido. Morro fica próximo às favelas onde houve guerra de facções no fim de semana. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 13 maio 2015. Editoria Rio.

CONHEÇA o BRT. Rio de Janeiro, ago. 2016. In: BRT RIO. Site. Disponível em: <<http://www.brtrio.com/conheca>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, A.C. Beltrame diz que toda a região do maciço da Tijuca ganhará UPP até fim do ano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-diz-que-toda-regiao-do-macico-da-tijuca-ganhara-upp-ate-fim-do-ano-2963535#ixzz1khHmkajx>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Dona Marta ganha reforço após ataque. Governador Pezão diz que não haverá recuo na política de pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 30 maio 2015. Editoria Rio.

_____. Tiroteio em favelas fechou avenidas por 5 horas. Carros da polícia e de moradores, além de casas, ficam crivadas de balas. Uma mulher teria participado do ataque. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 28 nov. 2008a.

_____. Tiroteio: troca de tiros entre bandidos e policiais no Dona Marta leva pânico a moradores. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 27 maio 2008b. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/troca-de-tiros-entre-bandidos-policiais-no-dona-marta-leva-panico-moradores-517038.html>>. Acesso em: 1 maio 2017.

_____. Com pratos fartos e preços convidativos, bares de comunidades com UPP querem atrair turistas. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 9 out. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/riolegal/mat/2010/10/09/com-pratos-fartos-precos-convidativos-bares-de-comunidades-com-upp-querem-atrair-turistas-922756117.asp>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. Operação encontra armas atrás de parede falsa na Mineira e casa com hidromassagem no São Carlos. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 1 nov. 2011. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/operacao-encontra-armas-atras-de-parede-falsa-na-mineira-casa-com-hidromassagem-no-sao-carlos-3011844>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

_____. Guerra do tráfico na Maré fecha Avenida Brasil. Militares usam tanque para proteger pedestres na via. Secretaria investiga se ações têm motivação política. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 2 out. 2014. Editoria Rio.

COSTA, Ana Cláudia; TEIXEIRA, Fábio. Comandante morto. Luta por rigor para os assassinos de policiais. Morte de oficial de UPP do Alemão reacende movimento por uma legislação mais dura. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 13 set. 2014. Editoria Rio.

COSTA, Célia. O ovo da serpente. Morte de PM: a dor da perda e da indiferença. Parentes da soldado Alda lembram seus sonhos e lamentam falta de indignação da sociedade com o crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 fev. 2014. Editoria Rio.

COSTA, J.; MAGALHÃES, L. E.; SCHMIDT, S. Remoções salvaram a paisagem da Lagoa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 abr. 2009.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Edward Rocha de. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro?. *Empório do Direito*, 6 mar. 2015. Disponível em: <<http://emporiiododireito.com.br/teoria-das-janelas-quebradas-e-se-a-pedra-vem-de-dentro-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho-e-edward-rocha-de-carvalho/>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antônio da Silva. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização da favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 371-401, jul./ago./set. 2011.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DECLARADA a morte presumida de Amarildo. Com decisão da Justiça, família pode receber pensão e indenização. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 11, 5 fev. 2014. Editoria Rio.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 20 jan. 1966.

ECONOMIA, eventos e UPPs reinventam os bairros do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 out. 2013. Capa.

EM 2014, 114 policiais foram mortos no RJ, de acordo com sindicato. Nesta quarta-feira (17), mais um PM foi morto na capital. Maioria das mortes acontece nos dias de folga. G1 Rio, Rio de Janeiro, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/em-2014-114-policiais-foram-mortos-no-rj-de-acordo-com-sindicato.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

EM ÁREA de preservação ambiental, campo olímpico gera polêmica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 abr. 2016. Rio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1759324-em-area-de->

[preservacao-ambiental-campo-de-golfe-olimpico-gera-polemica.shtml](#)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

EMOP. EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Censo domiciliar*: Complexo do Alemão, Rio de Janeiro-RJ. Relatório final. Rio de Janeiro: Emop, 2010. Disponível em: <<http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/CENSO-DOMICILIAR-ALEMAO.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Brasil, 2007. 89 min.

ESCOSSIA, Fernanda da. Livreteria. Livros e sonhos sobre três rodas. Dupla tenta estimular leitura entre jovens no Complexo do S. Carlos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 16 dez. 2014. Editoria Rio.

ESTADO paga até 100 mil por imóvel em favela do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 dez. 2008.

EXEMPLAR. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 13 set. 2014. Editoria Rio. Opinião.

EX-SECRETÁRIO é assassinado. Morto a tiro o coronel Nazareth Cerqueira, que enfrentou a banda podre na PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3. ed., p. 10, 15 set. 1999.

FIELD, Repper. UPP e a paz armada: vejo além da UPP. *Polifonia Periférica*, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.polifoniaperiferica.com.br/2011/11/upp-e-a-paz-armada-veja-alem-da-upp/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

FÍGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e análise do discurso*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

FISHMAN, Mark. Crime waves as ideology. *Social Problems*, v. 25, n. 5, p. 531-543, June 1978.

FLAUZINO, André. O valor das casas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 2 dez. 2008. Cartas dos leitores.

‘FOGO amigo’ teria matado comandante de UPP. Tiro de PM pode ter atingido capitão, diz revista. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 25 jan. 2015. Editoria Rio.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. Ed. revista e atualizada. São Paulo: Publifolha, 2007.

FORTUAN, Maria. Vendedores de mate em galão agora são sinônimo de carioquice em festas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 jun. 2015. Segundo Caderno. Coluna Gente Boa. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/vendedores-de-mate-em-galao-agora-sao-sinonimo-de-carioquice-em-festas.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRANÇA, Renan. Operação em Santa Teresa terminou com um morto e um ferido. Policiais buscavam suspeitos de balear delegado; no Dona Marta houve tiroteio em duas madrugadas seguidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 6 mar. 2016. Editoria Rio.

GAMSON, William A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, July 1989.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOULART, G. Unidade de Polícia Pacificadora do Borel deverá beneficiar 20 mil pessoas de favelas da região. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 26 abr. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/unidade-de-policia-pacificadora-do-borel-devera-beneficiar-20-mil-pessoas-de-favelas-da-regiao-3018257#ixzz1kgrZcoti>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Missão do Bope agora é conquistar os moradores de morros da Tijuca. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/missao-do-bope-agora-conquistar-os-moradores-de-morros-da-tijuca-3015416#ixzz1kh1e4BoN>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

GOULART, Gustavo; ARAÚJO, Vera. Menino morre em novo tiroteio no Alemão. Confronto entre PMs e traficantes ocorreu depois que UPP do morro foi depredada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 abr. 2015. Editoria Rio.

GOULART, Gustavo; DUTRA, Marcelo; ARAÚJO, Vera. Denúncias contra policiais serão investigadas. Ouvidoria será criada hoje para receber as queixas de moradores; pastor diz que teve R\$ 31 mil roubados. A guerra do Rio. *O Globo*. Editoria Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2010. p.24.

GRANDELLE, Renato. Medo de subir o morro. Lá vão os turistas descendo a ladeira. Número de visitantes em favelas caiu até 90% nos Jogos, em comparação com Copa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 ago. 2016. Editoria Rio.

HALL, S. et al. The social production of news: mugging in the media. In: _____. *Policing the crisis: mugging, the State, and law and order*. London: MacMillan Press Ltd., 1978.

HAMNETT, Chris. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, n. 2, p. 173-189, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/622612?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 17 fev. 2017.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012. Traduzido do original em inglês por Jair Pinheiro.

HEALY, Meg; MASTRIG, Jody van. Crise política nacional ameaça obras de urbanização essenciais na Rocinha. *Rioonwatch Relatos das Favelas Cariocas*, 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=20224>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

HERINGER, Carolina. Justiça determina pagamento de pensão para viúva de Amarildo. Parentes de ajudante de pedreiro também terão direito a tratamento psicológico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 26 nov. 2014. Editoria Rio.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In: HOHLFELDT *et al.* (Org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: representação e resistência numa cidade do século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, maio/ago. 2011.

JANSEN, Thiago; MATSUURA, Sérgio. Rede social e policial. Seu post o condenará. Autoridades recorrem a controverso cruzamento de dados para vigiar suspeitos e ‘prevenir’ crimes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 23, 4 nov. 2014. Sociedade.

JUSTIÇA CONDENA grupo de policiais militares envolvido na morte de Amarildo. Pelo menos oito PMs vão cumprir penas; a maior chegará a 13 anos e sete meses de prisão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 1 fev. 2016. Editoria Rio.

LADRÃO é capturado, amarrado e espancado. Grupo tentou linchar bandido, solto há 35 dias, que atacou mulher na Zona Oeste. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 12, 10 jul. 2015.

LAPAGESSE, Gabriela. Festa na Rua da Carioca teve até guerra de bolo. Evento, que reuniu cariocas e turistas, contou com orquestra e samba. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 2 mar. 2015a.

_____. Na primeira homenagem aos 450 anos da cidade, Eduardo Paes exalta ‘estado civilizatório carioca’. Prefeito recebeu a chave da cidade das mãos de ator que interpreta Estácio de Sá. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 1 mar. 2015b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/rio-450/na-primeira-homenagem-aos-450-anos-da-cidade-eduardo-paes-exalta-estado-civilizatorio-carioca-15471022?topico=rio-450>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Entre aspas: Jornal Nacional. *Observatório da Imprensa*, n. 358, 6 dez. 2005. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/laurindo_lalo_leal_filho/>. Acesso em: 2 fev. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Ludmila de; ALVES, Maria Elisa. Violência. Mais mortes nas áreas com UPPs. Total de casos sobe 55%, e estado culpa volta às favelas de traficantes que estavam presos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 nov. 2015. Editoria Rio.

LIMA, Maria. Senado aprova pena mais severa para homicídio de policiais. Lei, que depende de sanção da Presidência, torna crime hediondo o assassinato de agentes de segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 12 jun. 2015. Editoria Rio.

LISBOA, Vinícius. Jornal francês denuncia possível compra de votos para o Rio sediar Olimpíada. *Agência Brasil*, 3 mar. 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/jornal-frances-denuncia-possivel-compra-de-votos-para-rio-sediar-olimpiadas>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

LO-BIANCO, Alessandro; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Um pacote de obras de cerca de R\$ 3 bilhões em favelas da cidade. Foco será saneamento, mas também estão previstos centros de cultura e capacitação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 de novembro de 2014. Editoria Rio.

MADAME Satã. Direção: Karin Aïnouz. Brasil, 2002. 115 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jiuzETOkTFQ>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto; ALVES, Maria Elisa. Novo panorama urbano. A ascensão das favelas. Com IDH médio ou alto, comunidades da cidade deixam de ser redutos de miséria. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 dez. 2014. Editoria Rio.

MARCOLINI, Bárbara. Exposição. Olhar maravilhoso das crianças. Cotidianos de 12 favelas cariocas formam as 200 imagens da mostra criada pela fotojornalista japonesa Hikaru Nagatake, em cartaz no Museu da República. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 9 mar. 2015. Editoria Rio.

MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. *Princípios editoriais do Grupo Globo*. Rio de Janeiro, 6 ago. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em 2 mar. 2017.

MARIZ, Renata. Dilma sanciona lei que torna assassinato de policiais crime hediondo. Nova regra, publicada nesta terça-feira, no Diário Oficial da União, abriga também parentes de autoridades. *O Globo Online*, 7 jul. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-sanciona-lei-que-torna-assassinato-de-policiais-crime-hediondo-1-16685225>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MARX, Karl. *O capital*. Ed. resumida. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MATHEUS, Leticia Cantarela. *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media: the public opinion. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação E-compós*, Brasília, v. 19, n. 1, jan./abr. 2016. E-ISSN 1808-2599.

MENASCE, Márcio. Estado terá que pagar R\$ 3,8 milhões à família de Amarildo. Além da indenização, parentes têm direito a pensão do governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 11 jun. 2016. Editoria Rio.

MENDONÇA, Alba Valéria. Vendedores de mate na praia agora são patrimônio do Rio, diz Paes. Eles terão alvará e passam a ser 'Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade'. Venda de bebida em galão foi proibida em 2009, mas população reclamou. *Portal G1*, 4 mar. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/vendedores-de-mate-na-praia-agora-sao-patrimonio-do-rio-diz-paes.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

MENINO de 11 anos baleado em ataque na Cidade de Deus é enterrado. Irmã do garoto morto na ação diz que ele era inocente e foi confundido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 26 dez. 2015. Editoria Rio.

MENINO de 12 anos é morto na Cidade de Deus. Traficantes e PMs trocavam tiros. Na Rocinha e no Alemão, patrulhamento foi reforçado. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 13, 16 jun. 2014. Editoria Rio.

MERTON, Robert. Estrutura social e anomia. In: _____. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Brasília, jun. 2015. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

MINORITY report. Direção: Steven Spielberg. EUA, 2002. 265 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KdT2mA17P8M>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPPs: um breve balanço. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 675-700, jul./ago./set. 2014.

MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 12-16, 2002.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MORTE de mulher desencadeia dia de violência na Cidade de Deus. Traficantes atacam PMs, montam barricadas e fecham comércio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 3 jun. 2016. Editoria Rio.

MORTE no Alemão: PM não aparece para depor. Suspeito de atirar no menino Eduardo era esperado na Divisão de Homicídios. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 10 abr. 2015. Editoria Rio.

MORTES no Alemão: suspeitas contra PMs aumentam. Investigadores fazem reconstituição de três casos no conjunto de favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 18 abr. 2015. Editoria Rio.

MOSCIARO, Mayra Ribeiro. *Gentrificação na Lapa?: um estudo sobre mudanças na área central do Rio de Janeiro*. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MUDANÇA de hábito de torcida será discutida com clubes, diz gestor do Maracanã. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/07/1309600-mudanca-de-habito-de-torcida-sera-discutida-com-clubes-diz-gestor-do-maracana.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

NASCIMENTO, Christina. BRT remove 194 famílias sem necessidade. Famílias na Zona Oeste optaram por indenização ou por condomínio Minha Casa, minha vida. *O Dia*, 14 abr. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-14/brt-remove-194-familias-do-recreio-sem-necessidade.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

NASCIMENTO, Rafael. Jovens de classe média são presos por vender drogas num apartamento em Botafogo. Além de entorpecentes, foram apreendidas pistola e réplicas de arma. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2016a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/jovens-sao-presos-por-vender-drogas-num-apartamento-de-botafogo-20023420>>. Acesso em: 1 maio 2017.

NASCIMENTO, Rafael. Bala perdida mata adolescente no Estácio. Mãe de adolescente de 14 anos, que vivia no Morro de São Carlos, culpa a PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 23 jul. 2016b. Editoria Rio.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

NITAHARA, Akemi. Comitê critica reforma do Maracanã e remoção de famílias no período da Copa. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 29 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/comite-critica-reforma-do-maracana-e-remocao-de-familias-no-periodo-da-copa>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

NOVO retrato da metrópole: bons ventos da economia no estado atraem novos moradores e mudam a cara dos bairros. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 27 out. 2013. Editoria Rio.

NUNES, Marcos. Polícia investiga morte de jovem no Borel. Parentes dizem que PMs atiraram ao confundir saco de pipoca com droga. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 jul. 2016. Editoria Rio.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS *et al.* *Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2007/09/Relatorio_Relator_UNU_2007.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

O LEGADO positivo do secretário Beltrame. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 12 out. 2016. Opinião.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. *Complexo do Alemão*: relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo do Alemão.

Caderno de resultados. Rio de Janeiro, [2010?]. Disponível em:

<<http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/PDS-ALEMAO.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PAES diz que obras da Prefeitura em UPPs são um ‘favor’. Reforma de oito bases está atrasada, mas promessa é terminar este mês. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 9 abr. 2015. Editoria Rio.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *Cidade dos Artistas*: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PEREIRA, Pedro. *Segurança para quem?*: o discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade*: favelas e política no Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PM AVANÇA para ocupar o bunker do tráfico na Penha. Operações em 30 favelas resultaram em 18 mortos só ontem; Cabral pede apoio à Marinha. *O Globo*, p. 1, Rio de Janeiro, 25 nov. 2010. Capa.

PM É FERIDO durante tiroteio na Rocinha. Após dois confrontos num mesmo dia, favela ganha reforço no policiamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 33, 15 jun. 2014. Editoria Rio.

PM ENCONTRA drogas e cerca de mil balas no Dona Marta. Setor de Inteligência de UPP realizou operação na comunidade um dia após a morte de suspeito. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 7 mar. 2016. Editoria Rio.

O DIA D da guerra contra o tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 nov. 2010.

OS GUERREIROS do Alemão. Policiais superam dificuldades e demonstram orgulho após conquista. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 29 nov. 2010. A guerra do Rio.

POLÍCIA CONCLUIU que tiro que matou DG, do ‘Esquentá’, foi disparado por PM. Dançarino foi encontrado morto em favela da Zona Sul em abril de 2014. Policial terá prisão pedida; outros seis PMs também serão indiciados. *GI*, Rio de Janeiro, 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-conclui-que-tiro-que-matou-dg-do-esquentas-foi-dado-por-pm.html>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

POLÍCIA FAZ operação no Complexo de São Carlos para instalação de Unidades de Polícia Pacificadora. *O Globo Online*, Rio de Janeiro, 6 fev. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-faz-operacao-no-complexo-de-sao-carlos-para-instalacao-de-unidades-de-policia-2826825#ixzz1j3hgguSq>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

POLICIAL acusado de envolvimento no caso Amarildo morre de infarto. Sábado passado, um outro PM que atuou na UPP da Rocinha foi executado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 14 mar. 2015. Editoria Rio.

POLÍCIA NÃO VÊ relação entre PM morto e caso Amarildo. Soldado que trabalhou na UPP da Rocinha havia desmentido colegas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 11 mar. 2015. Editoria Rio.

PONTES, Felipe. Resolução determina fim dos autos de resistência em registros policiais. Agência Brasil, Brasília, 4 jan. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/resolucao-determina-fim-dos-autos-de-resistencia-em-registros-policiais>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

PORTO MARAVILHA. Site. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

PREFEITO eleito condena o desrespeito à lei. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 26 nov. 2008. Editoria Rio.

PREFEITURA do Rio admite que avanço de operação é modesto. “Choque de ordem”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 fev. 2009. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0302200928.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Site. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/home;jsessionid=A9AC82C40F30CD9E56D083B03F662806.liferay-inst5>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*: nova edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAINER, Robert. *Law and order: an honest citizen's guide to crime and control*. Cambridge: Polity Press, 2007.

RAMALHO, S. Policiamento em favelas: história de um fracasso. Números mostram que modelo adotado não deu certo: falta de recursos condena PMS à ineficiência ou à cumplicidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 16 nov. 2008a. Editoria Rio.

_____. Comandante do GPAE Cantagalo é exonerado. Unidade policial, instalada em morro de Ipanema, teve fraco desempenho, com apenas 2 apreensões em dez meses. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 19, 21 nov. 2008b. Editoria Rio.

_____. Tragédia na escola. O bicho papão chegou. Menino que dissera ao Globo temer a violência é morto em sala de aula por bala perdida. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 17 jul. 2010.

RAMALHO, Sérgio; ARAÚJO, Vera. Testemunhas do caso Amarildo também estão desaparecidas. Hoje faz dois anos que o pedreiro foi torturado e morto na UPP da Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 jul. 2015. Editoria Rio.

_____. Sob fogo cerrado. A reação ao tráfico. Polícias Civil e Militar fazem força-tarefa e megaoperação em resposta a ataques a UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 4 fev. 2014. Editoria Rio.

RIO+SOCIAL. Site. Disponível em: <<http://www.riomaisocial.org/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

RIO como vamos: medo de arrastão aumentou: em pesquisa, 1.417 pessoas afirmam que assaltos são o maior problema das praias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 12, 29 set. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 45.146 de 5 de fevereiro de 2015. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 41, n. 23, 6 fev. 2015a. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/85824270/doerj-poder-executivo-06-02-2015-pg-1/pdfView>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 45.186 de 17 de março de 2015b. Regulamenta o Programa de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro e determina outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 41, n. 047, 18 mar. 2015b.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei complementar n. 102, de 23 de novembro de 2009. *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, 24 nov. 2009. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC102_-_23112009_-_CDURP.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

ROBERTO JÚNIOR, Paulo *et al.* O medo se espalha. Dois ônibus são queimados na região central da cidade, onde guerra do tráfico já matou 12. Rotina de confrontos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 16 maio 2015. Editoria Rio.

SALLES, Marcelo. A chacina do Complexo do Alemão. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 36, ago. 2007. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-36/256-a-chacina-do-complexo-do-alemao>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

SALLES, Stéfano. Com R\$ 1,6 bi, Rocinha é a favela que terá mais recursos do PAC 2. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 24 jul. 2014. Editoria Rio.

SANTA MARTA, duas semanas no morro. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil, 1987.

SANTHUZA, Martha; SCHMITT, Gustavo. Infância interrompida. Emoção e revolta no enterro de Eduardo. Mãe de menino disse ser capaz de reconhecer policial que atirou. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 abr. 2015. Editoria Rio.

SANTOS, Eladir. Eles eram do Morro São Carlos, agora são do CV ou do TC – uma discussão sobre Identidades. XIII Encontro de História Ahpuh-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Claudia dos. Shoppings de luxo, no lugar de comércio local: reforma urbana provoca deslocamento de minorias étnicas do centro para áreas do subúrbio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 24, 27 out. 2013. Editoria Rio.

SANTOS, Milton. As cidades mutiladas. In: LERNER, Julio (Org.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996/1997.

SCHMITT, Gustavo. Cidadania. Lugar de lixo é na lixeira. Comunidade Santa Marta reivindica melhoria na coleta e lança campanha para que as 12 toneladas de detritos produzidas por dia sejam jogadas nas caçambas da Comlurb. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 11 maio 2014.

_____. Morte de menino no Complexo do Alemão: Pezão diz que PM errou. Segundo governador, caso servirá de exemplo para melhorar treinamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 14 abr. 2015. Editoria Rio.

SERRA, Paola. Caso DG: PMs reagem à campanha. Policiais levam para redes sociais frase 'Eu não mereço ser assassinado'. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 30 abr. 2014. Editoria Rio.

SILVA, Bruno Marques. Polícia não é Exército: a trajetória do coronel Nazareth Cerqueira e a segurança pública no Rio de Janeiro (1983-1995). In: ANAIS DO ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15., 2012, São Gonçalo. ISBN 978-85-65957-00-7.

Disponível em

http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338298000_ARQUIVO_TextoBrunoMarquesSilvaANPUH2012.pdf. Última visualização em 1 maio 2017.

SIMON, Jonathan. *Governing through crime: how the war on crime transformed american democracy and created a culture of fear*. New York: Oxford University, 2009.

SODRÉ, Leonardo. Bando assalta 11 pessoas na Floresta da Tijuca. Grupo que fazia trilha teve roupas, dinheiro e equipamentos eletrônicos roubados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 14 ago. 2016. Editoria Rio

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TABAK, Bernardo. Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE. Segundo Censo 2010, há 69.161 habitantes no local. Associação de moradores afirma que há mais moradores na favela. *GI*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2011. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

TERKILDSEN, Nayda; SCHNELL, Frauke. How media frames moves public opinion: an analysis of women's movement. *Political Research Quarterly*, v. 50, n. 4, p. 879-900, Dec. 1997.

TIROTEIO na Rocinha assusta moradores. No fim de semana, três policiais de serviço em UPPs foram baleados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 nov. 2014. Editoria Rio.

TORRES, Ana Carolina. Adolescente é atingido por bala perdida dentro de sala de aula. Ferido na cabeça, aluno de escola na Cidade de Deus foi operado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 ago. 2014. Editoria Rio.

UMA FAVELA sem tráfico. Até quando? *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 2008.

UM NOVO desafio para UPPs. Após quase 10 anos, Beltrame, que implantou projeto inédito de pacificação, deixa o cargo. O fim de um ciclo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 12 out. 2016. Editoria Rio.

UNIDADES de ordem pública. In: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Site. Rio de Janeiro, [2015?]. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/unidades-de-ordem-publica>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>>. Acesso em: 5 mar. 2017a.

UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. *O que é?*. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>. Acesso em: 19 jan. 2017b.

UPP ALEMÃO. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Alem%C3%A3o>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

UPP BOREL. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Borel>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UPP CAJU. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Caju>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UPP CIDADE DE DEUS. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/localizacao/localizacao-interna/Cidade%20de%20Deus>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

UPP ROCINHA. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Rocinha>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

UPP SANTA MARTA. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Santa%20Marta>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

UPP SÃO CARLOS. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-sao-carlos/S%C3%A3o%20Carlos>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

UPPS DO RIO inspiram projeto de segurança pública do Maranhão. Foi criada, em São Luís, a Unidade de Segurança Comunitária (USC). [S.l.], 28 fev. 2013. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/upps-do-rio-inspiram-projeto-de-seguranca-publica-do-maranhao/cpp>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

UPP VIDIGAL. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Vidigal>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELLOS *et al.* Cidade em transe. Imóveis na Cruzada se valorizam em até 135%. Localização privilegiada de áreas da zona sul atrai compradores com maior poder aquisitivo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 23, 27 out. 2013, Editoria Rio.

VAZ, Paulo. Vítima virtual e mídia. In: VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E CONTROLE SOCIAL, 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUCPR, 2009. p. 51-69. ISSN 2175-9596.

VAZ, Paulo; BAHIENSE, Carla. Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 2011, Guarapuava. Guarapuava: Unicentro, 2011.

VAZ, Paulo; PEREIRA, Pedro. O sentido das UPPs: a cobertura de *O Globo* e as políticas de segurança pública. *E-Compós Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, v. 19, n. 1, jan./abr. 2016. E-ISSN: 1808-2599. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/download/1232/874>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 30, p. 71-80, ago. 2006.

VIOLÊNCIA: faces e máscaras. *ComCiência*, 10 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/vio03.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

WERNECK, Antônio. Dona Marta registra o primeiro confronto após criação de UPP. Traficantes armados atacaram PMs em unidade inaugurada em 2008. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 maio 2015. Editoria Rio.

WERNECK, Antônio; BACELAR, Carolina. Caso Eduardo: Justiça arquiva ação contra PM. Decisão da 2ª Câmara Criminal, por dois votos a um, revolta parentes de criança morta no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 30 nov. 2016. Editoria Rio.

WERNECK, A.; DAMASCENO, N.; AUTRAN, P. Dona Marta livre dos bandidos. Após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as 'bocas de fumo' estão fechadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 dez. 2008. Editoria Rio.

WERNECK, Antônio et al. Morte no Alemão: PM deve depor hoje. Divisão de Homicídios convoca suspeito e policiais de UPPs passarão por exames psicológicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 9 abr. 2015a. Editoria Rio.

WERNECK, Antônio et al. Morte no Alemão. Um erro fatal, nenhum culpado. Polícia conclui que PMs atiraram no menino de 10 anos, mas os inocenta por 'legítima defesa'. O Globo, Rio de Janeiro, p. 9, 4 nov. 2015b. Editoria Rio.

WERNECK, Antônio *et al.* Farsa descoberta. Vídeo feito por moradores mostra PMs alterando a cena do crime no Morro da Providência. Violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 30 set. 2015c. Editoria Rio.

WILLIAMSON, Theresa. A remoção lenta e sofrida da favela Metrô-Mangueira. *Rioonwatch relatos das favelas cariocas*, 8 maio 2012. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=3051>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken windows: the Police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, p. 29-38, Mar. 1982.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

**ANEXO A – RELAÇÃO DAS MATÉRIAS SOBRE AS UPPS NO
JORNAL *O GLOBO* (DE 18 DE JANEIRO DE 2014 A 21 DE AGOSTO DE 2016)**

1 – RODRIGUES, Cristiane Rosa. Comunidades conquistam pelo estômago. Do Leme a São Conrado, encontram-se opções deliciosas e baratas para saciar a fome de cariocas e turistas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 18 jan. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Rocinha, Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Ana Márcia Bahiana, moradora, Thiago Martins, morador, Luis Selva, morador, Hannah Nunes, turista, Rubens Zerbinato, empresário, José Carlos Bonfim, morador (6 não estatais).

Clivagens ideológicas: UPPA, EDD, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

2 – GOIS, Ancelmo. Coisa fina. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 18 jan. 2014. Editoria Rio. Coluna Ancelmo Gois.

UPP: Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: –

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

3 – GOULART, Gustavo. Zona Sul: moradores pedem reforço da PM em 8 bairros. Efetivo atual é de 350 policiais para 240 mil habitantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 24 jan. 2014. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O

Fontes: Instituto de Segurança Pública, vereadora Leila do Flamengo, tenente-coronel Alípio Bonfim, delegada Monique Vidal, coronel Cláudio Lima Freire (5 estatais); Ana, moradora Pavão-Pavãozinho (1 não estatal).

Clivagens ideológicas: UPPA; EDD, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

4 – AMORIM, Bruno; BARROS, Leonardo; SOARES, Rafael. Bandidos atacam sede e bases da UPP do Complexo do Alemão. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 14, 30 jan. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Felipe Curi, delegado da 45ª DP, capitão Bruno Leite, comandante UPP Alemão (2 estaduais); morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

5 – HOMEM ataca UPP do Alemão. Ele lançou coquetel e atingiu dois veículos no pátio da unidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 1 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: capitão Bruno Leite, comandante UPP Alemão (1 estatal)

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

6 – BANDO ataca UPP no Alemão e mata PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 3 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado André Leiras, DH, PM não identificado (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

7 – RAMALHO, Sérgio; ARAÚJO, Vera. Sob fogo cerrado. A reação ao tráfico. Polícias Civil e Militar fazem força-tarefa e megaoperação em resposta a ataques a UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 4 fev. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos, CDD.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Fernando Veloso, delegado da Polícia Civil, coronel Luís Castro, comandante-geral da PM (3 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

8 – ARAÚJO, Vera. ‘Que venha a Copa’, diz novo chefe de Polícia. Fernando Veloso assume prometendo operações em várias comunidades ‘por tempo indeterminado’. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 9, 4 fev. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Fernando Veloso, chefe de Polícia Civil (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime

9 – ROCINHA e Cidade de Deus: desafios comuns. Para Rio Como Vamos, ter mais escolas de ensino médio e reduzir mortalidade infantil são alguns deles. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 4 fev. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Cidade de Deus, Rocinha.

Pacote: PCC.

Fontes: ONG Rio Como Vamos, Maria do Socorro Brandão, moradora da Cidade de Deus, Marcos Braz, morador da Rocinha (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

10 – AMORIM, Bruno; RAMALHO, Sérgio. Operação da PM termina com seis mortos. Ação no Morro do Juramento, em Vicente de Carvalho, foi desencadeada em resposta a UPP. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: coronel Luiz Carlos Leal Gomes, comandante do 41º BPM, nota oficial da Polícia Militar (2 estatais).

Clivagens ideológicas: EPOL, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime

11 – DECLARADA a morte presumida de Amarildo. Com decisão da Justiça, família pode receber pensão e indenização. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 11, 5 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

12 – A NECESSÁRIA reação ao surto de violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 5 fev. 2014.

Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha, Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

13 – OTONI, Ana Clara. Você está na Barra. O conciliador. Titular da Delegacia da Rocinha aposta na integração. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 4, 6 fev. 2014. Barra.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Gabriel Ferrando, delegado (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

14 – TRÊS MORTOS no Juramento não tinham antecedentes. Polícia recolhe 19 fuzis de PMs que participaram da operação, para fazer exame balístico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 6 fev. 2014.. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Deoclécio de Assis, delegado, coronel Luiz Carlos Leal Gomes, comandante do 41º BPM (2 estatais); Leví Inimá Miranda, legista (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

15 – PATINAÇÃO no gelo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 6 fev. 2014. Barra.

UPP: CDD.

Pacote: ECF.

Fontes: soldado Pasche (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

16 – COSTA, Célio. O ovo da serpente. Morte de PM: a dor da perda e da indiferença. Parentes da soldado Alda lembram seus sonhos e lamentam falta de indignação da sociedade com o crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Maria Rosalina, mãe da vítima, José Júnior, AfroReggae, Aline, irmã da vítima (3 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

17 – O RISCO de se ampliar as UPPs antes da hora. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 9 fev. 2014.

Opinião.

UPPs: Alemão, São Carlos, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

18 – COSTA, Ana Cláudia; COSTA, Célia. Operação da Polícia Civil detém 16 no Complexo do Alemão. Dois deles teriam participado de ataque à UPP da comunidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 13 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Reginaldo Guilherme, delegado, coronel Luiz Carlos Leal Gomes, comandante do 41º BPM (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

19 – COSTA, Ana Cláudia; ONOFRE, Renato. Guerra do tráfico na Rocinha fecha o Túnel Zuzu Angel por duas horas. Comandante-geral das UPPs se fere ao buscar abrigo durante tiroteio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 17 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Polícia Militar (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

20 – BOTTARI, Elenilce. Beltrame: ataque na Rocinha foi afronta. Favela está com policiamento reforçado, mas efetivo pode crescer. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 18 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Sérgio Cabral (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

21 – GOIS, Ancelmo. Cadê o Amarildo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 19 fev. 2014. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: –.

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

22 – BOTTARI, Elenilce. Rocinha: polícia pede prisão de 5 suspeitos. Delegado diz já ter identificado bando que provocou tiroteio e pânico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 19 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Gabriel Ferrando, Polícia Militar, coronel Frederico Caldas (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

23 – ESPASMOS. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 19 fev. 2014. Editoria Rio. Opinião.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

24 – BOTTARI, Elenilce. Amarildo: Justiça começa hoje a ouvir testemunhas. São 25 PMs acusados no processo pela tortura e morte do ajudante de pedreiro na Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 20 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: depoimento de policial não identificado, soldado Rodrigo Avelar (2 estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

25 – BOTTARI, Elenilce. Delegado diz que ‘podem existir outros Amarildos’. Na primeira audiência no fórum, mulher de vítima afirma nutrir ‘profundo rancor’ por PMs acusados do crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 14, 21 fev. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: delegado Rivaldo Barbosa, delegada Ellen Souto (2 estatais); Elizabete Gomes de Souza (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

26 – BARROS, Leonardo. Polícia detém dois na Rocinha e na Cruzada. Durante a operação, foram apreendidos 10 quilos de maconha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 22 fev. 2014.. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Márcio Dubugras (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

27 – COSTA, Ana Cláudia. Operação contra o tráfico prende doze pessoas. A partir de Bangu 3, quadrilha levava drogas do Rio para Teresópolis e Itaguaí. Mulheres de traficantes ajudavam. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 25, 22 fev. 2014.. Editoria Rio.

UPP: Cidade de Deus.

Pacote: L&O.

Fontes: promotor Fábio Miguel de Oliveira (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

28 – NASCIMENTO, Rafael. Soldado da UPP do Alemão é morto em confronto. O PM Rodrigo Paes Leme, de 33 anos, é a quinta vítima de conflitos com traficantes do complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 7 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

29 – GOULART, Gustavo; RAMALHO, Sérgio. Reação do tráfico. Ataques à pacificação. Com mais dois casos no Alemão, já são 10 policiais de UPPs mortos desde 2008. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 8 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas, coordenador-geral das UPPs, José Mariano Beltrame, secretário de SP (2 estatais); Sílvia Ramos, cientista social, Julita Lemgruber, socióloga (2 especialistas).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

30 – EM DEFESA dos policiais e das UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 8 mar. 2014.

Opinião.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

31 – MAZZACARO, Natasha; ARAÚJO, Vera. Reação do tráfico. Alemão pode ser ocupado de novo. Secretário de Segurança diz ter 600 homens a postos, inclusive das Forças Armadas. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 14, 9 mar. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: Beltrame, secretário de Segurança Pública, coronel Frederico Caldas (2 estatais); Fernanda Pinto, viúva, Renata, irmã (2 não estatais).

Clivagens ideológicas: UPPA, EDD, PPER. Efeitos colaterais das UPPs (reação do tráfico: policial morto).

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

32 – ARAÚJO, Vera. Reação ao tráfico. Diante dos ataques, mais UPPs. Beltrame pretende acelerar programa e diz que Rocinha e Pavão também podem ser reocupados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 10 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão, Rocinha, Cidade de Deus.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, secretário de Segurança Pública (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

33 – COSTA, Ana Cláudia. Polícia prende 8 no Complexo do Alemão. Objetivo da operação foi capturar acusados de matar PM na Nova Brasília. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 11 mar. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos, Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: Frederico Caldas, comandante-geral das UPPs (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

34 – SERRA, Paolla. Moradores do Complexo do Alemão fecham via em protesto. Manifestantes afirmam que polícia teria prendido dois rapazes injustamente. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 12 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: jornal *Voz da Comunidade* (1 não estatal), Felipe Curi, delegado da 45ª DP, major Bruno Xavier, comandante UPP Alemão (2 estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

35 – A SERVIÇO do tráfico. Grupo depreda veículo da PM na Rocinha e agride policial para tentar desestabilizar UPP. Obstáculos à pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 12 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Gabriel Fernando, 11ª DP, major Priscila Azevedo, comandante UPP Rocinha (2 estatais); Ignácio Cano, sociólogo (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

36 – RISCO a caminho de casa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 mar. 2014. Barra.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: tenente-coronel Marcus Vinícius Amaral (1 estatal); José Britz, presidente da Associação de Moradores de São Conrado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

37 – EXEMPLAR. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 13 mar. 2014. Editoria Rio. Opinião.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

38 – GOULART, Gustavo; BARROS, Leonardo. Pedida prisão de bandidos que atacaram PMs.

Comandante da operação diz que ação na Rocinha foi orquestrada pelo tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 13 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Luís Castro, comandante-geral da Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

39 – COSTA, Ana Cláudia. Protesto no Alemão teria sido ordenado por traficantes. Bandidos atiram contra policiais que estavam na UPP da Pedra do Sapo, mas conseguem escapar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 13 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas, comandante-geral das UPPs, policial não identificado, Marcus Vinícius Braga, delegado DRFA, Felipe Curi, 45ª DP (4 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

40 – PONTES, Fernanda. Subcomandante da UPP da Vila Cruzeiro é morto com tiro. PM é alvo de emboscada. Beltrame diz que, se já houvesse UPP Social, polícia não estaria ‘sangrando’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 14 mar. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

41 – COSTA, Ana Cláudia. Reforço na pacificação. Após morte de mais um PM, Bope aumentará segurança e treinará policiais no Alemão. Obstáculos à paz. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 15 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, secretário de Segurança Pública, Cabral, governador, Luís Castro, comandante da PM (3 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

42 – BANDIDOS atacam PMs na Rocinha. Policiais trocam tiros com traficantes no alto da favela, mas ninguém fica ferido. Obstáculos à paz. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 15 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Gabriel Ferrando, delegado 11ª DP (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

43 – ONOFRE, Renato. Contra-ataque. Ofensiva em defesa da pacificação. Mais de 400 policiais, além do Bope, vão reforçar pontos críticos do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 16 mar. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão e Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas, comandante das UPPs, tenente-coronel René Alonso, subcomandante do Comando de Operações Especiais (COE) (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

44 – MODENA, Felipe; BENJAMIN, Felipe; ONOFRE, Renato. Dois PMs são mortos em tentativas de assalto. Cabral diz que há uma ação de criminosos para assassinar policiais no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 14, 16 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar, Cabral, governador, dois policiais não identificados (4 estaduais); José Luis Mendes, pai da vítima, Valéria Mendes, mãe da vítima (2 não estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

45 – ONOFRE, Renato. Ruas ficam vazias após reforço da PM no Alemão. Polícia identifica três suspeitos de assassinato de subcomandante. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 17 mar. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: morador não identificado (1 não estatal); policial não identificado, coronel Frederico Caldas (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

46 – BENJAMIN, Felipe. Comoção de amigos e parentes marca enterro de PMs. Tio de Leonardo Mendes afirma que soldado sonhava com uma polícia mais justa para todos. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 18, 17 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: tenente-coronel Ranulfo Brandão, comandante do 15º BPM (1 estatal); Waldeil do Nascimento, tio da vítima (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

47 – COSTA, Ana Cláudia. Comerciante é discriminada por servir PMs. Dona de bar no Alemão já recebeu também ameaças de traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 18 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Ana Cristina Bezerra da Silva, comerciante local (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

48 – ARMA cai e fere quatro PMs em treinamento. Incidente ocorreu durante curso do Bope no Complexo do Alemão. *O Globo* Rio de Janeiro, p. 22, 19 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: nota assessoria da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

49 – ALTINO, Lucas. A voz dos moradores da Rocinha. Michel Silva luta para manter o seu jornal em circulação, enquanto comemora a chance de fazer curso em Nova York. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 20 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Michel Silva, jornalista comunitário da Rocinha (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

50 – NASCIMENTO, Rafael; RAMALHO, Sérgio; BARROS, Leonardo. Em noite violenta, três UPPs são atacadas. Ações começaram em Manguinhos, onde traficantes balearam comandante e incendiaram base da unidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 21 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Cabral, governador (1 estatal); moradora não identificada, Paulo Storani, sociólogo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

51 – ALENCASTRO, Catarina; DAMÉ, Luiza; NUNES, Marcos. Reforço para as UPPs. União enviará tropas federais para tentar conter ações de bandidos. Maré pode ser ocupada. Obstáculos à paz. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 22 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Cabral, governador, José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

52 – WERNECK, Antônio. Líderes comunitários organizam ataques. Polícia investiga ainda grupos com motivações políticas, que seriam pagos para atuar contra as UPPs. Obstáculos à paz. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 22 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Fernando Velloso, chefe de Polícia Civil, assessoria do 18º BPM, policiais do 32º BPM, Frederico Caldas, comandante das UPPs, policial não identificado, Felipe Curi, delegado da 45ª DP (6 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

53 – COSTA, Ana Cláudia. Ordem para atentados saiu de traficante em presídio federal. Determinação foi repassada a pessoas que comandam venda de drogas. Obstáculos à paz. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 22 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, secretário de Segurança Pública (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

54 – DOCA, Geraldo; CARVALHO, Jailton de; VIEIRA, Leonardo. Em defesa da pacificação. Reforço até o fim da Copa. Autoridades definem hoje detalhes da atuação de forças federais no estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 24 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: oficial não identificado, assessor não identificado, Glauco Schorcht, comandante da UPP Nova Brasília, serviço de inteligência da Secretaria de Segurança Pública (4 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

55 – AÇÃO ampla contra o crime organizado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 26 mar. 2014. Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

56 – FILHO DE AMARILDO é preso após discussão com PMs. *O Globo*, p. 20, Rio de Janeiro, 26 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Michelle Lacerda, prima da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

57 – ARAÚJO, Vera. Em defesa da pacificação. As lições do Alemão e do Haiti. General diz que Exército não é inimigo da população e tem experiência para ocupar a Maré. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 30 mar. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: general Lundgren (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

58 – DAMASCENO, Natanael. Em defesa da pacificação. UPP: estado vai reforçar ações sociais nas favelas. Subsecretária será criada para desenvolver projetos com prefeitura e iniciativa privada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 30 mar. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Borel, Alemão, Rocinha.

Pacote interpretativo predominante: PCC.

Fontes: Pedro Fernandes, secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Pedro Paulo Carvalho, secretário municipal da Casa Civil, Eduarda La Roque, presidente do IPP (3 estatais); Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, presidente da Firjan, Eliza Brandão, presidenta da Associação de Moradores do Morro dos Prazeres, Ignácio Cano, sociólogo, Jaílson de Souza, coordenador do Observatório das Favelas (4 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

59 – WERNECK, Antonio *et al.* Na contramão da paz. Na Rocinha, PMs de UPP são presos pela PF. No Alemão, policiais são atacados pelo tráfico. Desafios à pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 1 abr. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Federal, Secretaria Estadual de Segurança Pública, policial não identificado, nota da PM (4 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

60 – RAMALHO, Sérgio. Polícia prende dois traficantes que atacaram UPPs. Bandido da Rocinha foi detido menos de 24 horas após captura de investidas contra PMs em Manguinhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: policial civil não identificado, Coordenadoria de Polícia Pacificadora, Beltrame, delegado Delmir da Silva Gouvea (4 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

61 – O DIA seguinte da pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 3 abr. 2014. Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

62 – VASCONCELLOS, Fábio. No desafio da segurança, a marca de Cabral. Governador deixa o cargo para tentar Senado, com bandeira das UPPs e revezes como o caso do guardanapo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 4 abr. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Michel Misse, sociólogo, Mara Celina D'Araújo, cientista social, Nelson Nahon, presidente do Cremerj, Priscila Cruz, Movimento Todos pela Educação (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

63 – AMORIM, Bruno; BARROS, Leonardo. Traficantes atacam militares na Maré. Bandidos disparam ainda contra grupo de mototaxistas e ferem um deles. Patrulhamento foi reforçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 9 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: major Alberto Horita (1 estatal); mototaxista não identificado, morador não identificado (2 não estatais).

Obs.: 2 críticas de fontes não estatais por ineficiência em impor a lei e a ordem.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

64 – FIM da ocupação. Saques e depredações têm traficantes como patronos. Bandidos estariam infiltrados em manifestações na periferia do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 12 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: tenente-coronel Milton Corrêa da Costa (1 estatal); Paulo Storani, antropólogo (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

65 – CÂNDIDA, Simone. Prefeitura vai investir R\$ 7,3 milhões em obras de dez UPPs. Projeto de reforma e construção seria feito, inicialmente, por empresa de Eike. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 abr. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta e São Carlos.

Pacote interpretativo predominante: ECF.

Fontes: Eduardo Paes, prefeito, Pezão, governador (2 estatais).

Clivagens ideológicas: UPPF, EDD, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

66 – ARAÚJO, Vera. Beltrame: ‘Nunca pretendi assumir a paternidade da UPP’. Biografia de secretário de segurança fala de vitórias e crises. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 20 abr. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

67 – VASCONCELLOS, Fábio. Reação da polícia. Cerco ao tráfico. Bandidos acusados de atacar UPPs e orquestrar protestos em Niterói são presos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Carlos Eduardo Thomé, Sérgio Sahiane, Secretaria de Segurança, Renato Carrielo, vereador em Niterói (3 estaduais); Guilherme Flach, Conselho Comunitário Região Oceânica de Niterói (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

68 – BELTRAME promete não repetir caso Amarildo. Secretário diz que elucidação da morte de jovem é fundamental e, se for necessário, vai ‘cortar na carne’. Desafios da pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 25 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

69 – GALDO, Rafael. Desafios da pacificação. Para especialistas, UPPs atravessam momento decisivo. Projeto, que reduziu homicídios, deve priorizar combate a desvios policiais. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 25 abr. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos.

Pacote: LCSA.

Fontes: Ignácio Cano, sociólogo, Michel Misse, sociólogo, Ana Paula Miranda, ex-presidenta do ISP (3 não estaduais/especialistas).

Clivagens: Epol, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

70 – LIMA, Ludmila de. Geração UPP. Maioria dos jovens de áreas pacificadas não tem religião e prefere shopping a baile, diz pesquisa. *Voices das favelas. O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 27 abr. 2014. Editoria Rio.

UPPs: CDD, Vidigal, Borel, São Carlos.

Pacote: ECF.

Fontes: Eduarda La Roque, presidenta IPP (1 estatal); Carlos Alberto Geremias, morador da favela Nova Divineia, Christiano Silva, morador do Tabajaras, Mirella Michele, moradora da Nova Divineia, Thalita Souza, moradora do Tabajaras, Luciana Souza, mãe de Thalita, Marina Ribeira, cientista social do Ibase, Andrea Pulici, doutora em planejamento urbano (7 não estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

71 – BANDIDOS atacam a tiros base de UPP no Complexo do Alemão. Mulher morre baleada, e moradores fecham via em protesto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 abr. 2014. Editoria Rio. UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

72 – GOULART, Gustavo. Protestos por morte de idosa levam medo ao Alemão. Segundo delegado, pouco antes de morrer, Arlinda teria dito que tiro partira dos ‘meninos’, numa alusão aos traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 29 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Alexandre Herdy, delegado (1 estatal), Maria Francisca de Assis, nora da vítima, Francisco das Chagas, viúvo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

73 – PONTES, Fernanda; RAMALHO, Sérgio. Dois médicos de UPA pedem demissão após ataque. Governador atribui ação no Alemão a ‘delinquentes financiados pelo tráfico’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 30 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Hans Dohmann, secretário municipal de Saúde, Eduardo Paes, prefeito, Pezão, governador, Carlos Eduardo Rangel, delegado 22ª DP, Jorge Darze (4 estatais), presidente Sindicato dos Médicos (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

74 – SERRA, Paola. Caso DG: PMs reagem à campanha. Policiais levam para redes sociais frase ‘Eu não mereço ser assassinado’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 30 abr. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: policial não identificado (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

75 – GOULART, Gustavo. Reforço na segurança. O avanço da pacificação. Plano de expansão prevê implantação de mais 32 UPPs no estado até 2018. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 2 maio 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Pezão (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

76 – GALDO, Rafael. Sem preconceito. Baile funk com patrocínio oficial. Estado inclui evento entre atividades que receberão R\$ 650 mil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 15, 3 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão, Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Adriana Facina, antropóloga (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

77 – GOULART, Gustavo. Homem morre e outro é ferido durante mais uma noite de violência na Rocinha. Polícia prende outro suspeito de envolvimento no ataque a bandidos contra a UPP da favela. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 3 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Civil (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

78 – VENTURA, Mauro. Duas águas de coco e a conta com... Wellington Cardoso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 4 maio 2014. Revista O Globo.

UPP: Alemão.

Pacote: ECF.

Fonte: Wellington Cardoso (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

79 – IRMÃO de chefe do tráfico da Maré é preso. Fabiano Santos de Jesus comandava venda de drogas na Baixa do Sapateiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 5 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Gabriel Ferrando, titular da 11ª DP (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

80 – MENINO de 8 anos é baleado no Morro dos Macacos. Criança foi ferida durante tiroteio entre policiais militares e traficantes. Criança foi ferida durante tiroteio entre policiais militares e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 6 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: assessoria das UPPs (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

81 – RIO Como Vamos: segurança melhorou de 2009 para 2013. Estudo revela que registros em hospitais e DPs caíram na cidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 10 maio 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão e Santa Marta.

Pacote interpretativo predominantes: L&O.

Fontes: Genilda Linguinho de Nascimento, moradora do Santa Marta, Bruno Celestino, morador do Alemão (2 não estatais); Roberto Sá, subsecretário de Planejamento e Integração Operacional da Secretaria de Segurança Pública (1 estatal).

Clivagens ideológicas: UPPF, Epol, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

82 – SCHMITT, Gustavo. Cidadania. Lugar de lixo é na lixeira. Comunidade Santa Marta reivindica melhoria na coleta e lança campanha para que as 12 toneladas de detritos produzidas por dia sejam jogadas nas caçambas da Comlurb. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 11 maio 2014.

UPP: Santa Marta.

Pacote interpretativo predominante: ECF.

Fontes: Vera Lúcia Coelho, moradora, Itamar Silva, líder comunitário (morador) (2 não estatais); Luiz Carlos de Souza, gerente da Comlurb (1 estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

83 – ARAÚJO, Vera. Estado compra 750 fuzis, que chegam até o fim de junho. Armamento em uso tem 50 anos. Apreensão de armas gera déficit. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 14 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Ronaldo Leão, especialista em armamentos (1 não estatal), Polícia Civil, policial militar não identificado, tenente-coronel Cláudio Costa, porta-voz da PM (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

84 – SETE MIL FICAM sem aula após ataque à UPP da Cidade de Deus. Cabo é baleado no braço; Pezão diz que patrulhamento será reforçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 27 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

Relação com a temporalidade: UPPs e Copa do Mundo.

85 – MORADOR morre baleado no Alemão. Segundo a PM, ele foi atingido quando tráfico atacou equipes de UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 28 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

86 – MOTOTAXISTAS bloqueiam via no Alemão. Protesto foi por causa de morte por bala perdida. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 30 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Assessoria das UPPs, Divisão de Homicídios, Pezão (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

87 – MP DENUNCIA cinco PMs de UPPs da Rocinha por ligação com o tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 30 maio 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Ministério Público (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

88 – CALLEGARI, Carolina. Protesto fecha Avenida Princesa Isabel. Na Rocinha, confronto com a polícia deixa um morto e dois feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 30, 1 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: policial não identificado (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

89 – PMS TERIAM removido homem baleado sem aguardar perícia. Vídeo obtido pelo Extra mostra ação na favela da Rocinha que deixou um morto e dois feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 2 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Segurança, Coordenadoria de Polícia Pacificadora (3 estatais); jornal Extra (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

90 – DOIS PMS da UPP do Alemão são baleados em confronto. Soldados foram surpreendidos por bandidos armados no Largo do Bulufa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 3 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

91 – PM É baleado em confronto no Complexo do Alemão. Tiroteios assustam moradores nas localidades de Areal e Nova Brasília. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 7 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fonte: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

92 – MELLO, Igor. Insegurança. A multiplicação do crime. Relatório da Ampla à Aneel diz que áreas violentas da cidade dobraram em cinco anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 8 jun. 2014. Niterói.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Ampla (concessionária de energia de Niterói), Secretaria de Segurança Pública, vereador Renato Carrielo (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

93 – LIMA, Ludmilla de. Encontros de domingo. Fiorella Solares. Educação e música, a fórmula para superar a dor de uma perda. Ex-violoncelista do Teatro Municipal e viúva do maestro David Machado, ela dedica 14h por dia à ONG Ação Social pela Música, criada pelo marido em 1995, pouco antes de morrer e hoje presente em 19 favelas do Rio, além de cidades do interior. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 30, 8 jun. 2014.. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Cidade de Deus, Alemão.

Pacote interpretativo predominante: ECF.

Fontes: Fiorella Solares, coordenadora da ONG Ação Social pela Música, Júlio Camargo, Luiz Cuevas, Hugo Pilger, músicos (4 não estatais).

Clivagens ideológicas: UPPF, EDD, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

94 – MONTI, Renata. São Conrado: pichações contra assaltos. Avisos em tapumes de obra alertam para risco em passagem de pedestres. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 9 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Therezinha Monteiro, conselheira da Associação de Moradores de São Conrado, Carolina Rodrigues, moradora de São Conrado (2 não estatais); Comando do 23º BPM, Fundação Rio-Águas (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

Relação com a temporalidade: UPPs e Copa do Mundo.

95 – WERNECK, Antônio. Um bairro à margem. Pobreza extrema à beira-mar é mapeada. Famílias miseráveis são identificadas por mutirão feito em região com 16 mil habitantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 13 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: PCC.

Fontes: Edson da Silva Lopes, presidente da Associação de Moradores do Parque Conquista, José Júnior, coordenador AfroReggae, Angélica Costa, moradora, Danilo Costa, coordenador AfroReggae (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

96 – PM É ferido durante tiroteio na Rocinha. Após dois confrontos num mesmo dia, favela ganha reforço no policiamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 33, 15 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal); morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

97 – MENINO de 12 anos é morto na Cidade de Deus. Traficantes e PMs trocavam tiros. Na Rocinha e no Alemão, patrulhamento foi reforçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 16 jun. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, CDD.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 fonte estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

98 – CÂNDIDA, Simone. Decretada prisão preventiva de 17 traficantes do Alemão. Investigações da Polícia Civil comprovaram a participação de grupo do tráfico no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 20 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Civil (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

99 – POLÍCIA indicia 5 suspeitos por morte de adolescentes. Inquérito descarta responsabilidade de PMs no crime, ocorrido na Cidade de Deus. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 21 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote interpretativo predominante: LCSA.

Fontes: Delegado Geneton Lages (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

100 – GOULART, Gustavo; SERRA, Paola. Um PM e dois jovens são mortos no Alemão. Foi o segundo policial assassinado em confronto este ano no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 24 jun. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: policial não identificado, delegado Felipe Cury (2 estatais); jovem ferido não identificado, parente de uma das vítimas, irmão de uma das vítimas, morador não identificado (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

101 – SCHMITT, Gustavo. Crise na segurança. No rastro do crime. Delegado descarta o termo migração, mas diz que 30% dos presos por homicídio são do Rio. *O Globo*, Niterói, p. 3, 29 jun. 2014.

UPP: Alemão.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: Delegado Wellington Vieira (1 estatal) e Paulo Storani, ex-delegado e sociólogo (1 não estatal/especialista).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

102 – ARAÚJO, Vera. A Copa no Brasil. Comunidades viram ímã de turista no Mundial. Encantados com a vida nas favelas cariocas, estrangeiros que vieram para os jogos prolongam estadia. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 29 jun. 2014. Especial.

UPP: Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Carlos Antônio Pereira, líder comunitário, Keira Blake, turista, Julie Lambert, turista, Salya Aron, turista, Joshua Sherriff, turista (5 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

103 – CASTRO, Carolina de Oliveira. A vez do morro. De Ipanema ao alto do Santa Marta. Jogadores da Holanda visitam comunidade em Botafogo, caminham por vielas, batem bola com crianças, elogiam a paisagem e ficam impressionados com a pobreza. Policiais acompanham o passeio de perto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 2 jul. 2014. Copa 2014.

UPP: Santa Marta.

Pacote interpretativo predominante: PCC.

Fontes: Blind e Vlaar, jogadores da seleção da Holanda, e Igor Miranda, morador do Santa Marta (3 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER (não questionam a sua continuidade).

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

Relação com a temporalidade: UPPs e Copa do Mundo.

104 – MENDES, Taís. UPPs ganham 300 novos carros com câmeras e GPS. Unidades de elite da PM e da Polícia Civil vão receber oito blindados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 3 jul. 2014.

Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, CDD, Borel.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: Pezão, governador, Beltrame, secretário, Frederico Caldas, comandante das UPPs (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

105 – MENDES, Taís. Amarildo: PMs só serão julgados na Justiça Comum. Corporação diz que, com a sentença, decidirá se acusados vão ser expulsos ou não. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 4 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: João Tancredo, advogado da família de Amarildo (1 não estatal), Breno Melaragno, advogado e presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB (não estatal); Boletim Interno da PM (1 estatal).

Clivagens ideológicas: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

106 – POLÍCIA prende suspeito de estupro. Americana que mora na Rocinha diz que acusado estava com dois fuzis. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 4 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: policiais da UPP Rocinha e Instituto de Segurança Pública (ISP) (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

107 – GOIS, Ancelmo. Mapa da favela. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 10 jul. 2014. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPPs: Rocinha, Vidigal, Caju.

Pacote: ECF.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

108 – COSTA, Célia. Viúva de Amarildo reaparece em Cabo Frio. Elizabeth saíra de casa, na Rocinha, no último dia 30 e não havia dado notícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 11 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: João Tancredo, advogado da família de Amarildo, e Emerson Gomes Dias, filho de Amarildo (2 não estatais).

Clivagens ideológicas: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

109 – BOTTARI, Elenilce. Missa lembra um ano do caso Amarildo. PMs acusados de tortura e morte devem ser julgados até o fim do semestre. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 15 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: promotora Carmen Eliza, Gabriel Ferrando (2 estatais); Maria Eunice Lacerda, irmã de Amarildo (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

110 – RICARDO, Igor. Megaoperação da PM tem apenas um preso. Quatro mil alunos de dez escolas ficaram sem aula no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 17 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: tenente-coronel Rogério Figueiredo (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

111 – CANDIDATOS põem UPP em risco. Diante do êxito da política de Segurança, concorrentes ao Palácio Guanabara desejam ampliá-la; mas, com isso, podem desestabilizar a própria política. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 20 jul. 2014. Editorial. Opinião.

UPPs: Santa Marta, Rocinha.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: –.

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

112 – GOULART, Gustavo; MENDES, Taís. PM dobra efetivo para enfrentar ataques do tráfico no Alemão. Por causa da insegurança, escolas fecham, prejudicando 7 mil alunos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

113 – COSTA, Célia. Tráfico usa menores para atacar policiais no Alemão. Insegurança deixa mais de 11 mil alunos sem aulas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas, comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora, Secretaria Municipal de Educação (2 estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

114 – DUAS ESCOLAS ainda fechadas no Alemão. Mas normalidade já voltou ao teleférico, comércio e a 35 colégios. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 24 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Secretaria Municipal de Educação, Coordenação das UPPs, Secretaria Estadual de Educação (3 estatais); comerciante local não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

115 – MULHER do traficante Nem terá que voltar à cadeia. Desembargadores da 7ª Câmara foram contrários à decisão de Siro Darlan. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 26 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: desembargadora Maria Angélica Guedes, desembargador Siro Darlan (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

116 – BOTTARI, Elenilce. Morro do Banco sofre com migração de bandidos do Borel e do Lins. Com invasão da favela no Itanhangá, criminalidade subiu na região da Barra. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 30, 27 jul. 2014. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: tenente-coronel Rubens Peixoto (1 estatal); moradora não identificada (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

117 – SEIS PMS presos após ação no Fogueteiro. Depois do tiroteio que deixou 2 mortos, militares alteraram a cena do crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 28 jul. 2014. Editoria Rio. UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: nota da Polícia Civil, inspetor da 5ª DP não identificado (2 estatais); Daniele dos Santos, viúva da vítima, Tayane Silva, vizinha da vítima (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

118 – SALLES, Stéfano. Vale tudo pela paz no Andaraí. Soldado lotado na UPP do bairro cria evento de MMA com moradores das comunidades beneficiadas pelo programa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 31 jul. 2014. Tijuca.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Walmor de Souza, soldado da PM e lutador de MMA (1 estatal); Jorge Matheus Marinho, morador e aluno do projeto, Daniel Lima, morador e aluno do projeto (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

119 – RUBIM, Maíra. No rastro da insegurança. Além de amor à natureza, esportistas ouvidos pelo Globo-Barra têm em comum o medo de assaltos nas trilhas da região. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 31 jul. 2014. Barra.

UPP: Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: Sandro Cardoso, alpinista, João Marcelo Vieira, alpinista, morador não identificado (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

120 – SERRA, Paola. Mulher de Nem é presa em casa pela PF. Danúbia Rangel, que estava em Mato Grosso do Sul, irá para Bangu. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 2 ago. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: desembargador Siro Darlan (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

121 – BASTOS, Isabela. Projetos em áreas com UPPs terão R\$ 888 milhões. Investimentos da prefeitura em educação, saúde e habitação em 30 comunidades serão feitos até 2016. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 9 ago. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, CDD, Vidigal, Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Eduardo Paes, prefeito (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

122 – COSTA, Ana Cláudia. Complexo do Alemão tem passeata pela paz. Na véspera, ladrões levam celular e até lanche de líder comunitário. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 29, 10 ago. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Denise Moraes, mãe de uma vítima, René Silva, líder comunitário (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

123 – TORRES, Ana Carolina. Adolescente é atingido por bala perdida dentro de sala de aula. Ferido na cabeça, aluno de escola na Cidade de Deus foi operado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 14 ago. 2014. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora, Secretaria Municipal de Educação (2 estatais); Edna Isaías, madrasta da vítima (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

124 – MP: indenização para o caso Amarildo. Promotora pede R\$ 50 mil para cada uma de 9 vítimas de tortura em ação em que pedreiro foi morto na Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 19 ago. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Ministério Público (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

125 – CRIMINALIDADE e clientelismo nas eleições. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 27 ago. 2014. Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

126 – STAMM, Marco. Mas que porcaria! Indústrias em torno da Cidade de Deus se esforçam para dar destino correto ao lixo, que atrai animais. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 28 ago. 2014. Barra.

UPP: CDD.

Pacote: ECF.

Fontes: Comlurb, Secretaria Especial de Defesa e Proteção dos Animais, Cedae, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Habitação (4 estatais); Cláudio Salem, veterinário, Aluizio Cunha, diretor-executivo da Associação Comercial e Industrial de Jacarepaguá, Iara Oliveira, coordenadora da ONG Refazendo, Robson Alves, responsável pelo trabalho de limpeza da Farmanguinhos, Édison Álvarez, gerente da Eletromar, Magali Portela, coordenadora do Núcleo de Gestão Social da Farmanguinhos, Juan Pablo, moradora da Cidade de Deus (7 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

127 – EXAME comprova tentativa de fraude no caso Amarildo. Peritos identificam voz de PM que, em ligação, finge ser traficante para tentar inocentar patrulha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 2 set. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Instituto de Criminalística Carlos Éboli (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

128 – LAPAGESSE, Gabriela. Homem é preso acusado de abusar de criança em ônibus. Menino, de 5 anos, morava no Vidigal e teria sido raptado na véspera. Crime foi em Ipanema. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 set. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Rocinha, Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: delegada Monique Vidal, tenente-coronel Marcos Amaral (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

129 – SCHMITT, Gustavo; MENASCE, Márcio. Crise na segurança. Crime em larga escala. Casos de roubo crescem cinco vezes mais do que no Rio em comparação entre 2010 e 2014. *O Globo*, Niterói, p. 3, 7 set. 2014.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Paulo Storani, sociólogo (1 não estatal); Secretaria Estadual de Segurança Pública (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

130 – CAPITÃO é primeiro comandante de UPP morto por traficantes. Oficial chefiava unidade de Nova Brasília, no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 12 set. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

131 – COSTA, Ana Cláudia; TEIXEIRA, Fábio. Comandante morto. Luta por rigor para os assassinos de policiais. Morte de oficial de UPP do Alemão reacende movimento por uma legislação mais dura. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 13 set. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Luís Castro, Bianca da Silva, policial e viúva do capitão (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

132 – STAMM, Marco. Família de PM morta no Complexo do Alemão recorrerá à Justiça. Objetivo é conseguir indenização; favelas têm dia calmo após morte de capitão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 14 set. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: João Tancredo, advogado, Bruno Borges, feirante, gari não identificado (3 não estatais); coronel Luís Castro (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

133 – POLÍCIA Civil prende 26 pessoas no Alemão. Grupo é acusado de ataques a UPPs, ônibus e unidade de saúde da região. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 19 set. 2014. Editoria Rio. UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

134 – QUADRILHA do Alemão vigiava policiais da UPP. Traficantes monitoravam PMs em esconderijos a 200 metros de distância. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 22 set. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: escutas da Polícia, agentes não identificados (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

135 – COSTA, Ana Cláudia. Polícia prende sete na Rocinha, onde tráfico tem nova logística. Quadrilha evita estocar armas e drogas e recruta ‘fichas limpas’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 30 set. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Gabriel Ferrando (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

136 – FATOS. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 1 out. 2014.. Opinião. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

137 – COSTA, Ana Cláudia. Guerra do tráfico na Maré fecha Avenida Brasil. Militares usam tanque para proteger pedestres na via. Secretaria investiga se ações têm motivação política. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 2 out. 2014. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: “alta fonte do governo” não identificada, Força de Pacificação, Secretaria municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança (5 estaduais); Marco Antônio Barcellos, presidente Associação de Moradores da Vila do João (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

138 – LO-BIANCO, Alessandro; COSTA, Ana Cláudia; OUCHANA, Giselle. Reação ao tráfico. Segurança é reforçada. Beltrame vê ‘predisposição para confrontos’ antes das eleições e aumenta policiamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 3 out. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Secretaria Municipal de Educação, Juarez Knauer, delegado da 77ª DP (3 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

139 – GOIS, Ancelmo. UPP, eu apoio! *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 3 out. 2014. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPPs: CDD, Borel.

Pacote: ECF.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

140 – PRESSÃO sobre UPPs se deve ao acerto da polícia. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 3 out. 2014. Opinião.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

141 – SOLDADO lotado em UPP do Lins é baleado na cabeça. PM fazia patrulhamento na favela quando foi atacado por criminosos; seu estado é grave. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 28, 7 out. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: 3º BPM (1 estatal), morador da região não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

142 – LO-BIANCO, Alessandro. A idade da reincidência. Número de crianças e adolescentes detidos dobra em 3 anos; em 2014, já são mais de 6 mil. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 24, 12 out. 2014. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: L&O.

Fontes: Tribunal de Justiça do Rio, delegado Gilson Perdigão, Beltrame, Felipe Romeu, comandante da UPP da CDD, policial não identificado (5 estatais); avó, não identificada, de adolescente em conflito com a lei (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

143 – WERNECK, Antônio. Livro faz um raio-X do que mudou nas comunidades que contam com UPPs. Trabalho nasceu de pesquisa realizada com moradores e policiais de 19 favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 30, 12 out. 2014. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas (1 estatal); Ignácio Cano, sociólogo (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

144 – GOIS, Ancelmo. Efeito UPP. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 15 out. 2014. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Leonardo Spritzer, chefe da 6ª Região Administrativa do Rio (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

145 – O NOVO governo e o desafio de consolidar as UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 19 out. 2014. Editorial. Opinião.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

146 – WERNECK, Antonio; SCHMIDT, Selma. UPP garantida. Beltrame fica. Com mais força para conduzir pasta, secretário permanece à frente da Segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 31 out. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão, Beltrame, Luiz Paulo Correa da Rocha, deputado (3 estaduais), Gláucio Soares, cientista político (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

147 – COSTA, Ana Cláudia. Operação na Rocinha tem três detidos. Ação, que envolveu 500 policiais militares, deixou 580 crianças sem aulas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 5 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Municipal de Educação, coronel Frederico Caldas (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

148 – GOULART, Gustavo; RAMALHO, Sérgio. Acusado de tráfico é solto mesmo com mandado de prisão decretado. Ministério Público estadual investigará demora em comunicação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 28, 8 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

149 – TIROTEIO na Rocinha assusta moradores. No fim de semana, três policiais de serviço em UPPs foram baleados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 nov. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Rocinha, Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

150 – A AGENDA inadiável da urbanização de favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 20 nov. 2014. Opinião.

UPP: Rocinha.

Pacote: PCC.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

151 – LO-BIANO, Alessandro; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Violência na Rocinha. O tráfico resiste. Para manter o controle sobre nove áreas, bandidos tentam impedir avanço da urbanização. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: major Leandro Nogueira, coronel Frederico Caldas (2 estatais); Alberto Chebabo, infectologista, Pedro Luiz Moreira, arquiteto, Sérgio Magalhaes, arquiteto, Michel Misse, sociólogo (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

152 – UM PACOTE de obras de cerca de R\$ 3 bilhões em favelas da cidade. Foco será saneamento, mas também estão previstos centros de cultura e capacitação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 nov. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Rocinha, Borel.

Pacote: ECF.

Fontes: Secretaria Estadual de Obras (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

153 – POLICIAIS militares trocam tiros com bandidos na Rocinha. Bope é acionado para ajudar na busca aos traficantes, mas não houve qualquer prisão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 23 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: assessoria das UPPs (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

154 – MELLO, Igor. Turistas são assaltados em trilha no Morro do Vidigal. Criminoso, que tem comércio e mora na favela, foi reconhecido pelas vítimas e preso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 24 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: 14ª DP (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

155 – HERINGER, Carolina. Justiça determina pagamento de pensão para viúva de Amarildo. Parentes de ajudante de pedreiro também terão direito a tratamento psicológico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 26 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: 16ª Câmara Cível (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

156 – TRAFICANTES voltam a atacar policiais da UPP da Rocinha. Equipe é alvo de tiros um dia após disparos terem atingido carro e biblioteca. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 36, 30 nov. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: 11ª DP (Rocinha) (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

157 – BASTOS, Isabela. Criminosos voltam a trocar tiros com soldados na Maré. Bandidos abrem fogo contra soldados durante patrulhamento. Um suspeito foi ferido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 1 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: Força de Pacificação (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

158 – SERRA, Paola. Mulher morre durante tiroteio em frente ao Cemitério do Caju. Confronto entre policiais da UPP e bandidos também deixa um ferido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 2 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: LCSA.

Fontes: Comando da Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

159 – NEM E líderes comunitários da Rocinha são absolvidos. Desembargador não vê provas de envolvimento dos réus com o tráfico de drogas na comunidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 3 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: 3ª Câmara Criminal de Justiça do Rio (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

160 – MAGALHÃES, Luiz Ernesto; ALVES, Maria Elisa. Novo panorama urbano. A ascensão das favelas. Com IDH médio ou alto, comunidades da cidade deixam de ser redutos de miséria. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 7 dez. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Cidade de Deus, Alemão.

Pacote: ECF.

Fontes: Cristina Vitor, Salete Martins, Isaac Albuquerque, moradores; Sérgio Besserman, economista (especialista), Celso Athayde, fundador Cufa (especialista), José Júnior, coordenador AfroReggae (especialista), Marco Antônio Santos, coordenador do estudo no Rio (especialista) (7 não estatais: 3 moradores e 4 especialistas).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

161 – MAGALHÃES, Luiz Ernesto; GALDO, Rafael. Mais um policial lotado numa UPP é assassinado. Segundo a Divisão de Homicídios da Capital, o soldado estava de folga, lavando o carro, quando foi baleado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 33, 7 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar, Divisão de Homicídios (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

162 – BOTTARI, Elenilce. Curso ensina moradores de UPP a colocar a mão na massa. Alunos têm chance de aprender profissão e até abrir o próprio negócio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 35, 7 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: ECF.

Fontes: Denise Pinto Ventura, aluna do curso, Adriana Pinto, diretora do curso, Neusa Barbosa, aluna do curso, Hilda Alves, Sesi (4 não estatais); Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

163 – POLÍCIA prende marido de grávida baleada. Ele responderá por tentativa de homicídio qualificado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 8 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: 14ª DP, Secretaria Municipal de Saúde (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

164 – COSTA, Ana Cláudia; NASCIMENTO, Rafael. Disque-denúncia alertou para ataque a PMs de UPP do Alemão. Após 4 policiais serem feridos, policiamento é reforçado no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 10 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Zeca Borges, coordenador do Disque-Denúncia, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação (3 estatais); morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

165 – OUCHANA, Gisele. Violência mostra forte queda em áreas com UPPs. Entre 2008 e 2014, houve redução de 65,5% nos homicídios dolosos e 90,7% nas mortes em operações policiais. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 10 dez. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Cidade de Deus, Borel.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: Instituto de Segurança Pública (ISP) (1 estatal), Sílvia Ramos, socióloga (1 não estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

166 – ARAÚJO, Vera. Vídeos e fotos revelam um novo olhar sobre a vida na Rocinha. Biblioteca Parque exhibe trabalhos de projeto que envolveu 85 pessoas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 11 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Tainara Lima, aluna do curso, Bárbara Brasil, estudante do curso, Ilana Strozenberg, coordenadora do curso (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

167 – COSTA, Célia. MP denuncia 4 PMs por corrupção no caso Amarildo. Oficiais e soldados são acusados de ter pagado a testemunhas para acusar traficante da Rocinha pelo crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 12 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), promotora Carmen de Carvalho, promotor Paulo Roberto Cunha Júnior (3 estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

168 – ADOLESCENTE é baleado no Alemão. Rapaz foi socorrido por moradores, que protestaram no local. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 14 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

169 – BERTA, Ruben. Pezão anuncia Osório em Transportes e deixa PT de fora. Diplomado ontem, governador diz que prioridade é consolidar UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 16 dez. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão, Osório (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

170 – ESCOSSIA, Fernanda da. Livreteria. Livros e sonhos sobre três rodas. Dupla tenta estimular leitura entre jovens no Complexo do S. Carlos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 16 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: ECF.

Fontes: Guilherme Vinícius Roberto, autor da iniciativa, Gleison Oliveira, morador, Michel de Souza, morador (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

171 – AMORIM, Bruno. Sem resistência, invasores deixam fábrica Tuffy. Operação para retirar famílias que ocupavam galpão num dos acessos ao Complexo do Alemão durou 8 horas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 17 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: PCC.

Fontes: tenente-coronel Cláudio Costa, Pezão, Íbis Pereira (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

172 – AMARILDO: juíza aceita denúncia contra PMs. Quatro policiais vão responder por corrupção de testemunhas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 17 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: decisão da 35ª Vara Criminal da Capital (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

173 – PM É morto ao reagir a assalto em padaria na Zona Norte. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 18 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

174 – CASO Amarildo: Beltrame quer demitir PMs. Conselho da Polícia Militar prefere esperar julgamento dos envolvidos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 20 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: ofício de Beltrame (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

175 – POLÍCIA Militar muda comandantes de 16 das 38 UPPs. Nova Brasília, Morro dos Macacos e Dona Marta estão na lista. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 21 dez. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Alemão, Cidade de Deus, Caju.

Pacote interpretativo predominante: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

176 – MODENA, Lígia; SALLES, Stéfano. Líder comunitário no Alemão e militante da causa gay é morto. Homofobia pode ter motivado o crime, segundo coordenador de secretaria. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: irmão da vítima não identificado, parente, não identificada, da vítima (2 não estatais); Divisão de Homicídios, Cláudio Nascimento, coordenador do Rio Sem Homofobia, Carlos Tufvesson, titular da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da prefeitura (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

177 – ÁREAS com UPPs terão policiamento reforçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 23 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão, Divisão de Homicídios da Polícia Civil (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

178 – REAVALIAR erros é decisivo para avançar com as UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 23 dez. 2014. Opinião. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

179 – SERRA, Paola. Capturado no Paraguai traficante que ordenou ataques a UPPs. Beltrame quer transferência de Marreta para presídio fora do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 24 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria de Segurança (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

180 – BOTTARI, Elenilce. Mais um policial da UPP é baleado no Alemão. Patrulhamento na favela Nova Brasília é reforçado após soldado ser ferido na cabeça durante a noite de Natal. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 27 dez. 2014. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: assessoria das UPPs (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

181 – FORÇA de Pacificação fica na Maré até junho de 2015. PMs começarão a ocupar complexo a partir de abril até substituição total de militares. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 30 dez. 2014. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

2015

182 – SCHMIDT, Selma; ARAÚJO, Vera. Forças Armadas vão atuar nas estradas. Com outros estados do Sudeste, ação conjunta visa a frear contrabando de armas e drogas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 2 jan. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

183 – MATOS, Tamyres. Tiroteio deixa um policial e um morador mortos no São Carlos. Grupo de PMs da UPP patrulhava a comunidade quando foi atacado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 7 jan. 2015. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

184 – RAMALHO, Sérgio. PM vai adotar policiamento de proximidade em todos os batalhões. Objetivo é levar para as unidades prática existente hoje nas UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 10 jan. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Alberto Pinheiro Neto (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

185 – COSTA, Ana Cláudia. PM fará intervenções com força especial em um terço das UPPs. Combate ao tráfico será intensificado em 12 comunidades pacificadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 32, 18 jan. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Alberto Pinheiro Neto (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

186 – ‘FOGO amigo’ teria matado comandante de UPP. Tiro de PM pode ter atingido capitão, diz revista. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 25 jan. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: revista *Veja* (1 não estatal); delegado Rivaldo Barbosa (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

187 – BOTTARI, Elenilce. Balas perdidas: já são 16 casos só este mês. Beltrame diz que Forças Armadas deveriam controlar as fronteiras. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 27 jan. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Comando de Polícia Pacificadora, Beltrame, nota do Ministério da Defesa (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

188 – LO-BIANCO, Alessandro; BOTTARI, Elenilce. Número de vítimas de balas perdidas sobe de novo. Adolescente é ferido nas costas no Complexo do Alemão. Já são 17 casos este mês na Região Metropolitana. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 28 jan. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal); irmão da vítima, Ignácio Cano, sociólogo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

189 – COSTA, Ana Cláudia. Moradores acusam PMs por morte na Vila Cruzeiro. Mototaxista é baleado nas costas; comunidade protesta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 9 fev. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Marluce Algarves de Oliveira, tia da vítima (1 não estatal), Comando de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

190 – COSTA, Célia. Beltrame: ação na Vila Cruzeiro foi ‘desastrosa’. Secretário faz crítica aos policiais envolvidos na morte do mototaxista. PMs foram afastados da UPP. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 10 fev. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Beltrame, Comando de Polícia Pacificadora (2 estatais); Marluce Oliveira, tia da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

191 – SCHMITT, Gustavo. Escolinha de tênis na Rocinha. Projeto atenderá 200 alunos, que terão aulas com campeão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 14 fev. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Pezão (1 estatal); Fabiano de Paula e Patrick Oliveira, tenistas e moradores da Rocinha (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

192 – LO-BIANCO, Alessandro. Jornal comunitário de sotaque ‘arretado’ é sucesso na Rocinha. Publicação voltada para nordestinos chamou a atenção do consulado dos EUA, que levou o idealizador para conhecer redações em Nova York. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 2 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Michel Silva, jornalista e morador da Rocinha (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

193 – NO VIDIGAL, badminton estimula o ‘fair play’. Comunidade terá apresentações de esgrima e tiro com arco este mês. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 21, 8 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Marcos Braz, secretário municipal de Esporte e Lazer (1 estatal); Ana Vitória Alves, Beatriz da Silva, Jéssica Cuzine, moradoras do Vidigal, Tibério Machado, coordenador-técnico da Vila Olímpica do Vidigal, Frank Zamadei, professor do projeto (5 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

194 – GRILLO, Marco. Onde esportes menos populares sempre têm vez. Vilas olímpicas oferecem aulas gratuitas de nado sincronizado, levantamento de peso, hóquei na grama e até beisebol. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 21, 8 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: ECF.

Fontes: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (1 estatal); Ana Luiza Silva, moradora do Complexo do Caju, Darcy Mendes, coordenador-técnico da Vila Olímpica do Caju (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

195 – LO-BIANCO, Alessandro; MODENA, Lígia. Dois PMs morrem e cinco se ferem no fim de semana. Assassinatos de policiais ocorreram no Morro do Juramento e em Mesquita, na Baixada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 9 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: assessoria da Polícia Militar, 41º BPM, 20º BPM (3 estatais), irmã, não identificada, da vítima, filha, não identificada, da vítima (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

196 – MARCOLINI, Bárbara. Exposição. Olhar maravilhoso das crianças. Cotidianos de 12 favelas cariocas formam as 200 imagens da mostra criada pela fotojornalista japonesa Hikaru

Nagatake, em cartaz no Museu da República. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 9 mar. 2015.

Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, CDD, Alemão, Borel.

Pacote interpretativo: ECF.

Fontes: Hikaru Nagatake, idealizadora, Yago Alves, fotógrafo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

197 – POLÍCIA não vê relação entre PM morto e caso Amarildo. Soldado que trabalhou na UPP da Rocinha havia desmentido colegas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 11 mar. 2015.

Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Civil, Ministério Público, delegado Fábio Cardoso, promotora Carmen Eliza Bastos (4 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

198 – POLICIAL acusado de envolvimento no caso Amarildo morre de infarto. Sábado passado, um outro PM que atuou na UPP da Rocinha foi executado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 14 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: soldado Victor Vinícius Pereira da Silva (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

199 – GOULART, Gustavo. Menos assassinatos. UPP avança, violência recua. Especialistas atribuem à política de pacificação a maior queda de homicídios da série histórica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 10, 21 mar. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Alba Zaluar, antropóloga, Paulo Storani, antropólogo, Sílvia Ramos, socióloga (3 não estatais/especialistas); Milton Corrêa da Costa, tenente coronel reformado da PM, Beltrame, secretário Segurança Pública (2 estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

200 – LAPAGESSE, Gabriela. Pezão: dívidas do estado serão pagas até dezembro. Segundo ele, governo está negociando com empresas inadimplentes para recompor caixa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 32, 22 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fonte: Pezão (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

201 – Light dará descontos em áreas de UPP. Aneel autoriza cobrança diferenciada no rio também em conjuntos do PAC. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 19, 25 mar. 2015. Economia.

UPPs: Santa Marta.

Pacote interpretativo predominante: ECF.

Fontes: Reive Barros dos Santos, diretor da Aneel, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, presidente da Light, Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel (3 estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

202 – PM REORGANIZA UPPs e diz que programa não recuará. Problemas, como abandono de base no Alemão, serão corrigidos, promete comandante. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 28 mar. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Alberto Pinheiro Neto, nota da Secretaria de Segurança Pública (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

203 – ARAÚJO, Vera. Maré vai ganhar torres de observação blindadas. UPPs do Alemão e da Rocinha serão à prova de tiros. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 30 mar. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

204 – PLANO de ajuste identifica problemas em 17 unidades. Beltrame pretende fazer remanejamento de efetivo para a Baixada Fluminense e interior. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 30 mar. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal); moradora não identificada (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

205 – ROSA, Gabriel. Fim de semana tem quatro mortos e quatro policiais feridos em favelas com UPP. Houve confrontos com bandidos na Mangueira, Nova Brasília e Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 30 mar. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar, Coordenadoria de Polícia Pacificadora, 23º BPM (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

206 – WERNECK, Antônio. Beltrame prevê dificuldades para UPPs na Maré. Amanhã, policiais militares começarão a substituir as Forças Armadas no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 31 mar. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

207 – WERNECK, Antônio. PM chega hoje à Maré para instalar quatro UPPs. Policiais substituirão militares das Forças Armadas no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 1 abr. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: comando da PM (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

208 – GOULART, Gustavo; NASCIMENTO, Rafael. Se UPP não der certo, ‘vamos todos para o buraco’, diz coronel. PM pediu apoio da população durante ocupação de favelas da Maré. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 2 abr. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Frederico Caldas (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

209 – OUCHANA, Giselle. Bala perdida mata mulher dentro de casa. É o terceiro confronto no Complexo do Alemão nesta semana. Um suspeito morreu. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 2 abr. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

210 – GOULART, Gustavo; ARAÚJO, Vera. Menino morre em novo tiroteio no Alemão. Confronto entre PMs e traficantes ocorreu depois que UPP do morro foi depredada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora, Polícia Militar (2 estatais), pai, não identificado, de jovem ferido (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

211 – BRISO, Caio Barreto. Revolta e conflito. Alemão sob clima tenso. Após protestos contra morte de menino, PMs montam barricadas; governo cogita nova reocupação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 4 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: nota Secretaria Estadual de Segurança Pública (1 estatal); Terezinha de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

212 – ALMEIDA, Renan. Moradores pedem paz no Complexo do Alemão. Caminhada lembrou as últimas vítimas da violência e teve participação dos pais de menino assassinado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 5 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

213 – RIBEIRO, Efrém. Infância interrompida. Família de Eduardo chega ao Piauí para o enterro. Mãe de menino morto diz que processará governo do Rio e que pode identificar PM que teria cometido o crime. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 6 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

214 – PEZÃO confirma que Complexo do Alemão será reocupado pela PM. Governador anuncia que patrulhamento em outras favelas ganhará reforço. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 6 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

215 – RAMALHO, Sérgio; ARAÚJO, Vera. Infância interrompida. Sem bala, sem prova. PMs teriam recolhido cápsulas perto do corpo do menino; reocupação do Alemão começa hoje. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 7 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: coronel Alberto Pinheiro Neto (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

216 – GALDO, Rafael. Pezão pode decretar emergência para fazer obras em UPPs. Governador diz que, se for preciso, tomará medida para construir logo bases definitivas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 7 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

217– SANTHUIZA, Martha; SCHMITT, Gustavo. Infância interrompida. Emoção e revolta no enterro de Eduardo. Mãe de menino disse ser capaz de reconhecer policial que atirou. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima, José Maria, pai da vítima (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

218 – WERNECK, Antônio. PMs da Maré mostram fuzil e dizem: ‘neném vai cantar’. Imagens foram postadas na internet. Corporação diz que policiais estão afastados das ruas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: nota da Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

219 – PRIORIDADE tem que ser reocupar o Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 7 abr. 2015. Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

220 – ARAÚJO, Vera. Infância interrompida. PM faz mea-culpa. Soldado de UPP diz que, pela sua localização na hora do tiroteio, pode ter matado o menino. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 8 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: 8ª Delegacia de Polícia Judiciária das UPPs (PM), Divisão de Homicídios (Polícia Civil) (2 estatais).

Clivagens ideológicas: Epol, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

221 – WERNECK, Antônio. Governador planeja instalar cabines blindadas em 12 UPPs. Pezão afirma que regime de emergência não pode ser adotado apenas em caso de desastre natural. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 8 abr. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão, governador, Jonas Lopes de Carvalho Júnior, presidente do TCE (2 estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

222 – WERNECK, Antônio *et al.* Morte no Alemão: PM deve depor hoje. Divisão de Homicídios convoca suspeito e policiais de UPPs passarão por exames psicológicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 9 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Rafael Calheiros, advogado, Ignácio Cano, sociólogo, Victória de Sulocki, advogada (3 não estatais); Pezão, tenente coronel Milton Corrêa da Costa (2 estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

223 – PAES diz que obras da Prefeitura em UPPs são um ‘favor’. Reforma de oito bases está atrasada, mas promessa é terminar este mês. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 9 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: ECF.

Fontes: Paes, Daniel Soranz, secretário municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

224 – MORTE no Alemão: PM não aparece para depor. Suspeito de atirar no menino Eduardo era esperado na Divisão de Homicídios. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 10 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Rafael Calheiros, advogado (não estatal); Alexandre Herdy, delegado, coronel Alberto Pinheiro Neto (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

225 – DEPUTADOS pedem prestação de contas da segurança. Comissão cobra explicações sobre o destino de R\$ 70 milhões repassados pela Alerj. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 10 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: deputada Martha Rocha, Secretaria estadual de Segurança, deputado Zaqueu Teixeira (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

226 – GOULART, Gustavo. Morte no Alemão: advogado promete levar PM para depor. Ida de suspeito à Divisão de Homicídios dependeria apenas de liberação médica. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 11 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Rafael Calheiros, advogado, Emanuel Azevedo, advogado (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

227 – VENTURA, Mauro. Dois cafés e a conta com... Raull Santiago. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 12 abr. 2015. Revista Rio Show.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Raull Santiago (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

228 – SCHMITT, Gustavo. Morte de menino no Complexo do Alemão: Pezão diz que PM errou. Segundo governador, caso servirá de exemplo para melhorar treinamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 14 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Pezão, Rivaldo Barbosa, delegado DH (2 estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

229 – MORTE no Alemão: PMs que atiraram durante a operação prestam depoimento. Um dos policiais é suspeito de ter baleado menino de 10 anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 15 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Manuel Azevedo, advogado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

230 – ALENCAR, Emanuel. Polícia vai reconstituir mortes no Alemão. Pais do menino Eduardo voltam ao Rio e prestam depoimentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 16 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal); Fábio Amado, defensor público (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

231 – MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Mãe de Eduardo vai processar José Júnior. Ela diz que líder do AfroReggae chamou seu filho de bandido; ativista social nega. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 17 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima, José Júnior, ativista (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

232 – MORTES no Alemão: suspeitas contra PMs aumentam. Investigadores fazem reconstituição de três casos no conjunto de favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 18 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Homero Freitas Filho, promotor público, Pezão, governador (2 estatais); Therezinha Maria de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

233 – CARPENTER, Laís. Mãe de Eduardo: ‘Reencontrei o PM que matou o meu filho’. Segundo Therezinha, policial participou da reconstituição do crime no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 28, 19 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

234 – FRANÇA, Renan. Negócios em alta. Babilônia de portas abertas. Favela vive boom turístico com 20 albergues e programa de imersão em sua rotina. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: ECF.

Fontes: Patrick Rolland, turista austríaco, Eduardo Figueiredo, dono de albergue, Paulo Guimarães, dono de albergue, Alexandre Gentile, empresário, Milton Bastos, empresário (5 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

235 – RAMALHO, Guilherme. Após Drummond, o astro pop. Mistério na laje de Michael Jackson. Óculos levados de estátua no alto do Dona Marta reaparecem um dia depois. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 23 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Thiago Firmino, guia de turismo do morro (1 não estatal); nota oficial da PM (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

236 – ARAÚJO, Vera. Cortando na própria carne. Afastamento sumário. PM ordena rigor nas apurações de desvios em UPPs para se reaproximar de moradores. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 27 abr. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: coronel Robson Rodrigues, major Leonardo Nogueira (2 estatais); Marcos Valério Alves, líder comunitário, morador não identificado, Mariluce Mariá, moradora, Robson Sávio Reis, cientista político, Elizabeth Sussekind, professora de Criminologia (5 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

237 – DESVIOS de conduta têm de ser combatidos em toda a PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 28 abr. 2015. Opinião. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

238 – FROSSARD, Bianca; SALLES, Stéfano. Arrastões na trilha. Ciclistas viram reféns de criminosos no Parque da Tijuca e têm bicicletas roubadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 4 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: UPP Borel, Ernesto Viveiros de Castro, diretor do Parque Nacional da Tijuca, tenente-coronel Marcelo Rocha (3 estatais); vítima não identificada, Cláudio Santos, presidente da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

239 – OUCHANA, Giselle; MAGALHÃES, Luiz Ernesto; SCHMIDT, Selma. Projeto do estado de erguer muros em 12 favelas empacou. Só o Dona Marta foi cercado. Na Rocinha, parque virou limite. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 6 maio 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Luiz Bezerra, associação de moradores do Cantagalo, William de Oliveira, Movimento Popular de Favelas, Sônia Rabello de Castro, Federação das Associações de Moradores do Rio, Jerônimo de Moraes, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Manoel Lapa, Crea-RJ (5 não estatais); Prefeitura, Emop (2 estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

240 – MARCOLINI, Bárbara. Acordes da harpa chegam aos jovens do Chapéu Mangueira. Em viagem pelo mundo, harpista canadense decide ficar três meses no Rio para dar aulas como voluntária. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 7 maio 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Santa Marta, Cidade de Deus.

Pacote: ECF.

Fontes: Gianetta Baril, harpista, Fiorella Soares, violoncelista, Mathias Taylor, aluno (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

241 – ARAÚJO, Vera. Insegurança. O preço da violência. Projetos sociais são prejudicados por causa de tiroteios no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, nota da Empresa de Obras Públicas (Emop), Carlos Minc, ex-secretário estadual de Meio Ambiente (4 estatais), Lúcia Cabral, diretora da ONG Educap, moradora não identificada, Unilever Brasil, Natura, Tim (5 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

242 – LIMA, Ludmila de. Encontros de domingo. Mariluce Mariá de Souza. A artista que pinta sentimentos complexos. Nascida e criada no Alemão, ela virou pintora autodidata e tem uma

de suas telas, que retrata de forma sombria umas das áreas mais violentas do Rio, na Universidade de Stanford. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 10 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: ECF.

Fonte: Mariluce Mariá de Souza, artista plástica, Cléber Araújo, marido, Camilo Coelho, ONG NBS Rio+Rio (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

243 – FAVELIZAÇÃO exige pulso firme do poder público. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 10 maio 2015. Opinião.

UPPs: Santa Marta, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

244 – CONFRONTO no São Carlos deixa um PM ferido. Morro fica próximo às favelas onde houve guerra de facções no fim de semana. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 13 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal); internauta/morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

245 – JÚNIOR, Paulo Roberto; FRANÇA, Renan. Uma década na mira. Menos violência no mapa. Pesquisa mostra que mortes por arma de fogo caíram 66% na capital entre 2002 e 2012. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 15 maio 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Júlio Jacobo, sociólogo, Sílvia Ramos, socióloga, Alba Zaluar, antropóloga (3 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

246 – SAÍDA temporária de presos é posta em xeque. Metade dos bandidos mais procurados do Rio não voltou à cadeia após benefício. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 15 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Estadual de Segurança (1 estatal); site G1, Breno Melaregno, presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-Rio, André Mendes, advogado, Taiguara Souza, advogado (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

247 – ROBERTO JÚNIOR, Paulo *et al.* O medo se espalha. Dois ônibus são queimados na região central da cidade, onde guerra do tráfico já matou 12. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 16 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Pezão, delegado Rivaldo Barbosa, major Marcelo Corbage (3 estatais); Washington Souza Amaral, motorista, Marilene Marques, enfermeira, Maria Aparecida, passageira, Dora Lourdes, dona de casa (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

248 – URBIM, Emiliano. O Rio virou sertão. Das favelas aos políticos locais, o cordel retrata a realidade carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 24, 17 maio 2015. Revista O Globo.

UPP: Alemão.

Pacote: ECF.

Fontes: José Franklin, cordelista, Gonçalo Ferreira da Silva, cordelista (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

249 – BOTTARI, Elenilce; NASCIMENTO, Rafael. Bala perdida mata comerciante na Mangueira. Durante o fim de semana, houve confrontos em quatro comunidades. Três delas já contam com UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 18 maio 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal); Arídio Cavalcante, irmão de uma vítima (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

250 – TEMA em discussão: o contencioso social da pacificação. Nossa opinião: dívida a resgatar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 18 maio 2015. Opinião.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

251 – VENTURA, Mauro. Dois cafés e a conta com... Higor Virgino. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: ECF.

Fontes: Higor Virginio, soldado do Bope e professor de artes marciais (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

252 – ARAÚJO, Vera. Sabotagem na segurança. Câmeras ‘apagadas’. Dez PMs são presos pela corregedoria por suspeita de desativar equipamentos em veículos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 29 maio 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, CDD.

Pacote: LCSA.

Fontes: Edval de Oliveira Novaes Júnior, Secretaria de Segurança, coronel Frederico Caldas, porta-voz da PM (2 estatais); Marcelo Burgos, cientista social, Robert Mugah, Instituto Igarapé (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

253 – WERNECK, Antônio. Dona Marta registra o primeiro confronto após criação de UPP. Traficantes armados atacaram PMs em unidade inaugurada em 2008. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: nota do Comando da UPP (1 estatal), Edílson Márcio Almeida da Silva, antropólogo (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

254 – COSTA, Ana Cláudia. Dona Marta ganha reforço após ataque. Governador Pezão diz que não haverá recuo na política de pacificação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 30 maio 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Márcio Rocha, comandante da UPP, Pezão, governador (2 estatais); José Tomé de Albuquerque, morador, moradora de Botafogo não identificada, funcionário de loja de Botafogo (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

255 – BELTRAME visita Dona Marta após tiroteio. Secretário conversa com moradores e PMs e toma até chimarrão em laje. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 1 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

256 – ALVES, Maria Elisa; GALDO, Rafael. As favelas que crescem dentro das favelas. Comunidades mantêm bolsões de pobreza extrema. Para especialistas, condições urbanas acentuam penúria. Os miseráveis. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 2 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Cidade de Deus.

Pacote: PCC.

Fontes: Maria Eunice Guimarães, moradora da Pavãozinho, Washington Freitas, morador do Pavãozinho, Jéssica das Neves, moradora da CDD, Francisca Oliveira, moradora da Morada 2001, Marcelo Ribeiro, professor do Ippur-UFRJ, Luiz Cesar Ribeiro, professor Ippur-UFRJ (6 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

257 – MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Amarildo: auditoria revoga prisão de 4 PMs. Policiais, no entanto, vão continuar detidos por causa de outro processo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: juíza Ana Paula Pena Barros (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

258 – PREFEITURA inaugura reforma de sete UPPs. Entre as novas sedes entregues ao estado, estão duas no Morro Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 3 jun. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Paes, Pezão (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

259 – ROCHA, Carla. Panorama Carioca. UPP pra quê? *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 6 jun. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Rocinha, Alemão, Borel, CDD.

Pacote: ECF.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

260 – SCHMIDT, Selma. O custo da ilegalidade. Emaranhado de perdas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 jun. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Alemão, Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Gisele Dias, moradora, Lúcia Martinez, Associação de Moradores da Providência, Geraldo Lemos, comerciante local, Luana dos Santos, moradora, Sandro Roberto, comerciante local, Marcelo Burgos, cientista social, Eduardo Alves, Observatório das Favelas (7 não estatais), Teresa Berger, vereadora, Pedro Paulo Carvalho, secretário de Coordenação Executiva de Governo do município, Mario Badiola, Light (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

261 – ESTRELA da zona sul. Com boa oferta de lazer e comércio, Botafogo é o queridinho do mercado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 jun. 2015. Morar Bem.

UPP: Santa Marta.

Pacote: ECF.

Fontes: Cláudio Hermolin, corretor, Leonardo Schneider, Secovi Rio, Johnny Guedes, corretor, Rodrigo Caldas, corretor, Leila Bogoricin, corretora (5 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

262 – LIMA, Maria. Senado aprova pena mais severa para homicídio de policiais. Lei, que depende de sanção da Presidência, torna crime hediondo o assassinato de agentes de segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 12 jun. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Renan Calheiros, senador, Beltrame (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

263 – MENINO Jesus. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 12 jun. 2015. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fonte: –.

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

264 – RAMALHO, Sérgio. Adolescente é baleado dentro de casa durante tiroteio na Rocinha. Mãe diz que filho a salvou em meio a conflito entre PMs e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 18 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Polícia Civil (1 estatal); Claudionora da Silva, mãe da vítima, Eduardo Barbosa, padastro da vítima (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

265 – MELO, Igor; MENASCE, Márcio; ALMEIDA, Renan. Medo em cada esquina. Seguido de morte. Aumento dos casos de latrocínio registrados este ano leva medo à população. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Gilson Chagas (1 estatal); Paulo Storani, sociólogo, Lenin Pires, antropólogo, Jaqueline Muniz, antropóloga (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

266 – TIROTEIOS deixam um morto na Maré e outro no Alemão. Na Vila dos Pinheiros, confronto terminou ainda com três soldados do Exército feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 19 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal); Wesley Barbosa, morador (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

267 – CASO Amarildo: Bope também é investigado. Imagens de câmeras da Rocinha indicam volume suspeito em caçamba de veículo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 23 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: apuração do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público estadual (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

268 – MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Prefeitura estuda novas regras para bailes funk em favelas. Minuta de decreto, que prevê eliminação de 22 exigências, é reavaliada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 24 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Abílio Tozzini, representante da Federação da Associação de Moradores do Rio (FAM), Luiz Fernando Janot, arquiteto, Nireu Cavalcanti, arquiteto e historiador (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

269 – AMARILDO: Pezão diz que estado vai colaborar com MP. Governador afirma que câmeras instaladas na Rocinha ajudaram na investigação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 25 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Pezão (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

270 – CARRERA, Matheus. Prefeitura afrouxa regras para realização de bailes em favelas. Ato derruba 21 exigências para eventos em comunidades com UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 25 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: ECF.

Fontes: Abílio Tozzini, Federação das Associações de Moradores do Rio (1 não estatal), Pedro Paulo Carvalho, secretário de Coordenação de Governo da Prefeitura (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

271 – OUCHANA, Giselle. Bandidos usam aplicativo para escapar da polícia. Programa do Ministério da Justiça dá acesso à lista de mandados de prisão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 29 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: juiz Alexandre Abrahão, delegado Marcos Cipriano, juiz Fábio Uchôa, promotor de Justiça Fábio Miguel de Oliveira, delegado Ronaldo Oliveira, Regina Miki, secretária nacional de Segurança Pública (6 estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

272 – CRIANÇA de 3 anos é atingida por bala perdida no Alemão. Ferido numa perna, menino já recebeu alta. Teleférico ficou parado ontem por dez minutos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 30 jun. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Secretaria Municipal de Saúde, nota Supervia, Carlos Roberto Osório, secretário estadual de Transportes (3 estatais); Jéssica Félix, moradora (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

273 – GOIS, Ancelmo. Não há UPP que aguentem. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 jul. 2015.

Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

274 – TIROTEIO deixa dois feridos e assusta o Alemão. Mulher e menino estão internados; quase 4 mil alunos não tiveram aulas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 3 jul. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: 22ª DP (1 estatal); Aparecida de Oliveira, irmã de uma das vítimas, João Vítor, morador e vítima de bala perdida (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

275 – OUCHANA, Giselle. PM de UPP morre durante ação no Morro do Andaraí. Outro policial ficou ferido em confronto com bandidos. Patrulhamento foi reforçado na região. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 7 jul. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal); leitor não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

276 – BOTTARI, Elenilce; SILVA, Ivete. Ofensiva contra o crime. A esperança numa lei. Nova regra que torna crime hediondo morte de policiais é comemorada por poder salvar vidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 9 jul. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Vanderlei Ribeiro, Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, Walter Heil, presidente da Coligação dos Policiais Civis, tenente Sílvia da Silva Souza, chefe do Serviço de Articulação Comunitária da Coordenadoria de Polícia Pacifiadora, Murilo Kielling, desembargador (5 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

277 – RAMALHO, Sérgio; ARAÚJO, Vera. Testemunhas do caso Amarildo também estão desaparecidas. Hoje faz dois anos que o pedreiro foi torturado e morto na UPP da Rocinha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 jul. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: depoimentos gravados de Lúcia Helena da Silva Lima e Wellington Lopes Silva, testemunhas (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

278 – SESSÃO de tortura é descrita em relatório de 389 páginas. Pelo menos três policiais militares teriam chorado quando ouviram os gritos de dor do pedreiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 14 jul. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: relatório Gaeco/MP-RJ (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

279 – MAGESTE, Rodolfo. Símbolo de esperança. O movimento nos pontos turísticos e comerciais pós-UPP na Penha, que comemora 96 anos na próxima quarta-feira. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 18 jul. 2015. Zona Norte.

UPP: Alemão.

Pacote: ECF.

Fontes: Thiago Sardinha, pároco da Igreja da Penha, Renê Silva, editor-chefe do jornal Voz da Comunidade, Camila Taboada, moradora da Penha (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

280 – OUCHANA, Giselle. Homem é amarrado com fios e linchado na Favela da Rocinha. Vítima, que morreu com politraumatismo, havia atacado uma família. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 21 jul. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar, Hospital Miguel Couto, Coordenadoria de Polícia Pacificadora (3 estatais); Ignácio Cano, sociólogo, Roberto Kant de Lima, antropólogo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

281 – PEIXOTO, Maurício. A paz que queremos. Destaque em reportagens do Globo-Tijuca, a chegada das UPPs às comunidades ajudou a amenizar a violência e a valorizar os imóveis. *O Globo* 90 anos contando histórias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 jul. 2015. Tijuca.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: Teresa Cristina Marciano, moradora da Tijuca, Janaína Maria da Silva, presidenta da Associação de Moradores do Morro da Formiga (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

282 – GRILLO, Marco. O Globo 90 anos contando histórias. Segurança pública. UPPs mudam conceito de policiamento nas comunidades. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 27 jul. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Cidade de Deus, Alemão, Rocinha.

Pacote interpretativo: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal), Antônio Werneck (1 não estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

283 – VALLE, Luisa. Atrações do Cariquinho vão de feijoada na laje a diárias no Copacabana Palace. Projeto começa hoje e vai até o fim de agosto oferecendo 230 opções de lazer e serviços. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 1 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: ECF.

Fontes: Martha Mendes, coordenadora do Carioquinha (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

284 – RAMALHO, Sérgio. Ação do tráfico leva pânico à Linha Vermelha. Bando ataca bases de UPP e torre da PM, fazendo tráfego parar na via expressa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 1 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: major Joyce Leite, comandante UPP Caju (1 estatal); testemunha não identificada, Cléo Guimarães, jornalista (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

285 – BOERE, Natália. Fim de semana com diversão mais em conta. Embora descontos da nova edição do Carioquinha estejam menores, programação variada faz sucesso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 3 ago. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Vidigal e Alemão.

Pacote: ECF.

Fontes: Cláudia Miranda, administradora, Laércio Oliveira, militar, Fabiana Marins, operadora de turismo, Bruno Moraes, morador de Nova Iguaçu, Eduardo Soares, instrutor de voo (5 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

286 – WERNECK, Antonio. PF acha depósitos do tráfico fora das favelas. Prisão de criminoso expõe novo esquema adotado por quadrilhas após UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Carlos Eduardo Thomé, Ana Helena Mota Lima, juíza (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

287 – SAUDINO, Leandro. Celeiro de fortes. Projeto de jiu-jitsu na Cidade de Deus, liderado por cabo da PM, vence dificuldades estruturais e ajuda na formação de mais de 90 jovens. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 6 ago. 2015. Barra.

UPP: CDD.

Pacote: ECF.

Fontes: Flávio Silva, cabo da PM e professor de jiu-jitsu, Mônica Laia, mãe de aluno (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

288 – EX-COMANDANTE de UPP é expulso. Propina do tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 7 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Tribunal de Justiça do Rio (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

289 – OUCHANA, Giselle. Contabilidade de guerra. Sob fogo cruzado. Moradores do Complexo do Alemão ouviram tiroteios em 81% dos dias deste ano. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 21 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal); Mariluce Mariá, moradora, moradora não identificada, Sílvia Ramos, cientista social, Paulo Storani, antropólogo (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

290– BOTTARI, Elenilce. Caixas 24h são desativados na Rocinha. Após roubo em equipamento, empresa suspende serviço na favela. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Comando da UPP Rocinha, Divisão de Homicídios da Polícia Civil (2 estatais); William de Oliveira, líder comunitário, gerente de agência bancária não identificado, Raimundo Santos, morador da Rocinha (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

291 – PELO FIM dos tiroteios. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 23 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Raul Santiago, morador (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

292 – BOTTARI, Elenilce. Amarildo: julgamento já está na fase final. Juíza analisa as últimas alegações da acusação e da defesa para decidir destino de 25 PMs acusados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 28 ago. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: promotora Carmen Eliza Bastos de Carvalho (1 estatal); Saulo Salles, advogado de defesa (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

293 – SCHMITT, Luiz Gustavo. Empreendedores de favelas vão concorrer a R\$ 82 mil. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 2 set. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Pezão (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

294 – SUSPENSÃO de UPPs em defesa do programa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 2 set. 2015. Opinião. Editoria Rio.

UPPs: Rocinha, Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

295– SALLES, Estéfano. Histórias retidas apenas na memória. Fechados há anos, Casa de Banho de Dom João VI, no Caju, e o Solar da Marquesa de Santos, em São Cristóvão, não têm previsão de reabertura. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 19 set. 2015. Zona Norte.

UPP: Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Estadual de Cultura, Comlurb (2 estatais); Sheila Castelo, historiadora, Ernesto Goeth, presidente Associação Comercial São Cristóvão (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

296– O DIFÍCIL caminho de volta para casa. Mãe de jovem que foi detido por furto de celular em Ipanema só apareceu na delegacia mais de cinco horas depois. Famílias em questão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 24 set. 2015. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: delegada Monique Vidal, juíza Raquel Chrispino (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

297 – APÓS morte de menino de 11 anos no Caju, policiais são afastados. Herinaldo Vinicius foi atingido no tórax; moradores acusam PMs de UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 24 set. 2015. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: LCSA.

Fontes: Coordenação da UPA da Maré (1 estatal); leitor não identificado, Camila Carvalho, moradora, Angélica Silva, moradora, Renan Ramos, morador (4 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

298 – PEZÃO diz que se PMs forem culpados vão ser punidos. Policial que atirou ‘saiu correndo’, conta vizinha da vítima. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 25 set. 2015. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: LCSA.

Fontes: Pezão, Coordenadoria de Polícia Pacificadora (2 estatais); Magali de Souza, moradora (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

299 – BANDA pode comprometer UPPs e a polícia em geral. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 1 out. 2015. Opinião. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: –.

Clivagens: Epol, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

300 – PM CRIA força-tarefa para prender assassino. Beltrame diz que soldado foi morto em retaliação à prisão de 30 suspeitos no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 2 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: major Ivan Blaz, Beltrame (2 estatais); Kelly Santos, prima da vítima (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

301 – COSTA, Célia; GOULART, Gustavo. Crimes em Niterói. O medo nas ruas. Bandidos fazem novas vítimas na cidade, que vive insegurança com policiamento escasso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 6 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Rodrigo Neves, prefeito de Niterói, nota da Polícia Militar, coronel Fernando Salema (3 estatais); Marinice Machado, grupo SOS São Francisco, Charbel Taiul, comerciante, Moacir Chagas, presidente do Conselho de Segurança de Niterói, vítima de assalto não identificada, outra vítima de assalto não identificada, nota da empresa Waze (6 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

302 – COMANDANTE de UPP foi morto por soldado. Policial da própria equipe fez o disparo por engano, ao ser atacado no Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 7 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Geniton Lages (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

303 – GRILLO, Marco. PMs de UPPs reclamam de treinamento. Em pesquisa, policiais lotados em favelas dizem não ter recebido formação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 10 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: policial não identificado, Pekhs Jones, subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção de Segurança (2 estatais); Leonarda Musumecchi, antropóloga, Sílvia Ramos (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

304 – MENDES, Taís. Preso suspeito de ter matado no Alemão PM que era dublador. Bandido que teria assassinado soldado estava em clube, junto com ‘gerente’ do tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 13 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Fábio Asty (45ª DP), Beltrame (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

305 – INVESTIGADO sumiço de irmãos no Dona Marta. Eles estão desaparecidos há cerca de 15 dias. Jovem foi assediada por bandido. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3. ed., p. 16, 17 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

306 – WERNECK, Antônio; SCHMITT, Luiz Gustavo. Comando investiga PMs por desviar armas. Grupo de 50 praças e oficiais é suspeito de integrar quadrilha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 22 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Victor Yunes, deputado Carlos Minc (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

307 – NA CRISE das UPPs, a leniência com a Educação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 17 out. 2015. Opinião. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: PCC.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

308 – RESENDE, Dayana. Jovem é baleado em blitz da PM na Rocinha. Moradores da favela fazem protesto e fecham Lagoa-Barra por duas horas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 36, 18 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Secretaria Municipal de Saúde, 11ª DP (2 estaduais); Jaciene dos Santos Conceição, mãe da vítima, André Muniz, primo do piloto da moto (2 não estaduais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

309 – ALTINO, Lucas. O balé como ação pacificadora. Companhia Destacada do Morro do Banco oferece aulas de dança à comunidade; em breve haverá também muay thai e jiu-jitsu. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 22 out. 2015. Barra.

UPP: CDD.

Pacote: ECF.

Fontes: Rafaela Malta, policial e professora de balé (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

310 – WERNECK, Antônio; SCHMITT, Luiz Gustavo. Comando investiga PMs por desviar armas. Grupo de 50 praças e oficiais é suspeito de integrar quadrilha. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 22 out. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Victor Yunes, deputado Carlos Minc (2 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

311 – PM SUSPEITO de assédio continua em UPP. Denunciado por policiais do Dona Marta, ele faz tarefas internas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2. ed., p. 13, 27 out. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Ivan Blatz, porta-voz da PM (1 estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

312 – WERNECK, Antônio *et al.* Morte no Alemão. Um erro fatal, nenhum culpado. Polícia conclui que PMs atiraram no menino de 10 anos, mas os inocenta por ‘legítima defesa’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 4 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: delegado Rivaldo Barbosa, Denilson Siqueira, perito, Fábio Amado, defensor público (3 estatais); Patrícia de Sousa, irmã da vítima, Rafael Medina, professor de Direito, Átila Roque, Anistia Internacional, Tião Santos, movimento Viva Rio (4 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

313 – BOERE, Natália. Mais três comunidades da Zona Sul vão entrar no Google Maps. Nova fase do projeto, que destaca atrações, começa pelo Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: ECF.

Fontes: Maurício Gonçalves, comerciante local, Ronan Ramos Júnior, AfroReggae, Patrícia Alves, moradora, Pedro Galdino, morador (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

314 – PESQUISA vai ser concluída até o dia 20 de dezembro. Levantamento é feito por agentes das comunidades que ganham até R\$ 1.500. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 nov. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Rocinha, Vidigal, Caju.

Pacote: ECF.

Fontes: Ronan Ramos Júnior, gerente de projetos do AfroReggae, Patrícia Alves, agente do projeto e moradora do Santa Marta, Pedro Galdino, morador do Pavãozinho (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

315 – PRESO soldado da Aeronáutica com munição de fuzil. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 7 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

316 – PM PRENDE Isaías do Borel com três pistolas e rádios. O criminoso, detido na Tijuca, foi solto em 2012, sob protesto do Tribunal de Justiça do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 32, 8 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: capitão Márcio Rocha, comandante UPP Borel (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

317 – BOTTARI, Elenilce. Violência deixa 435 filhos de PMs órfãos nos últimos seis anos. Número, referente a pensões pagas pelo estado, reflete a triste rotina de famílias de policiais mortos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 15 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: major João Costa Filho (1 estatal); Cristina Custódio, viúva de policial, Vanessa Santos Dantas, viúva de policial (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

318 – DE LIMA, Ludmila; ALVES, Maria Elisa. Violência. Mais mortes nas áreas com UPPs. Total de casos sobre 55%, e estado culpa volta às favelas de traficantes que estavam presos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 nov. 2015. Editoria Rio, p. 8.

UPPs: Alemão, São Carlos, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: major Ivan Blatz, porta voz das UPPs, José Vicente Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública, e Secretaria de Segurança Pública (3 estatais); Julita Lemgruber, socióloga (1 não estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

319 – PMS QUE atiram em excesso fazem treinamento. Meta do curso é reduzir número de disparos e de erros durante operações. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote interpretativo predominante: LCSA.

Fontes: tenente-coronel Mauro Andrade (1 estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

320 – GALDO, Rafael; ARAÚJO, Vera. Segurança no divã. A tropa em choque. Comando da PM calcula que quase um terço do efetivo de UPPs tenha distúrbios psicológicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 18 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: coronel Alberto Pinheiro Neto, coronel Robson Rodrigues, X., policial não identificado, funcionário de unidade médica não identificado, Vanderlei Ribeiro, presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM (5 estatais); Jorge Darze, presidente Sindicato dos Médicos (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

321 – CASO Eduardo: MP rejeita inquérito e denuncia PM. Promotor encontra divergências na investigação sobre a morte do menino. Delegado havia inocentado policial. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 19 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Homero das Neves, promotor (1 estatal); Átila Roque, Anistia Internacional, Antônio Carlos da Costa, ONG Rio de Paz (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

322 – MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Não haverá expansão de UPPs antes dos Jogos, diz Beltrame. Conclusão de projeto na Maré está garantida, mas Chapadão, Costa Barros e Pedreira vão ter de esperar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 20 nov. 2015. Editoria Rio.

UPPs: CDD, Borel, Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

323 – LIÇÕES do aumento da violência nas UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 20 nov. 2015. Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

324 – SALLES, Stéfano. Violência volta a preocupar região. Estácio deve ceder parte do Campus João Uchôa, no Rio Comprido, para base de apoio de UPP. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 nov. 2015. Tijuca.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

325 – CEROLIM, Filipe. Visual digno de um brinde. Trilha do Morro Dois Irmãos promete marcar o verão, que parece ter chegado mais cedo, no fim de semana. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 21 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Igor Melo, morador de Niterói, Tina Andersen, turista norueguesa (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

326 – LO-BIANCO, Alessandro. PM é morto por bandidos na Providência. Policial foi baleado no pescoço em emboscada de traficantes dentro do morro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 26 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: major Ivan Blaz (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

327 – BOTTARI, Elenilce *et al.* O futuro na linha de tiro. Escolas sitiadas pela violência. Este ano, 310 colégios da rede municipal tiveram aulas suspensas devido a tiroteios. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 29 nov. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Helena Bomeny, secretária municipal de Educação (1 estatal); coordenadora, não identificada, de escola, diretora, não identificada, de escola, professor de escola, não identificado (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

328 – BANDIDOS matam mais um PM em área com UPP. Soldado estava fazendo patrulhamento de rotina no Jacarezinho quando foi atacado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 1 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

329 – BRISO, Caio Barreto. Um coração despedaçado em busca de justiça. Mãe de Eduardo, menino morto no Alemão, abandonou o Rio e conta como tenta sobreviver após a tragédia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 dez. 2015. Editoria Rio, p. 14.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Therezinha de Jesus, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

330 – BOTARI, Elenilce. Secretário: ordem para ataques no Jacarezinho partiu de Bangu 3. Após mortes de 3 PMs, forças especiais assumem patrulhamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 8 dez. 2015. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, major Ivan Blaz (2 estatais); Ignácio Cano, sociólogo (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

331 – RESENDE, Dayana; GOULART, Gustavo. Tentativa de roubo e tiroteio levam pânico a Botafogo. Criminosos invadiram bar, mas foram surpreendidos por PMs. Perseguição terminou com três suspeitos detidos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 10 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Raimundo Alvez, Arimar Valado, comerciantes (2 não estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

332 – FERREIRA, Paula. Intenso tiroteio na Rocinha deixa homem morto e quatro feridos. Moradores e PM têm versões diferentes para confusão que fechou túneis. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 26 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal), morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

333 – PMS ATIRARAM para acabar com festa, dizem parentes das vítimas. Testemunha alega que policial agrediu homem com chute nas costas. Rapaz estaria bêbado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 26 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: Comando UPP Rocinha (1 estatal); sogra de uma das vítimas, não identificada, morador não identificado (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

334 – MENINO de 11 anos baleado em ataque na Cidade de Deus é enterrado. Irmã do garoto morto na ação diz que ele era inocente e foi confundido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 26 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Cidade de Deus.

Pacote: LCSA.

Fontes: Divisão de Homicídios, Comando da UPP Cidade de Deus (2 estatais); Marcos dos Santos, pai de uma das vítimas, Amanda Gomes, irmã de outra vítima (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

335 – CONFRONTO entre bandidos e polícia leva pânico ao Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: nota do Bope (1 estatal); Renê Silva, diretor do jornal *A Voz da Comunidade* (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

336 – ARAÚJO, Vera. PMs acusados de tortura já estão soltos. Notícia deixa aterrorizado rapaz que diz ter sido ameaçado por soldado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 dez. 2015. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: LCSA.

Fontes: delegado André Pieroni (1 estatal); morador não identificado, moradora não identificada (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

2016

337 – ARAÚJO, Vera. Homicídios em queda. Menos mortes na cidade. Índice de assassinatos registrado no ano passado é o menor desde 1991. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 15 jan. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Flávia Ferrer, procuradora (2 estatais); Ilona Szabó, cientista política (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

338 – BOTTARI, Elenilce; FRANÇA, Renan. Pezão quer privatizar fornecimento de água e esgoto em favelas. Governador prepara programa para saneamento em 25 comunidades, em parceria com empresas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 17 jan. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Rocinha, Vidigal, CDD, Alemão.

Pacote: PCC.

Fontes: José João Santana, morador, Adactor Ottoni, engenheiro civil (2 não estatais); Pezão, Jorge Briard, presidente da Cedae (2 estatais).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

339– SANEAMENTO de favelas para além de água e esgoto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 24 jan. 2016. Opinião.

UPPs: Alemão, Rocinha, Vidigal, Cidade de Deus.

Pacote: ECF.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

340 – UMA DÉCADA de crime. Comando da UPP admite migração da violência após UPPs. Dados do ISP mostram que roubos e homicídios diminuíram no Centro e na Zona Sul e aumentaram na Zona Norte. *O Globo*, Niterói, p. 3, 30 jan. 2016.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: moradora X, Lenin Pires, sociólogo, Moacyr Chagas, Conselho Comunitário de Segurança de Niterói (3 não estatais); comandante Danilo, 4º CPA (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

341 – JUSTIÇA condena grupo de policiais militares envolvido na morte de Amarildo. Pelo menos oito PMs vão cumprir penas; a maior chegará a 13 anos e sete meses de prisão. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 1 fev. 2016. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: sentença da juíza Daniela Alvarez Prado (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

342 – BRAGA, Élbio. Michael Jackson fora da festa dos 20 anos. Duas décadas após visita do cantor, estátua vai para o concerto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 3 fev. 2016. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: Thiago Firmino, morador, Ique, artista plástico, guia de turismo americana não identificada, Sonia Regina, comerciante local (4 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

343 – MAZZACARO, Natasha. Alto e baixo Santa Marta. Comunidade de Botafogo faz balanço dos avanços e retrocessos 20 anos após passagem de Michael Jackson pelo local. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16-17, 18 fev. 2016. Zona Sul.

UPP: Santa Marta.

Pacote: ECF.

Fontes: Thiago Firmino, Patrícia Quixaba, guias de turismo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

344 – ARAÚJO, Vera. Cofre vazio. Segurança no fio da navalha. Cortes podem afetar serviço 190, novas UPPs e até policiamento durante os Jogos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 fev. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Secretaria de Planejamento e Gestão (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

345 – BOTTARI, Elenilce. Polícia expulsa sete dos 12 condenados no caso Amarildo. Outros cinco PMs respondem a processos disciplinares. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 26 fev. 2016. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: assessoria de imprensa da PM, sentença judicial da juíza Daniela Alvarez Prado (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

346 – FRANÇA, Renan. Operação em Santa Teresa terminou com um morto e um ferido. Policiais buscavam suspeitos de balear delegado; no Dona Marta houve tiroteio em duas madrugadas seguidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 6 mar. 2016. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: L&O.

Fontes: sargento Marcos Paulo (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

347 – PM ENCONTRA drogas e cerca de mil balas no Dona Marta. Setor de Inteligência de UPP realizou operação na comunidade um dia após a morte de suspeito. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 8, 7 mar. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Caju.

Pacote: L&O.

Fontes: assessoria da PM, UPP Caju e Comando de Polícia Pacificadora (3 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

348 – UPPS emitem preocupantes sinais de desgaste. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 11 mar. 2016. Opinião.

UPPs: Santa Marta, Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

349 – BACELAR, Carina. Urbanização adiada. Esperança desacelerada. Promessa do PAC-2 de investir R\$ 2,9 bi para mudar vida de 5 comunidades não se cumpriu. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 21 mar. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Alemão, Rocinha, Borel.

Pacote: PCC.

Fontes: nota do Ministério das Cidades, Secretaria Estadual de Obras (2 estatais); Liana Ribeiro, moradora da Mangueira, Fabiana Vieira, moradora da Mangueira, Maria da Penha Nascimento, moradora do Borel, Ana Paula de Jesus, moradora do Borel, Sheila Furtunato, moradora do Complexo do Lins (5 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

350 – WERNECK, Antônio. Comunidades com UPPs têm média de quatro confrontos por dia. Já foram realizados 328 ataques este ano contra PMs; Borel teve morte em tiroteio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 23 mar. 2016. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: Coordenadoria de Polícia Pacificadora, policial não identificado (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

351 – WERNECK, Antônio. PM de UPP é morto na Cidade de Deus. Cabo é atingido na cabeça durante confronto com traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 26 mar. 2016. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: L&O.

Fontes: comando UPP CDD, comando da UPP São João (2 estatais); morador não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

352 – CIDADE de Deus: ação da PM deixa 4.793 alunos sem aula. Operação era para fazer reintegração de posse de terreno e buscar assassinos de policial. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.13, 30 mar. 2016. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: LCSA.

Fontes: Prefeitura, Comando de Operações Especiais (COE) na Cidade de Deus (2 estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

353 – NASCIMENTO, Rafael; RESENDE, Dayana. Tiroteios no Complexo do Alemão deixam 7 feridos. Uma das vítimas é um menino de 7 anos. Ele foi atingido por dois tiros numa das pernas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 17 abr. 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Estadual de Saúde (1 estatal); morador não identificado, moradora não identificada, Maria de Lourdes, avó de menino baleado (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

354 – GOULART, Gustavo. Confrontos no Alemão já têm 2 mortos. Oito pessoas ficaram feridas em 48 horas de tiroteios entre PMs e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 33, 18 abr. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar (1 estatal); médico da UPA não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

355 – MENINA morre ao ser baleada na cabeça por namorado da mãe. Pais de jovem preso pelo crime chamaram a polícia para impedir linchamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 20 abr. 2016. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Divisão de Homicídios (1 estatal); Renato Senhorinha, tio da vítima, Antônio Souza Ramos, pai da vítima (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

356 – ALEMÃO: família de morto quer processar estado. Mototaxista foi atingido durante troca de tiros entre bandidos e PMs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 25 abr. 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: Comando da UPP Alemão (1 estatal); Maria Aparecida do Nascimento, irmã da vítima, ambulante que estava na moto quando a vítima foi atingida (2 não estatais).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

357 – WERNECK, Antônio. Multidão de foragidos. Prenda se for capaz. Estado tem mais de 130 mil mandados de prisão para serem cumpridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 2 maio 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, Polícia Federal, Marcelo Freixo, deputado estadual, nota da Polícia Civil (4 estatais); Breno Melaragno, advogado, Roberto Kant de Lima, antropólogo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

358 – OUCHANA, Giselle; ARAÚJO, Vera. Violência nas ruas. Uma tropa acuada. Chega a 35 o número de policiais assassinados este ano no estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 10 maio 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Beltrame, Vanderlei Ribeiro, presidente da Associação de Praças da PM (2 estatais); comerciante local não identificado, Julita Lemgruber, socióloga, Paulo Storani, antropólogo (3 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, Pefe.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

359 – CORRIDA no Vidigal. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 24, 12 maio 2016. Zona Sul.

UPP: Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: –.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

360 – COSTA, Célia; GALDO, Rafael. Trator atropela e mata menina de 3 anos em ladeira do Vidigal. Veículo atingiu outras duas pessoas, entre elas, a avó de Ohana. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 14 maio 2016. Editoria Rio.

UPP: Vidigal.

Pacote: L&O.

Fontes: Secretaria Municipal de Saúde, 15ª DP, Comlurb (3 estatais); Sueli da Silva, moradora, Cláudio Costa, morador (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

361 – MORTE de mulher desencadeia dia de violência na Cidade de Deus. Traficantes atacam PMs, montam barricadas e fecham comércio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 3 jun. 2016. Editoria Rio.

UPP: CDD.

Pacote: L&O.

Fontes: Centro de Operações da Prefeitura, Divisão de Homicídios da Polícia Civil (2 estatais); moradora não identificada (1 estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

362 – MENASCE, Márcio. Estado terá que pagar R\$ 3,8 milhões à família de Amarildo. Além da indenização, parentes têm direito a pensão do governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 11 jun. 2016. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: LCSA.

Fontes: sentença judicial da juíza Maria Paula Galhardo (1 estatal); João Tancredo, advogado da família, Michele, sobrinha de Amarildo (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

363 – NUNES, Marcos; NASCIMENTO, Rafael. Delegado pede remoção de traficante para hospital penitenciário. Getúlio Vargas teve segurança reforçada por causa de criminoso internado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun. 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: delegado Wellington Vieira (21ª DP), Polícia Militar (2 estatais); duas testemunhas não identificadas (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

364 – MIRANDA, André. Histórias de um dono do morro. Jornalista inglês lança no Brasil livro sobre Nem, ex-chefe do tráfico da Rocinha, preso em 2011. Flip 2016. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 24 jun. 2016. Editoria Rio.

UPP: Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Misha Glenny, autor do livro (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

365 – RESENDE, Dayana; NASCIMENTO, Rafael. Adolescente morre após ser baleado na cabeça no Borel. Testemunhas dizem que jovem ficou no meio do fogo cruzado entre policiais e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 1 jul. 2016. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: LCSA.

Fontes: Janaína, mãe da vítima, morador, não identificado, do Borel, morador do Borel, não identificado, em rede social (3 não estatais); nota da PM (1 estatal).

Clivagens ideológicas: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

366 – NUNES, Marcos. Polícia investiga morte de jovem no Borel. Parentes dizem que PMs atiraram ao confundir saco de pipoca com droga. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 jul. 2016. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: LCSA.

Fontes: delegado Fábio Cardoso e Comando da UPP Borel (2 estatais); avô da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

367 – BOTTARI, Elenilce. Pesquisa em 20 favelas mostra aprovação às UPPs. FGV ouviu 2 mil moradores e, para 75,8%, projeto precisa ser mantido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 6 jul. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, CDD, Borel, Vidigal, Alemão, Rocinha.

Pacote: L&O.

Fontes: Márcio Grijó, cientista social e coordenador da pesquisa (1 não estatal); e José Mariano Beltrame, secretário estadual de Segurança Pública (1 estatal).

Clivagens: UPPF, EDD, Pefe.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

368 – FRANÇA, Renan. Longe do lugar-comum. A vida real das favelas para turista ver. Hostels em comunidades lotam para a Olimpíada e atraem principalmente estrangeiros interessados na rotina de cariocas que vivem nos morros. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 10 jul. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Vidigal.

Pacote interpretativo predominante: ECF.

Fontes: Eduardo de Moura, turista português, Ruth Gonçalves, dona de albergue no Vidigal, Alesio Pizzolon, turista argentino, Jeniffer White, turista inglesa (4 não estatais); Phillipe Campelo, subsecretário de Turismo (1 estatal).

Clivagens ideológicas: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

Relação com a temporalidade: UPPs e Olimpíadas.

369 – NASCIMENTO, Rafael. Bala perdida mata adolescente no Estácio. Mãe de adolescente de 14 anos, que vivia no Morro de São Carlos, culpa a PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 23 jul. 2016. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: LCSA.

Fontes: Bope (1 estatal); Dayse dos Santos, mãe da vítima (1 não estatal).

Clivagens: Epol, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

370 – TORRES, Ana Carolina. Com medo de tiros, mãe põe filho para dormir na área externa da casa. Segundo moradores do Complexo do Alemão, confrontos já duram semanas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 ago. 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: LCSA.

Fontes: assessoria das UPPs (1 estatal); mãe, não identificada, da criança, morador não identificado (2 não estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

371 – OUCHANA, Giselle; TORRES, Ana Carolina; ROCHA, Fabiano. Delegado é baleado durante ação no Complexo do Alemão. Megaoperação, com 450 agentes, teve 13 presos e dois mortos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 ago. 2016. Editoria Rio.

UPP: Alemão.

Pacote: L&O.

Fontes: Felipe Curi, titular da Delegacia de Combate às Drogas (Dcod), Fábio Asty, delegado titular da 45ª DP, assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública (3 estaduais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

Relação com a temporalidade: UPPs e Olimpíadas.

372 – GRANDELLE, Renato. Medo de subir o morro. Lá vão os turistas descendo a ladeira. Número de visitantes em favelas caiu até 90% nos Jogos, em comparação com Copa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 ago. 2016. Editoria Rio.

UPPs: Santa Marta, Cabritos-Tabajara, Rocinha e Vidigal.

Pacote: ECF.

Fontes: Salete Martins, Gilmar Lopes, Erick Martins, Adam Newman, Carla Lee Barret, guias de turismo (5 não estaduais).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

Relação com a temporalidade: UPPs e Olimpíadas.

373 – SODRÉ, Leonardo. Bando assalta 11 pessoas na Floresta da Tijuca. Grupo que fazia trilha teve roupas, dinheiro e equipamentos eletrônicos roubados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 14 ago. 2016. Editoria Rio.

UPP: Borel.

Pacote: L&O.

Fontes: Tainá Melo, vítima do roubo (1 não estatal), assessoria da Polícia Militar (1 estatal).

Clivagens: UPPA, EDD, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

374 – CARMELO sobe o Dona Marta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 5, 16 ago. 2016. Editoria Rio.

UPP: Santa Marta.

Pacote: ECF.

Fontes: Thiago Firmino, guia turístico (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

375 – RESENDE, Dayana. Policial faz desabafo sobre suposto racismo e post viraliza. Passageira ao seu lado teria se afastado e mudado de vagão por medo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 18 ago. 2016. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: ECF.

Fontes: Igor Martins, policial supostamente vítima de racismo (1 estatal); internauta não identificado (1 não estatal).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

376 – ‘FAVELAGRAFIA’. A visão do morro por quem vive nele. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 17, 19 ago. 2016. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

UPPs: Borel, Dona Marta, Alemão, Rocinha.

Pacote: ECF.

Fontes: Anderson Valentim, participante do projeto, e Aline Pimenta, idealizadora do projeto (2 não estatais).

Clivagens: UPPF, EDD, PPER.

Perspectiva narrativa: normalidade/integração.

377 – CANDIDATO a vereador, policial militar é morto na Baixada. Sargento lotado em UPP é o 13º político assassinado em dez meses na região. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 21 ago. 2016. Editoria Rio.

UPP: São Carlos.

Pacote: L&O.

Fontes: Polícia Militar, delegado Ginton Lages (2 estatais).

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

Perspectiva narrativa: conflito/crime.

**ANEXO B – RELAÇÃO COM A TEMPORALIDADE: UPPS E A COPA DO MUNDO
(DE 2 DE MAIO A 11 DE JULHO DE 2014)**

- 1 – GOULART, Gustavo. Reforço na segurança. O avanço da pacificação. Plano de expansão prevê implantação de mais 32 UPPs no estado até 2018. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 2 de maio de 2014. Editoria Rio.
- 2 – ARAÚJO, Vera. Número de homicídios sobe 23,6% no estado. Governo antecipa esquema da Copa e anuncia mais 2 mil PMs no patrulhamento das ruas a partir de segunda. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 3 maio 2014. Editoria Rio.
Pacote: L&O.
Clivagens: EDD, UPPA, PPER.
- 3 – GOULART, Gustavo. Homem morre e outro é ferido durante mais uma noite de violência na Rocinha. Polícia prende outro suspeito de envolvimento no ataque a bandidos contra a UPP da favela. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 3 maio 2014. Editoria Rio.
- 4 – GALDO, Rafael. Sem preconceito. Baile funk com patrocínio oficial. Estado inclui evento entre atividades que receberão R\$ 650 mil. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 3 maio 2014. Editoria Rio.
- 5 – IRMÃO de chefe do tráfico da Maré é preso. Fabiano Santos de Jesus comandava venda de drogas na Baixa do Sapateiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 5 maio 2014. Editoria Rio.
- 6 – MENINO de 8 anos é baleado no Morro dos Macacos. Criança foi ferida durante tiroteio entre policiais militares e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.14, 6 maio 2014. Editoria Rio.
- 7 – COSTA, Célia; GOULART, Gustavo. Tenho fé na recuperação do meu filho. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 7 maio 2014. Editoria Rio.
- 8 – RIO Como Vamos: segurança melhorou de 2009 para 2013. Estudo revela que registros em hospitais e DPs caíram na cidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 10 maio 2014. Editoria Rio.
- 9 – SCHMITT, Gustavo. Cidadania. Lugar de lixo é na lixeira. Comunidade Santa Marta reivindica melhoria na coleta e lança campanha para que as 12 toneladas de detritos produzidas por dia sejam jogadas nas caçambas da Comlurb. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 11 maio 2014.
- 10 – MP ACUSA tenente-coronel da PM de chefiar bando na Tijuca. Segundo inquérito, esquema gerava ganho mensal de R\$ 100 mil a policiais e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 12 maio 2014 Editoria Rio.

11 – ARAÚJO, Vera. Polícia Militar compra 750 fuzis, que chegam em julho. Armamento em uso tem 50 anos. Apreensão de armas gera déficit. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 14 maio 2014. Editoria Rio.

12 – BANDIDOS apedrejam UPP de Mangueiras. Moradores fazem protesto após jovem ser morto em confronto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 15 maio 2014. Editoria Rio.

13 – SERRA, Paola. Pezão diz que PM poderá ocupar Vila Aliança. Vídeo mostra bandidos atirando para o alto em comemoração de gol. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 15 maio 2014. Editoria Rio.

14 – SALLES, Stéfano. Com câmeras, mas sem sossego. Assaltos assustam moradores do Jardim Oceânico. Nem mesmo equipamentos de vigilância inibem ações de criminosos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 15 maio 2014. Suplemento Barra.

15 – BOTTARI, Elenilce. Homicídios têm queda de 26,5% em áreas de UPP. Tendência é inversa à registrada na cidade do Rio, onde houve aumento de 9,7% no ano passado. *O Globo*, p. 16, 20 maio 2014. Editoria Rio.

16 – COSTA, Ana Cláudia. Contagem regressiva. Segurança reforçada. Plano que começa nesta sexta-feira mobilizará 20 mil homens até 31 de julho. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 21 maio 2014. Editoria Rio.

Pacote: L&O

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

17 – ALÉM DAS UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 21 maio 2014. Opinião. Editoria Rio.

18 – GOULART, Gustavo. Pezão inaugura UPP da Vila Kennedy. Governador anuncia novos investimentos em áreas pacificadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 24 maio 2014. Editoria Rio.

19 – WERNECK, Antonio. Presença de militares na Maré custa R\$ 1,7 milhão por dia. Governos já articulam a ampliação do tempo de ocupação da área. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 26 maio 2014. Editoria Rio.

20 – SETE MIL FICAM sem aula após ataque à UPP da Cidade de Deus. Cabo é baleado no braço; Pezão diz que patrulhamento será reforçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 27 maio 2014. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

21 – POLICIAIS reconstituem morte de dançarino. Moradores do Morro Pavão-Pavãozinho criticam demora para fazer perícia. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 27 maio 2014. Editoria Rio.

- 22 – MORADOR morre baleado no Alemão. Segundo a PM, ele foi atingido quando tráfico atacou equipes de UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 28 maio 2014. Editoria Rio.
- 23 – PARCERIA em alta nas favelas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 29 maio 2014. Editoria Rio.
- 24 – MP DENUNCIA cinco PMs de UPPs da Rocinha por ligação com o tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 30 maio 2014. Editoria Rio.
- 25 – CALLEGARI, Carolina. Protesto fecha Avenida Princesa Isabel. Na Rocinha, confronto com a polícia deixa um morto e dois feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 30, 1 jun. 2014. Editoria Rio.
- 26 – PMS TERIAM removido homem baleado sem aguardar perícia. Vídeo obtido pelo Extra mostra ação na favela da Rocinha que deixou um morto e dois feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 2 jun. 2014. Editoria Rio.
- 27 – CÂNDIDA, Simone. Na Ilha, moradores não se animam. Para eles, BRT não vai resolver um dos maiores problemas do bairro: o transporte precário. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 jun. 2014. Editoria Rio.
- 28 – DOIS PMS da UPP do Alemão são baleados em confronto. Soldados foram surpreendidos por bandidos armados no Largo do Bulufa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 3 jun. 2014. Editoria Rio.
- 29 – BOTTARI, Elenilce. Por uma legislação mais rigorosa. Antídoto para a impunidade. Beltrame faz proposta para combater distorções na lei que favorece libertações de criminosos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 5 jun. 2014. Editoria Rio.
- 30 – BRUNO, Cássio; REMÍGIO, Marcelo. Rumo às urnas. O tamanho da rebeldia. Ato promovido pelo presidente do PMDB no Rio em apoio a Aécio e Pezão reúne 1.600 líderes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 6 jun. 2014. Editoria País.
- 31 – PM É baleado em confronto no Complexo do Alemão. Tiroteios assustam moradores nas localidades de Areal e Nova Brasília. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 7 jun. 2014. Editoria Rio.
- 32 – CUNHA, Bruno. Com cara de paisagem. Réplica de Estátua da Liberdade volta à praça Miami, na Vila Kennedy, após quatro meses de revitalização. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 jun. 2014. Caderno Zona Oeste.
- 33 – LIMA, Ludmilla de. Encontros de domingo. Fiorella Solares. Educação e música, a fórmula para superar a dor de uma perda. Ex-violoncelista do Teatro Municipal e viúva do maestro David Machado, ela dedica 14h por dia à ONG Ação Social pela Música, criada pelo

marido em 1995, pouco antes de morrer e hoje presente em 19 favelas do Rio, além de cidades do interior. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 jun. 2014. Editoria Rio.

34 – MELLO, Igor. Insegurança. A multiplicação do crime. Relatório da Ampla à Aneel diz que áreas violentas da cidade dobraram em cinco anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 8 jun. 2014. Niterói.

35 – MONTI, Renata. São Conrado: pichações contra assaltos. Avisos em tapumes de obra alertam para risco em passagem de pedestres. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 9 jun. 2014. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

36 – AMORIM, Bruno. Preso idoso que tentou subornar policial. Aposentado dirigia carro roubado e ofereceu R\$ 500 para ser liberado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 26, 10 jun. 2014. Editoria Rio.

37 – ARAÚJO, Vera. Roubos em coletivos cresceram quase 60%. Homicídios caem na capital e aumentam 29% na Baixada Fluminense. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 12 jun. 2014. Editoria Rio.

38 – NORBERTO, Dilceia. Abaixo-assinado contra a violência. Moradores da Barra já conseguiram apoio de 2.500 pessoas, e querem entregar petição ao secretário de Segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 12 jun. 2014. Caderno Barra.

39 – WERNECK, Antônio. Um bairro à margem. Pobreza extrema à beira-mar é mapeada. Famílias miseráveis são identificadas por mutirão feito em região com 16 mil habitantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 13 jun. 2014. Editoria Rio.

40 – PM É ferido durante tiroteio na Rocinha. Após dois confrontos num mesmo dia, favela ganha reforço no policiamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 33, 15 jun. 2014. Editoria Rio.

41 – MENINO de 12 anos é morto na Cidade de Deus. Traficantes e PMs trocavam tiros. Na Rocinha e no Alemão, patrulhamento foi reforçado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 16 jun. 2014. Editoria Rio.

42 – COSTA, Ana Cláudia. Sem segurança, teleférico do Alemão para. Tiroteios causaram a suspensão do serviço que deve ser retomado hoje. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 18 jun. 2014. Editoria Rio.

43 – PAES, Marta; MAGESTE, Rodolfo. Eles têm o seu valor. Sucesso de vendas, lançamentos do bairro atraem investidores e sobretudo os próprios tijuicanos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 19 jun. 2014. Tijuca.

44 – CÂNDIDA, Simone. Decretada prisão preventiva de 17 traficantes do Alemão. Investigações da Polícia Civil comprovaram a participação de grupo do tráfico no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 20 jun. 2014. Editoria Rio.

45 – LO-BIANCO, Alessandro. Vídeo sobre a PM exibido em TVs dentro de ônibus é retirado do ar. Propaganda não autorizada mostrava policiais em incursões e até tiroteio. *O Globo*, p. 11, 20 jun. 2014. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

46 – POLÍCIA indícia 5 suspeitos por morte de adolescentes. Inquérito descarta responsabilidade de PMs no crime, ocorrido na Cidade de Deus. *O Globo*, p. 18, Rio de Janeiro, 21 jun. 2014. Editoria Rio.

47 – CALIXTO, Bruno. A Copa no Brasil. Placar equilibrado no primeiro tempo. Início do Mundial foi marcado pela alegria. Mas também teve gol adversário. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 22 jun. 2014. Especial.

Pacote: ECF.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

48 – GOULART, Gustavo; SERRA, Paola. Um PM e dois jovens são mortos no Alemão. Foi o segundo policial assassinado em confronto este ano no complexo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 24 jun. 2014. Editoria Rio.

49 – ARAÚJO, Vera. A Copa no Brasil. Comunidades viram ímã de turista no Mundial. Encantados com a vida nas favelas cariocas, estrangeiros que vieram para os jogos prolongam estadia. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 29 jun. 2014. Especial.

Pacote: ECF.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

50 – SCHMITT, Gustavo. Crise na segurança. No rastro do crime. Delegado descarta o termo migração, mas diz que 30% dos presos por homicídio são do Rio. *O Globo*, Niterói, p. 3, 29 jun. 2014.

51 – CASTRO, Carolina de Oliveira. A vez do morro. De Ipanema ao alto do Santa Marta. Jogadores da Holanda visitam comunidade em Botafogo, caminham por vielas, batem bola com crianças, elogiam a paisagem e ficam impressionados com a pobreza. Policiais acompanham o passeio de perto. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 9, 2 jul. 2014. Copa 2014.

Pacote: PCC

Clivagens: EDD, UPPF, PPER

52 – BRAGA, Daniel. Teleférico da Providência será ligado a futuro BRT. Prefeitura entrega novo meio de transporte em favela e anuncia também integração com o VLT. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 3 jul. 2014. Editoria Rio.

53 – MENDES, Taís. UPPs ganham 300 novos carros com câmeras e GPS. Unidades de elite da PM e da Polícia Civil vão receber oito blindados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 3 jul. 2014. Editoria Rio.

54 – MENDES, Taís. Amarildo: PMs só serão julgados na Justiça Comum. Corporação diz que, com a sentença, decidirá se acusados vão ser expulsos ou não. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 4 jul. 2014. Editoria Rio.

55 – POLÍCIA prende suspeito de estupro. Americana que mora na Rocinha diz que acusado estava com dois fuzis. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 4 jul. 2014. Editoria Rio.

56 – MOREIRA, Marco. Mercado imobiliário. Alta da violência deprecia imóveis em até 40%. Corretores apontam bairros mais prejudicados. Casas e condomínios estão em alta. *O Globo*, Niterói, p. 3, 6 jul. 2014.

57 – POR APOIO, Garotinho pede reciprocidade. Ex-governador quer que presidente Dilma faça campanha para ele. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 jul. 2014. Editoria Rio.

58 – PEZÃO pedirá que Exército continue na Maré. Prazo para permanência de militares acaba no próximo dia 31. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 9 jul. 2014. Editoria Rio.

59 – ARAÚJO, Vera. Alunos da Vila Kennedy vão à final no Maracanã. Ingressos foram doados pela Fifa ao MEC e sorteados entre estudantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 11 jul. 2014. Editoria Rio.

Pacote: ECF.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

60 – COSTA, Célia. Viúva de Amarildo reaparece em Cabo Frio. Elizabeth saíra de casa, na Rocinha, no último dia 30 e não havia dado notícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 11 jul. 2014. Editoria Rio.

**ANEXO C – RELAÇÃO COM A TEMPORALIDADE: UPPS E OS JOGOS
OLÍMPICOS (DE 1º DE JULHO A 31 DE AGOSTO DE 2016)**

1 – RESENDE, Dayana; NASCIMENTO, Rafael. Adolescente morre após ser baleado na cabeça no Borel. Testemunhas dizem que jovem ficou no meio do fogo cruzado entre policiais e traficantes. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 1 jul. 2016. Editoria Rio.

2 – NUNES, Marcos. Polícia investiga morte de jovem no Borel. Parentes dizem que PMs atiraram ao confundir saco de pipoca com droga. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 jul. 2016. Editoria Rio.

3 – DEPÓSITOS de armas do estado serão obrigados a ter câmeras. Quase 500 fuzis, pistolas e revólveres foram desviados por PMs. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 2 jul. 2016. Editoria Rio.

4 – STAMM, Marco; NASCIMENTO, Rafael. Cidade tem mais 2 arrastões: no Paulo de Frontin e em Madureira. Desde sexta, já são 4 ataques. Especialista diz que ladrões estão ‘fazendo caixa’. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 jul. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

5 – BOTTARI, Elenilce. Pesquisa em 20 favelas mostra aprovação às UPPs. FGV ouve 2 mil moradores e, para 75,8%, projeto precisa ser mantido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 6 jul. 2016. Editoria Rio.

6 – FRANÇA, Renan. Longe do lugar comum. A vida real das favelas para turista ver. Hostels em comunidades lotam para a Olimpíada e atraem principalmente estrangeiros interessados na rotina de cariocas que vivem nos morros. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 10 jul. 2016. Editoria Rio.

Pacote: ECF.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

7 – ATAQUE a viatura da PM no Engenho Novo deixa dois policiais feridos. Um deles levou um tiro na cabeça e foi levado para o Hospital Naval Marcílio Dias, no Lins. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 11 jul. 2016. Editoria Rio.

8 – OUCHANA, Giselle. Ataque a carro da PM faz subir número de policiais mortos: 58. Soldado é baleado na cabeça durante patrulhamento no Engenho Novo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 12 jul. 2016. Editoria Rio.

9 – SCHMITT, Luiz Gustavo. Beltrame anuncia mais 1300 PMs nas ruas. Policiais em estágio vão trabalhar sem armas de fogo na Olimpíada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 13 jul. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

10 – BATISTA, Henrique Gomes. Enquanto isso... Rio tem 60 policiais mortos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 13 jul. 2016. Mundo.

11 – PEIXOTO, Maurício. De fôlego renovado. No mês de aniversário, comerciantes e moradores comemoram mudanças no cenário do bairro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 14 jul. 2016. Tijuca.

12 – O DESTINO da UPP sem Beltrame. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 15, 17 jul. 2016. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

Pacote: L&O

Clivagens: EDD, UPPA, Pefe.

“Com a iminente saída, depois da Rio-2016, do secretário de Segurança que mais tempo ficou no cargo, no Rio, resta a pergunta: qual será o futuro de seu principal projeto, a UPP?”

13 – GOULART, Gustavo; MENASCE, Márcio. Polícia tenta identificar bando que incendiou dez carros na Tijuca. Criminosos atearam fogo a veículos em cinco ruas. Câmera registrou a ação. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 20 jul. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

14 – BOTTARI, Elenilce. PMs se abrigam em creche e deixam crianças em pânico. Policiais tentavam se proteger de tiros durante confronto na Vila Cruzeiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 21 jul. 2016. Editoria Rio.

15 – NASCIMENTO, Rafael. Bala perdida mata estudante no Estácio. Mãe de adolescente de 14 anos, que vivia no Morro de São Carlos, culpa a PM. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 23 jul. 2016. Editoria Rio.

16 – PONTO final. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 27 jul. 2016. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

17 – TORRES, Ana Carolina. Com medo de tiros, mãe põe filho para dormir na área externa da casa. Segundo moradores do Complexo do Alemão, confrontos já duram semanas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 ago. 2016. Editoria Rio.

18 – OUCHANA, Giselle; TORRES, Ana Carolina; ROCHA, Fabiano. Delegado é baleado durante ação no Complexo do Alemão. Megaoperação, com 450 agentes, teve 13 presos e dois mortos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 ago. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

19 – OUCHANA, Giselle. Tráfico assusta na Lagoa. O perigo mora ao lado. Moradores de rua no alto do bairro convivem com bandidos de fuzil e tiroteios, que haviam diminuído após UPP. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 ago. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

20 – CANDIDA, Simone; OUCHANA, Giselle. Insegurança no porto. Tragédia em dia de festa. Arquiteta é morta em tentativa de assalto num dos principais acessos ao Boulevard Olímpico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 6 ago. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

21 – FACE violenta do Rio vem à tona na Maré. Equipe da Força Nacional erra caminho e entra por engano na Vila do João, onde é atacada a tiros por grupo de traficantes. Dois agentes ficam feridos; um deles em estado grave. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 11 ago. 2016. Caderno Rio 2016.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPF, PPER.

22 – GRANDELLE, Renato. Medo de subir o morro. Lá vão os turistas descendo a ladeira. Número de visitantes em favelas caiu até 90% nos Jogos, em comparação com Copa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 ago. 2016. Editoria Rio.

Pacote: ECF.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

23 – SODRÉ, Leonardo. Bando assalta 11 pessoas na Floresta da Tijuca. Grupo que fazia trilha teve roupas, dinheiro e equipamentos eletrônicos roubados. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 14 ago. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

24 – OUCHANA, Giselle. Comércio fecha em Copacabana após confronto no Cantagalo. Traficantes mandaram baixar portas depois de morte de bandido. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 16 ago. 2016. Editoria Rio.

25 – ‘FAVELAGRAFIA’. A visão do morro por quem vive nele. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 19 ago. 2016. Coluna Ancelmo Gois. Editoria Rio.

26 – WERNECK, Antonio; ARAÚJO, Vera. PM começa a trocar fuzis por carabinas. Batalhões da Zona Sul e do Centro são os primeiros a recebê-las: objetivo é reduzir casos de balas perdidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 25 ago. 2016. Editoria Rio.

27 – OUCHANA, Giselle. Cofre vazio. Beltrame quer que militares fiquem no Rio após eleições. Secretário planeja mudanças nas UPPs, mas admite não ter recursos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 26 ago. 2016. Editoria Rio.

28 – OUCHANA, Giselle; ARAÚJO, Vera. Índices de violência aumentam no estado. Dados de julho do ISP indicam crescimento de 66,9% nos roubos de rua e de 20,3% nos assassinatos. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 30 ago. 2016. Editoria Rio.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.

29 – WERNECK, Antonio. Estado determina reforço no policiamento de colégio alvo de bandidos em Manguinhos. Secretaria de Educação e Emop fizeram vistoria na unidade para identificar os problemas da escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 18, 31 ago. 2016. Editoria Rio.

30 – SEGURANÇA no Rio necessita das Forças Armadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 20, 31 ago. 2016. Opinião.

Pacote: L&O.

Clivagens: EDD, UPPA, PPER.